

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**ELISA MARIANA DE MEDEIROS NÓBREGA**

*Histórias de confissões e de leituras:*  
**A emergência histórica da *Edições GLS***

**RECIFE**  
**2007**

**ELISA MARIANA DE MEDEIROS NÓBREGA**

*Histórias de confissões e de leituras:*  
**A emergência histórica da *Edições GLS***

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência para obtenção do título de **doutor** em história, junto ao Programa de Pós-graduação em História.

**ORIENTADORA: Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira**

**RECIFE**  
**2007**

**Nóbrega, Elisa Mariana de Medeiros**

**Histórias de confissões e de leituras : a emergência histórica da edições GLS / Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega – Recife: O Autor, 2007.**

**228 folhas.**

**Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2007.**

**Inclui bibliografia.**

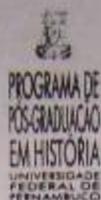
**1. História. 2. Leitura - GLS. 3. Literatura – GLS. 4. Homossexualismo na literatura. 5. Identidade. 6. Subjetividade. - I. Título.**

**981.34  
981**

**CDU (2.  
ed.)**

**CDD (22. ed.)**

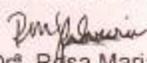
**UFPE  
BCFCH2008/27**

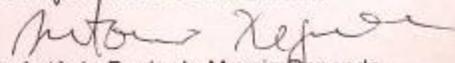


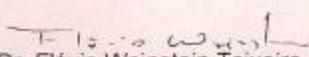
**ATA DA DEFESA DA TESE DA ALUNA ELISA MARIANA DE MEDEIROS  
NÓBREGA.**

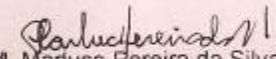
As 09:00 h do dia 28 (vinte e oito) de Fevereiro de 2007 (dois mil e sete), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna **Elisa Mariana de Medeiros Nóbrega** intitulada "**Histórias de confissões e de leituras: a emergência histórica da Edições GLS**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito "**APROVADA**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Rosa Maria Godoy Silveira (Orientadora), Antônio Paulo de Moraes Rezende, Flávio Weinstein Teixeira, Marluce Pereira da Silva e Diógenes André Vieira Maciel. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro, e a Secretária do Deptº de História, Rogéria Feitosa de Sá, para os devidos efeitos legais.

Recife, 28 de fevereiro de 2007.

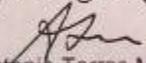
  
Prof.ª. Dr.ª. Rosa Maria Godoy Silveira.

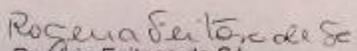
  
Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende.

  
Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira.

  
Prof.ª. Dr.ª. Marluce Pereira da Silva.

  
Prof. Dr. Diógenes André Vieira Maciel.

  
Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.

  
Rogéria Feitosa de Sá

## **DEDICATÓRIA**

*À profa. Geralda Medeiros Nóbrega que, em suas múltiplas singularidades, me inculuiu o amor pelas letras e a paixão pela diferença.*

*Ao estudante Caio Antônio, pela promessa de seus aprendizados.*

## **AGRADECIMENTOS**

Composto pela presença dos amores e dos amigos, este texto é um híbrido de vidas. Papel-carne que se presentifica na monumentalização dessas páginas preenchidas de memórias, de experiências compartilhadas e de prazeres. A esses momentos-signos, o meu agradecimento e o meu deleite.

Encaminhado pelas leituras e pelas interferências tão pontuais e tão provocadoras, o meu registro devotado a minha orientadora, Profa. Rosa Godoy, bem como ao Prof. Antônio Paulo Resende, poetas da história.

Especializado na Universidade Federal de Pernambuco e vivenciado na Universidade Estadual da Paraíba, entre aulas e conversas, o agradecimento a esses corpos institucionais e a todas as presenças que os instituem. E aos colegas Marluce Pereira da Silva, Diógenes André Vieira Maciel, Flávio Weinstein Teixeira, membros da banca examinadora, assim como as professoras Regina Beatriz Guimarães Neto e Regina Célia Gonçalves, por compartilharem essa leitura.

## RESUMO

Este trabalho procura mapear as condições históricas que viabilizaram a invenção da literatura gls, estabelecendo uma relação entre política e texto, por entender que a produção da *Edições GLS* está inserida no contexto relacional entre o movimento político de afirmação homossexual e a produção de novos códigos culturais de representação identitária. Para tanto, se faz necessário cartografar a irrupção, no presente, de uma política “positiva da visibilidade” - como nomeada pelos grupos de ativismo gay e divulgada pela *Edições GLS* - , que postula a publicização, a confissão e a proliferação de discursos para a formulação de uma identidade cultural, demarcada pela orientação sexual, ao problematizar as estratégias políticas utilizadas pelos militantes gays e as imbricações com a promoção de uma literatura confessional, que solicita, através de práticas editoriais e literárias, o direito de ser/estar na história e o direito de produzir suas próprias referências culturais. Nesse intuito, desenvolvemos um campo de reflexão epistemológica do ofício historiográfico relativo à historicidade do tempo presente, problematizando como a história da leitura e a emergência de novas culturas do escrito estão implicadas num debate contemporâneo sobre a promoção de novos modos de leitura e de leitores, assim como na invenção da literatura gls.

Palavras-chave: história, leitura, literatura gls, tempo presente, subjetividade, identidade.

## ABSTRACT

This work aims at drawing a map of the historical conditions that made possible the invention of the so called “*literatura gls* – gay, lesbian and sympathizer’s literature”, establishing a relation between politics and text, as it understands that the production of *Edições GLS* is inserted in a relational context between the political movement of homosexual affirmation and the production of new cultural codes of identity representation. For this, it was necessary to analyze the irruption in the present of “positive visibility politics”, as it is named by the gay activism groups and publicized by *Edições GLS*. This print house claims the publicization, confession and proliferation of speeches in order to formulate a cultural identity, demarcated by sexual orientation, as it renders problematic concerning political strategies used by gay activists as well as the imbrications with the promotion of a confessional literature. This confessional literature requires through its publishing and literary practices the right of existence in history and the right of producing its own cultural references. For this purpose we developed a field of epistemological reflection to the historicity of present time, rendering problematic to how the history of reading and the emergency of new cultures of writing are implied in a contemporary debate about the promotion of new kinds of reading and readers, as well as the invention of the *literatura gls* itself. Authors like De Certeau, Umberto Eco, Chartier, Hobsbawm, Bloom, among many others, gave us theoretical support in our discussions.

Key words: history, reading, *literatura gls* (gay and lesbian literature), present time, subjectivity

## Sumário

	Pág.
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I: POR UMA HISTÓRIA PROVISÓRIA DO TEMPO PRESENTE E ALGUNS DESDOBRAMENTOS.....</b>	<b>13</b>
1.1 - (Con)fabulações sobre a história e seus regimes de verdade (subtítulo provisório).....	16
1.2 - (Con)fusões da história: entre o realismo e o nominalismo (subtítulo provisório).....	21
1.3 - (Con)figurações da operação historiográfica (subtítulo provisório).....	28
1.4 - Eis que (s)urge o tempo presente.....	34
<b>CAPÍTULO II: POR UMA HISTÓRIA “PRESENTE” DE LEITURAS.....</b>	<b>54</b>
2.1 - O leitor-navegador: a invenção de uma nova subjetividade.....	56
2.2 - História da história da leitura.....	63
2.3 - A invenção da literatura gls e de seus leitores.....	80
<b>CAPÍTULO III: POR UMA HISTÓRIA DE MANIFESTOS, CONFISSÕES E ALGUMAS ESCRITAS.....</b>	<b>100</b>
3.1 – “Ainda lembro”.....	102
3.2 – Culturas da confissão.....	115
3.3 - Memórias de si, memórias de um tempo.....	133
3.4 - Direito de ser e de estar na história.....	151
<b>CAPÍTULO IV: PERSONAS DE SI MESMO: SUJEITOS EDITADOS, LIDOS E ESCRITOS.....</b>	<b>176</b>
4.1 - 1998 – “Uma vontade antiga, com parceiros novos” – surge a <i>Edições GLS</i> .....	177
4.2 - Discursos amorosos: subjetividades modulares/moleculares.....	195
4.3 – Entre videiras e links: comunidades de leitores, comunidades do Orkut.....	209

<b>À GUIA DE CONCLUSÃO?!</b> .....	<b>225</b>
<b>FONTES UTILIZADAS E BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>228</b>

## INTRODUÇÃO

1998 – Cidade de São Paulo. Dois acontecimentos esparsos. Estranha na cidade. Estranha cidade. Matriculada no programa de pós-graduação de História em Campinas, recém chegada da Paraíba, me dediquei a “desvendar” a tradição histórica de uma menina santa. Muito ocupada com os assuntos do sobrenatural e do espiritual, vagava tal como uma alma nos assuntos sublunares. E assim como as almas, essas não têm uma direção funcional. Por isso, me via num mundo estranho, vivendo acontecimentos esparsos, alguns estranhos.

Primeiro acontecimento: Copa do Mundo, cidade enlouquecida, jogo do Brasil. Decidida a ir para a minha terra natal, me desloco para o aeroporto de São Paulo. Desavisada da urbanidade canibal, fui antropofagicamente engolida pelo trânsito, eufórico com a vitória do Brasil. Perdi o vôo. Dia seguinte, saindo da Praça da República, cinco horas antes do próximo vôo, me vejo novamente engolida pelo trânsito. Também eufórico, também comemorativo. Era a passeata do Orgulho Gay. Acompanhei a passeata, um tanto curiosa com tal festa, mas também apreensiva. Não queria perder mais uma passagem para a morada do sol.

Segundo acontecimento: XV Bienal do Livro. Novamente entregue ao inusitado. Nem mesmo nas melhores fantasias, eram tantos os títulos. De todas as cores, com tantos formatos. Livros, livros e mais livros. Extasiada, diluída entre tantas estantes, tive lançado um desafio. Acompanhada de um dos meus irmãos, podia escolher um dentre tantos. Um presente. Um livro entre milhares deles. Não pude escolher. “Passeei”, apenas, por entre tantas editoras. Alguns autores célebres assinalavam suas obras, outras, por sua vez, ofertavam desconto. E uma delas, destacava-se: seus livros não estavam dispostos por entre paredes de vidros, eram sugeridos por uma cortina negra, fechada, quase a oferecer algo proibido. Passada a cortina negra, cinco livros, estrategicamente distribuídos, por entre sedas. Era o *stand* da *Edições GLS*.<sup>1</sup>

Essas experiências esparsas teriam sido esquecidas, como tantas outras que experimentamos e nos escapam. Sua captura, sua rememoração, quando plantadas em

---

<sup>1</sup> Sempre que surgir *Edições GLS* está subentendido o “selo”, razão por que a presença do singular: [...] o *stand* da *Edições GLS*. Logo, *Edições GLS* = “selo”.

processos de editoração, promovidas por nossas pequenas biografias pessoais, adquirem novos e outros significados. O sentido de uma lembrança, ritualisticamente elaborada como memória de mim mesma.

Cimento e envergadura, massa a modelar – eis o objeto de meu esforço. Entregue ao desejo, me lance na aventura de, enquanto historiadora, trabalhar com a literatura. Mas não qualquer literatura, não qualquer aventura. Queria uma daquelas desavisadas, encobertas, com panos de seda, a sugerir, talvez, alguma gestualidade. Mas não era o caso, adentrava no campo da escrita e de suas regras formais. Algo que não pode (ainda) ser de todo explicitado.

Dois acontecimentos esparsos. E uma vontade. Era o ano de 2002. Eu já era outra. Já não me interessa por assuntos da alma. O corpo, a sexualidade, a política e o texto me mobilizavam, tal como aquelas experiências que ainda não sabemos pontuar ou estabelecer as razões de suas mobilidades subjetivas. Assim, optei por tratar de uma história da leitura voltada para a edição, a escritura e a leitura de toda uma textualidade que, produzida na contemporaneidade, contempla um universo discursivo que trata da relação entre literatura, política e sexualidade. Eis que surge o projeto de problematizar os campos de possibilidade histórica da *Edições GLS* – editora especializada na publicação de títulos sobre o universo de “gays, lésbicas e simpatizantes”.

Alguns longos anos depois de tecido o projeto de pesquisa e de ter vivenciado as etapas constitutivas da pesquisa e da escritura da tese, me coloco no lugar de introduzir as questões que me moveram nessa experiência. A introdução, pois, muito mais do que o lugar inaugural da escritura, é o seu fechamento. Fechamento, já marcado pelo cansaço, pelo quase esgotamento desse processo de produção. Portanto, me permito, aqui, nesse lugar, não antecipar os possíveis resultados daquilo que meu leitor se deparará ao percorrer as páginas dessa tessitura, mas anunciar as confusões/problemas e os questionamentos que me impulsionaram nesse empreendimento.

As questões foram muitas e elas estão presentes em toda a escritura. Permeada de perguntas, essa escrita, muito mais do que estabelecer respostas, utilizou como recurso estilístico e historiográfico, criar um campo em que as interrogações adquiriram um espaço privilegiado, pois, na tentativa de entender as condições históricas da *Edições GLS*, tendo como marco inaugural o ano de 1998, foi necessário colocar em (curto)circuito muitos

lugares cristalizados na historiografia: cabe ao historiador se ocupar das histórias do presente? O que isso implica na redefinição do ofício? É possível tratar do diálogo entre o saber histórico e a literatura, entendendo-as não como regimes de discursos excludentes e contrapostos, mas como formas convergentes e constitutivas do social?

Como acessar o universo da leitura, dessa que antes era deixada às margens dos próprios livros? Existe uma literatura gay e/ou gls? Ou essa literatura gls é uma invenção da nossa contemporaneidade? Posto isto, a que se deve a institucionalização de um dispositivo narrativo que postula, através da literatura, a promoção de uma política da visibilidade voltada para as comunidades gls? Que comunidades são essas e a que elas se propõem?

A inquietude que permeou toda a fabricação dessa escrita formou um quadro um tanto inesperado. As páginas que se seguem, estão agrupadas em quatro capítulos, podendo ser lidos em separado, como blocos, se o leitor assim o desejar, pois os capítulos apresentam certa autonomia entre si. Mas, também, podem ser lidos como anéis, que, juntos, configuram uma arquitetura de espiral, cujas curvas e sinuosidades, acompanham a trajetória das minhas inquietações historiográficas, distribuídas nas seguintes divisões.

O primeiro anel, **Por uma história do tempo presente e alguns desdobramentos**, intenciona mostrar como a dimensão hermenêutica e filosófica, explicitadas no atual ofício do historiador, tornou possível uma história do tempo presente. Utilizamos uma literatura teórico-metodológica para montar alguns dos debates importantes na elaboração do tempo presente, não apenas como categoria historiográfica, mas também como uma possibilidade de escrita da história.

O segundo anel, **Por uma história “presente” de leituras**, caracteriza-se por inserir na história do tempo presente uma das sub-disciplinas mais discutidas na contemporaneidade: a história da leitura e a emergência de novas culturas do escrito, com a inserção do universo eletrônico. Nesse sentido, procuramos mapear, no debate atual, a problemática de novos modos de leitura e de leitores, assim como a invenção contemporânea da literatura gls.

No anel **Por uma história de manifestos, confissões e algumas escritas**, terceiro bloco e/ou capítulo, procuramos mapear as condições históricas que viabilizaram a invenção da literatura gls, estabelecendo uma relação entre política e texto, por entendermos que a produção da *Edições GLS* está inserida no contexto relacional entre o

movimento político de afirmação homossexual e a produção de novos códigos culturais de representação identitária. Para tanto, procuramos cartografar a irrupção, no presente, de uma política “positiva da visibilidade” - como nomeada pelos grupos de ativismo gay e divulgada pela *Edições GLS* -, que postula a publicização, a confissão e a proliferação de discursos para a formulação de uma identidade cultural, demarcada pela orientação sexual. Nesse sentido, discutimos as estratégias políticas utilizadas pelos militantes gays e as imbricações com a promoção de uma literatura confessional, que solicita, através de práticas editoriais e literárias, o direito de ser/estar na história.

O último anel, ***Persona de si mesmo: sujeitos editados, escritos e lidos***, pretende discutir como no tempo presente, a partir da história da leitura, se deu a proliferação dessa literatura gls, orientada pela política da visibilidade e a fabricação de narrativas que propõem modelos positivos da cultura homoerótica, através da problematização das narrativas presentes na *Edições GLS* e as representações culturais veiculadas pela sua política editorial. Portanto, procuraremos demarcar as práticas de edição, escrita e leitura para a promoção de modelos de condutas [gay] que proporem novos processos de subjetivação.

Essas são algumas das questões que se presentificaram nessa escritura, agora finalizada nesta introdução. Mas as problemáticas permanecem, pois, talvez, essa não seja uma introdução adequada à exposição de uma pesquisa histórica. Talvez, ainda, essa não seja uma tese adequada à ritualização de um doutoramento para a disciplina história. Talvez, assim como nessa introdução, lhe falem citações, devoções e alguns quinhões de cientificidade. Apenas não poderia ser diferente, pois o enlace com a literatura, muito mais do que me ensinar a lidar cientificamente com essa fonte histórica, me incitou o aprendizado de como lidar com a dimensão poética e inquietadora do saber histórico. Talvez, eu tenha aprendido.

## **CAPÍTULO I: POR UMA HISTÓRIA PROVISÓRIA DO TEMPO PRESENTE E ALGUNS DESDOBRAMENTOS**

A crítica histórica inaugurou na contemporaneidade novos procedimentos de suas práticas epistemológicas, orientadas por dois grandes eixos reflexivos: as representações culturais e as novas tecnologias. Esse movimento foi possível de ser instrumentalizado por novas estratégias de captação de territórios vizinhos como a crítica literária, a filosofia da diferença, a semiótica, a antropologia, a sociologia e muitas outras disciplinas.<sup>2</sup>

Esse procedimento interdisciplinar ou transdisciplinar se configurou por uma nova compreensão dos objetos, das técnicas e dos níveis de cientificidade na prática do historiador, abrindo a possibilidade, para muitos, radical, de uma história do presente – “A nova oficina de Clio”, como nomeada pelo historiador francês François Bedárída, presidente e organizador do Instituto do Tempo Presente, na publicação do primeiro número do *Bulletin de l’HTP*.

Nesse mesmo “presente”, a disciplina histórica se ocupou de espaços que antes não eram da sua competência, reavaliando os seus limites de pertinência, ao fabricar narrativas sobre o passado dos cheiros, das lágrimas, das moralidades, dos corpos, das sensibilidades, das sexualidades, das textualidades, de tudo aquilo que estava às margens de uma história política dos Estados e de seus grandes homens ou, até mesmo, de uma supra-história dos processos econômicos de produção de uma sociedade.

Um novo desdobramento que implicou na resignificação de conceitos como narrativa, cultura, linguagem, memória, identidade, discurso, objeto e, fundamentalmente, sujeito; todos postos diante da lógica da diferença e da multiplicidade, lemas da revisão pós-estruturalista das ciências humanas. A articulação dessas revisões criou para o campo histórico diversas configurações que enfatizam, em menor ou maior grau, as micro-narrativas em detrimento das macro-narrativas da história das civilizações e do homem ocidental, abrindo brechas para sujeitos e experiências antes marginalizados pelo saber histórico.

---

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1990.

Experimento, este, que problematizou tipos sociais, comunidades compartilhadas, processos de subjetivação, políticas culturais e os lugares de produção das verdades sociais. Esse trabalho nas margens redefiniu a tarefa da chamada história cultural, tendo por principal meta identificar as múltiplas formas de construção dos objetos de saber, através da procura em mapear como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada e dada a ler.<sup>3</sup> Nesse sentido, as lutas de representações culturais teriam o mesmo alcance e relevância que as disputas econômicas, por exemplo, para entender os mecanismos agenciados pelos grupos sociais na sua constituição, a forma como eles se impõem na sociedade através das suas concepções de mundo e dos valores que lhes são próprios.

Esses níveis de compreensão dos novos domínios da história foram elaborados a partir de dois procedimentos de pesquisa: a antropologização das práticas humanas e o estabelecimento das condições históricas dos discursos, considerando a dimensão instituidora da linguagem ao nível das relações culturais. Por isso, o trato com os objetos históricos, antes marginais, se instituiu através das múltiplas práticas humanas e das várias formas de reflexividade em torno. No entanto, esse movimento epistemológico não é propriedade do saber histórico, ele faz parte de um movimento reflexivo mais amplo, próprio da nossa sociedade contemporânea, marcada pelo exercício auto-reflexivo inaugurado na modernidade<sup>4</sup>, que, entendida como uma ordem pós-tradicional, demarcada pelo signo da dúvida, coloca em suspeição as certezas do hábito, da tradição, do conhecimento racional, da consciência histórica, da vida cotidiana, entre outros, configurando uma nova “dimensão existencial” do presente.<sup>5</sup>

Esse movimento auto-reflexivo implicou, também, no debate sobre uma possível crise das ciências humanas, criada pela derrocada dos grandes modelos explicativos da realidade, gerando uma discussão historiográfica em torno da verdade, do simbólico, da finalidade das narrativas históricas e literárias, como também da gerência do tempo e da

---

<sup>3</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1990.

<sup>4</sup> Ver: GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

<sup>5</sup> Ver: GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

recepção do texto<sup>6</sup> - questões que colocam a história e a literatura como leituras possíveis de uma recriação imaginária do real, articulando um debate já aberto por Michel de Certeau e Paul Ricoeur sobre a possibilidade de ler a história na literatura e/ou ver na literatura a história se escrevendo.<sup>7</sup>

De certa forma, essa abertura epistemológica operada no âmbito da história tem como princípio articulador uma nova distinção entre a passividade (real acontecido) e a narrativa histórica (texto do historiador sobre a passividade)<sup>8</sup>, ao enfatizar a dimensão literária do discurso histórico como uma representação textual que pretende compor uma situação de verossimilhança entre o “acontecido” e a representação do acontecido que, para Le Goff, constitui umas das grandes problemáticas da história na atualidade, a saber: a relação entre a história vivida, e ainda tão presente, e o esforço científico para descrevê-la.<sup>9</sup>

Esse empreendimento (auto)reflexivo possibilita o aprofundamento das discussões sobre a relação passado/presente e a subsequente ruptura da idéia que identifica o objeto do historiador, necessariamente, com o passado. Não raro, os historiadores, ao problematizarem essa ruptura, sentida e escrita como corte epistemológico, voltam-se para o tempo presente como um *locus* privilegiado desse debate e em meio a um “clima intelectual” de incertezas, se indagam, um tanto excitados e pouco receosos, a exemplo da questão de Ernest Labrousse: “É possível fazer uma história a quente?”.<sup>10</sup>

Quando do momento da inauguração do Instituto do Tempo Presente, em diálogo com Bedárda, Labrousse exclama, não menos entusiasmado: “Isso vai fazer época: é uma reviravolta na historiografia francesa”.

Esse registro entusiasmado se institui como um dos mais emblemáticos sinais desse tempo que se inaugura sob o signo do palimpsesto e, por isso, da dimensão provisória e reflexiva das escritas da história. No entanto, esse lugar produzido pelos historiadores ainda não é de todo confortável e pacífico, pois, assim como todos os empreendimentos

---

<sup>6</sup> PESAVENTO, Sandra e LEENHARDT, Jacques (orgs.) *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

<sup>7</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994; RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1997.

<sup>8</sup> PESAVENTO, Sandra e LEENHARDT, Jacques (orgs.) *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

<sup>10</sup> Labrousse apud BEDÁRIDA, F. “Tempo presente e presença da história”. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

praticados na margem do instituído e no calor dos debates, essa historiografia do palimpsesto, da ilimitada reescritura de si, põe em circuito “velhas” e “novas” prosas da história, na própria produção dessa que se nomeia a “nova oficina de Clio”.

Nesse sentido, quais as prosas que tornam possíveis a presentificação e a circunscrição histórica dessa tessitura do tempo presente?

### 1.1 - (Con)fabulações sobre a história e seus regimes de verdade (subtítulo provisório)

História e verdade: nobre e temerária ambição. A verdade do passado, a verdade do presente: não haverá aí uma aporia? O ofício do historiador presta-se a si mesmo ao conhecimento da verdade? Podemos chegar a ela ou devemos nos contentar em ficar à distância, incapazes de apreendê-la e muito menos de interpretá-la? Várias gerações de historiadores e de filósofos confrontam-se com essa dúvida lancinante. Aliás, quem de nós ousaria proclamar que possui a verdade histórica, ainda que em princípio ela seja nosso alvo e nosso guia? <sup>11</sup>

As dúvidas e as hesitações demarcadas por essa aporia são sintomáticas das práticas reflexivas da história que voltam à cena em torno da verdade, essa “velha” conhecida dos historiadores. Questão pungente, o debate em torno da verdade na escrita da história mobiliza uma nova maquinaria discursiva que vai instituindo outras percepções sobre o cultivo da subjetividade do historiador em detrimento do progressivo acanhamento da objetividade nas ciências sociais na segunda metade do século XX.

O historiador Adam Schaff, no seu livro *História e verdade*, cartografa uma das dimensões desse debate ao confrontar duas das maiores escolas históricas, cuja origem remontaria ao século XIX: a tradição historiográfica do positivismo, que entende o conhecimento histórico como reflexo fiel do passado, isento de todo fator subjetivo; e a tradição historiográfica do presentismo, que, constituído como uma variante do relativismo subjetivista, nega que tal conhecimento seja possível, ao considerar o saber histórico como uma projeção do pensamento e dos interesses do presente sobre o passado.

O positivismo, enquanto tradição epistemológica, teria como representante máximo a figura do historiador alemão Leopold von Ranke, que difundiu por toda a Europa ocidental o ideário de que o historiador não deveria apreciar o passado (contraponto total à

---

<sup>11</sup> BEDÁRIDA, F. “Tempo presente e presença da história”. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000 P. 221-2.

idéia de um outro historiador contemporâneo seu, o francês Michelet), mas dar conta do que realmente aconteceu no passado (*wie es eigentlich gewesen*) – palavras/senhais da escola metódica utilizada por inúmeros historiadores. Ranke formulou sua tese/programa nos anos 30 do século XIX, apresentando como pressupostos: a ausência de dependência entre o sujeito (que conhece) e o objeto do conhecimento, sendo a história, então, um resgate ontológico; o segundo pressuposto estaria localizado na relação cognitiva semelhante ao modelo mecanicista, implicado numa interpretação passiva e contemplativa da teoria do reflexo; por último, “o historiador seria capaz de escapar a todo condicionamento social, cultural, religioso, filosófico etc, em sua relação com o objeto, procurando a neutralidade”<sup>12</sup>, rejeitando, assim, os condicionamentos sociais da sua percepção dos acontecimentos históricos.

Schaff sintetiza essa tendência: “[...] basta juntar um número suficiente de fatos bem documentados, dos quais nasce espontaneamente a ciência da história. A reflexão teórica, em particular filosófica, é inútil e até prejudicial, porque introduz na ciência positiva um elemento de especulação”.<sup>13</sup>

A historicidade de Ranke era marcada por uma revolta geral contra a filosofia especulativa, compreensível a partir do conceito foucaultiano de episteme em *As palavras e as coisas*<sup>14</sup>, quando seu autor propõe explicar o surgimento das ciências como um discurso mais generalizado, que estaria presente em vários campos de saber, que atribuíam a si o epíteto de ciência, como a biologia, a economia e a filologia.

A hegemonia positivista, entendida por Schaff como um “reinado quase absoluto”, constituiu um “progresso científico notável”, mas não impassível de críticas, pois os seus muitos “adversários” empreenderam uma verdadeira “revolta aberta contra o positivismo na ciência da história”. Estes demonstraram contradições internas nessa teoria do conhecimento, ao explicitar seu comprometimento social e político. Como diriam os historiadores Guy Bourdê e Hérve Martin, na sua obra *As escolas históricas*<sup>15</sup>, os historiadores positivistas fundaram uma disciplina científica ao mesmo tempo em que na

---

<sup>12</sup> REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1999. p. 13.

<sup>13</sup> SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 103.

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

<sup>15</sup> BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, s.d.

aparência, segregaram um discurso ideológico, como justificativa do *stablishment* francês do seu presente.

Nesse sentido, as origens e os dissabores contra a história positivista (como ficou vulgarmente conhecida) estavam nos seus próprios pressupostos, indefensáveis na perspectiva dos progressos realizados na teoria do conhecimento da ciência da história. Ao demonstrar a não defesa desses postulados, Schaff vai remontando historicamente, na tradição americana do presentismo, os contrapostos surgidos da crítica:

Os primeiros (positivistas) concebem o passado como uma coisa acabada, completa e imutável; os segundos percebem-no como que através de um vidro colorido, ao mesmo tempo transparente e refletor, de maneira que não se pode distinguir nitidamente a luz que atravessa o vidro e a luz refletida.<sup>16</sup>

Esse posicionamento, tomado de empréstimo de Conyers Read, historiador norte-americano, consiste apenas uma das “granadas” que tem como campo de alvo o positivismo, através da crítica desenvolvida pela tradição teórica do presentismo americano. Charles A. Beard, também partidário dessa luta, através de artigos em revistas especializadas, detona o positivismo, apontando-o como historicista:

Que é feito desse historicismo que permitia ao historiador imaginar que se podia conhecer a história tal como se desenvolveu realmente? [...] A idéia da história como realidade plenamente reconstituída do historiador que a observa foi chamada, com razão, uma cripto-metafísica. Fez da história uma espécie de ídolo do qual se pode descobrir as formas e as diversas manifestações graças a investigações assíduas e a acumulação de dados. O ídolo quebrou-se e os seus fiéis não estão à altura de voltar a colá-lo.<sup>17</sup>

“O ídolo quebrou-se” – mais uma frase contundente. Estilhaçado por essa “rebelião antipositivista”; batalha que extrapola as fronteiras nacionais, a exemplo, também, das lutas empreendidas pelos *Annales* (a ser confrontado em outro tempo narrativo). Nessa historicidade norte-americana, as contraposições foram sendo arroladas de modo a convencer aqueles que, do outro lado, ainda o carregavam, tal como os soldados ocupados em alçar por entre os colegas de guerra a bandeira empreendida nos campos de batalha.

---

<sup>16</sup> Read Apud. SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 104.

<sup>17</sup> Beard Apud. SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 105.

Os presentistas elegem como “general cultural” Benedetto Croce, que elabora uma das críticas mais veementes: o conhecimento histórico envolveria o sujeito e o objeto numa totalidade orgânica; não sendo uma relação cognitiva passiva, mas ativa, pelo sujeito cognoscente que, necessariamente, defenderia seu “espírito de partido” e sua capacidade intuitiva. É realçada, portanto, a dimensão artística do conhecimento histórico:

Para ele, só pratica a ciência aquele que pensa o caso particular como compreendido em um conceito geral; enquanto que se ocupa da arte aquele que apresenta o particular como tal. Como o fim da historiografia é apresentar o particular, ela aproxima-se mais da arte que da ciência. A **única diferença** reduzir-se-ia ao fato de que a historiografia se limita ao que se produziu na realidade, enquanto que a arte está livre desta obrigação e se ocupa igualmente do possível.<sup>18</sup>

A história seria uma atividade intuitiva, uma forma pura do espírito, sendo esse elemento intuitivo o fundamental da existência, posto que cria seu objeto. No entanto, ainda é preciso considerar a dimensão artística do conhecimento histórico presente em Croce, principalmente quando ele despreza a busca de dados – atividade dos cronistas, e afirma seu pressuposto radicalmente subjetivista, quando considera não haver passado objetivamente dado, mas apenas fatos criados pelo espírito num “presente eternamente variável”:

As compilações dos fatos são apenas crônicas, notas, memórias ou anais, e não obras históricas; mesmo se os fatos forem submetidos à crítica, as fontes de todos os dados mencionados e os testemunhos seriamente verificados, quaisquer que sejam os esforços utilizados, é impossível ultrapassar o caráter exterior da fonte ou do testemunho que ficarão sempre nos <diz-se> ou <escreve-se>, e nunca poderão se tornar a nossa verdade. A história, pelo contrário, uma verdade extraída do mais interior da nossa experiência.<sup>19</sup>

Esse seria o ataque, em forma de batalha, de Croce em relação aos positivistas nos “pilares de sua doutrina”: o princípio de imparcialidade e da neutralidade mais absoluta a despeito de qualquer condicionamento social. Para ele, o conhecimento seria sempre uma resposta a uma necessidade determinada e comprometida, devendo o historiador aplicar o seu “espírito de partido”, ou o seu lado no conflito bélico, pois a abstenção dele e de tudo

<sup>18</sup> SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 109. Grifo nosso

<sup>19</sup> Croce Apud. SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 110

que ele implica, como os juízos históricos, resultaria não numa obra histórica, mas numa crônica.

Para Schaff, a interpretação radical do presentismo levaria a conseqüências muito graves, pois seria necessário reconhecer que não se poderia mais falar em história, visto que esta resultaria numa pluralidade de histórias resultante da pluralidade de espíritos. Seria preciso admitir que cada época possui a sua imagem, assim como cada nação, cada classe social, como também cada historiador e mesmo cada indivíduo pensante. Isso, levado em consideração metodológica, seria “catastrófico” para a historiografia: “O historiador deveria, por exemplo, considerar como verdadeiras duas narrativas e duas interpretações contraditórias de um mesmo acontecimento histórico, na medida em que estas corresponderiam a interesses recíprocos”.<sup>20</sup>

Por isso, a ciência da história não disporia de nenhum critério para distinguir o verdadeiro do falso, devendo, inclusive, se insurgir à procura de tal critério, a exemplo de Croce, quanto este destitui a história do seu estatuto científico. Postura que se populariza nos meios anglo-saxões através de R. G. Collingwood e que, de certa forma, ultrapassa os limites de Croce à sua própria maneira: “Toda história é história do pensamento. O historiador que reconstitui o pensamento do passado, o faz no entanto no contexto do seu próprio saber, ou seja de uma maneira crítica”. Collingwood, no entanto, não desconsidera a dimensão objetiva do saber histórico, uma vez que a experiência dos historiadores objetivaria a própria experiência do passado.

Essa dicotomia epistemológica entre o presentismo e o positivismo inaugura na modernidade um debate que não se finaliza nesse momento. A tensão criada em torno da dimensão objetiva ou subjetiva do conhecimento histórico pode nos dar alguns indícios de como, no século XX, os historiadores reelaboram os seus regimes de verdade e de como essa reelaboração está implicada na instituição de uma história do presente, que, através de um dos seus porta-vozes, Bedárida, associa à verdade a uma “chama vacilante e frágil na noite, mas que apesar de tudo ilumina o nosso caminho e sem o qual mergulharíamos nas trevas”.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 111.

<sup>21</sup> BEDÁRIDA, F. “Tempo presente e presença da história”. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000 p. 222.

De certa forma, esse diagnóstico historiográfico de Schaft só anuncia algumas das problemáticas que são retomadas pelos historiadores na contemporaneidade. Mesmo estes considerando que estamos longe da concepção reducionista dos positivistas, ao postular-se a produção dos historiadores como instituintes do saber histórico e a não existência de uma objetividade absoluta, o debate em torno da objetividade e da verdade no ofício historiográfico permanece, ao ponto de alguns historiadores desejarem reestabelecer a objetividade como mito regular de suas práticas. Segundo Bedárida, seria imprescindível não jogar o “bebê da objetividade junto com a água do banho positivista”.

Mas como se regula essa tensão nessa consciência histórica do presente? Os termos do debate seriam os mesmos daqueles postulados pelos presentistas e pelos positivistas? A verdade como “chama vacilante”, mas necessária, seria o novo grau zero da escrita historiográfica?

Longe de pretender um panorama da história atual, oferecendo um apanhado completo da produção historiográfica, essa problematização textual apenas pode elencar alguns dos indícios epistêmicos que inauguram uma certa “deontologia” dos historiadores, para delinear algumas das possibilidades de se pensar historicamente essa nova distribuição cultural que, ao relocar a verdade nas escritas da história, inaugura novos funcionamentos relativos ao lugar do historiador e de seus objetos de trabalho.

## **1.2 - (Con)fusões da história: entre o realismo e o nominalismo (subtítulo provisório)**

[...] sustento que à demanda social incessantemente exercida sobre os historiadores – em particular os do tempo presente, solicitados pela consciência altamente historicizada de nossos contemporâneos – convém responder sem hesitação, destemidamente, mas com independência e, é claro, respeitando escrupulosamente as regras do ofício, sem temer o campo midiático, mas também sem o procurar. Sem os desvios de não sei que pilotagem por aval, a experiência do Instituto do Tempo Presente me parece conclusiva a esse respeito.<sup>22</sup>

O historiador é chamado a “responder” à consciência do seu tempo e daqueles que dela fazem parte. Mas que historicidade é essa que mobiliza a tantos e que tanto pressiona os historiadores?

---

<sup>22</sup> BEDÁRIDA, F. “Tempo presente e presença da história”. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 227.

Poderíamos argumentar, à guisa de Michel de Certeau, que a história seria o nosso mito regulador, combinando o “pensável” e a origem de acordo com o modo através do qual uma sociedade se compreende. E nesse empreendimento de compreensão, a história oscilaria entre dois pólos, que regulariam duas posições de verdade e de composição do real: o real enquanto “é o conhecido” – aquilo que o historiador estuda e compreende de uma historicidade passada – e o real enquanto implicado pela operação científica: a historicidade presente, que situa a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e sua prática de sentido.

O real nem seria mais o reflexo do passado, como pretendiam os historiadores positivistas, nem o resultado de um estado de espírito como anunciado pelos presentistas, mas a combinatória, possível pela operação historiográfica, entre aquilo que é conhecido e aquilo que é implicado, ou seja, “de um lado o real é o resultado da análise e, de outro, é o seu postulado”.<sup>23</sup> O exercício historiográfico existiria nessa relação, não podendo reduzir nem eliminar nenhuma dessas duas formas de realidade:

A ciência histórica existe, precisamente, na sua relação. Ela tem como objetivo próprio desenvolvê-la em um discurso. Certamente, segundo os períodos ou os grupos, ela se mobiliza, de preferência, em um de seus pólos. Com efeito, existem dois tipos de história, conforme prevaleça a atenção a uma destas posições do real. Mesmo que as imbricações dessas duas espécies predominem nos casos puros, elas são facilmente reconhecíveis. Um primeiro tipo de história se interroga sobre o que é ‘pensável’ e sobre as condições de compreensão; a outra pretende encontrar o ‘vivido’, exumado graças a um conhecimento do passado.<sup>24</sup>

Essa consciência histórica, própria do nosso tempo presente, marcada por essa dimensão auto-reflexiva, que se elabora entre o limite do pensável e do vivido, se configura não por um jogo de oposições, mas pela tensão entre essa instabilidade dos regimes de verdade e/ou das duas posições do real.

Assim fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é um lugar de sua prática, a história não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas. Ela é habitada pela estranheza que procura, e impõe sua lei às regiões longínquas que conquista, acreditando dar-lhe a vida.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

<sup>24</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 45-6.

<sup>25</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 46-47.

E dessa estranheza, instituem-se as relações de alteridade e de compreensão das diferenças, seja entre o passado/presente e entre o sujeito/objeto. Nesse sentido, umas das questões fundamentais seria o entendimento de que, apenas através dos outros e desse confronto, adquiriríamos um reconhecimento de nós mesmos, assim como demarcaríamos a consciência histórica de uma época, posto que cada sociedade se pensa historicamente com os instrumentos que lhe são próprios.

Hans-George Gadamer, em conferência proferida no Instituto Superior da Universidade de Louvain, problematizou o que nomeou de “O problema da consciência histórica”, posteriormente publicada, em 1976, pela New School for Social Research da cidade de Nova York.<sup>26</sup> A publicização de sua fala é um marco para a dimensão reflexiva da consciência histórica, que, na sua perspectiva, tratar-se-ia de uma das mais importantes “revoluções” da modernidade. Por consciência histórica, entende “o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião”.<sup>27</sup>

Por isso, a consciência histórica estaria presente em toda atividade intelectual do contemporâneo, não permitindo a exumação da reflexividade possível pelo “senso histórico”: “Ter senso histórico significa pensar expressamente o horizonte histórico co-extensivo à vida que vivemos e continuamos vivendo”.<sup>28</sup>

Esse pressuposto desempenharia um papel decisivo e fundamental para as ciências modernas da vida histórica e social em geral: “O diálogo que travamos com o passado nos coloca diante de uma situação fundamentalmente diferente da nossa – uma situação «estranha», diríamos -, que conseqüentemente exige de nós um procedimento interpretativo”.<sup>29</sup>

Se cada época pensa o tempo histórico que lhe é co-extensivo, teríamos, deste modo, outros campos de possibilidade para pensar a relação passado/presente, pois a consciência histórica do presente rompe com essa estrutura entre o corte de um passado, o

---

<sup>26</sup> Apenas publicada no Brasil em 1998 pela Fundação Getúlio Vargas.

<sup>27</sup> GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 17.

<sup>28</sup> GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 18

<sup>29</sup> GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 19.

objeto, e o presente, como apenas o lugar da prática historiográfica, tornando-o, ele mesmo, também materialidade a ser transformada em história.

Como articular, portanto, a compreensão da materialidade do presente, enquanto objeto de análise, e o seu próprio “fazer-se”, também inscrito no presente? Ou ainda, como articular essa reflexividade que postula diferentes posições do real?

Na década de 80, é publicado um debate entre o historiador Georges Duby e o filósofo Guy Lardreau, que criou o signo desse momento, em que uma reflexividade ampliada se confronta com os limites e as possibilidades relacionais da história com o seu “fazer-se” e seus regimes de realidade, pondo em circulação a dimensão interpretativa do conhecimento histórico e sua conseqüente dimensão subjetiva.<sup>30</sup>

As questões formuladas por Lardreau, filósofo assumido do nominalismo lingüístico, para o historiador Duby, enunciam proposições representativas dessa contemporaneidade reflexiva, em que o conhecimento histórico volta-se para os seus procedimentos internos e/ou operacionais, interrogando: como a história é possível?; quais as relações entre o discurso e o objeto?; e em que condições é que a história se qualifica na ordem dos saberes?

Destes primeiros questionamentos, Lardreau constrói sua problemática: a história, como um discurso, estaria localizado num real que insiste em retornar ao ser?, ou, como objeto, a história estaria apenas suscitada pelo discurso que a nomeia, sendo, portanto, puro efeito de nomeação?; ou seja, se é a partir de um real que se destaca esse objeto construído, se é um real que pesa sobre essa construção e a condiciona ou se o objeto não é mais do que essa construção, puro efeito de discurso.

Nesse sentido, o historiador enfrentaria de fato um “real”, posto que não pode dizer qualquer coisa que lhe venha à mente, ou seria esse real apenas o produto da aplicação de regras do fazer historiográfico? Esse confronto entre o que ele nomeia de realismo e nominalismo, constituiria, então, duas posturas opostas (?): a) o ponto de vista nominalista: o passado, enquanto tal, não é, a existir, mas sempre e apenas a necessária espessura que cada presente atribui a si mesmo, um dos modos segundo os quais o presente se apresenta inventando para si a profundidade de uma origem, se garantindo e se autorizando. A história seria então um “estilo” e as regras que a condicionam, seriam as de um gênero

---

<sup>30</sup> DUBY, Georges e LARDREAU, Guy. *Diálogos sobre a Nova História*. Lisboa: Anais, s. d.

narrativo; b) já o ponto de vista realista se caracterizaria por fazer do passado um real sobre o qual se pode dizer uma verdade, diferente da verdade do presente, outro real.

Mas a questão seria, para Lardreau, o que é que poderia autorizar um discurso de história a elevar-se acima da própria história? Ao mesmo tempo em que se questiona, Lardreau já se posiciona como nominalista. Mas não deixa de considerar que existiu uma doutrina que legitimou o realismo histórico, como a doutrina marxista, e que pensou sobre a historicidade do discurso histórico.

Marx, como contemporâneo dos positivistas (e dos presentistas), criou em seus textos multidisciplinares um realismo diferente do positivista. Para os positivistas, o “real” seriam os acontecimentos, os fatos, que, exibidos por si próprios, são despojados de qualquer interpretação. Contudo, para Marx, o “real” seriam as ligações, as relações entre os acontecimentos sob o epíteto de estruturas sociais. Para isso, constrói um conceito de objetividade inaudito, cujo modelo nenhuma outra ciência tinha fornecido, através de uma isonomia entre o objeto e o sujeito. Afirma que é, enquanto sujeito, ele próprio envolvido na história e no político, com seus interesses, as suas escolhas, as suas tomadas de posição, que o historiador pode articular a verdade sobre a história, uma vez que a sua consciência não estaria para além da própria história, o que, por sua vez, levaria à idéia de um sentido para a história.

Lembrando a máxima de Febvre, de que cada época produz sua representação do passado histórico, Lardreau propõe um diálogo com Duby na tentativa de capturá-lo nessas duas tradições maiores, postuladas por ele, que definiriam o atual cerne do debate epistêmico no campo da história, interrogando qual o seu lado nesse “novo” campo de batalha.

Duby lhe responde, afirmando que o que escreve é a história dele, não negando ou ocultando a subjetividade do seu discurso, mas postulando-o a partir do concreto, da sua maneira de fazer e de trabalhar os vestígios. Momento também em que sua imaginação intervém de forma a colmatar as lacunas do passado, lançar pontes, preencher falhas, como o não-dito e o silêncio, através do auxílio da erudição, daquilo que já sabe.

Frente a isso, Lardreau o interroga a respeito dos vestígios. O vestígio só seria vestígio com valor histórico para o historiador se já fizer parte do discurso? Duby rebate, afirmando que cada geração de historiadores efetua escolhas, que tanto exclui alguns

vestígios, quanto escolhe outros, pela forma de olhar os “detritos”, sendo esse olhar não apenas subjetivo, como também decorrente do tipo de interrogação que o historiador produz através de uma problemática lançada ao passado. No entanto, esse “olhar” não seria propriedade do indivíduo, posto que o trabalho historiográfico não pode ser isolado dos contemporâneos, dos antecessores e da solidariedade dos mestres, não sendo, pois, uma escolha livre. Diferentemente do discurso romanesco, a história teria que se preocupar com a veracidade e com a realidade, sendo estes os limites do discurso histórico. Limite este que se dá também no campo da ética profissional, visto que ao historiador não cabe “apagar” os vestígios, nem “criá-los”. A criação não seria no sentido de invenção do gênero, a exemplo do romance histórico, que também estaria preocupado com a verossimilhança, mas não teria a obrigação de “ensinar” a sua invenção no interior de um arquipélago de vestígios.

O trabalho do historiador funcionaria como uma oficina (ver também Marc Bloch e sua obra *Apologia da história – ofício do historiador*<sup>31</sup>) ao tratar dos vestígios que os homens no passado produziram, sejam de ordem concreta (objetos materiais que a arqueologia revela) sejam de teor discursivo, como as narrativas que os contemporâneos produziram sobre si próprios.

O procedimento com os vestígios, para Duby, seria imprescindível em qualquer oficina historiográfica, pois eles seriam a matéria bruta a ser tratada pelo historiador, ainda que essa matéria esteja gasta pelo tempo e forme um tecido amarrotado, coçado, rasgado, contendo enormes buracos que a investigação histórica jamais será capaz de colmatar, cuja extensão daquilo que falta seria impossível de mensurar, pois não se pode conhecer o que está estragado ou apagado. Sem contar que o historiador, muitas vezes, está distante temporalmente dos seus vestígios, sendo alguns possíveis de serem situados numa historicidade, e outros não, posto que são flutuantes, com localização vaga.

Contudo, essa flutuação e essa vagueza não desconsidera que os vestígios são reais enquanto testemunho irrefutável do passado, advindos dos sujeitos que outrora viveram e agiram, sendo a operação básica do historiador estabelecer relações entre eles.

Lardreau instiga, então, sobre a questão do número indefinido de discursos possíveis e como o historiador se articula com esse possível e esse impossível. Duby, nessa “arenga”, afirma não se poder produzir um discurso qualquer sobre o passado, pois, à

---

<sup>31</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história – ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

medida que nos afastamos do presente e que a teia de informações se esboroa, a liberdade e a quantidade de discursos possíveis se ampliariam. Mas esta não seria a problemática central, ainda que importante, a ser considerada, pois o cerne se dá na idéia de uma reconstituição integral do passado, que seria impossível, seja qual for a densidade dos vestígios. Inútil, pois, “ressuscitar” tudo, não podendo introduzir no presente a totalidade de uma duração, como o pretendido no século XIX - quando se sonhava com uma restituição integral do passado. Atualmente, teríamos a percepção e a ação de assumir a nossa obrigação de escolher, sendo a escolha feita em função de um comportamento coletivo dos historiadores, assim como também decorrente de nossos humores.

Nessa altura do “diálogo”, Lardreau indaga se o seu próprio discurso de historiador é a verdade de todos os discursos que o precederam, ou se se considera um entre outros. Indagação respondida a partir da não pretensão, da não capacidade de revivificar a lembrança, de apanhar nas malhas do discurso algo que escapa, que foge para todos os lados. Duby completa, ainda, que não acredita que nenhum historiador atual pense poder atingir um conhecimento escrupulosamente verdadeiro da passividade (real acontecido), que está convencido da inevitabilidade do discurso subjetivo, o que não o impediria de empreender o máximo para estar mais perto daquilo que pode se chamar de realidade. A sua invenção ou capacidade de criação subjetiva estaria condicionada a partir da crítica rigorosa dos vestígios.

Portanto, as fontes seriam uma espécie de suporte, de “trampolim para saltar-nos”, construirmos uma hipótese válida sobre o que poderiam ter sido os acontecimentos e/ou as estruturas que os comportam. Há de se considerar, também, o desejo, essa quase “neurose” de evasão da qual Duby fala, que interfere e introduz-se no próprio trabalho do historiador.

Lardreau, então, sintetiza os elementos propostos por Duby, como o estado da investigação, o estado dos materiais/vestígios e o desejo/pulsão, para, enfim, indagar a respeito dos interesses impostos pela época, pelo próprio presente, que suscitaria singularidades, talvez a necessidade de ratificar o nominalismo como uma viabilidade maior. Duby, no entanto, não nega que o discurso do historiador se inscreve no presente, que os tumultos do mundo em que vive, repercutem sobre o historiador.

Como arremate, Lardreau chama a atenção para o fato de que o historiador sonha, mas através de um sonho condicionado pela erudição, pretexto que Duby põe em favor

próprio, ao associar a erudição a uma questão também de ética do ofício. Existiria, para ele, um utensílio de trabalho indispensável: a crítica histórica, uma disciplina cujo conjunto de regras constituiria o valor do documento histórico. Duby ainda desdobra essa discussão para o campo da ciência, ao afirmar que os historiadores não chegam a admitir que, ao produzirem as obras históricas, não excluem essa “nostalgia da cientificidade” e o “desejo de estabelecer alguns factos verdadeiros”. O limite e a dificuldade seriam a conciliação entre o encanto e o rigor, possíveis apenas por uma questão ética: não dizer daquilo que não se tem certeza.

Nomeado por Lardreau como um “nominalista bem temperado”, Duby associaria, na sua prática de historiador, elementos reflexivos que, *a priori* e formalmente, se constituem enquanto antagônicos (nominalismo x realismo). Essa combinação nos remete a repensar o problema da certeza e da verdade histórica quando estabelecemos uma continuidade entre o debate realismo x nominalismo de Duby e de Lardreau, acontecimento-signo do nosso presente, com as duas grandes tradições do século XIX, presentismo e positivismo.

Talvez esse seja o momento de esclarecer ao leitor o porquê de todo esse *quiproquó*. Por não conceber a concepção de tempo descolada de toda uma reflexão epistemológica implicada em escolhas metodológicas, os deslocamentos e/ou os desdobramentos dessa narrativa pretenderam evidenciar algumas das questões teóricas que permeiam o discurso histórico, ainda que não enunciados explicitamente, para localizar o discurso daqueles ocupados em fazer uma história do tempo presente e melhor intuí-la, como resultado de um processo histórico, envolvido em práticas sociais concretas, ou seja, como uma “operação historiográfica”.

### **1.3 - (Con)figurações da operação historiográfica (subtítulo provisório)**

Há cerca de três décadas o campo da historiografia começou a expandir-se, enriquecer-se e aprofundar-se de maneira prodigiosa. O surgimento de setores inteiramente novos, a multiplicação das fontes, a diversificação de abordagens e questionamentos, tudo isso contribuiu para criar uma nova paisagem na história. No que concerne à história do tempo presente, cabe acrescentar a complexidade crescente do real no mundo contemporâneo, o que complica como que por capricho a tarefa do

pesquisador, reforçando o processo geral de sofisticação crescente do conhecimento histórico.<sup>32</sup>

A expansão da historiografia e a crescente complexidade do real trariam, para os historiadores do tempo presente, uma nova tarefa: reconsiderar o risco atual de pulverização das narrativas históricas e a dificuldade de um princípio unificador: “O perigo do caleidoscópio não é absolutamente imaginário” – afirma o grande mestre de obras do Instituto do Tempo Presente.

Segundo Bedárida, é preciso estar alerta para a “multiplicação concorrencial das curiosidades”. Utilizando Pierre Vilar como intertexto, lembra que toda história nova sem ambição totalizante seria de antemão velha – “Eis um aviso aos estudiosos do tempo presente!”.

Seria, portanto, tarefa do historiador do tempo presente restituir à história sua totalidade? Ou a história do tempo presente não seria uma ruptura dessa ambição totalizadora do conhecimento histórico? – um dos sinais daquilo que Certeau, ao procurar os ruídos de uma fabricação, nomeou de “o tempo das desconfianças”.

Esse tempo, percebido sob o signo da desconfiança, teria emergido com as críticas do “cientificismo”, empreendidas num primeiro momento por Raymond Aron, que demarcou na história “objetiva” o lugar do sujeito. Analisando uma “dissolução do objeto”, Aron destituiu o privilégio da história em reconstituir a verdade daquilo que tinha acontecido. Desse primeiro movimento crítico, adveio a sensação de morte do tempo positivista, com a instauração da idéia de que toda interpretação histórica depende, necessariamente, de um sistema de referência, implicada numa “filosofia” particular, que remeteria à subjetividade do autor, quando este organiza seu trabalho de análise:

Agora, sabemos a lição na ponta da língua. Os “fatos históricos” já são construídos pela introdução de um sentido na “objetividade”. Eles enunciam, na linguagem da análise, “escolhas que lhe são anteriores, que não resulta, pois, da observação – e que não são nem mesmo verificáveis”, mas apenas “falsificáveis” graças a um exame crítico.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> BEDÁRIDA, F. “Tempo presente e presença da história”. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 224.  
 CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 67.

Se por um lado teríamos a “morte anunciada” do positivismo e do seu projeto de narrar o passado, isento de toda referência subjetiva, por outro, teríamos também o enterro do presentismo, posto que postular o plural da subjetividade não significaria um retorno à defesa de um “espírito de partido” e da capacidade de intuir o real passado.

Longe de configurar a história como uma atividade intuitiva, produto de uma poeira de percepções e de decisões pessoais, esse “tempo da desconfiança” requer os ruídos de uma fabricação, que problematize o discurso histórico como sendo uma prática social que poria em agenciamento uma série de procedimentos utilizados pelos historiadores, principalmente, quando estes postulam questões como: o que fabrica o historiador quando faz história? para quem trabalha? o que produz? o que é esta profissão?<sup>34</sup>

Necessário também explicitar a particularidade do lugar de onde fala, a exemplo do diálogo de Lardreau e Duby, pois esse gesto de ligar as idéias aos lugares, busca compreender e analisar, em termos de produção localizada, o material que cada método instaurou segundo seus critérios de pertinência. Portanto, ao conferir um produto a um lugar, a história se torna o próprio objeto de sua reflexão. Esta postura epistemológica está cada vez mais presente na academia, através de uma vertente nomeada de ego-história, como *A história continua*<sup>35</sup>, de Georges Duby, *Um historiador diletante*<sup>36</sup>, de Phillippe Áries, ou a coletânea francesa de *Ego-história* - produzida pelos herdeiros da tradição da Revista dos Annales -, e a tendência atual também na historiografia brasileira, a exemplo de *Conversando com historiadores brasileiros*<sup>37</sup>, composta de relatos de histórias vividas e experiências próprias de alguns dos mais significativos historiadores brasileiros do século XX, demarcando as principais mudanças no ofício do historiador, na ampliação de temas relacionados à história cultural e social do Brasil.

Para Michel de Certeau, todo sistema de referências está ligado a lugares sociais, econômicos, culturais e institucionais. O historiador que não compreende esses elos, seria um “fujão”, um “sonâmbulo teórico”. Esse “despertar epistemológico”, promovido por

---

<sup>34</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

<sup>35</sup> DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

<sup>36</sup> ARIÈS, Philippe. *Um historiador diletante*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

<sup>37</sup> MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio (orgs.). *Conversando com historiadores brasileiros*. São Paulo: 34, 2002.

Moscovici, Foucault, Veyne, atestariam essa nova urgência sobre o lugar da teoria na prática histórica.

Logo, encarar a história como uma produção, consiste em admitir que ela faz parte da realidade de que trata e que pode ser apropriada enquanto atividade humana, relacionando os lugares (recrutamento, meio, profissão), os procedimentos de análise (uma disciplina), e a construção de um texto (uma literatura). Essa análise, considerando os seus procedimentos intrínsecos, permitiria contornar as “leis silenciosas” que organizam o “espaço produzido como texto”.

Michel de Certeau, ao demonstrar que o nascimento das disciplinas, enquanto instituições de saber, estariam ligadas à criação de grupos específicos, explicita a relação entre uma instituição social e a definição de um saber. Seria a instituição social que permitiria a condição de uma linguagem científica – ver a criação na década de 70 do Instituto do Tempo Presente. A instituição não daria apenas uma estabilidade social a uma doutrina, mas a tornaria possível e, numa certa medida, a determinaria, pois cada enunciado individual se produz em função das “silenciosas organizações do corpo”.

Impossível, pois, analisar o discurso histórico, independente da instituição em função da qual se organiza silenciosamente. Nesse sentido, como situar historicamente o enunciado de François Bedárda na defesa de uma história do tempo presente e sua preocupação com o “perigo do caleidoscópio”?

Ao considerar que o historiador, vinculado às suas redes sociais e institucionais, teria um espaço de circunscrição relativo ao permissível do seu grupo, assim como do seu tempo: “Ser-lhe-á necessário o ser acreditado para aceder à enunciação historiográfica”.<sup>38</sup>

Seria um sujeito plural que sustentaria um discurso:

A mediação deste “nós” elimina a alternativa que atribuiria a história ou a um indivíduo (o autor, sua filosofia pessoal, etc.) ou a um sujeito global (o tempo, a sociedade, etc.). Substitui a estas pretensões subjetivistas ou a estas generalidades edificantes a positividade de um lugar onde o discurso se articula sem, entretanto, reduzir-se a ele.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 72.

<sup>39</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 72

O grupo institucional, no qual se situa e se apóia um discurso individual, circunscreve as possibilidades próprias de enunciação historiográfica. Teríamos, portanto, um relativismo delimitado pelas “leis do meio”, daquilo que, para Duby, restringe o olhar subjetivo do historiador: o não isolamento dos seus pares.

Este discurso – e o grupo que o produz – faz o historiador, mesmo que a ideologia atomista de uma profissão ‘liberal’ mantenha a ficção do sujeito autor e deixe acreditar que a pesquisa individual constrói a história [...] Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma “realidade” passada. É o produto de um lugar.<sup>40</sup>

Ao pensar, pois, a problemática do tempo presente como sendo ela mesmo produto de um lugar e de uma historicidade específicas, convém ponderar sobre as formas de recrutamento psicossocial e das suas normas centralizadoras, localizando o enunciado de Bedárida, de uma história vinculada à idéia de verdade e de totalidade, à própria instituição do seu grupo: daquilo que lhe é permissível e que lhe é interdito.

Estas discussões apontam para a necessidade de uma repolitização das ciências humanas que possibilite uma teoria crítica de sua situação na sociedade, assim como a demarcação do “nós” do autor, esse sujeito plural que sustenta o discurso, seus “verdadeiros leitores”, os pares e os colegas que o apreciam e o avaliam.

Essa relação do “eu” do autor no “nós” de um trabalho coletivo imprime legitimidade ao discurso. Mas o que faria de um discurso um discurso histórico para além da “tribo de historiadores” ou da sua “polícia do trabalho”?

Um texto histórico enuncia uma operação situada num conjunto de práticas: nova interpretação, exercício de métodos novos, deslocamento da definição e do uso do documento e o seu modo de organização característico. Uma outra questão se avizinha: o que seria uma “obra de valor” em história? - problemática também desenvolvida por Paul Veyne. Aquela que fosse reconhecida como tal pelos pares e que representasse um progresso em relação ao estatuto atual do objeto desenvolvido.

Para Michel de Certeau, convencionou-se que não se introduzirá na teoria aquilo que é feito na prática. Assim, fala-se de métodos sem invocar seu valor de iniciação a um

---

<sup>40</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 72

grupo. Outrossim, os métodos esboçariam um comportamento institucional e as leis de um meio, desmistificando a concepção de que a ciência é autônoma e/ou atomista, pois, cada vez mais, o trabalho se articularia com base em equipes, líderes, meios financeiros etc.

Caso contrário, quando o historiador supõe que um passado já dado se desvenda no seu texto, ele se alinharia com o comportamento do consumidor, recebendo passivamente os objetos que lhe são distribuídos. Como em história, tudo começaria com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. A prática de recopiar e de transcrever os documentos muda, ao mesmo tempo, o seu lugar e o seu estatuto: “longe de aceitar os dados, eles os fazem” (sic). Esta ruptura não é derivada do efeito de um olhar, mas de uma operação técnica, sendo o estabelecimento das fontes, também, um gesto fundador.

Portanto, um trabalho é científico quando opera uma redistribuição do espaço e consiste em se dar um lugar espaço-temporal através de ações instauradoras das técnicas do ofício – que ações instauradas tornou possível a história do tempo presente? Seria este um trabalho sobre as margens do instituído, muito mais do que sobre a presença de uma totalidade ansiada?

Se considerarmos que o trabalho teórico consiste em partir de uma formalização (sistema presente) para dar lugar aos restos (indícios), deslocaríamos a antiga função do historiador de prover uma síntese (compreensão presente) daquilo que se convencionou ser o objeto da história: a totalidade de experiências do passado.

O historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula em «torno» das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma num vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as Marcas das grandes regiões exploradas. «Faz um desvio» para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, a Occitânia, etc., todas elas zonas silenciosas.<sup>41</sup>

Seria a história do tempo presente uma zona silenciosa? Seu trabalho configura um trabalho marginal? Se considerarmos que a função da história, no conjunto das ciências atuais, não seria mais o de prover a sociedade de representações globais de sua gênese, mas a de intervir à maneira de uma experimentação crítica dos modelos sociológicos,

---

<sup>41</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 87.

psicológicos, culturais, etc, teríamos um outro estatuto para a história [do presente], a partir de duas premissas.

Primeiro, a mutação do sentido do real, através da fragmentação decorrente de uma pluralidade de histórias marcadas pelos desvios das racionalizações adquiridas, sendo sua pertinência julgada pela capacidade de medir os desvios. Segundo, a composição de um lugar que instaura no presente a figuração ambivalente do passado e do futuro, sendo a função do passado significar a alteridade, uma tarefa instauradora do outro no presente, posto que o passado é o meio de representar uma diferença.

A operação historiográfica apresentaria, enfim, um efeito duplo: ao mesmo tempo em que historiciza o atual, presentifica uma situação já vivida. Qual então a relação entre um saber sobre um presente num campo científico que, historicamente, privilegiou o passado como lugar a ser transformado em objeto de sua narrativa? E como ele se articula em meio ao grupo institucional que lhe confere legitimidade?

#### **1.4 - Eis que (s)urge o tempo presente**

Em 1999, chega ao mercado editorial brasileiro uma obra de artigos “pioneiros” sobre *Questões para uma história do presente*.<sup>42</sup> Essa coletânea de artigos vem mensurar os debates, através da crítica historiográfica, sobre esse “novo” campo de possibilidades do discurso histórico, considerando três eixos de pesquisa: o historiador e sua pesquisa, a atividade histórica e o subsequente lugar do historiador frente à história e à sociedade, como frente à comunidade dos historiadores.

As questões para uma história do presente, inicialmente mapeadas pelos historiadores Agnès Chauvenau e Philippe Tétard, consideram os problemas metodológicos, epistemológicos e deontológicos desse recorte historiográfico, que, muitas vezes, é associado ao imediatismo do trabalho histórico, através de sua relação com as representações de uma história imediata, de uma história próxima, e, por fim, de uma história do presente.

---

<sup>42</sup> CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para uma história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999.

Essas problemáticas retornam à antes discutida e novamente incômoda relação entre o sujeito e o objeto, postulando: “qual é a parte da verdade não-histórica?” “Qual pode ser a natureza da deformação da análise e que elementos concorrem para esta deformação?” “Quais são os jogos de influência entre os climas ideológicos e os contextos históricos?” “Qual é a parte de responsabilidade na emergência e na afirmação dos movimentos históricos e historiográficos?” “Há uma responsabilidade do historiador em seu papel cada vez mais valorizado de comentarista do presente ou do imediato?”<sup>43</sup>

Direcionados ao campo da epistemologia, esses questionamentos se propõem tanto a uma nova percepção da história do presente, como permitem melhor dimensionar a presença do historiador em seu tempo, considerando a sua própria dimensão histórica. Nesse sentido, teríamos uma genealogia da história do presente a partir de um olhar historiográfico relativo a dois eixos centrais: a dimensão epistemológica (e, por isso, hermenêutica) e a dimensão metodológica.

Ao se questionarem sobre a própria ausência da história do presente na historiografia, Tétard e Chauveau situam essa marginalidade historiográfica pelo movimento empreendido pela Nova História francesa, quando esta ignora o contemporâneo, o presente e o imediato, ao prosseguir com os postulados dos “pioneiros” dos *Annales*, que tomaram o tempo presente tal como um prisioneiro de guerra, à maneira do personagem literário de Alexandre Dumas na obra *O conde de Monte Cristo*. Isolado numa ilha-prisão, enlouquecido porque marginalizado do convívio dos seus e do seu passado, a receber liturgicamente castigos do seu carcereiro e a se deixar mofar, com seus cabelos, unhas, sujeiras a se superporem como uma nova camada do seu corpo, cada vez mais levado ao que se atribuía à animalidade do humano. Expropriado, encarcerado, desmazelado, quase “enlouquecido” pela ausência da liberdade e pela não ciência do seu cárcere – imagens de um texto literário associado ao passado, que pode nos levar a refletir como, historicamente, o presente se tornou um prisioneiro das malhas de um saber sobre o passado.

Que lugar foi esse atribuído ao imediato, ao presente – associado ao político – pelo movimento dos *Annales*, reafirmado em grande medida por aqueles que assumem a direção

---

<sup>43</sup> CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999.

dessa revista na década de 70, mesmo postulando uma ruptura através do “anúncio-manifesto” de uma Nova História? Os indícios teóricos apontam para uma marginalização das narrativas do presente.

Como intertextos legitimadores desse tipo de abordagem anunciado por Chauveau e Tétard, dispomos Lucien Febvre, quando demonstra que a análise do presente podia dar a “régua e o compasso à pesquisa histórica”, assim como Marc Bloch: “A incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente”. A recusa, pois, da Nova História não se faz em torno do presente, como temporalidade a ser inserida no campo da história, mas da noção de imediato, de uma história associada ao programa da “escola metódica/positivista”, quando esta, segundo interpretação dos *anallistas*, se propunha apenas a uma escrita da história voltada para uma seqüência de fatos que desembocariam num presente a ser glorificado, através dos símbolos maiores da nação e daqueles grandes homens que a tornaram possível.

Mas essa história dada como acabada, generalizável através dessa recusa do presente, qualquer que seja o lugar ocupado/aprisionado, não pode ser entendida num recorte historiográfico como se estivéssemos assistindo a uma narrativa fílmica linearizada, ausente de irrupções temporais, através da introdução de alguns “espaços de liberdade”. O próprio Marc Bloch, chamado a conferir autoridade pela crítica histórica para demarcar o território do inimigo maior (a história positivista), na sua obra *Apologia da história ou o ofício do historiador*<sup>44</sup>, publicada postumamente pelo seu filho Étienne Bloch, nos indica algumas pistas para instrumentalizar o tempo presente como um lugar fundamental de arquitetura dos textos históricos.

Seu “método regressivo” é demonstrativo desses propósitos, quando, inclusive, postula sobre “O que é, com efeito, o presente?”, tentando os “devotos do imediato”.

Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino da Memória. São palavras, ao mesmo tempo, banais e profundas, do jovem Goethe: não existe presente, apenas devir [...] Condenada a uma eterna transfiguração, uma pretensa ciência do presente se metamorfosearia, a cada momento do seu ser, em ciência do passado.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história – ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

<sup>45</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história – ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 60.

O imediato transmutado em passado – questão absolutamente demarcada como fugaz, e, portanto, não científica. Mas essa fugacidade é justamente o grande alvo a ser implodido por Bloch, pois seria absurdo tanto pensar numa ciência do passado quanto do presente. A história seria sim uma ciência, mas dos homens em sociedade, num tempo dialético, composto por continuidades e descontinuidades. Mas esta ciência também só pode ser possível quando o historiador, no presente de produção de seu objeto histórico, se volta ao passado através do que os *anallistas* nomearam de “história-problema”. Nesse sentido, o presente, enquanto lugar de formulação dos problemas ou da emergência dos objetos históricos, não pode ser associado à fugacidade do passado, ele é elasticamente tratado, de forma a conferir inteligibilidade ao passado, o que pode nos levar a interpretar como o passado é povoado pelo presente e, por isso, indissociável.

Emblemática também é a produção da sua obra *L'Étrange défaite* que, segundo prefácio de Jacques Le Goff, é “provavelmente” o estudo mais perspicaz realizado sobre a derrota francesa de 1940:

Marc Bloch refletiu sobre o acontecimento no calor da hora e o analisou praticamente sem dispor de qualquer arquivo, qualquer documentação a princípio necessária ao historiador; fez entretanto obra de historiador e não de jornalista. Pois mesmo os melhores jornalistas permanecem “colados” ao acontecimento.<sup>46</sup>

“Descolar” dos acontecimentos parece ser a necessária preocupação dos historiadores frente às problemáticas do presente. A Bloch, Le Goff faz as devidas deferências, mas sem deixar de enfatizar a sua diferença relativa aos jornalistas. Qual seria, então, o posicionamento dos historiadores que tratam especificamente de uma história do tempo presente, considerando, também, as produções sociológicas e jornalísticas dos eventos?

Agnès Chauveau e Philippe Tetárd, ao iniciarem a coletânea de textos sobre a história do presente, questionando a sua ausência, argumentam que, mesmo com a ignorância e o desinteresse pelo presente, formulados pelos historiadores da Nova História, teria sido no seio desse movimento historiográfico, “no próprio interior da cidadela”, que emergiram duas reflexões fundamentais sobre o presente: o artigo “O retorno do fato” de

---

<sup>46</sup> LE GOFF. In.: BLOCH, Marc. *Apologia da história – ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 17.

Pierre Nora, que figura na coleção francesa *Faire de l'Histoire* e o artigo “A história imediata” de Jean Lacouture, publicado na coletânea *A história nova*, organizada por Jacques Le Goff.

Pierre Nora, ao discutir a história contemporânea, a associa a duas imagens contraditórias: a filha degenerada de uma história mais nobre (da Antiguidade, da Idade Média e dos Tempos Modernos), condenada a viver nas sombras e a imagem da soberana inspiradora de qualquer interrogação sobre o passado, depositária dos segredos do presente. Localizada entre essas duas imagens, a história contemporânea ainda não tinha demarcado a sua identidade, assim como sua autonomia.

Pensando a história contemporânea, no início da década de 70, Nora pontua que, mesmo sem uma identidade definida, essa história não pode obliterar de sua própria historicidade: “[...] nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu tempo presente como já possuído de um sentido histórico”.<sup>47</sup> Essa consciência histórica do presente já seria o suficiente para libertar o contemporâneo de sua “imperfeição”, principalmente quando essa circulação generalizada da percepção histórica culmina numa redefinição da noção de acontecimento.

Viveríamos um tempo histórico assinalado pelo monopólio da história, porque monopolizado pelo *mass media*: “Nas nossas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar”.<sup>48</sup> A própria condição da existência dos acontecimentos estaria implicado no espaço que a mídia - através do rádio, da imprensa, das imagens-, comporta na nossa contemporaneidade. A esse exemplo, Nora faz uma cartografia de acontecimentos contemporâneos que, por serem capturados pela *mass media*, provocaria um estado de “superinformação crônica” e “subinformação crônica”: Maio de 68, a invasão de Praga, o desembarque na Lua, os discursos do julgamento em Nuremberg, entre outros, para demonstrar que o acontecimento chegaria do exterior, com toda a força de um dado, antes de sua elaboração pelo historiador e do seu trabalho do tempo:

---

<sup>47</sup> NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In.: LE GOFF, J. e NORA, P. (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 180.

<sup>48</sup> NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In.: LE GOFF, J. e NORA, P. (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 181.

Ora, considerado globalmente, o sistema informativo dos *media* fabrica o ininteligível. Bombardeia-nos com um saber interrogativo, sem núcleo, sem sentido, que espera de nós seu sentido, nos frustra e nos satisfaz por sua vez com sua evidência enfadonha: se um reflexo de historiador não interviesse, isso seria, nas circunstâncias extremas, se apenas um ruído que confundiria a inteligibilidade do seu próprio discurso.<sup>49</sup>

O que Nora está pleiteando é que a capacidade crítica do historiador intervenha no próprio acontecimento, para provocar um deslocamento da mensagem narrativa, ao considerar que cada acontecimento está implicado em dimensões não-eventuais. Localizar o presente dos acontecimentos numa estrutura histórica que comporta não só a análise, como também o duplo sistema que nele se entrecruza: o sistema formal e o sistema de significação. Ao historiador do presente, cabe dar essa densidade analítica aos acontecimentos para não ficar preso à tirania dos eventos produzidos pela mídia, visto que a ele compete a interpretação do acontecimento, inserindo-o num feixe de significações, para assim percebê-lo como a evidência de um sistema de significações mais amplas. Nesse sentido, o acontecimento seria apenas a ponta de um iceberg, competindo ao historiador entendê-lo como um lugar de cristalização e de revelação das estruturas submersas.

“É o nosso presente por inteiro que procura sua própria consciência através do novo estatuto que o acontecimento adquiriu nas sociedades industriais” – e o historiador não pode se furtar dessa tarefa, ao ponto de se ver suplantado por aqueles que produzem uma visibilidade dos eventos e um esvaziamento de sua expressão intelectual.

Jean Lacouture, ao se pronunciar seis anos depois de Pierre Nora, com a publicação do seu artigo “A história imediata”, em 1978, também vai demarcar essa urgência da sociedade contemporânea em conferir visibilidade histórica ao seu presente. Fixada como a “secreção” e a “projeção” do nosso século, a emergência histórica do presente é entendida como necessária e inevitável: “Não é por acaso que o veículo e o lugar privilegiado da “história imediata” assumiu a denominação global de meios de comunicação de massa. Estranha imediação, que se baseia no recurso aos meios [...]”.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In.: LE GOFF, J. e NORA, P. (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 186-7.

<sup>50</sup> LACOUTURE, Jean. “A história imediata”. In. LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

A inundação da comunicação nos “domínios de Clio”, que estabelece o desenvolvimento da história imediata, seria o sinal de uma sociedade alucinada por informações, que se coloca no direito de exigir inteligibilidade histórica. Receberíamos, ao acordar, pastas de arquivos, demarcadas pelo tempo instantâneo e convulsivo das comunicações e dos jornalistas-historiadores e, por isso, caberia ao historiador, munido do seu rigor crítico, esmaecer esse estado de bruma e de convulsão.

Essa inevitabilidade do presente, ou do imediato, não é sentida de forma confortável. O artigo de Lacouture deixa ao leitor uma sensação de desconforto frente à essa urgência do presente, provocando um descentramento do ofício historiográfico. O historiador é chamado à conferir inteligibilidade histórica aos acontecimentos irradiados pela mídia, que nessa contemporaneidade, se coloca como o *locus* privilegiado das informações. Sintomático, pois, o desconforto frente às “reportagens ao vivo” do acontecimento “absoluto”, imposto por uma maneira “tirânica ou obsedante”: “Basta o som ser por acidente, basta a direção parisiense necessitar de repente de um ‘comercial’, para que a operação de parto histórico cesse de repente.”<sup>51</sup>

Segundo Lacouture, não se trataria de confundir história com jornalismo, “para a grande glória deste ou vergonha daquela”, mas de perceber as mudanças entre esses dois campos de discurso, posto que a “imperfeição” dos jornalistas seria a “modicidade” de suas fontes e a “raridade” dos cruzamentos feitos: “o jornalista é menos aquele que trabalha com pressa do que aquele que manipula poucos fatos, observações, casos”.<sup>52</sup> Seria necessário ao jornalismo o emprego do rigor histórico, a aplicação daquilo que Pierre Nora denomina de consciência crítica do historiador.

Ainda que esses notórios textos, anteriores à criação do IHTP (Instituto Histórico do Tempo Presente), em 1978, componham um orifício para se refletir sobre essa consciência histórica do presente, ainda seria uma postura tímida e hesitante. A crescente capitalização da história do tempo presente está associada a um outro movimento historiográfico: o retorno do fato e o retorno do político. Assim, esse trato do presente não se passa ao largo do trabalho tido como inovador de René Remond que, apesar de isolado, tinha tido uma

---

<sup>51</sup> LACOUTURE, Jean. “A história imediata”. In. LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 217.

<sup>52</sup> LACOUTURE, Jean. “A história imediata”. In. LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 218.

favorável acolhida. A história renovada do político funcionou como um “agente dinamizador”: “Nesse processo, o estudo do político, o retorno da história política tiveram e têm ainda um papel aglutinador e dinâmico”.<sup>53</sup>

Os historiadores do político constituiriam a vanguarda da história do presente. Mas o “retorno” do presente não seria tributário apenas do político, pois haveria, ainda, dois outros fatores: o impacto de “geração” e a demanda social. Fatores também pontuados por Eric Hobsbawm, no seu livro *Sobre história*, quando do momento da sua conferência na Universidade de Londres, em 1993, e posterior publicação em folheto com o título: “O presente como história: escrevendo a história de nosso próprio tempo”.<sup>54</sup>

O impacto da geração, pois, estaria relacionado às tentativas de explicação do presente frente aos acontecimentos do século XX sobre os homens e sua vontade de reação diante daquilo que Hobsbawm nomeou, na sua *Era dos extremos*, de “Era das catástrofes”, “da guerra total”, “do abismo comum” e “do fim dos impérios” etc.<sup>55</sup>. Todo esse “contexto” teria feito germinar um pressuposto metodológico para os historiadores: “a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente”.<sup>56</sup>

O estudo do presente também demonstraria a não recusa dos historiadores em trabalhar com os acontecimentos que viveram, possibilitando uma nova singularidade: a reflexão sobre a natureza da presença física do historiador em seu tempo e no seu tema [ver a propósito os estudos de ego-história], promovendo o desenvolvimento de uma consciência histórica auto-reflexiva.

A história do tempo presente, portanto, ao refletir sobre a presença do historiador em seu tema e em seu tempo, põe em funcionamento procedimentos hermenêuticos relativos à subjetividade, desnaturalizando a relação entre o sujeito e o objeto:

Essa imersão do historiador do presente em seu tema distingue-se, parece-nos, da relação natural que todo historiador tem com seu tema, seja ela passional ou não.

<sup>53</sup> CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 14.

<sup>54</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>55</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>56</sup> CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 15.

Jamais um medievalista ou um modernista poderá ‘viver’ o que descreve. Ele deve recompor uma realidade que lhe escapa fisicamente.<sup>57</sup>

Imersos em seu tempo, enquanto sujeitos, tratando-o enquanto objeto, os historiadores do presente ressignificariam a própria noção de acontecimento, pois não se trataria mais de discutir o valor real dos fatos na história, mas sua percepção e as condições históricas nas e pelas quais eles são percebidos: “A epistemologia da história do presente consiste, portanto, em interrogar a história a fim de propor novos dados que aumentarão sua capacidade de explicação e de sugestão”.<sup>58</sup>

Uma interrogação que passa pela própria possibilidade de se fazer uma história do presente. Jean-Pierre Rioux, colaborador dessa coletânea, intitula seu artigo com essa reflexão: “Pode-se fazer uma história do presente?”, questionando, dentro do campo epistêmico, se o presente pode ser objeto da história, pois: “Como de fato inscrever um presente fugaz na construção, ou reconstrução, necessariamente temporal ou retroativa, que elabora o historiador confrontando suas hipóteses de trabalho com a dura realidade da documentação e do arquivo recebidos?”.<sup>59</sup>

Para Rioux, o argumento mais utilizado para denegar essa possibilidade histórica é o da proximidade, através de uma forte objeção: “Como traduzir em termos de duração um presente, por definição, efêmero?”, ou ainda: “Se nosso presente é doravante uma sucessão de flashes, de delírios partidários e de jogos de espelhos, como sair dele para erigi-lo, em objeto de investigação histórica?”. Seria, ainda, preciso considerar a imersão do historiador em seu tema e em seu tempo, como já dito por Chauveau e Tétard e ratificado por Rioux, não sem um irônico prognóstico:

Impõem-se, então, a conclusão, adocicada ou sentenciosa de acordo com o humor do detrator: que o historiador abandone a partida, que ceda lugar aos jornalistas seriamente documentados que produzem desde os anos 1960 uma ‘história imediata’ sem pretensões supérfluas [...].<sup>60</sup>

<sup>57</sup> CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 31.

CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 36.

<sup>59</sup> RIOUX, Jean-Pierre. “Pode-se fazer uma história do presente?”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 40.

<sup>60</sup> RIOUX, Jean-Pierre. “Pode-se fazer uma história do presente?”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 42.

Uma desistência que seria inócua para Rioux, pois o impulso para a história do presente é dado pela própria sociedade, “que lhe sugere não tropeçar diante do obstáculo da proximidade e até mesmo utilizá-lo para melhor saltar”. Mas, para onde “saltar”? Segundo Rioux, esse salto teria que ser epistemológico e não simplesmente cronológico. Saltar-se-ia do gosto generalizado pela história ou ativismo de raízes, para vivenciar um “desejo de identidade” através da ambição de uma história atenta tanto ao presente quanto aos olhares dos atores:

Ela será uma espécie de evangelho eterno para vivos, cujo historiador poderá ser o apóstolo; um depoimento de boa qualidade científica sobre esse estranho sentimento próprio de nosso tempo, inédito na torrente do tempo e que atrapalha tão freqüentemente nossos contemporâneos: a consciência, dolorosa ou exaltante, de ter sido, por bem ou por mal, tomados, triturados e designados por uma história catastrófica cujo curso eles jamais dominam.<sup>61</sup>

A esse “desejo de identidade”, acrescentaria uma “espécie de vontade comovente” de lutar contra uma “temerária amnésia” social, efeito de uma “massificação de efemérides”. Essa recusa do efêmero, traduzida através da fórmula de Michelet sobre a necessidade social de um Édipo que explicasse seus enigmas, indica tanto o esvaziamento quanto o desejo de preenchimento de sentido. Seria o combate contra a atemporalidade contemporânea, o relativismo da novidade propagado pelas mídias, o “desfazer desse imediatismo que aprisiona a consciência histórica como a folha de plástico ‘protege’ no congelador um alimento que não se consome?”.<sup>62</sup>

Nesse sentido, Rioux argumenta que a história do presente nasce antes de uma impaciência social do que de um imperativo historiográfico. Contudo, os historiadores do recente teriam “feito bonito”, “martelando o bom senso do velho artesão”, ao demonstrarem que o argumento da “falta de recuo” não se sustentava metodologicamente, exatamente pela ciência de que é o historiador, utilizando seus instrumentos e experimentando suas hipóteses de trabalho, que produziria, em toda e qualquer historicidade, o “famoso recuo”.

---

<sup>61</sup> RIOUX, Jean-Pierre. “Pode-se fazer uma história do presente?”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 43.

<sup>62</sup> RIOUX, Jean-Pierre. “Pode-se fazer uma história do presente?”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 46.

O que de todo não desconstitui um risco: “Pois a história do presente, experimentada hoje a partir dessa argumentação bem simples, contribui, no entanto, para colocar questões bastante temerárias à disciplina histórica inteira”.<sup>63</sup>

O estudo do presente poderia estilhaçar os alicerces de uma história que se afirma através de uma série quantificada, anunciadora de uma longa duração, portadora de um sentido oculto, que havia produzido historicamente o atropelo do presente. O presente, por sua vez, examinado pelo historiador, institui uma outra composição hierarquizadora do tempo, em que a combinação do sujeito, do acontecimento e do narrativo, derivaria do valor operatório e explicativo de uma interpretação quantitativa e comprobatória.

Uma outra erosão possibilitada pela história do presente seria relativa à configuração do tempo humano: “o imbricamento constante, cruel e alimentador ao mesmo tempo, do passado com o presente” [...], “o trabalho do luto como condição necessária para um apaziguamento ou uma hierarquização de um presente invasivo, a ênfase da representação do passado como parte integrante do imediato”.<sup>64</sup> Essa reconfiguração temporal permitiria, para Rioux, melhor postular a questão do sentido.

A história do presente, pois, seria um “vibrato do inacabado”, que animaria repentinamente todo um passado. Assim como animaria as arengas com os “guardiões dos templos da ciência histórica”, que subordinariam todo desdobramento do território histórico à sua própria disciplina, “que atiram sem remorsos naqueles que perturbam a sesta”.

A linguagem ácida e combativa de Rioux, frente aos guardiões da disciplina histórica, essa “polícia do trabalho” da qual Certeau fala na sua *Escrita da história*, sempre ciente de salvaguardar suas fronteiras e sua excelência, percebe o historiador do presente enquanto “ingênuo, marginal, agitador por defeito e impotente por vocação”. Lugares de sujeito que, para Rioux, só indicariam as fraquezas intelectuais dos honoráveis que, fechados ao diálogo da história com o jornalismo, não percebem o debate provocador e frutífero entre os historiadores, sedentos do atual, e os jornalistas, atrás de legitimidade histórica. Diálogo esse essencial, posto que só nessa atualidade o encontro é desejado e

---

<sup>63</sup> RIOUX, Jean-Pierre. “Pode-se fazer uma história do presente?”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para uma história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999, p.47.  
<sup>64</sup> RIOUX, Jean-Pierre. “Pode-se fazer uma história do presente?”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para uma história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 49.

promovido, pois, historicamente, tanto os jornalistas quanto os historiadores teriam crescido em separado, delimitando seus espaços através de uma recíproca indiferença.

O jornalista seria um “sísifo do efêmero”, mobilizado em “vencer a angústia da pequena morte diária”. Enquanto o historiador, histórica e comodamente, se mobilizaria numa tríplice função: sábio moderno, grão-sacerdote da memória nacional e intelectual. No entanto, Rioux, em seu outro artigo “Entre história e jornalismo”, demonstra como esses lugares se metamorfoseiam a partir do diálogo estabelecido entre esses ofícios nos anos de 1960, sem deixar de ressaltar o pioneirismo dos jornalistas, se constituindo como aptos desbravadores e de como esta postura foi desdenhada e ignorada pela corporação universitária.

1939 foi um marco dessa intervenção jornalística, quando Albert Camus lançou uma “fórmula”: “o jornalista é o historiador do instante”. Desde então, e mais fortemente pós 1960, os jornalistas enunciam não se contentarem mais em registrar o eco da atualidade, mas tratem de inserir os acontecimentos num percurso retrospectivo e numa problemática de intervenção entre o passado e o presente, através da produção de um material elaborado e crítico.

A empreitada jornalística pós-1960 passou a examinar a atualidade, tratando-a enquanto uma crônica durável, produzindo uma “textura” e uma “espessura” mais próxima do que Rioux nomeia de produto histórico:

De administrador do efêmero, o jornalista pôde tornar-se, às vezes, um mediador que se interessa bem mais pelo vivo do que pelo inteligível e não está longe de pretender instalar-se num papel de mestre de cerimônias, senão de demiurgo. Sua história ‘imediate’ encheu-se de um ‘vivido’ produzido, relatado e consumido sem ter que sair do dispositivo circular do meio termo.<sup>65</sup>

Todo esse “vibrato” teria por efeito o abalo de alguns historiadores, incitando-os, no início da década de 80, a explorar o presente, tomando de empréstimo procedimentos da imprensa, tanto na escolha dos temas, marcados pela atualidade, quanto no estilo narrativo, agora mais conciso: “Em suma, em seu contacto permanente com a exigência dos vivos e a impetuosidade do atual”. Um processo de troca entre jornalistas e historiadores que teria

---

<sup>65</sup> RIOUX, Jean-Pierre. “Entre história e jornalismo”. In.: CHAUVEAU e TÉTARD. op. cit. p. 124.

sido não apenas estimulante, como também teria provocado uma clareza dos ofícios, seja ocupado em promover uma história do presente ou uma história imediata.

Contudo, mesmo com toda a “fervorosa” defesa da história do presente de Jean-Pierre Rioux, que se pronunciou positivamente tanto a favor da história do presente quanto do diálogo, para ele, propositivo, entre historiadores e jornalistas, é necessário ainda mensurar uma outra posição epistemológica, dirigida pelos organizadores da coletânea de *Questões para uma história do presente* a Jean-François Sirinelli, com o pretexto de refletir sobre “como um clima ideológico pode influir sobre as orientações historiográficas”.<sup>66</sup>

Sem deixar de apontar as dificuldades decorrentes de uma relação epistêmica e metodológica, sobre a história do presente, Sirinelli alerta de forma contundente:

[...] em vez de formular votos piedosos para que surja uma ciência histórica que, tal como uma pepita, poderia ser limpa da ganga lamacenta da história circunvizinha – votos estes que estariam mais para o feitiço -, mais vale assumir o que chamamos comumente de subjetividade.<sup>67</sup>

Assim a subjetividade, tal como o processo de garimpagem e descoberta da pepita, permitiria ao historiador melhor controle sobre o ofício, sendo essa consciência o freio necessário para exercitar o que o historiador americano Eugen Weber, em resposta a um jornalista, a respeito da objetividade na história, afirma: não existir imparcialidade, apenas profissionalismo.

Essa captação de Sirinelli em seu artigo intenciona enfatizar que “não há senão o ofício”. A partir dele, se tornaria possível a prática historiográfica, fazendo uso do rigor e das regras do método, assim como pôr-se à escuta do presente para “iluminar” o passado. Essa escuta do presente é também marcada pelo que de uma época reverbera, no sentido de que a própria sociedade sinaliza as questões que a mobilizam. O historiador estaria ligado por “múltiplas fibras a seu tempo e à comunidade a qual pertence”. Daí não poder se desvincular do seu tempo enquanto sujeito, ator também da história, e das configurações ideológicas e tendências historiográficas.

---

<sup>66</sup> SIRINELLI, Jean-François. “Ideologia, tempo e história”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para uma história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 71.

<sup>67</sup> SIRINELLI, Jean-François. “Ideologia, tempo e história”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para uma história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 82.

A esse exemplo, Sirinelli relaciona o “sucesso atual da história cultural”, a partir de dois fatores: o recuo ideológico do marxismo, que havia relegado o aspecto cultural como substrato sócio-econômico, este tomado como “verdadeiro interesse”; e a crescente inquietação coletiva a cerca da definição e do lugar da cultura em nossa sociedade, fortemente marcada pela imagem e pelo som. Essas correlações entre uma época e as tendências historiográficas seriam, assim, inseparáveis.

Enquanto “tendência historiográfica”, a história do presente é costumeiramente associada à história do político que, por sua vez, é também relacionada ao “retorno” da narrativa. Haveria, portanto, um “retorno do político”. René Rémond, convidado a refletir sobre essas “múltiplas fibras”, desfaz o feixe: “Em primeiro lugar desfaçamos a confusão entre história próxima e história política. Muito freqüentemente misturamos as duas porque os mesmos historiadores militaram pelas duas coisas. Mas as duas não coincidem”.<sup>68</sup>

Curiosamente, René Remond parece desmontar essa relação estreita e já cristalizada pela escrita de tantos sobre a emergência concomitante entre os estudos do presente e do político. Longe de tratar de um procedimento unívoco, o interesse do político não seria exclusividade de uma historicidade do presente, como exemplificam os historiadores da Antiguidade e da Idade Média, que muito contribuíram para o chamado “retorno do político”. A própria noção de “retorno” já seria questionável, pelo seu nível de ambigüidade, assim como desastrosa e imprópria: “Não é a mesma política, nem a mesma história política, nem a mesma abordagem, nem inteiramente o mesmo objeto”.<sup>69</sup>

A história política – e esta não é a menor das contribuições que ela extraiu da convivência com outras disciplinas – aprendeu que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por mlt vínculos, por toda espécie de laços, a todos os aspectos da vida coletiva. O político nao constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social.<sup>70</sup>

Esse novo procedimento manifestado por Remond implicaria, também, na ressignificação da noção de acontecimento. O fato não seria nem acidental nem superficial,

<sup>68</sup> RÉMOND, René. “O retorno do político”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para uma história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 53.

<sup>69</sup> RÉMOND, René. “O retorno do político”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para uma história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 58.

<sup>70</sup> RÉMOND, R. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 35.

mas, ao contrário, “ele introduz na nossa visão a contingência e isto é de grande importância”. Nesse sentido, o historiador do presente seria mais “atento”, principalmente no que diz respeito à contingência histórica, pois este não contaria com a experiência do *a posteriori*: “O historiador é sempre tentado a introduzir *a posteriori*, no desenrolar da história uma racionalidade, mesmo que ela não exista”.<sup>71</sup>

A esse respeito, também Sirinelli levanta uma problemática: “mais tarde o julgamento do futuro revela-se impiedoso, pois todas as duas muito impregnadas de presente, ou nas quais o presente é mal controlado pelos autores, mal passam a rampa da posteridade”.<sup>72</sup>

Também a relação com o futuro se apresentaria como um dos riscos/limites para os historiadores do presente. Le Goff, enquanto medievalista, se questiona sobre a diferença entre as fontes da história imediata e as do historiador do futuro. Esta seria uma das diferenças apontadas entre a história imediata e a de períodos anteriores, pois a superabundância das fontes significa uma dificuldade no momento de seu manuseio, principalmente em relação à multiplicação das fontes áudio-visuais, podendo dar espaço “a manipulações inéditas contra as quais a crítica das fontes ainda não está muito estabelecida”.<sup>73</sup>

Uma segunda diferença seria a “inevitável subjetividade” e sua dificuldade em conciliá-la “honestamente” pois, na historiografia de períodos anteriores, a distância do tempo estaria postulada objetivamente. Por último, a ignorância do futuro figuraria como um outro limite. Todas essas problemáticas pontuadas por Le Goff como limites, seria tanto um desafio como uma motivação para o progresso da disciplina histórica.

Nomeado por Le Goff como “o outro”, o historiador do presente deveria praticar quatro atitudes, para conseguir, em definitivo, a legitimidade da tribo.:

Ler o presente, o acontecimento, com uma profundidade histórica suficiente e pertinente;

---

<sup>71</sup> RÉMOND, René. “O retorno do político”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 55.

<sup>72</sup> SIRINELLI, Jean-François. “Ideologia, tempo e história”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 91.

<sup>73</sup> LE GOFF, Jacques. “A visão dos outros: um medievalista diante do presente”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 100.

Manifestar quanto a suas fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo os métodos adaptados a suas fontes;  
 Não se contentar em descrever e contar, mas esforçar-se para explicar;  
 Tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo e importante, fazer do acontecimento aquilo que permitirá aos historiadores do passado reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração e numa problemática na qual todos os historiadores de ontem e de hoje, de outrora e do imediato, se reúnam.<sup>74</sup>

Robert Frank, ao se ocupar desse debate, o faz no intuito de pontuar os aspectos metodológicos importantes ocasionados pelos historiadores do presente. Ao se dispor a problematizar a contemporaneidade intrínseca entre o historiador e a testemunha, abordando o presente a partir de suas fontes, mais especificamente as fontes orais, ressalta três importantes demandas: a questão da prova e da confiabilidade da fonte oral, questões sobre a memória e, por fim, o estatuto do historiador diante da testemunha.

Para Frank, a história seria um “inquérito quase no sentido policial do termo, com indícios, depoimentos e testemunhas”.<sup>75</sup> Nessa definição, o depoimento oral não figuraria enquanto uma “prova”, mas como uma contribuição para a busca das provas. Esta atitude metodológica se contrapõe ao que ele denomina de “história militante”, fundamentada apenas sobre os registros orais, tendendo a sacralizações, por constituir a oralidade como o único recurso válido para se pensar a história. Tornar-se-ia necessário, principalmente, a aplicação do “método histórico clássico”: a crítica interna.

No empreendimento dessa “hipercrítica”, o historiador deve considerar o fato de que tanto as fontes escritas quanto as fontes orais são construções e reconstruções, sendo a especificidade da fonte oral, como afirma Jacques Ozouf, a de ser uma fonte provocada pelo historiador: “Quando o historiador, ou o arquivista, interroga a testemunha, ele mesmo constrói a fonte, e seu usuário é ao mesmo tempo a seu modo o produtor. Nesse sentido, há o imediatismo entre a construção da fonte oral e o historiador que a provoca.”<sup>76</sup>

O imediatismo, enquanto uma particularidade desse processo metodológico, é reforçado por Frank, através de um acréscimo: “a fonte oral é privilégio do historiador do presente”. Privilégio esse vivenciado a partir do que Philippe Joutard nomeou de “laço

<sup>74</sup> LE GOFF, Jacques. “A visão dos outros: um medievalista diante do presente”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 101-2.

<sup>75</sup> FRANK, Robert. “Questões para as fontes do presente”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 106.

<sup>76</sup> FRANK, Robert. “Questões para as fontes do presente”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 107.

carnal com a testemunha”, caracterizada por uma distância temporal entre a prática de testemunhar e a prática de narrar o testemunho.

Através da pesquisa dessas práticas, o historiador tem a possibilidade de empreender uma arqueologia da memória coletiva, contribuindo para uma “história objetiva do subjetivo”, remetendo para a problemática do historiador diante da testemunha: “Há, às vezes, conflito silencioso entre o portador do vivido, que pensa ter direitos em nome desse vivido, e o historiador que, tornando o fato inteligível, vai intelectualizá-lo”.<sup>77</sup>

Isso implicaria num trabalho sob “vigilância” que, não necessariamente, seria um empecilho, mas, ao contrário, uma parte fecunda do ofício sendo o historiador do presente o mais apto a tirar partido disso. No entanto, Frank chama a atenção para a necessária mediação:

Ela deve ser construída, e passa pela reflexão crítica sobre o tempo e pela colocação do depoimento na perspectiva da espessura da duração, aquela do passado próximo, mas também menos próximo e longínquo. É essa consideração do longo termo que faz a diferença fundamental entre a ‘história do presente’ e o trabalho sobre a ‘atualidade’, entre o historiador e o jornalista.<sup>78</sup>

A discussão do tempo presente talvez seja o campo discursivo mais fértil para se refletir a respeito das novas prerrogativas do saber histórico nessa virada de século. Questões relativas à subjetividade da narrativa histórica, pautada pela sua dimensão reflexiva e pela proximidade, cada vez maior, entre o que se convencionou nomear de passado e presente. No entanto, as respostas que essa demanda epistemológica produziu, não se caracterizam por um consenso, pois as “respostas” não apontam para um posicionamento homogêneo frente a esse debate. Mas isso não invalida o próprio exercício dessa consciência histórica do presente, visto que o debate já produziu suas marcas, já sedimentou um campo de discurso, não podendo mais ser relegado a uma marginalidade teórico-metodológica, simplesmente por não apresentar um programa teórico que tente instituir uma escola, fechada num programa único de possibilidades da operação

---

<sup>77</sup> FRANK, Robert. “Questões para as fontes do presente”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p.116.

<sup>78</sup> FRANK, Robert. “Questões para as fontes do presente”. In.: CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). Questões para uma história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 117.

historiográfica. De certa forma, a história do tempo presente é muito recente para que se tenha um catálogo de procedimentos fixos e pré-estabelecidos.

Talvez a história do tempo presente seja o emblema maior da reflexão historiográfica no atual panorama epistemológico, posto que são os historiadores que se ocupam do presente, que se mobilizam em fazer deslocar antigas fronteiras e antigos dogmas, pondo em prática a lição de Michel de Certeau em tornar tratável aquilo que antes se localizava nas margens do império acadêmico, reavaliando os seus limites de pertença e criando linhas de fugas para ressignificar uma tradição de saber caracterizada por uma lógica maniqueísta, a exemplo do debate entre objetividade x subjetividade, realismo x nominalismo etc.

Pois, problematizar o tempo presente, enquanto uma possibilidade historiográfica, implica também em refazer antigas crenças em torno da separação entre o presente e o passado, aleijando “ilusões” já anunciadas, a propósito da bifurcação entre o historiador e seus objetos, através de uma “distância necessária”, que só o necessário recuo libertaria os historiadores de suas redes afetivas.

Inaugurada como um pós-trauma dos acontecimentos da II Guerra e da necessidade de criar um campo de explicação para o genocídio nazista, por exemplo, a história do tempo presente postula um jogo entre a relação da história com a verdade e com a sua função cívica.

Todos esses elementos favoreceram a renovação das abordagens no campo do saber histórico, sem que isso significasse a ausência de um discurso pautado pelos signos da dúvida, da incerteza e, principalmente, da idéia de crise, tornando-se necessário “diagnosticar” o estatuto atual da historiografia, expandida para além das fronteiras francesas de produção das narrativas históricas – pois, como lembra a historiadora Joan W. Scott: “aqueles que esperam que os momentos de mudança sejam confortáveis e isentos de conflitos não aprenderam história”.<sup>79</sup>

Essa nova preocupação, geradora de crise e de implosões de fronteiras do trabalho historiográfico, é associada à emergência da história do tempo presente e os debates por ela provocados:

---

<sup>79</sup> Scott. Apud. BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos*. Cantos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998, p. 32.

Certamente foram as exigências da «história do tempo presente» que devolveram a essa antiga questão toda a sua urgência, enquanto que a reflexão metodológica recente tendia a promover o problema da «escritura da história», pondo como que entre parênteses a imperiosa exigência de verdade.<sup>80</sup>

No entanto, essa inquietação pontua uma outra problemática, anunciada por Claude Langlois: qual a edição necessária para a pesquisa histórica? Para entender esse tipo de problemática se faz necessário também refletir sobre os laços que as políticas editoriais estabelecem entre a demanda social e a produção acadêmica dos historiadores.

A historiografia reformulou suas problemáticas, porque os sujeitos também não pararam de modificar a percepção das realidades humanas que as cercam, e, por isso, o presente de produção desses novos limites da historiografia não pode se ausentar de permitir que o presente questione e interroge a história. Os eventos históricos experimentados no século XX “obrigaram” os historiadores a se interrogarem sobre a “opacidade do presente” e sua exclusão das narrativas historiográficas, assim como também sobre a validade dos procedimentos com os quais explicam as transformações e constroem elos de sentido entre as práticas do presente e a elaboração de suas representações passadas, num processo que não pode excluir sua dimensão reflexiva e hermenêutica.

Michel de Certeau é explosivo (com sua força atômica) e clínico nesse sentido:

A história presente, a que nós vivemos, nos ensina a compreender de outro modo a história passada, que se escreve ou que se ensina. O saber pode mudar com a experiência. Aliás, sob o viés desse fenômeno particular – a palavra tomada e retomada –, somos levados a um problema fundamental que provavelmente a estabilidade social e as sistematizações que a acompanham ontem haviam obliterado: como pode ocorrer uma mudança? Como nasce um novo dia?<sup>81</sup>

Ou ainda, como se constitui historiograficamente o tempo presente? Nesse sentido, montar, a partir da escolha desses intertextos teóricos, a trajetória do tempo presente como um desdobramento de uma (nova) consciência histórica que não mais exclui a sua dimensão hermenêutica e auto-reflexiva, talvez possa nos dar indícios do porquê dos

---

<sup>80</sup> BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos*. Cantos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998, p. 33.

<sup>81</sup> Certeau. Apud. BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos*. Cantos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998, p. 42.

trabalhos sobre a história da leitura – essa que parece ser uma das sub-disciplinas temáticas que mais se ocupa dessa operação histórica, visto que, cada vez mais, esse debate sobre a consciência histórica do presente está vinculada a políticas específicas de produção textual, e daquilo que Certeau denomina de economia escriturística: essa prática mítica moderna:

A prática escriturística assumiu valor mítico nos últimos quatro séculos reorganizando aos poucos todos os domínios por onde se estendia a ambição ocidental de fazer sua história e, assim, fazer história. Entendo por mito um discurso fragmentado que se articula sobre as práticas heterogêneas de uma sociedade e que as articula simbolicamente. No Ocidente moderno, não há mais um discurso recebido que desempenhe esse papel, mas um movimento que é uma prática: escrever.<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 224.

## ***CAPÍTULO II - POR UMA HISTÓRIA “PRESENTE” DE LEITURAS***

Hoje em dia, escrever romances longos é um contra-senso: a dimensão do tempo foi estilhaçada, não conseguimos viver nem pensar senão em fragmentos de tempo que se afastam, seguindo sua própria trajetória, e logo desaparecem. A continuidade do tempo só pode ser reencontrada nos romances da época em que o tempo, enquanto não parecesse imóvel, ainda não se estilhaça. (Italo Calvino)

“Leituras íntimas” poderia ser o chamado de tal travessura. Ou travessia. O leitor, diante de sua tela, acessava constantemente os *links* que o sistema de busca rastreava sob o signo de literatura gls<sup>83</sup>. Surpreso, e um tanto quanto sequioso, com a quase infinita rede de informações que anteviu, acessou uma realidade que parecia estranha e exterior a todas suas moradas nas livrarias que conhecera. Este leitor não era íntimo desses títulos. Não era íntimo disso que se nomeava como cultura homoerótica. Como também não tinha familiaridade nas travessias e trilhas possíveis da internet. Passeava pelas páginas sem antever riscos “imemoriais” que a leitura promovia. Mas esse não era o temor dos leitores do segundo livro da *Poética* de Aristóteles, não eram necessárias as luvas de couro de Guilherme de Baskerville<sup>84</sup> a protegerem do veneno disposto naquele canto de página onde os leitores deixavam um pouco de saliva e um muito de vida ao folhearem-no. Não, o temor (e o prazer) era(m) outro(s).

Na tela ofuscante, os títulos literários que se sucediam, prometiam o antigo sonho da biblioteca de Alexandria. Temor de fundir-se nesse sonho. Todos os signos ao alcance dos olhos [*De quem são os olhos que olham?*<sup>85</sup>]. Entre eles, alguns não precisariam mais ser manuseados, lidos, como um códex, pois suas linhas preenchidas (de surpresas?, fugas?, estes rizomas) eram acessíveis na própria tela. O leitor ficou um tanto quanto incomodado. Seu gozo na leitura se dava na horizontal, ora disposto sob sua rede, afundado entre as franjas, quase resguardado naquele invólucro, ora apoiado sob os cotovelos, desmanchado

---

<sup>83</sup> A sigra GLS surgiu para demarcar o público do festival de cinema experimental Mix Brasil, inspirado no festival *New York Lesbian and Gay Experimental Film Festival*. A equipe, que organizava o festival em São Paulo, considerando que nesse espaço o público era mais misto e menos ativista, procurando um equivalente a *gay friendly*, optou pelo conceito de simpaticante. Na segunda edição do Festival, utilizaram a sigra GLS, em 1994. Essa sigla foi rapidamente apropriada pela mídia e disseminada para demarcar qualquer produção cultural veiculada a essa comunidade. Ver. NUSSBAUMER, G. M. “Fora do armário, a cibercultura em uma lista de discussões GLS. In. LEMOS, A. e PALACIOS, M. *Janel@s do ciberespaço*. Porto Alegre: Sulinas, 2001.

<sup>84</sup> ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

<sup>85</sup> CALVINO, Italo. *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 102.

entre travesseiros e colchões. E seus amantes?, poderíamos perguntar ao leitor. Estes, quando presentes estavam, não tomavam os livros por entre as mãos para com eles deitarem, afastavam-nos, porém. E por isso também eram afastados.

Este leitor, também ele autor, cumula seu conhecimento por abismos. Daí seu sentir a queda por entre linhas escritas. Não, esse leitor-autor não é Albert Camus. Talvez o “ninguém” de Wittgenstein. Aquele anônimo ordinário tornado objeto de compreensão (compaixão?!) por esse autor que, aos doze anos, inventara uma máquina de costura. Ciência de costuras e de tramas. Ou aquele anônimo atualizado por um outro leitor-autor (autor-leitor), Michel de Certeau que, com suas artes de fazer, tematiza essa operação corporal e existencial que consiste nas maneiras de ler.

Mas não esperemos que esse leitor nos ofereça uma rostidade, pois, como nos sugere Deleuze e Guattari<sup>86</sup>, “o rosto não é um invólucro exterior àquele que fala, que pensa ou que sente”... ou que lê.

Anônimo, destituído de um rosto ao nosso alcance, esse leitor que agora está diante da tela, inserido no universo das redes virtuais, já não se sente tão seguro, pois esta rede não oferta franjas a envolvê-lo. Ele mesmo, nesse seu presente, homem-máquina. Homem híbrido. Ciborgue de si mesmo. Mas, se voltarmos um pouco, podemos não obter a verdade desse leitor, quiçá localizá-lo em uma temporalidade, numa trajetória temporal não tão localizável numa data, tal como se apresentam as datas de aniversário, mas num espaço-tempo: eis que surge, mais uma vez, o presente.

Novamente anônimo, ordinário, sem rosto e identidade aprisionada, ciborgue, aventureiro, pouco sabemos sobre esse leitor. Mas isso não implica uma não existência. Nesse espaço-tempo que configuramos como o presente, esse leitor-hipotético é tido como um revolucionário (embora tal nomeação possa não o agradar) de uma das mudanças mais significativas da nossa contemporaneidade: a invenção histórica do leitor-navegador, objeto de uma história (prenhe) de leituras.

---

<sup>86</sup> DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. p. 32.

## 2.1 - O leitor-navegador: a invenção de uma nova subjetividade

O historiador Roger Chartier se configura como um dos autores mais chamados a conferir legitimidade aos estudos sobre a leitura. Arauto de novas problemáticas no campo historiográfico, é constantemente acionado por diversos tipos de mídia para falar em nome desse vasto campo de possibilidades. Em maio de 2001, a convite da Universidade do Livro, na 10ª Bienal Internacional do Livro, no Rio de Janeiro, Chartier pontua alguma das questões que o mobilizam enquanto um historiador da leitura, centradas nas principais mutações contemporâneas sobre a relação entre o mundo da escrita e o mundo digital:

As transformações das práticas de leitura, as novas modalidades de publicação, a redefinição da identidade e da propriedade das obras, ou imperialismo lingüístico estabelecido sobre a comunicação eletrônica são todos pontos da maior importância em nossa época”.<sup>87</sup>

Tratar, pois, das práticas de leitura, autoria e edição nos últimos três séculos, implicaria em colocar o problema de suas redistribuições no mundo digital, exercício que inaugura uma outra função histórica: “[...] ajudar a compreender quais são os significados e os efeitos das rupturas que implicam os usos, ainda minoritários e desiguais, mas a cada dia mais vencedores, de novas modalidades de composição, de difusão e de apropriação do escrito”.<sup>88</sup>

Compartilhando da definição de “poliglottismo moderno” de Umberto Eco, sobre a formulação de uma comunidade de sujeitos que podem apreender o “espírito”, o “perfume” e o “ambiente de uma fala diferente”, Chartier demonstra como o mundo da comunicação eletrônica é um mundo da superabundância textual cuja oferta ultrapassa a capacidade de apropriação dos leitores.

Se, com a edição da imprensa, já contávamos com uma quase infinita produção de índices da escrita<sup>89</sup>, como pensar, na história do presente, a oferta textual que o universo eletrônico multiplica?

---

<sup>87</sup> CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 07.

<sup>88</sup> CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 09.

<sup>89</sup> A esse respeito é emblemática a metáfora elaborada por Ítalo Calvino para dimensionar o inventário dessa cultura: *os Livros Cujas Leituras É Dispensável, os Livros Para Outros Usos Que Não a Leitura, os Livros Já Lidos Antes Mesmo De Terem Sido Escritos [...] dos Livros Que Têm a Intenção De Ler Mas Antes Deve Ler*

Essa primeira mutação compõe um novo contexto histórico. O uso e o acesso ao computador não só suscita o advento de diversos tipos de textos numa única materialidade, a tela, como também inaugura uma outra prática cultural da leitura, geralmente descontínua, pois, no mundo digital, os textos são bancos de dados que são acessados a partir de fragmentos que, não necessariamente, supõem a percepção das obras em sua totalidade.

A partir dessa nova configuração histórica, teríamos, portanto, uma “tríplice ruptura”: uma nova técnica de difusão da escrita, uma nova relação com os textos e uma nova forma de inscrição. Mudanças estas que promoveriam o desassossego de seus leitores, devido às transformações dos seus hábitos e percepções.

Qual, então, o interesse da história do presente nessa irrupção de novas práticas de leitura? Para Chartier, a “revolução da textualidade digital constitui também uma mutação epistemológica que transforma as modalidades de construção e crédito dos discursos de saber”.<sup>90</sup>

O texto eletrônico, enquanto um texto móvel, maleável e aberto, permite ao leitor uma maior intervenção do que simplesmente a compreensão e interpretação (procedimento hermenêutico) do texto, pois o leitor pode intervir em seu próprio conteúdo e não apenas nas margens do livro, através dos vários artifícios de edição eletrônica. O leitor pode vir a ser, ele mesmo, autor e editor.

A transformação epistemológica, pois, estaria relacionada ao esvaziamento da autoria constituída a partir do século XVIII:

Nesse processo desaparece a atribuição dos textos ao nome de seu autor, já que estão constantemente modificados por uma escritura coletiva, múltipla, polifônica, que dá

---

*Outros, dos Livros Demasiado Caros Que Podem Esperar Para Ser Comprados Quando Forem Revendidos Pela Metade do Preço, dos Livros Idem Quando Forem Reeditados Em Coleções De Bolso, dos Livros Que Poderia Pedir Empréstados A Alguém, dos Livros Que Todo Mundo Leu E É Como Se Você Também Os Tivesse Lido [...] os Livros Que Há Tempos Você Pretende Ler, os Livros Que Procurou Durante Vários Anos Sem Ter Encontrado, os Livros Que Dizem Respeito A Algo Que O Ocupa Neste Momento, os Livros Que Deseja Adquirir Para Ter Por Perto Em Qualquer Circunstância, os Livros Que Gostaria De Separar Para Ler Neste Verão, os Livros Que Lhe Faltam Para Colocar Ao Lado De Outros Em Sua Estante, os Livros Que De Repente Lhe Inspiram Uma Curiosidade Frenética E Não Claramente Justificada [...] dos Livros Que Você Leu Há Muito Tempo E Que Já Seria Hora De Releer e dos Livros Que Sempre Fingiu Ter Lido E Que Já Seria Hora De Decidir-se A Lê-los Realmente.* In.: *Se um viajante numa noite de inverno*. São Paulo: Planeta De Agostini, 2003. p. 13-14.

<sup>90</sup> CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 25.

realidade ao sonho de Foucault quanto ao desaparecimento desejável da apropriação individual dos discursos – o que ele chamava a «função autor».<sup>91</sup>

As figuras, historicamente compostas, de autor, editor e leitor estão, nesse presente, reconfigurando suas identidades como maleáveis, brandas, ubíquas e palimpsestas. Porém, esse novo panorama histórico não implica na dizimação das práticas de leitura do passado - “Fim dos livros, fim dos leitores?”, pois o que temos é a vivência simultânea de várias maneiras de se relacionar com o escrito.

Jorge Luis Borges, em 1978, já havia pronunciado: “Fala-se do desaparecimento do livro; creio é impossível”. Diante desse novo presente, não só de forma angustiante os leitores se relacionam com a cultura escrita, mas também através de relações de confiança, pois as telas do presente não ignoram a cultura escrita, mas as transmitem, ainda que sob novas formas.

Chartier afirma, contudo, que ainda não sabemos como essas novas formas de leitura, ou novas modalidades, transformam a relação dos leitores com o escrito nessa era da informação eletrônica – um dos limites dos historiadores do presente, que não podem contar com o *a posteriori*. Mas também aponta alguns estudos – a exemplo de Antonio Rodrigues de las Heras -, que já inventariam algumas diferenças. Na Antiguidade, a leitura do rolo era contínua, mobilizava o corpo inteiro e não permitia ao leitor escrever enquanto lia. Já o códex, manuscrito ou impresso, permite novos gestos, como folhear o livro, citar trechos com precisão e estabelecer índices, assim como favorece uma leitura fragmentada da obra, mas sem perder a perspectiva da sua totalidade.

Diferentemente dessas duas formas históricas de lidar com o livro, Rodriguez de las Heras discrimina algumas características de leitura referentes à escrita eletrônica: a tela é um espaço de três dimensões, sendo o próprio texto a ser dobrado e não seu suporte, e a sua leitura sempre se dá como desdobramento do texto eletrônico.

Se considerarmos uma das máximas de Chartier, de que “os textos não existem fora dos suportes materiais”, temos que nos insurgir contra a própria desmaterialização dos textos, não os tratando como discursos flutuantes ou trans-históricos, mas tentando entender quais foram as várias motivações que deram aos textos impressos suas diferentes formas materiais. Nesse sentido, cabe-nos questionar essa revolução da cultura do escrito nessa

---

<sup>91</sup> CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.

nova contemporaneidade, experimentando simultaneamente velhas e novas formas de leitura e formulações de leitor.

Isso compreendido, podemos reconsiderar a questão do ranço relativo aos enunciados sobre a morte do leitor e o desaparecimento da leitura, pois, diferentemente da consciência histórica da simultaneidade, a emergência da “civilização da tela” é tida como superação da “civilização do livro”, pois, como afirma hipoteticamente Chartier:

[...] o mais provável para as próximas décadas é a coexistência, que não será forçosamente pacífica, entre as duas formas do livro e os três modos de inscrição e de comunicação dos textos: a escrita manuscrita, a publicação impressa, a textualidade eletrônica.<sup>92</sup>

Esta coexistência tornaria possível a invenção de novas estratégias argumentativas, oferecidas pelo texto eletrônico. O autor pode fazer uso de uma lógica argumentativa que não seria, necessariamente, linear e dedutiva, mas aberta, expandida e relacional. O leitor, por sua vez, pode consultar e averiguar simultaneamente intertextos (arquivos, imagens, sons, palavras) que são utilizadas pelo autor. Estas mudanças, ou melhor, estas revoluções das modalidades de produção e de transmissão dos textos comportam uma mutação epistemológica fundamental.

Mas que outras problemáticas sobre a leitura perpassam o nosso presente? Se o livro eletrônico ressignifica o suporte da cultura escrita através da emergência da tela, como pensar a produção dos novos leitores?

A correspondência eletrônica entre o autor e seus leitores, transformados em co-autores de um livro nunca acabado mas sim continuado por meio de comentários e suas intervenções, confere uma nova formulação a uma relação, desejada por certos autores antigos, mas dificultada pelas coerções próprias da edição impressa.<sup>93</sup>

Contudo, o estudo sobre a leitura, nessa contemporaneidade, não está resumida à emergência dessa chamada “terceira revolução” da cultura escrita. Diz respeito também às novas produções de subjetividade do leitor, destituído do epíteto de consumidor passivo, à espera de ser domado e disciplinado pelos sistemas técnicos de produção cultural, a

<sup>92</sup> CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 107.

<sup>93</sup> CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 112.

exemplo da proposta teórica da obra *A invenção do cotidiano*, em que Certeau postula essa ruptura epistemológica.

A propósito de pensar teoricamente as “histórias mudas” das práticas comuns e das experiências particulares, Certeau questiona as aspirações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina, para mostrar o que o consumidor fabrica durante seu comportamento frente às representações, sejam elas escriturísticas, televisivas, iconográficas, etc. Essa fabricação, resultado daquilo que o “cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”, é associada ao conceito de poética:

A ‘fabricação’ que se quer detectar é uma produção, uma poética – mas escondida, porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas da ‘produção’ (televisiva, urbanística, comercial etc.) e porque a extensão sempre mais totalitária desses sistemas não deixa aos ‘consumidores’ um lugar onde possam marcar o que fazem com os produtos. A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de ‘consumo’: esta é austuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante.<sup>94</sup>

Trata-se de perceber as “história mudas” ou emudecidas que comporiam a rede de uma anti-disciplina. Seriam operações multiformes, fragmentadas e dispersas, mas não por isso destituídas de uma lógica, pois essa seria uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar. Nesse sentido, Certeau elabora uma *ratio* dessas práticas, através de duas estratégias de pesquisa: a descrição de algumas maneiras de fazer selecionadas para obter variantes e a instrumentalização de uma literatura científica para suscitar e fornecer hipóteses.

Uma dessas estratégias estabelece a leitura como lugar emblemático para se pensar a proliferação das histórias e operações heterogêneas que comporiam os *patchworks* do cotidiano:

O binômio produção-consumo poderia ser substituído pelo seu equivalente geral: escritura-leitura. A leitura (da imagem ou do texto) parece aliás constituir o ponto

---

<sup>94</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 39.

máximo da passividade que caracterizaria o consumidor, constituído em voyeur (troglodita ou nômade) em uma sociedade de espetáculo.<sup>95</sup>

Acusado por muitos de desenvolver um trabalho apenas no campo teórico e não testar as hipóteses que ele mesmo elaborou, Certeau não deixa de ser um dos mais citados autores por aqueles que trabalham com a história da leitura, exatamente pelo levantamento pertinente de suas problematizações. Para ele, a atividade leitora apresentaria os traços de uma produção silenciosa, contraponto ao entendimento passivo daquele que já recebe o produto (livro) e seus significados prontos. Ler significa, pois, flutuar através da página e metamorfosear o texto pelo olhar. O leitor se transporta ao texto, alí vai caçar e se faz plural, pois “um mundo diferente (o do leitor) se introduz no lugar do outro”.

Esse procedimento de “consumo” contemporâneo introduziria uma arte da não passividade, uma arte sutil de “locatários”:

Esta mutação torna o texto habitável, à maneira de um apartamento alugado. Ela transforma a propriedade do outro em lugar tomado de empréstimo, por alguns instantes, por um passante. Os locatários efetuam uma mudança semelhante no apartamento que mobíliam com seus gestos e recordações [...].<sup>96</sup>

Ainda que Certeau não esteja ocupado das práticas de leitura referentes à textualidade eletrônica, suas hipóteses não estão excluídas desse campo de debate. São os usos contemporâneos das práticas culturais que o mobilizaram a refletir sobre a leitura e o estatuto epistemológico do leitor. A atividade leitora pensada como astuciosa, clandestina, esfacelada e quase invisível, é também a responsável pela subversão do texto e pela metaforização da ordem dominante. Apesar de produtores desconhecidos, os leitores produzem uma marca de diferença através de suas migrações, subvertendo os sentidos impostos pelos contratos sociais, pois “sempre é possível uma prática desviacionista”.

Trabalhar com a leitura significaria a chance de descobrir uma atividade criadora ali onde foi negada. Uma negação que tem como postulado:

A eficácia da produção implica a inércia do consumo. Produz a ideologia do consumo-receptáculo. Efeito de uma ideologia de classe e de uma cegueira técnica,

---

<sup>95</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 48.

<sup>96</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 49.

esta lenda é necessária ao sistema que distingue e privilegia autores, pedagogos, revolucionários, numa palavra, ‘produtores’ em face daqueles que não o são.<sup>97</sup>

Michel de Certeau, ao pôr em questão a passividade da leitura, organiza os pressupostos do novo postulado da leitura, a mudança epistemológica que Chartier demarcou em relação aos problemas epistemológicos atuais da cultura escrita. O texto também passa a ter um outro sentido através da prática de leitura, pois é destacado de seu lugar de origem no momento em que a leitura inventa outro significado que não a sua intenção primeira. Reinvenção que não foi de todo escrita, visto que “a história das andanças do homem através de seus próprios textos está ainda em boa parte por descobrir”, ainda que essa “descoberta” já apresente os sinais de suas possibilidades através dos novos estatutos da cultura escrita com a não separação da leitura e do texto legível.

O texto só adquire sentido graças aos leitores – máxima atual da história da leitura:

Torna-se texto somente na relação à exterioridade do leitor, por um jogo de implicações e de astúcias entre duas espécies de ‘expectativa’ combinadas: a que organiza um espaço legível (uma literalidade) e a que organiza uma démarche necessária para a efetuação da obra (uma leitura).<sup>98</sup>

Se essa é uma das rupturas epistemológicas possíveis pelos estudos da relação entre autoria e leitura, como anteriormente se percebia o texto em “ilha fora do alcance do leitor”? Para Certeau, essa ficção condenava os leitores à sujeição, culpados de infidelidade ou de ignorância frente à “riqueza muda do tesouro” posto à parte, resultado da economia escriturística inaugurada na modernidade, que conferiu aos peritos o “cofre-forte” do sentido, apenas ao seu alcance. Teriam eles criado uma “literalidade ortodoxa”, reduzindo outras leituras a práticas heréticas e destituídas de sentido?

O sentido “literal” seria, então, o efeito de um poder social, o de uma elite, que se auto-instituiu como saber especializado, tendo como função vigiar e punir leituras plurais, pois estas se tornariam, na percepção de Certeau, tanto armas culturais quanto reservas de caça para produção de outras artes de fazer, pois a leitura, enquanto prática cultural, é

---

<sup>97</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 262.

<sup>98</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 266.

silenciosa, transgressora, irônica ou poética, capaz de reinventar tanto os sentidos do mundo como propor a invenção de novos mundos.

Desta forma, nossa intenção não é historicizar as muitas práticas de leitura ou fazer o levantamento de toda essa produção historiográfica, mas enfatizar como esse estudo suscita novas referências teórico-metodológicas para o estudo da história do presente. Consiste em selecionar algumas maneiras de pensar os problemas atuais relativos à história da leitura para, inclusive, entender o quão contemporâneas são essas inquietações historiográficas e de como elas estão inseridas na chamada nova história cultural, assim como nos estudos da crítica literária. No entanto, é preciso destacar a densidade histórica dessas problemáticas, começando por problematizar como emergiu, no campo dos estudos históricos, esse “novo” objeto de saber, que tem início com a história do livro para depois se desdobrar na história da leitura da cultura escrita.

## 2.2 - História da história da leitura

*O LIVRO A SERVIÇO DA HISTÓRIA* – Essa chamada em caixa alta, no prefácio da obra de Henry-Martin e Lucien Febvre<sup>99</sup>, marca um novo procedimento crítico da história e designa todo um conjunto de objeto e procedimentos específicos de pesquisa, que põe em relevo a importância histórica do livro na sociedade ocidental, caracterizada pela natureza literária de sua cultura.<sup>100</sup>

Esse novo procedimento está implicado no estudo da constituição de longas séries da produção literária, na história social das pessoas que se ocupam com o livro e na história do livro como a história da contribuição desigual do livro na sociedade, permitindo, nesse sentido: esboçar uma longa conjuntura da produção do livro na França, que mostrava, também, a limitação dos títulos impressos num sistema tecnologicamente estável até 1830; traçar uma hierarquia geográfica da produção tipográfica; produzir a história de um grupo

---

<sup>99</sup> MARTIN, H-J e FEBVRE, L. MARTIN, Henry-Martin e LEBVRE, Lucien. *O aparecimento do livro*. São Paulo: UNESP; HUCITEC, 1992

<sup>100</sup> Ver. BLOOM, Harold. *Shakespeare: a invenção do humano*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000. p. 21.

socioprofissional, através de sua mobilidade social e geográfica; como também a proposta de novos indicadores culturais para caracterizar os grupos sociais.<sup>101</sup>

Entendida como “fermento”, a cultura do livro é exaustivamente mapeada por esses autores no que concerne ao contexto do aparecimento do papel, das técnicas de imprensa, do livro como mercadoria e do impacto deste na tradição histórica do humanismo e da reforma católica, assinalando o seu potencial revolucionário, ao intentar a seguinte problemática:

[...] definir a importância desse papel; estabelecer como e por que o livro impresso foi algo completamente diferente de uma realização técnica cômoda e de uma engenhosa simplicidade – a atualização de um dos mais poderosos instrumentos de que pôde dispor a civilização ocidental para concentrar o pensamento disperso de seus representantes [...] numa palavra, mostrar, no Livro, uma das formas mais eficazes desse domínio do mundo.<sup>102</sup>

Atualmente, essa perspectiva já apresenta algumas modificações no campo da crítica histórica, pois a ênfase maior desse universo literário está sendo deslocada da atenção à produção dos livros para a apreensão de sua circulação, pontuando um retorno ao objeto-livro, que carrega em sua própria materialidade os traços de seu processo de fabricação, concentrando novos horizontes, ao enfatizar a história da leitura ou das interpretações, restituindo os espaços práticos dessa leitura, numa perspectiva mais ampla das apropriações culturais sensíveis aos empregos e aos usos do texto.

Roger Chartier no seu livro *História cultural* – entre práticas e representações, faz um inventário das novas metodologias relacionadas ao universo literário, apontando como conceito-chave a representação, a prática e a apropriação dos textos literários. Tal formulação evidencia a importância da pluralidade dos modos de emprego e a diversidade das leituras que rompem com a tradição do leitor como sujeito passivo à espera de ser significado.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup> CHARTIER, R. “O livro”. In.: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.

<sup>102</sup> MARTIN, Henry-Martin e LEBVRE, Lucien. *O aparecimento do livro*. São Paulo: UNESP; HUCITEC, 1992, p. 15.

<sup>103</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1990, p. 27.

A possibilidade de uma história da leitura é apontada, nesse sentido, para a crítica da abordagem que considera o ato de ler como uma relação transparente entre o texto e o leitor. Os textos não se inscreveriam nos leitores como “o fariam em cera mole”. Ler não significaria apenas submissão ao mecanismo textual, mas se configuraria como uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis ao universo do autor ou dos produtores de livros.<sup>104</sup>

Compartilhando, até certo ponto, dessa formulação teórica das práticas de leitura, o historiador Robert Darnton propôs uma história dos livros que dimensiona o lugar subjetivo das práticas de leitura e das práticas editoriais, criando uma teoria da circulação cultural: “esse pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor”.<sup>105</sup>

O estudo do livro como objeto material, ainda que tenha se iniciado nos anos 60 na França, enraizado em instituições como a *École Pratique des Hautes Études*, adquire também espaço na tradição histórica da Nova História. Uma das características mais gerais dessa tradição historiográfica é a idéia de que o livro atua como uma força na história, afetando o comportamento e o pensamento da humanidade durante seu processo histórico. Daí a necessidade de instrumentalização do circuito de produção da palavra impressa em todas as suas fases, em todas as suas variações no tempo e no espaço e em todas as suas relações com outros sistemas, econômico, político, social e cultural, possibilitando à crítica historiográfica uma maneira histórica de reempregar os modelos sociológicos, psicológicos, culturais e literários.

Esse reemprego, operacionalizado pelos herdeiros teóricos dos *Annales*, postula também o seguinte problema/programa da nova histórica cultural: uma crescente preocupação literária do significado cultural como texto a ser lido.<sup>106</sup> Lynn Hunt alerta ainda, para o uso de abordagens dicotomizadas: entre uma “interpretação antiquada”, que pergunta ao texto o que ele significa, com ênfase na unidade, e entre uma postura que pergunta como ele funciona, com ênfase na diferença, pois a opção apenas por uma

---

<sup>104</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>105</sup> DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette* – mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 112.

<sup>106</sup> HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

dimensão exclui a tensão imprescindível para o entendimento da linguagem entre a análise daquilo que um texto significa e de como ele funciona. Não é possível apreender a unidade sem uma percepção da diferença, assim como a diferença não pode ser compreendida sem uma percepção contrária da unidade. Hunt argumenta que os historiadores da cultura não podem escolher uma ou outra dimensão, pois o sistema cultural e as práticas são partes de uma mesma problemática – como já demonstrou Bourdieu, a partir da análise de estrutura estruturada e estrutura estruturante.<sup>107</sup>

Hunt, acrescenta, ainda, que o uso da linguagem como metáfora ou modelo já deu provas de ser inegavelmente significativo para uma abordagem cultural da história, pois a analogia lingüística estabelece a representação como um problema que os historiadores não podem mais evitar, podendo ser um objetivo historiográfico mostrar como a linguagem pode ser usada retoricamente para criar um senso de comunidade e estabelecer novos campos de luta social, política e cultural.

Mas é preciso também estar claro que:

O historiador deve poder vincular em um mesmo projeto o estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos. O que quer dizer manejar ao mesmo tempo a crítica textual, a história do livro, e, mais além, do impresso ou do escrito, e a história do público e da recepção.<sup>108</sup>

Segundo J. M. Goulemot<sup>109</sup>, a história literária não é tão velha quanto a própria literatura. Anteriormente, a história literária era uma questão de Estado, que promovia a memorização do passado literário nacional, mas, combinada com a análise de textos, dominou o ensino da história, através de duas novas definições: 1) a função de constituir o dossiê de uma obra que ele data, situá-la historicamente e compará-la à produção contemporânea ou anterior; 2) e a função da crítica, historiador dos gêneros literários e da edição, analista das formas, sociólogo da cultura, semiólogo. Essa abertura do historiador literário compreende uma maior versatilidade na conceitualização do texto literário, pois ou

<sup>107</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Ver também: BOURDIEU, P. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Ed. Edusp, 1998.

<sup>108</sup> CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 18.

<sup>109</sup> GOULEMOT, J. M. "História literária". In.: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

a crítica contemporânea recusa um sentido único e fixo do texto para lhe opor a noção de obra aberta em evolução, formando-se através das interpretações que ela autoriza.

A interpretação passa a ser constitutiva do sentido da obra, sendo a história literária, a história das interpretações sucessivas das obras e uma reflexão sobre a sua própria estrutura e suas relações com outras obras, por permitir a formação sucessiva da multiplicidade de sentidos e por compor o que Gerard Genette chama de transtextualidade, a transcendência textual do texto: tudo o que o coloca em relação manifesta ou secreta com outros textos.

Gerard Genette ainda distingue várias relações de *transtextualidade*: a *intertextualidade*, que supõe a co-presença de pelo menos dois textos, sendo a relação mais visível; a *paratextualidade*, títulos, advertências, prefácios, posfácios, notas, etc; a *metatextualidade*, as diversas formas de comentário; a *arquitextualidade*, são as designações genéricas que não são necessariamente expressas; a *hipertextualidade*, as relações que unem um texto que se enxerta num texto anterior, por transformação ou imitação.<sup>110</sup>

Nesse sentido, todo texto se caracterizaria por ser absorção e transformação de uma multiplicidade de outras obras. Essa nova compreensão do artefato literário redimensiona também a pergunta já clássica de Sartre sobre *Que é a literatura?*<sup>111</sup>, desdobrada em *Que é escrever?*, *Por que escrever?*, *Para quem se escreve?* – por colocar em relevo um outro questionamento: a historicidade das noções de literatura e de história literária, pois agora a análise literária, aliada a um posicionamento político, cobriria tanto as escritas reconhecidas pelo *cânon*, quanto as mais marginais, assim como as obras de grande difusão e as que se dirigem a um público restrito. Por isso, a história literária “não pode negligenciar nem o romance popular, nem o romance policial ou a narrativa de aventuras, e ela se questiona sobre a prática, em todos os níveis, de modelos narrativos, sobre as suas relações e sobre seus ecos”.<sup>112</sup>

<sup>110</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário – leitura e crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

<sup>111</sup> SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* São Paulo: Ática, 1989.

<sup>112</sup> GOULEMOT, J. M. “História literária”. In.: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 497.

No entanto, essa postura que se elabora ao largo do cânon, não é unânime entre os críticos literários. Harold Bloom, em seu livro *O cânone ocidental*, trava uma disputa teórica com os chamados Estudos Culturais, nominados sarcasticamente por ele de *escola do ressentimento*, para ilustrar a tese de que Shakespeare e Dante são o centro do cânone, porque superam todos os outros escritores ocidentais em acuidade cognitiva, energia lingüística e poder de invenção. Para ele, Shakespeare seria o próprio fundador do indivíduo através da descrição da autotransformação, que seria a mais admirável de todas as inovações literárias. Essa energia vital da obra shakesperiana não poderia, segundo Bloom, ser explicada por um contexto histórico, mas pelo sentido estético interno da obra: “[...] as chamadas da invenção consomem todo contexto e concedemo-nos a possibilidade do que se poderia chamar de valor estético-primal, sem história e sem ideologia, e do alcance de quem possa ser educado para lê-lo e vê-lo”.<sup>113</sup>

Essa des-contextualização da obra ou essa des-transtextualidade ainda postula uma teoria da leitura autorizada pelo perito, pela sua competência, que contraria radicalmente o projeto de Michel de Certeau na *Invenção do cotidiano* já discutido nesse capítulo, quando este de saída afirma que é sempre bom não tomar os outros por idiotas e coloca as proposições filosóficas do *homem ordinário* de Wittgenstein como fundamental para a apreensão das práticas culturais, questionando:

De onde nasce então a muralha da China que circunscreve um “próprio” do texto, que isola do resto a sua autonomia semântica, e que faz dela a ordem secreta de uma “obra”? Quem eleva essa barreira que constitui o texto em ilha sempre fora do alcance para o leitor? Essa ficção condena a sujeição os consumidores que agora se tornam sempre culpados de infidelidade ou de ignorância diante da “riqueza” muda do tesouro assim posto à parte. Essa ficção do “tesouro” escondido na obra, cofre-forte do sentido, não tem evidentemente como base a produtividade do leitor, mas a instituição social que sobredetermina a sua relação com o texto.<sup>114</sup>

Como dito anteriormente, para Michel de Certeau o sentido literal seria o efeito e o sinal do poder social da elite. Mesmo as manifestações das liberdades do leitor através do texto só seriam toleradas entre os funcionários autorizados: outros autores. Lugar que, para Foucault, seria legitimado pela crítica literária, que construiu a forma autor:

<sup>113</sup> BLOOM, H. *Cânone ocidental*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995, p. 70.

<sup>114</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 266.

O autor é igualmente o princípio de uma certa unidade da escrita [...] serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o fato de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto”.<sup>115</sup>

É justamente por oposição aos escritos de Foucault e a sua influência nos Estudos Culturais que Bloom se insurge, ao exigir uma leitura em “profundidade”: “Os partidários do Ressentimento podem enfatizar que só uma elite pode ser assim educada. Como nos informam nossos momentos mais autênticos, tornou-se cada vez mais difícil **ler em profundidade** à medida que este século envelhece”.<sup>116</sup>

Essa conceitualização de literatura, investida de uma teoria da leitura também é trabalhada no seu livro *Shakespeare: a invenção do humano*<sup>117</sup>. Neste, Bloom enfatiza o seu “desprezo” pelo contexto histórico da obra e argumenta a universalidade, quase trans-histórica, da obra de Shakespeare, na orientação de se deixar levar pelo texto e não por uma contextualização arbitrária e ideológica, para atentar aos elementos da “evidenciação” interna da obra.

No entanto, essa relação entre a estrutura interna da obra e a estrutura do contexto histórico da obra – excluída por Bloom - é fundamental para a compreensão das práticas de leitura. No campo historiográfico, esse debate também é emblemático para entender as diferentes propostas teóricas sobre a história do livro ou da história da leitura. Lloyd S. Kramer, no seu ensaio sobre o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra (reconhecidamente dois historiadores que transitam na crítica literária), pontua uma perene tensão historiográfica em relação ao reconhecimento ativo da linguagem na crítica histórica, através da ênfase na dimensão literária da experiência social e a estrutura literária da escrita histórica. Tendo como objetivo reconstituir as manobras literárias desses dois historiadores, Kramer<sup>118</sup> chama a atenção para a contestação das fronteiras que separam a história da literatura e da filosofia da linguagem, para o enfoque no papel decisivo da

<sup>115</sup> FOUCAULT, Michel. “O que é o autor?” Lisboa: Vega, s.d., p. 45.

<sup>116</sup> BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995, p. 70. Grifos nossos.

<sup>117</sup> BLOOM, Harold. *Shakespeare – a invenção do humano*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

<sup>118</sup> KRAMER, Loyd. “Literatura, crítica e imaginação: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra”. In.: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: São Paulo: Martins Fontes, 1992.

linguagem em nossas descrições e concepções da realidade histórica, assim como para as perspectivas da crítica literária, para se contrapor à tendência da história de permanecer dentro dos paradigmas literários e científicos do século XIX.

A crítica literária funcionaria no sentido de ampliar o paradigma historiográfico de realidade e representação, ao enfatizar as tendências conflitantes entre o mundo no texto e o texto no mundo, ao oferecer os primeiros marcos para um novo entendimento da historiografia moderna e uma nova perspectiva interpretativa dos textos e dos contextos passados, apresentando algumas questões bem pontuais: 1) a nova abordagem literária da história também depende das formas ficcionais e/ou poéticas de representação e compreensão da narrativa histórica; 2) a história não pode competir com a ficção, pois os historiadores ainda devem lidar com o que de fato existiu no passado; 3) a representação contemporânea desse passado deve e pode transpor as fronteiras metodológicas que os positivistas legaram à profissão.

Essas questões levam a um outro entendimento do contexto, pois o próprio contexto seria um texto de várias espécies, não existindo nenhuma realidade pré-lingüística, na formulação de White em *Meta-história*<sup>119</sup>. LaCapra seria, nesse sentido, crítico do próprio Hayden White, pois demonstra que as suas categorias tropológicas transferem para o texto o tipo de pensamento por categorias que a maior parte dos historiadores aplicam ao contexto.

Segundo LaCapra, a maioria dos historiadores estabelece, entre os textos e os contextos, uma dicotomia hierárquica que enfatiza a abstração da maior parte dos textos e a realidade essencial dos contextos sociais. Nessa dicotomia, os textos funcionam como documentos que revelam ou refletem um lugar, um tempo ou uma cultura históricas coerentes e relativamente unificados, mas o desejo de ler os textos desse modo reduz sua complexidade e também obscurece a complexidade do próprio contexto.<sup>120</sup>

Ainda para LaCapra, essa concepção do campo histórico conserva a dicotomia entre texto e contexto, sugerindo como modelo de narrativa a literatura moderna, que sugeriria formas alternativas de conhecer e descrever o mundo ao usar a linguagem

<sup>119</sup> WHITE, Hayden. *Meta-história – a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.

<sup>120</sup> KRAMER, Loyd. “Literatura, crítica e imaginação: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra”. In.: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 154.

imaginativamente para representar as ambíguas e imbricantes categorias de vida, do pensamento, das palavras e da experiência, pois a leitura dos romances poderia mostrar aos historiadores como a linguagem funciona de maneira crítica e espirituosa do mundo, como o feito por Bakhtin, a exemplo da tradição carnavalesca da Idade Média e do Renascimento.<sup>121</sup>

Nessa proposição, a leitura seria, ela mesma, uma etapa da prática historiográfica ao funcionar como modelo de representação da linguagem. No entanto, a influência de Bahktin não se esgota nesse debate, pois sua presença é também uma constante na obra do historiador Carlo Ginzburg, em *O queijo e os vermes*<sup>122</sup>, ao rastrear o relacionamento do moleiro Menocchio com a cultura escrita, os livros que leu e o modo como os leu, através da sua relação com a cultura oral, demonstrando como, através dessas leituras, possíveis pela invenção da imprensa e da reforma, ele inventou sua “espantosa cosmogonia”. O impacto historiográfico dessa obra na história cultural é singular não só pela reafirmação do conceito de circularidade cultural de Bahktin, mas também pela sua pertinência às estratégias da história da leitura, através da idéia de reapropriação do texto e da intermediação deste por um “crivo” da tradição cultural.

Ginzburg ao conferir um outro espaço às liberdades e aos limites da interpretação, colocando em outro nível a relação entre texto e contexto, exclui a lógica determinista de um sobre o outro, considerando a relação intercambiável desses dois lugares na prática da leitura. Por isso, a história da leitura funciona também no sentido de problematizar a relação entre o mundo do texto e o mundo do leitor, como sendo categorias relacionais, impossíveis de serem lidas em separado.

O historiador Robert Darnton, ao se questionar sobre o que os franceses liam no século XVIII, demonstra também os perigos da anacronia no campo literário ao considerar o texto fora do contexto.<sup>123</sup>

---

<sup>121</sup> BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* – o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987. Ver também: BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética* – a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1990. BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>122</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes* – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>123</sup> DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 09.

Para ele, a história dos livros como uma nova disciplina das ciências humanas permitiria adquirir uma visão mais ampla da literatura e da história da cultura em geral, pois, ao identificar os livros que passavam pelas mãos de uma sociedade e em que medida os leitores conseguiram compreendê-los, a literatura poderia ser estudada como parte de um sistema cultural geral. Não mais propriedade da crítica literária, a literatura como objeto cultural faria parte de um campo mais vasto da história das comunicações e, como sistema de comunicação, o seu estudo se estenderia a uma outra questão: de que forma os livros funcionam e de que modos ele se espacializam numa sociedade específica, contribuindo para os seus grandes eventos<sup>124</sup>.

Darnton ao contextualizar o debate gerado na década de 60, demonstra uma bifurcação da história intelectual entre a história social, que passou a abordar temáticas como a difusão de ideologia, cultura popular e mentalidades coletivas e os estudos voltados para a filosofia, concentrados em análises de textos, intertextualidade e sistemas lingüísticos, que constituíram escolas de pensamento, sobressaindo a emergência de duas grandes tendências: os estudos de difusão e a análise de discurso para, também, propor uma análise que considere essas duas propostas metodológicas.

Com sede intelectual em Paris, os estudos de difusão têm como objeto a história dos livros e da palavra impressa, entendendo-a como uma força na história. Esse grupo é formado por Henri-Jean Martin, Roger Chartier, Daniel Roche, Frédéric Barbier, que transformaram a história do livro em disciplina autônoma. Questionam a história literária, voltada para grandes livros de grandes homens, não se concentrando no cânon dos clássicos, mas reconstituindo a cultura literária em sua totalidade. Rastream as mudanças na produção livresca, examinaram o papel dos profissionais do livro e investigaram a recepção e a leitura dos textos.

Com influências da sociologia de Bourdieu, Nibert Elias e Jürgen Habermas, esse método de trabalho se caracteriza pela análise quantitativa e pelos métodos da história social dos *Annales*, tendo como objetivo desenvolver uma “história total” do livro, ao mesmo tempo social, econômica, intelectual e política. O mérito dessa abordagem consiste em estabelecer padrões que têm sido adotados em todo o Ocidente. Para Darnton, o

---

<sup>124</sup> Nesse livro, a preocupação de Darnton reside em problematizar como os best sellers proibidos ameaçaram a estabilidade do Antigo Regime. DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

problema dessa abordagem está no fato dela ter herdado as proposições de Daniel Mornet, que segundo ele, apresenta um modelo que atuava como uma “cafeteira francesa”: “supunham que as idéias surgiram numa elite intelectual, escoavam para o público e, uma vez absorvidas, pela nação, estimulavam um espírito revolucionário”.<sup>125</sup>

Ainda que essa tendência metodológica tenha se proposto a estudar as atividades culturais como fenômenos sociais, ainda seria insuficiente, para Darnton, pois apesar de sua ênfase nos intermediários culturais e nas instituições sociais, sua versão da história intelectual estaria resumida à fórmula que pretendiam atacar: o modelo da “cafeteira francesa”.

Por outro lado, a análise de discurso surgiu a partir de uma insatisfação com a história convencional das idéias – “Questionava a própria noção de idéia como unidade ou recipiente de significado autônomo”<sup>126</sup>. A nova geração de historiadores do intelecto que tentam reconstruir o discurso, se reuniu no centro Raymond Aron em Paris e fabricou uma extraordinária mistura de gêneros e de tradições que atacavam Mornet, sob o comando de François Furet e Keith Baker. No entanto, Darnton se posiciona em relação a essa tradição metodológica, apontando o que para ele seriam falhas: 1) a imposição de um modelo discursivo no curso dos acontecimentos, não deixando margem à contingência, ao acidente e ao próprio processo histórico; 2) a não inclusão dos fatores mais distantes do pensamento formal como a emoção, a imaginação, o preconceito, os postulados implícitos, as representações coletivas, as categorias cognitivas, todo o espectro do pensamento e do sentimento, adotando posições idênticas às da antiquada história das idéias e, 3) por fim, o fato da análise do discurso reconhecer a necessidade de estudar a passagem das idéias à ação, mas se recusando a enfrentar as dificuldades de tal estudo.

Propondo um modelo mais complexo, que tire proveito tanto dos estudos de difusão quanto da análise de discurso, Darnton levanta os vários lugares do livro, como produto manufaturado, como obra de arte, como mercadoria comercial, veículo de idéias – características que abrangem vários campos de estudo: história do trabalho, da arte, dos negócios, do intelecto, através de um sistema que explicita o circuito de comunicação que

---

<sup>125</sup> DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 187.

<sup>126</sup> DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 190.

vai do autor ao leitor. Assim, segundo ele, teríamos um modelo que apresentaria duas vantagens: perceber a natureza sistêmica relativa aos livros e às interrelações de suas partes, de seus vários campos de estudo, não postulando um modo de funcionamento auto-suficiente e mecânico, mas admitindo as influências externas de cada estágio desse sistema de comunicação, na análise dos autores, editores, tipógrafos, livreiros, bibliotecários, leitores, etc.

No entanto, Darnton não deixa de explicitar que o estágio mais difícil dessa tarefa é o da leitura, ainda que essa recepção seja crucial para a experiência literária: “como podemos montar uma estratégia para contornar nossas informações insuficientes sobre o leitor?”.<sup>127</sup>

Essa questão é permanente para aqueles que se propõem a estudar as práticas de recepção. Talvez seja Michel de Certeau o historiador que mais se mobilizou em compor uma enquete teórica sobre as práticas de consumo, sendo a leitura uma das mais abordadas em *A invenção do cotidiano*, composta de dois volumes. O primeiro teria por “objetivo explicitar as combinatórias de operações que compõem também (sem ser exclusivamente) uma ‘cultura’ e exumar os modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde sob o pudico nome de consumidores, o estatuto de dominados (o que não quer dizer passivos ou dóceis)”<sup>128</sup>, a partir de hipóteses, que foram tratadas no segundo volume *A invenção do cotidiano – morar, cozinhar*, da autoria de Certeau, juntamente com Luce Giard e Pierre Mayol.

Utilizando o conceito de poética de Aristóteles, Certeau joga na cena teórica suas artes de fazer a definição da leitura como mundo e do mundo como leitura, insurgindo-se contra a idéia de que aos usuários só restariam a liberdade de pastar a ração dos simulacros que o sistema distribui a cada um. Adotando uma postura radicalmente diferente do crítico literário Harold Bloom, Certeau levanta as seguintes problematizações:

Essa atividade leitora será reservada ao crítico literário (sempre privilegiado pelos estudos sobre a leitura), isto é, novamente a uma categoria de funcionários, ou pode se estender a todo o consumo cultural? Esta a pergunta à qual a história, a sociologia, a pedagogia escolar deveriam trazer elementos de resposta. [...] quer se trate do

---

<sup>127</sup> DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 200.

<sup>128</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 38.

jornal ou de Proust, o texto só tem sentido graças a seus leitores; muda com eles; ordena-se conforme códigos de percepção que lhe escapam.<sup>129</sup>

No entanto, essas proposições e seus protestos, segundo alguns historiadores, não criam uma teoria sistemática sobre a maneira como de fato as pessoas liam. Chartier, pode-se dizer, é um dos maiores defensores da teoria de Certeau sobre a apropriação do texto pelo leitor.<sup>130</sup>

Segundo Certeau e Chartier, a existência dessa multiplicidade de modelos, de práticas e de competências não cria uma dispersão ao infinito, na medida que as experiências individuais são sempre inscritas no interior de modelos e de normas compartilhadas. O importante tanto para historiadores quanto para sociólogos seria perceber um princípio de organização da diferenciação, pois os projetos de história da leitura ou das leituras não podem cair numa espécie de coleção indefinida de singularidades irreduzíveis, pois é a existência de técnicas ou de modelos de leitura que organizam as práticas de certas comunidades: a dos místicos, a dos mestres da escolástica, de determinada classe social, etc.

Esse tipo de estudo se caracterizaria, portanto, por um recorte etnológico das práticas, pois permite trabalhar comunidades específicas de leitores envolvidas em conflitos em torno da definição de códigos e de usos que revelam tensões mascaradas, sendo a tensão fundamental do mundo contemporâneo a relação paradoxal entre a afirmação das particularidades dos grupos e o desejo do universal.

Toda essa versatilidade teórica implica, também, numa outra questão importante: um texto existe sem leitor? Sobre essa questão, Chartier coloca: “Paul Ricouer lembrou muitas vezes o fato de que um mundo de textos que não é conquistado, apropriado por um mundo de leitores, não é senão um mundo de textos possíveis, inertes, sem existência verdadeira”.<sup>131</sup>

Ainda que a filosofia da linguagem se ocupe dessa questão, é a pragmática do texto e a estética da recepção seu grande marco metodológico, sendo Umberto Eco um pioneiro nesses estudos. Com uma trajetória de estudo da estética e da crítica literária para a

<sup>129</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 265-6.

<sup>130</sup> CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 77.

<sup>131</sup> CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 154.

semiologia, Eco se aventura na exploração da dinâmica da interpretação, se tornando um dos mais importantes e citados dos estudos da semiótica contemporânea, ao explorar as seguintes problematizações: 1) toda obra de arte pode ser considerada aberta, porque dá lugar a uma série indefinida de interpretações, posto que é mediatizada pela subjetividade de um espectador; 2) as obras apresentam-se sob o modo de sugestões, tendo o intérprete a tarefa de dotá-las com um sentido; 3) as obras estão sempre em movimento, sendo o papel dos intérpretes o de acabá-las – pois, “um texto , tal como aparece na superfície lingüística, representa uma cadeia de artifícios expressivos que têm de ser atualizados pelo destinatário”<sup>132</sup>.

Nesse sentido, um texto, ao postular a cooperação do leitor como condição de sua atualização, se torna um produto cujo destino interpretativo deve fazer parte de seu próprio mecanismo “generativo”. Dessa forma, Eco prevê um leitor-modelo capaz de cooperar na atualização textual, compondo uma tríplice entidade literária: do autor, do texto e do leitor.

Em a *Obra aberta*<sup>133</sup>, Eco coloca o problema de como uma obra de arte poderia postular uma livre intervenção interpretativa por parte dos destinatários e, por outro lado, exibir características estruturais que estimulassem e regulassem a ordem de suas interpretações. Essa sua pragmática do texto abordava, também, um aspecto da atividade cooperativa que leva o destinatário a extrair do texto o que ele não diz, mas pressupõe, promete, implica e subtende, no preenchimento dos espaços vazios – unir o que existe nesse texto com o tecido da intertextualidade de que é originário e para onde irá confluír.

Essa teoria de uma estratégia textual, inspirada nas propostas semiológicas de Jakobson e Barthes, demonstra como a descoberta dos métodos estruturais abria caminhos e fechava outros. Na fase da lingüística estruturalista, um texto deveria ser estudado na sua própria estrutura objetiva, tal como aparecia na superfície significante, sendo excluída a intervenção interpretativa do destinatário, eliminada como impureza metodológica.

Quando Levi-Strauss critica a *Obra aberta*, pois para ele a obra é fechada na sua estrutura, Eco responde com as noções de Jakobson de emissor, destinatário e contexto, como indispensáveis para o problema da comunicação. No seu livro *Leitura do texto*

---

<sup>132</sup> Umberto Eco apud. SCHIFFER, Daniel Salvatore. *Umberto Eco: o labirinto do mundo – uma biografia intelectual*. São Paulo: Globo, 2000. p. 157.

<sup>133</sup> ECO, Umberto. *Obra aberta – forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

*literário – Lector in Fabula*, Eco ainda retoma essa discussão e ratifica sua posição: “Postular a cooperação do leitor não significa contaminar a análise estrutural com elementos extratextuais. O leitor, como princípio ativo da interpretação, faz parte do quadro generativo do próprio texto”<sup>134</sup>.

Mas, neste texto, Eco já articula uma semiótica textual, onde o não-dito do texto é o motivo principal de sua complexidade: “Não-dito significa não manifesto em superfície, a nível da expressão: mas precisamente são estes elementos não-ditos que devem ser atualizados a nível da atualização do conteúdo”.<sup>135</sup>

Por isso, a interpretação não seria uma mera comunicação lingüística, mas uma atividade semiótica. Para organizar a própria estratégia textual, um autor deve referir-se a uma série de competências, que conferem conteúdo às expressões que utiliza. Por conseguinte, deverá prever um leitor-modelo capaz de cooperar na atualização textual. No entanto, prever o leitor-modelo não significaria apenas “esperar que exista”, mas significa também conduzir o texto de forma a construí-lo: “Um texto não se limita a apoiar-se sobre uma competência, contribui para a produzir”.<sup>136</sup>

Quase como uma continuidade dessa problemática da atividade semiótica do texto, Eco organiza seus ensaios produzidos na década de 80 e publica a obra *Os limites da interpretação*<sup>137</sup>, fazendo uso do conceito de interpretação de Peirce: “A semiótica ocupa-se da semiosis, uma ação ou influência que é, ou implica, uma cooperação de três sujeitos, como por exemplo um signo, seu objeto e seu interpretante, sem que essa influência trirrelativa possa ser resolvida numa influência entre duplas”<sup>138</sup>.

Essa sua nova obra tem como preocupação definir uma espécie de oscilação ou de equilíbrio instável entre iniciativa do intérprete e fidelidade à obra. Sensível às mudanças de paradigmas das últimas décadas, Eco situa a quebra do clima estruturalista, que postulava a análise do texto como objeto dotado de caracteres estruturais próprios, possíveis de serem descritos, para o fortalecimento da pragmática da leitura juntamente com a sociologia da recepção, através do trato com os acontecimentos empíricos da leitura.

<sup>134</sup> ECO, Umberto. *Leitura do texto literário – Lector in Fabula*. Lisboa: Ed. Presença, 1983, p. 09.

<sup>135</sup> ECO, Umberto. *Leitura do texto literário – Lector in Fabula*. Lisboa: Ed. Presença, 1983, p. 54.

<sup>136</sup> ECO, Umberto. *Leitura do texto literário – Lector in Fabula*. Lisboa: Ed. Presença, 1983, p. 59.

<sup>137</sup> ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

<sup>138</sup> PEIRCE, Apud. Eco, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. IX.

Essa insistência em relação à leitura configura uma mudança radical no paradigma dos estudos literários.

Desenvolvendo um inventário das várias correntes que tratam da interpretação, Eco pontua a ênfase das principais: 1) a *sociologia da literatura*, que privilegia o que um indivíduo ou uma coletividade faz com o texto, prescindindo da opção entre intenção do autor, da obra ou do leitor, porque registra os usos, corretos ou não, que a sociedade faz com o texto; 2) a *estética da recepção*, que apresenta como princípio a hermenêutica, demonstrando como a obra se enriquece ao longo do tempo, com as interpretações que dela são dadas, tendo presente a relação entre efeitos sociais da obra e o horizonte de expectativa dos destinatários historicamente situados; 3) e a *semiótica da interpretação*, que busca no texto a figura do leitor constituído, através de uma teoria do leitor-modelo ou da leitura como ato de colaboração. Esse inventário acaba por corresponder à própria trajetória teórico-metodológica desse autor, que será também adotada por mim.

Ainda em *Os limites da interpretação*, Eco faz uma distinção sobre o leitor semântico e o leitor crítico, pois, na proposta da semiótica da interpretação, é preciso distinguir entre a “interpretação semântica”, que é resultado do processo pelo qual o destinatário, diante da manifestação linear do texto, preenche-a de significado; e a “interpretação crítica” que, ao contrário, procura explicar por quais razões estruturais pode o texto produzir aquelas interpretações semânticas. Desta forma, todo texto prevê um/dois leitores-modelo: leitor-modelo-semântico ou leitor-modelo-crítico.

Umberto Eco ao defender um princípio de “interpretância” e sua dependência da intenção da obra (*intentio operis*), afirma que não significa excluir o destinatário, pois, ao contrário, a intenção da obra mais a intenção do leitor estão estreitamente ligadas, numa dialética dos sentidos:

Defender a interpretação do texto contra o uso dele não significa que os textos não possam ser usados. Mas o livre uso deles nada tem a ver com sua interpretação, visto que interpretação e uso sempre pressupõem uma referência ao texto-fonte, quando mais não seja, como pretexto<sup>139</sup>.

---

<sup>139</sup> Eco, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 18..

Por isso, é preciso fazer a tríplice relação entre autor, texto e leitor, pois entre a inacessível intenção do autor e a discutível intenção do leitor, está a intenção transparente do texto que contesta uma interpretação insustentável, sendo importante estabelecer a ponte entre a pluralidade das interpretações e a fidelidade à obra.

Nessa perspectiva, leitura, análise e interpretação dos textos teria que considerar as dimensões sociais e históricas da sua produção, percebendo tanto a técnica quanto o imaginário, que tornaram possível uma determinada textualidade.

A partir do mapeamento das questões teóricas e metodológicas sobre o estudo da leitura, podemos nos situar e já propor alguns delineamentos, pois os leitores, objeto dessa pesquisa, apresentam algumas especificidades: estão inseridos numa historicidade do presente, envolvidos em embates políticos sobre a representação cultural do universo homoerótico e são especialistas críticos, “homens e mulheres das letras”, responsáveis pelos artigos, resenhas, ensaios, teses e tantas outras formas de crítica literária que extrapolam o mundo acadêmico e adquirem visibilidade na mídia, principalmente, eletrônica.

No entanto, enquanto historiadora, não me interessa entender os meandros da crítica literária (pós)moderna, pois não é a literariedade do texto que me move, mas a forma como se instituiu historicamente uma tradição de leitura crítica que produz uma relação íntima entre identidade política e experiência sexual. As suposições e interpretações em textos que abordam aspectos do universo homoerótico mais do que demonstrar práticas de leitura, elas as produzem. A emergência de uma literatura gay e de seus respectivos leitores é resultado de um embate histórico, ainda não finalizado, como finalizadas não estão questões como: que literatura é essa? Quem são seus leitores? Em que momento surgiram essas categorias? Quais os seus campos de possibilidade e de visibilidade?

Talvez as possíveis respostas a essas inquietações nos permitam praticar aquele que é o exercício mais específico do historiador: tratar seus objetos de estudo não como dados da natureza ou efeitos de causas transcendentais, mas como construtos culturais e/ou invenções históricas.

### 2.3 - A invenção da literatura gls e de seus leitores

“Este mês, CULT coloca em discussão a literatura homossexual”. Era fevereiro de 2003 quando a matéria principal da Revista Brasileira de Cultura – CULT – lança o edital “Literatura gay: bandeira política ou gênero literário”, intencionando abrir um campo de debate através de convites a escritores, professores e militantes para “que se fale sem hipocrisia, preconceito ou entusiasmos desmedidos” – segundo texto da editora Daysí Bregantini.<sup>140</sup>

Gilmar de Carvalho, doutor em semiótica da Universidade Federal do Ceará, inicia seu artigo “Alteridade e paixão” já anunciando a existência do debate em torno da emergência de manifestações literárias e da formulação de uma escrita homoerótica. Ele questiona: “Existiria mesmo uma escritura homoerótica? Quais seriam seus traços, suas marcas, sua distinção?”<sup>141</sup>

Esse debate envolveria questões teóricas, interesses mercadológicos e preconceitos sociais e, no plano da linguagem, uma “poética do olhar”, uma “dança dos gestos” e “possibilidades de encontros”. Mas como traduzir esses códigos para a literatura?

Carvalho, opta, então, por fazer um histórico de obras da literatura brasileira que, de alguma forma, possam estar relacionadas a essa problemática. Escritores como Raul Pompéia, Aluizio de Azevedo, Domingos Olímpio, Adolfo Caminha, Jorge Amado, Guimarães Rosa, Lúcio Cardoso, Dalton Trevisan, Aguinaldo Silva, João Silvério Trevisan, Darcy Penteado, Cassandra Rios, Adelaide Carraro, entre outros, comporiam o rol de autores que compartilham dessa certa “poética do olhar”.

Esse grande leque de escritores teria algo que os aproxima: textos que abordam, de alguma maneira, a orientação homoerótica enquanto uma possibilidade textual. À medida que Carvalho vai selecionando autores e textos para a configuração de uma literatura homoerótica, numa perspectiva processual, vai demonstrando como, a partir da década de 70, a literatura brasileira que compartilha dessa “dança dos gestos”, deixa de ser um “mero desbunde individual” e passa a compor um projeto político. Se, a exemplo de Guimarães Rosa e sua obra Grande sertão veredas, existiu uma “alta literatura” que abordou o

---

<sup>140</sup> REVISTA CULT. São Paulo: Editora 17, Ano VI, n. 66, fev. 2003.

<sup>141</sup> CARVALHO, Gilmar de. “Alteridade e paixão”. In: REVISTA CULT. São Paulo: Editora 17, Ano VI, n. 66, fev. 2003, p. 32.

homoerotismo de “modo sutil” e “cheio de álibis”, por outro lado, num passado mais próximo, pós-revolução comportamental dos anos 60, a literatura homoerótica teria instituído uma linguagem mais direta, sem subterfúgios lingüísticos, que expusessem o universo homossexual. Exposição que, por sua vez, levaria à explosão de uma literatura de temática homoerótica.

Para Carvalho, o surgimento dessa “explosão” estaria relacionada à criação, em 1978, do “Lampião da Esquina”, marco da imprensa alternativa homoerótica, organizado e editado também por escritores de obras literárias: Aguinaldo Silva, João Silvério Trevisan, João Antônio Mascarenhas, Darcy Penteado, Jean-Claude Bernadet e Peter Fry, que contribuíram, em grande medida, para uma “literatura que ousava assumir”.

Dessa forma, associado a essa produção literária, teríamos um elemento novo: “atitude”, uma maneira de escrever investida numa maneira de vivência política, prenunciando os “novos tempos”:

Certo que existe um homoerotismo como temática e outro vivenciado, que implica um olhar de dentro para fora, de quem sofreu preconceitos, foi excluído e finalmente, apesar de tudo, pode assumir uma condição (que deixou de ser doença) e a possibilidade de um amor. É o que se espera dos novos autores, de uma literatura que deve estar em fase de maturação nas gavetas e nos arquivos dos computadores, à espera de uma oportunidade para vir à luz e dizer que «qualquer maneira de amar vale a pena».<sup>142</sup>

Essa conclusão de Carvalho, sobre a existência dessa nova literatura, é sintomática da linguagem utilizada pela militância: “sair da gaveta”, “assumir”, “vir à luz”, são as metáforas utilizadas por esse regime de discurso para demarcar um ritual de passagem que diz respeito tanto à formação identitária e à orientação sexual de um indivíduo, quanto a um “novo projeto literário”.

Saulo Lemos, nessa mesma edição, publica o artigo “Sendas do homoerotismo”. Jornalista e mestrando em Literatura Brasileira pela UFC, Lemos compartilha, em grande medida, da leitura de Gilmar Carvalho, mas estrutura sua argumentação falando de “uma tal de literatura homoerótica que, em certo sentido, inexistente, embora seja cheia de nomes [...]”.

---

<sup>142</sup> CARVALHO, Gilmar de. “Alteridade e paixão”. In: REVISTA CULT. São Paulo: Editora 17, Ano VI, n. 66, fev. 2003, p. 39

Para Lemos, a experiência homossexual estaria presente em todas as épocas da literatura ocidental, desde os textos de exaltação greco-latina da beleza e da juventude até a carga simbólica presente em Sade, assim como a “busca de uma inacessível vivência individual” presente nas obras de escritores como Walt Whitman, Oscar Wilde, André Gide, Virginia Woolf, Marcel Proust e dos poetas da geração beat.

Falar em nome de uma literatura homoerótica seria, antes de tudo, discutir uma questão terminológica, “de definir o que seja e se, ao menos, existe algo que mereça esse título”. Ao mesmo tempo em que deixa em suspenso a existência ou não de um novo gênero literário, Lemos também recorre ao passado para criar uma continuidade, de certa forma arbitrária, entre diversos tipos de textos e de autores na composição dessa literatura que “inexiste, mas que é cheia de nomes”: Gore Vidal, Truman Capote, Tennessee Williams, Edmund White, E. M. Foster, Manuel Puig, David Leavitt e outros. Sua preocupação, nos parece, é mais um alerta para as futuras produções: “não permitir que a homossexualidade seja (e ela o é, cada vez mais) só mais um nicho economicamente vendável dos dias de agora”.

Tanto Carvalho quanto Lemos, ao se inserirem no debate da existência ou não de uma literatura gay, utilizam como recurso argumentativo a elaboração de um histórico de obras produzidas no passado, organizando um inventário de autores que possam ser “encaixados” nesse debate que é tão próprio do presente. Esse recurso não define, ainda, o debate ou até mesmo uma noção de literatura gay, inclusive, porque os textos e os autores descritos em seus ensaios fazem parte de historicidades distintas e de lugares específicos de produção sócio-cultural.

Talvez um outro artigo dessa mesma edição possa trazer outras diretrizes de discurso. Carlos Hee, jornalista de “O Estado de São Paulo” e autor de “Trem fantasma”, romance memorialista que narra sua experiência como homossexual na década de 80, tenta definir o que poderia ser chamado, no Brasil, de obras da literatura homossexual, a partir de quatro aspectos: sentimental, testemunhal, erótico-pornográfico e os escritos sobre AIDS, pós década de 80. Sua percepção acerca desse registro literário é relacionada à questão do mercado editorial e ao número de publicações existentes.

A pergunta que se faz, quando se analisa uma obra literária de temática homossexual, é: existe no Brasil, uma literatura gay? A resposta é simples: não, principalmente

porque não foram editados tantos livros sobre o assunto para se dizer que há uma vertente em nossa literatura que se possa chamar de homossexual. Mas deveria existir[...].<sup>143</sup>

Assim, para Carlos Hee, a questão da literatura homossexual estaria circunscrita ao mercado editorial e à formação de um público leitor. Relacionando-a à questão da leitura, Hee levanta uma outra problemática da existência ou não de um gênero literário. A literatura gay, enquanto gênero, não existe, segundo seu próprio posicionamento, pois ainda não se teria no Brasil um “público em potencial, sedento por uma leitura que retrate seu próprio universo”.

Mas esses leitores, ou público, existiriam em latência, à espera de uma política editorial que invista nesse segmento e que exhiba títulos nas livrarias. Portanto, para Hee, o circuito de edição, divulgação e venda seriam os grandes empecilhos na produção dessa literatura. Nesse sentido, argumenta através da sua própria experiência enquanto escritor<sup>144</sup>, para demonstrar que para além de um estilo de escrita, a literatura gay não se desenvolve em função de práticas extratextuais: o comportamento editorial seria muito tímido; os livreiros não compram títulos gays e, quando o fazem, não investem numa estratégia de marketing apropriada, escondendo-os nas prateleiras de suas lojas; e a crítica literária não abre espaço para discutir essa produção literária, ignorando “solenemente” livros gays de autores iniciantes, “contribuindo para que a obra seja escondida dos leitores e, principalmente, dos leitores gays, que nem mesmo ficam sabendo da existência de um livro que poderia ser do interesse deles”.

Teríamos, portanto, um outro campo interpretativo: a literatura gay não existe porque não existe uma estratégia de publicação, divulgação e venda de títulos que possam vir a formar esse gênero. Mas esse segmento, ainda que não exista efetivamente, existiria em potência, à espera de investimentos, tanto capital, quanto simbólico. À espera de uma “atitude”, como os termos de Carvalho?

---

<sup>143</sup> HEE, Carlos. “A via crucis do escritor gay”. In: REVISTA CULT. São Paulo: Editora 17, Ano VI, n. 66, fev. 2003. p. 64

<sup>144</sup> Carlos Hee descreve nesse artigo o grau de dificuldade pessoal que teve quando enviou manuscritos a editoras, das respostas negativas e do longo silêncio a que ficou subordinado até o momento em que a Editora Siciliano publicou seu livro “Trem fantasma”. A sua relação com a Siciliano, em grande medida, o inspirou na interpretação das relações entre autor e editora, pois no momento em que teve seu livro exposto nas livrarias dessa editora ficando na prateleira de lançamentos, teve sua primeira edição esgotada. Por isso, as técnicas de mercado são importantes na sua maneira de pensar essa produção literária.

Segundo Carlos Hee,

As editoras e as livrarias já sabem que existe no mercado um público interessado em literatura gay. Pessoas que desejam ler sobre um universo do qual fazem parte ou sobre o qual querem saber e que fuja da imagem estereotipada e preconceituosa que se faz do homossexual há décadas. E quem pode produzir uma literatura gay digna e real são autores que conhecem esta realidade profundamente e não têm medo de se expor, como escritores de livros homossexuais. Eles também têm de se livrar dos preconceitos para que um dia se possa dizer que no Brasil se faz e se consome uma literatura gay de verdade.<sup>145</sup>

Mas o que seria essa “literatura gay de verdade”? Essa leitura crítica de Carvalho, Lemos e Carlos Hee é emblemática para demonstrar a dificuldade em definir a existência ou não da literatura gay. Talvez esse seja o maior indício de que esse termo é resultado de um debate ainda não finalizado e, por isso, ainda em processo de produção. Seria então, a literatura gay, uma invenção desse presente?

Manuel da Costa Pinto, em seu artigo “Sexualidade pós-modernas”, nos indica outros sinais dessa elaboração. Ele demonstra que as expressões “literatura gay” ou “literatura homoerótica” são relativas a algo recente: ao movimento de emancipação política da comunidade homossexual, que ocorreu no fim dos anos 60. Seriam as chamadas “ações afirmativas” do movimento gay que pretenderam a criação de espaços de convivência, de um mercado de produtos gays e de coleções de livros GLS (gays, lésbicas e simpatizantes).

A interpretação e formulação do conceito de literatura gay seria indissociável dos movimentos de emancipação homossexual e do questionamento dos cânones culturais que tiveram início no final dos anos 60. Na formulação dessa relação entre política e texto, Manuel Pinto faz um levantamento de alguns críticos acadêmicos a esse respeito, abrindo espaço, no seu artigo, para críticos como Ítalo Moriconi, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e Heloísa Buarque de Hollanda. Esses dois críticos estão diretamente ligados às políticas de publicação dessa literatura que aborda as relações de gênero. Moriconi tanto escreve críticas literárias, como é autor de alguns contos de temática

---

<sup>145</sup> HEE, Carlos. “A via crucis do escritor gay”. In: REVISTA CULT. São Paulo: Editora 17, Ano VI, n. 66, fev. 2003, p. 65

gay e Heloísa B. de Hollanda é atualmente editora da Aeroplano, que publica autores que orbitam em torno do homoerotismo.

Ítalo Moriconi não considera a literatura gay e a literatura homoerótica como sinônimas, sendo a sua diferença o fato de que a literatura homoerótica apresentaria um sentido mais geral, podendo ser encontrada em todas as épocas, enquanto a literatura gay seria uma vertente de produção textual mais contemporânea, vinculada ao histórico processo de liberação e conscientização gay.

Frente a esse debate, Manuel Pinto levanta uma problemática que nos parece central:

A ficção e a poesia homossexuais não estariam ganhando visibilidade em função menos de suas virtudes literárias do que por sua opção temática em termos politicamente corretos e por causa do crescente mercado que atende à comunidade gay? O recorte classificatório “literatura gay”, enfim, não corre o risco de insularizar a produção homossexual em um gueto poético no qual não cabem as avaliações estéticas usadas para os autores ditos canônicos?<sup>146</sup>

Para Heloísa B. de Hollanda, isso não seria um problema, pois, politicamente, a afirmação gay ou homoerótica não invalidaria ou empobreceria a qualidade poética dos textos, ao contrário, seria uma literatura de ponta, que postula tanto novas questões teóricas quando literárias, vindo a ser uma “potente interlocução com a própria noção do valor canônico”. De qualquer forma, essa interlocução se daria não propriamente no plano estético, mas no projeto político dessa produção que, segundo Hollanda, denuncia algumas “caixas pretas da subjetividade masculina ortodoxa”.

Esse projeto político envolto na produção literária traria, ainda, uma outra marca de singularidade que, para Moriconi, configuraria numa ruptura bem pós-moderna, “pois se trata de pensar e expressar artisticamente uma vivência normalizada da homossexualidade como um afeto entre outros, todos iguais”.<sup>147</sup>

No entanto, Manuel Pinto também enfatiza um outro aspecto dessa relação, finalizando seu artigo chamando atenção para uma das tarefas da literatura que seria

---

<sup>146</sup> PINTO, Manuel da Costa. “Sexualidades pós-modernas”. In: REVISTA CULT. São Paulo: Editora 17, Ano VI, n. 66, fev. 2003. p. 48

<sup>147</sup> TREVISAN Apud. PINTO. PINTO, Manuel da Costa. “Sexualidades pós-modernas”. In: REVISTA CULT. São Paulo: Editora 17, Ano VI, n. 66, fev. 2003. p. 51.

instrumentalizada por essas novas formas de escrita: solapar a linguagem ordinária e produzir abalos sísmicos em nossa representação do mundo.

O Dossiê Literatura Gay da Revista Cult ainda traz uma entrevista com o escritor João Silvério Trevisan<sup>148</sup>, que postula uma dúvida em torno da preocupação em adjetivar a literatura como gay. Afirmando, de início, que prefere o termo literaturas homossexuais, Trevisan vai questionar essa prática de adjetivar temática homoerótica e abordagem homoerótica, enfatizando sempre a dimensão plural dessas produções. Um dos riscos desse debate, para ele, consistiria em estabelecer a temática das obras num primeiro plano em detrimento da produção poética. Esse desejo de classificar e de instituir uma escola literária ou um estilo pode ser um “perigoso” caminho: “A homossexualidade é um componente muito importante, mas eu ousaria dizer que é perigoso fazer uma classificação como essa, porque isso indica um caminho de uma «literatura menor»”.<sup>149</sup>

O perigo consiste, também, em “guetorizar” a literatura, ou seja, de instituir um gueto, cristalizando suas fronteiras. Nesse sentido, o valor das obras literárias seria pensado a partir da sua inclusão num determinado grupo de leitores que compartilhassem, de alguma forma, uma vivência marginal, elevando a exterioridade do texto como sendo o elemento principal na produção dessa “poética do olhar”, que Gilmar de Carvalho anunciou anteriormente.

A proposta editorial da Revista Cult tornou possível a visibilidade de um debate que é ainda muito recente, possibilitando a alguns sujeitos que fazem parte desse universo de crítica e de produção literárias, anunciarem algumas das questões que mobilizam os discursos sobre a existência ou não de uma literatura gay.

Ainda que não tenhamos acessos a todos os registros desse debate, ele nos possibilita pensar em alguns indícios de como essa literatura de temática gls está sendo lida pela crítica acadêmica, pela militância gay e por alguns meios de comunicação de massa. De qualquer forma, essa “interpretação crítica” (leitura crítica) de Umberto Eco nos sugere algumas considerações, embora parciais, dessa relação entre leitura, texto e política.

---

<sup>148</sup> João Silvério Trevisan é um importante sujeito nessa história da leitura homoerótica. Figura pública, mitificada pelo movimento gay brasileiro, é autor de inúmeras obras que abordam essa temática, além de ser um dos colaboradores do jornal “Lampião da Esquina” e colaborador da revista G Magazine.

<sup>149</sup> Entrevista a João Silvério Trevisan. In: REVISTA CULT. São Paulo: Editora 17, Ano VI, n. 66, fev. 2003. p. 53.

Embora, como afirma Ítalo Moriconi, a literatura homoerótica possa ser encontrada em muitas historicidades, em diferentes tempos e espaços, a literatura gls, como categoria de análise, de interpretação crítica e de escritura, é uma experiência histórica desse tempo presente, associada aos movimentos sociais de afirmação identitária dos “excluídos” e/ou “minorias”. Nesse sentido, a literatura gls não se constitui como categoria literária ou de representação cultural antes do início do movimento gay moderno, cronologicamente localizado mais ou menos entre as décadas de 70 e de 80 no Brasil.

Nesse sentido, a literatura gls adquiriu corporalidade, simultaneamente, como prática literária e como leitura crítica, acompanhando os debates promovidos tanto pela crítica literária quanto pela militância gay, responsáveis também pela elaboração do termo. Muito mais do que interpretar o significado de uma literatura gay, esse debate o formula. São as leituras críticas desses sujeitos, envolvidos nessa trama histórica, que inventam (ou inventariam) esse novo objeto, por isso, a importância de instrumentalizar uma perspectiva histórica para a compreensão da literatura gls na cultura contemporânea e no estabelecimento de uma história do presente, pois a literatura gay não é uma criação espontânea, mas resultado de um processo longo de conflitos e de embates entre escritores, militantes, críticos e “leitores semânticos”. Nesse sentido, o seu significado político e cultural não pode ser separado de sua emergência enquanto categoria literária, de pensamento e representação de um universo cultural.

Um outro importante elemento na constituição desse debate é a particularidade de seu público leitor e a respectiva existência de um mercado para esses novos produtos culturais. Os presumidos leitores têm acesso à grande maioria desses títulos através da Internet, mais especificamente dos *home pages*<sup>150</sup> voltadas para o público gls, que organizam listas de títulos literários, assim como de filmes que, de alguma maneira se inserem nessa temática. Se como afirma Carlos Hee, existe um “boicote” dos livreiros no momento de publicizar essa produção literária, por outro lado, ela nunca teve tanto espaço como no texto eletrônico<sup>151</sup>. Tantos os *sites* de empresas provedoras de assinaturas, como a UOL (Universal On Line) e Portal Terra, assim como páginas pessoais e/ou grupos organizados, são os grandes responsáveis pela disseminação (e por que não

---

<sup>150</sup> Ver em anexo.

<sup>151</sup> Voltaremos novamente a discutir a relação entre textualidade eletrônica e literatura gls.

democratização?) desse mercado de títulos literários, que apresenta uma habilidade de criar e sustentar uma cultura homoerótica.

No entanto, embora possamos reconhecer a emergência de um mercado específico, de um debate a partir dos leitores críticos e da formulação de um público presumido, não se tem uma definição rígida sobre o que é definido como literatura gls quando se pretende escrever sua história. Podemos, quando muito, historicizar os contornos desse conceito, multiplicar seus sentidos, pois ele não está fechado e não contamos com o *a posteriori*, mas com o tempo presente a cunhá-lo. Mas a história da literatura gls identifica atitudes variáveis em relação ao gênero literário, a sua temática, às práticas culturais que representa e aos posicionamentos políticos que engendra.

Em vez de situar a literatura gls às margens da emergência do movimento militante gay moderno, considerando-a um reflexo de uma subcultura emergente, pretendo situá-la no centro dos acontecimentos. Nesse sentido, uma investigação da literatura gls no tempo presente é uma tentativa, em primeiro lugar, de entender os fundamentos culturais dessas intrigas políticas no Brasil, a partir da última década de 90 quando, ocorre, de forma mais sistemática, o aparecimento das críticas literárias e dos estudos homoeróticos, pois, embora seja caracterizada, em parte, pelo impacto provocado pela cultura eletrônica, com redefinições subseqüentes na autoria e no público leitor, a literatura gls também foi o resultado de certas tendências acadêmicas que condicionaram olhar essa produção cultural, como os estudos culturais, os estudos homoeróticos, os estudos de gênero e os estudos *queer*.

Não podemos, também, obliterar a correspondência entre a produção de uma literatura específica com uma estratégia, mais geral, dos grupos de militância política gay de ampliar suas áreas de atuação, através da institucionalização de uma política da visibilidade e da produção de representações e/ou ações afirmativas.

A dimensão propriamente literária da literatura gls remete-nos a um outro aspecto fundamental desse debate: sua dívida com o passado. Grande parte da crítica literária e/ou histórica, assim como os discursos militantes, recorriam à literatura de temática homoerótica antiga para instituir um gênero essencialmente novo, que é a literatura gls. Sintomático, também, é o grande debate em torno do marco inaugural da literatura gay brasileira. Muitos vão estabelecer Adolfo Caminha como o primeiro a escrever uma

literatura especialmente homoerótica no Brasil, a exemplo de Gilmar de Carvalho, que vai caracterizar a obra *O bom crioulo* como um “abridor de caminhos”, um marco dessa produção literária. Mas, enquanto possibilidade de gênero literário, a literatura gls só nasce enquanto conceito pós Stonewall<sup>152</sup>, nos Estados Unidos da América, e pós-Aids no Brasil.

O que o discurso da crítica literária, dos estudos de gênero e dos militantes gays faz, é instituir e inventar uma nova tradição<sup>153</sup>. A literatura gls é uma nova literatura para um novo tempo, mas esse é um fato, em grande medida, obliterado nas escritas e nas leituras daqueles que fazem parte desse debate. Em busca de legitimidade, a mídia eletrônica e a crítica especializada, ao enunciarem discursos sobre a literatura gls, utilizam como recurso o estabelecimento de uma continuidade com o passado. Daí a importância de listar grandes nomes da literatura ocidental assim como da literatura brasileira. Ao associarem Oscar Wilde, Virginia Woolf, Aluizio de Azevedo, até mesmo Shakespeare, entre outros, com obras editadas pela *Edições GLS*, selo da editora Summus, com a coleção Aletheia da Editora Brasiliense, a coleção Contra.luz da editora Record, assim como com alguns títulos da Editora Mandarin, muito mais do que estabelecerem uma correspondência “evolutiva” e “natural” do passado com o presente, esses discursos produzem um passado apropriado que venha conferir autoridade à existência dessa tradição que é tão recente.

Mas o que significaria uma tradição inventada? O historiador Hobsbawm organizou, no início da década de oitenta, um livro em co-autoria sobre a invenção das tradições, resultado de uma conferência organizada pelo periódico “Past & Present”. Nessa conferência, os historiadores desse periódico resolveram discutir a criação do termo tradição inventada. Para ele, existiriam tradições que são recentes, quando não inventadas e divulgadas através de um processo de institucionalização: busca de legitimidade. O que seria? Qual o sentido do termo? Foram algumas das questões propostas na conferência. Para Hobsbawm, a proposição do historiador em discutir a invenção das tradições deveria ser motivada pelo questionamento de como elas surgiram e como se estabeleceram, sem ter como princípio referencial as suas chances de sobrevivência.

---

<sup>152</sup> Em 28 de julho de 1969 no Bar Stonewall, em Nova York, houve uma batida policial. Frequentado por homossexuais, estes se rebelaram e, liderados por travestis, resistiram à polícia, tocaram fogo no recinto e foram para as ruas, armados de pedras e garrafas, iniciando uma rebelião que durou toda a madrugada do dia 28 e nas quatro noites seguintes. Esse dia foi considerado o Dia Internacional do Orgulho Gay, celebrado anualmente nas maiores cidades da Europa e das Américas.

<sup>153</sup> HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

A ênfase no processo de constituição da tradição caracterizaria uma das preocupações que a chamada História Social inglesa se propôs a redimensionar a partir da idéia de que a história é construída pela experiência humana. Por isso, a questão da invenção das tradições não deveria ser direcionada para saber se ela teria um longo tempo de sobrevivência ou não. Mas entender como se constitui um conjunto de práticas culturais que diriam respeito às formas com as quais os sujeitos da história estabelecem seus sistemas de valores, suas normas de comportamento, seus rituais cotidianos, assim como o seu arquivo simbólico. Hobsbawm afirmou que a invenção das tradições não tem uma ligação direta com o estabelecimento de uma longa temporalidade, pois, às vezes, uma tradição se institui em poucos anos com enorme rapidez, através da apropriação de um passado histórico reconhecido e significativo para a sociedade.

Portanto, como explicar que textos e autores tão díspares venham a compor um novo gênero literário? Que entre a produção atual e aquilo que foi escrito antes da construção do conceito gay e gls venham simbolizar um mesmo regime de discurso? Como estabelecer uma correspondência entre a obra naturalista de Adolfo Caminha e a produção literária dos editores do periódico “Lampião da Esquina”? E em que sentido o trabalho com o conceito de invenção das tradições pode iluminar teoricamente o processo de constituição da literatura gls? Para Hobsbawm, uma tradição inventada é uma tradição nova que estabelece uma continuidade com o passado e, nesse sentido, o investimento discursivo na elaboração desses exemplares painéis históricos, com a inserção de autores já canonizados pela crítica especializada, visa compor um efeito de autoridade para a formulação de novas textualidades.

Entender a criação da literatura gls como uma tradição inventada, talvez seja estabelecer aquilo que configura uma história do presente<sup>154</sup> e, assim, perceber como um determinado presente reinventa para si um passado apropriado, com o sentido de instituir para si um lugar de verdade e de herança.

Assim, a investigação se orienta por delinear as enunciações e o desenvolvimento dessa nova tradição da literatura gls brasileira, formulada em grande medida pela leitura dos críticos, militantes, acadêmicos, entre outros e tentar instrumentalizar as formas de

---

<sup>154</sup> Discutido no primeiro capítulo.

percepção e dos usos desses discursos, para tentar montar a criação de um retrato preliminar, porém básico.

Em junho de 2001 ocorreu na Casa de Cultura Mário de Quintana, em Porto Alegre, um evento que reuniu militantes, críticos literários e escritores, promovido pelo *nuances* – Grupo Pela Livre Expressão Sexual – o Seminário *Homossexualidades, cultura e política*. Como resultado desse seminário, foi organizado um livro de ensaios sob o mesmo título publicado, em 2002, pela editora Sulina<sup>155</sup>. Divididos em quatro partes temáticas, os ensaios abordam questões relativas às áreas de direito, literatura, identidade e política.

“A literatura sai do armário” – é a chamada referente à relação entre literatura e homossexualidade, contendo dois ensaios: “A homossexualidade na literatura” de Kathrin Rosenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e um texto de Ítalo Moriconi, “Literatura moderna e homossexualismo”. Tanto Moriconi quanto Rosenfield são personagens que transitam no campo da crítica literária e da militância política.

Rosenfield inicia seu artigo mostrando que, “exceto nas últimas décadas, a literatura nunca teve uma atitude ‘engajada’ com relação à homossexualidade”, mas, apesar disso, a literatura não se ausentou de representá-la. Anterior a essa literatura engajada, haveria duas grandes eras: a Antiguidade, que seria favorável e aberta ao amor homossexual e a era do cristianismo, hostil à homossexualidade, caracterizando-a como perversa e contrária à sexualidade. Para Rosenfield, esses dois momentos da história literária homossexual não teriam relação com uma militância emancipatória do movimento guei<sup>156</sup>, porém isso não implicaria numa ausência de representação “instrutiva” sobre o universo homossexual.

A autora utiliza o texto literário para demonstrar as representações sociais como parte do imaginário que as engendra. Nesse sentido, a literatura retrataria a realidade através de suas representações, que, por sua vez, ofereceriam ao leitor a liberdade de associar e projetar suas próprias emoções, acomodando-as aos processos narrados. Mesmo os textos que não têm uma necessária ligação com a militância emancipatória do

---

<sup>155</sup> GOLIN, Célio e WEILER, Luis Gustavo (orgs.) *Homossexualidade, cultura e política*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

<sup>156</sup> Na apresentação do livro, há um esclarecimento dos termos “guei” e “viado” escritos com “i”, afirmando ser este um gesto político de desafio ao Aurélio e de uma necessidade de “aportuguesar” o termo vindo do inglês, na tentativa de aproximar-se do imaginário brasileiro. “Guei, desta forma escrito, não é sinônimo de ‘alegre’, como no léxico inglês, mas refere-se à bicha que está na rua, e também a que está dentro do armário”. Emblemático, também, lembrar que essa forma de escrita já era utilizada no periódico “Lampião da Esquina”, originado na década de 70.

movimento guei, seriam importantes no sentido de mostrarem este “ser-outro que adquire nas obras plena realidade”.

Ítalo Moriconi, por sua vez, começa por afirmar que a relação entre literatura moderna e homossexualidade é visceral, sendo a homossexualidade uma condição privilegiada para o exercício das letras na modernidade: “bichice e sapatice são temas que estão sempre voltando no texto literário de qualidade”.<sup>157</sup>

Ao estabelecer essa relação entre literatura moderna e homossexualidade, Moriconi nos esclarece a definição do conceito de literatura que trabalha. Seria uma “alta literatura”, uma “literatura de qualidade”, também chamada de literatura de ponta e/ou canônica, excluindo o “fascinante mundo popular do folhetim do século XIX e do best seller do século XX”, por esses apresentarem uma representação caricaturesca da homossexualidade.

Politicamente, essa leitura crítica de Ítalo Moriconi é um marco divisor, pois enquanto a literatura de *best sellers* se movimentaria no plano das convenções aceitas socialmente, essa “alta literatura” seria responsável por produzir um texto crítico, problematizador dessas mesmas convenções, exigindo de leitor um nível maior de preparo intelectual. No entanto, Moriconi não descarta uma certa potencialidade dos textos que estariam no campo da cultura popular: “As pedras estão rolando e mesmo a cultura popular está se transformando, ou seja, bicha e sapatão já não são mais fonte de renda apenas enquanto alvos de riso, escândalo, achincalhe ou humilhação”.<sup>158</sup>

Essa transformação estaria relacionada à vivência dos novos tempos, pois para esse crítico, “nossa atualidade pós-moderna é realmente original e revolucionária”, responsável, também, pelas novas representações do homossexual - figura inventada no século XIX pela literatura médica e jurídica. Para ele, haveria três paradigmas na modernidade que investem na temática da homossexualidade: a) paradigma médico-científico, que representa a homossexualidade como doença; b) paradigma psicológico/psicanalítico, dominado pelo discurso freudiano, que mostra a inclinação erótica como resultado dos condicionamentos culturais; c) e, por fim, o paradigma político-moral, em que a homossexualidade passa a ser

---

<sup>157</sup> MORICONI, Ítalo. “Literatura moderna e homossexualismo (Pressupostos básicos, ou melhor, mínimos). In.: GOLIN, Célio e WEILER, Luis Gustavo (orgs.) *Homossexualidade, cultura e política*. Porto Alegre: Sulina, 2002, p. 95

<sup>158</sup> MORICONI, Ítalo. “Literatura moderna e homossexualismo (Pressupostos básicos, ou melhor, mínimos). In.: GOLIN, Célio e WEILER, Luis Gustavo (orgs.) *Homossexualidade, cultura e política*. Porto Alegre: Sulina, 2002, p. 97

um direito humano de condução de sua sexualidade, afirmando a diversidade sexual como princípio ético e enfatizando a diversidade dos modelos de família.

Este último paradigma seria, então, responsável pela produção de uma literatura que está mais associada aos princípios da chamada pós-modernidade, tornando possível, nesse presente, falar em uma literatura guei-lésbica no Brasil, sendo seus representantes escritores como João Silvério Trevisan, Caio Fernando Abreu, Vange Leonel, Luis Capucho, Leila Micolis, Roberto Piva, Glauco Mattoso, Valdo Mota, entre outros.

Ainda que Kathrin Rosenfield e Ítalo Moriconi não invistam na querela da existência ou não de um gênero literário, essa discussão fica implícita nos dois artigos. Considerados em conjunto, os dois artigos funcionam no sentido de estabelecer uma correspondência histórica entre a literatura produzida sobre a homossexualidade, desde a Antigüidade até a nomeada pós-modernidade. Nesse sentido, o presente é produzido como um momento histórico especialmente positivo, posto que até mesmo o mundo do folhetim e do *best seller*, ainda que represente as convenções sociais e invista no modelo burguês da família, já possibilita a produção de outros “ser-outro”, como indica também Rosenfield. Estas duas leituras não deixam de produzir uma certa linha evolutiva da produção literária guei-lésbica, apontando como parâmetro de sentido a associação entre produção literária e política identitária. Essa perspectiva progressista, portanto, investe na idéia de uma tradição literária cujo ápice estaria localizado na modernidade e cuja importância é demonstrada pela presença dessa temática em outros tempos históricos.

Essa leitura crítica sobre a existência ou não da literatura gls promovida por peritos autorizados do saber extrapola o espaço da academia. Comumente, eles são convocados a falar sobre em revistas, jornais, *home pages*, etc, pois existe um interesse público e social próprio de nossa contemporaneidade. Em entrevista ao Balacobaco<sup>159</sup>, Ítalo Moriconi quando inquirido sobre a possibilidade de existência de uma “dicção” caracterizando a cultura gay, afirma que há uma diversidade de dicções na literatura e inúmeras subculturas alternativas, a exemplo de Edmund White, Jean Genet, Pasolini, Derek Jarman, mas, no Brasil, essa dicção ainda estaria no campo do incerto: “No Brasil, temos uma literatura gay, mas não sei se existe uma dicção gay, como na literatura anglo-saxônica”.

---

<sup>159</sup> Disponível em: <<http://www.geocities.com/SoHo/Lofts/1418/italo.htm>>. Acessado em dezembro de 2003.

Não fica bem claro o que caracterizaria essa dicção? Seria uma forma de escrita? De fala? De enunciado? Ou seria, finalmente, a formação de um gênero literário e, por isso, de uma tradição literária?

Como toda tradição recentemente formulada, esta não está isenta de divergências. Antonio Junior, em artigo, afirma que, apesar de estarmos numa “boa ocasião” para abordar a literatura gay brasileira, não a vê enquanto gênero literário específico.<sup>160</sup> No entanto, na sua síntese da literatura gls brasileira, afirma que “O Brasil iniciou-se no gênero com *Bom-Crioulo* (1895), do cearense Adolfo Caminha, considerado o primeiro romance, em todo o mundo, a abordar o amor homossexual de forma direta”. O investimento dessa obra de Caminha como o grande marco inaugural de um “gênero literário” (?), apesar de todas as divergências, é quase um consenso entre os leitores críticos dessa produção literária, o que não deixa de ser sintomático, pois definir a obra inaugural de um gênero é uma questão exaustiva e tende a tornar-se um fim em si mesmo.

Em sua maioria, esses leitores críticos não refletem sobre as conseqüências desse procedimento para a institucionalização de uma tradição literária, pois, em grande medida, a obra inaugural é inscrita quase como uma conseqüência natural da história e não como uma irrupção, uma derrisagem, possível por uma série de agenciamentos e pelas configurações históricas de seu lugar de produção. Importante também considerar que a história literária de qualquer gênero é sempre uma questão de escolha e essa escolha não é nunca inocente. A escolha das obras inaugurais pode nos revelar muito sobre a invenção de uma tradição ou sobre os historiadores de uma tradição.

Portanto, configurar *O bom crioulo*, como marco inaugural de um gênero literário, não se restringe apenas a uma procedência histórica, mas também ao uso de uma estratégia discursiva em que o político tem reservado o seu lugar. Afinal, qual a correspondência entre um romance naturalista do final do século XIX com a literatura gay produzida no final do século XX e início do século XXI?

Essa explicação que se serve da história, termina por estabelecer um “anacronismo necessário”. Se, como afirma Nicole Loraux - diretora da École des Hautes Études em Scienses Sociales - , o anacronismo é o grande pesadelo do historiador e um pecado capital

---

<sup>160</sup> Disponível em: < <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.phtml?cod=2989&cat=Ensaio>. >. Acessado em novembro de 2003.

contra o método, pelo manejo errôneo do tempo e dos tempos, ao importar noções de sua época de referência para outras historicidades que desconhecem tais noções, o seu não uso pode “caçar a audácia do historiador”<sup>161</sup>.

O medo do anacronismo pode funcionar como um bloqueador, impedindo a consideração de um “outro tempo”, no interior do tempo dos historiadores. Essa “premissa” nos remete, novamente, à problemática da história do presente, pois o historiador do presente não pode se eximir de considerar como “tempos outros” são acionados na elaboração e legitimação de práticas contemporâneas.

Nicole Loraux acaba por defender uma “prática controlada do anacronismo” para que o historiador assuma o risco de colocar a seu objeto questões que não são de seu tempo, sem deixar de alertar: “Entre o atual e o antigo, quem pretende controlar o jogo do anacronismo deve, portanto, jogar com cautela; a maior mobilidade é requerida: é preciso saber ir e vir, e sempre se deslocar para proceder às necessárias distinções”.<sup>162</sup>; pois nem tudo seria possível quando se aplica ao passado questões do presente, mas se poderia experimentar tudo, “com a condição de estar a todo momento consciente do ângulo de ataque e do objeto visado”.

Seria, então, a história literária um anacronismo necessário?

Robert Darnton, no seu livro *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*, ao inquirir sobre o que os franceses liam no século XVIII e mapear o setor proibido, indica:

A história literária é um artifício criado ao longo de muitas gerações; apresenta-se ora reduzida, ora ampliada; puídas em alguns pontos, remendada em outros; e por toda parte permeada de anacronismos. Pouco tem a ver com a verdadeira experiência da literatura no passado.<sup>163</sup>

Nesse sentido, a história literária gls, pensada enquanto um artifício, também ela produzida no tempo presente, só adquire sentido se pensada no contexto de sua própria

---

<sup>161</sup> LORAUX, Nicole. “Elogio do anacronismo”. In.: NOVAES, Adauto (org.) *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>162</sup> LORAUX, Nicole. “Elogio do anacronismo”. In.: NOVAES, Adauto (org.) *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 64.

<sup>163</sup> DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette – mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 09.

produção, inserida numa série de acontecimentos que envolve também as práticas políticas do movimento gay no Brasil, pois a produção do debate em torno dessa literatura não existe para além da fomentação dos estudos homoeróticos e da produção de uma política identitária que possibilite a implosão de preconceitos baseados numa pretensa natureza da sexualidade, baseado no que Butler vai denominar de dispositivo hetero-normativo<sup>164</sup>.

Tendo como princípio norteador a desnaturalização das relações de gênero, Luciana Araújo<sup>165</sup> argumenta: “artistas que ousam e rompem preconceitos para compor sua obra, trazem para os leitores uma experiência estética e também social”. Muito mais do que simplesmente uma produção estética, essa (leitura) crítica chama atenção para a transgressão no conteúdo temático, como sendo importante para a “elevação” da literatura.

Também partilhando dessa perspectiva, o antropólogo e militante Luiz Mott, em entrevistas na mídia<sup>166</sup>, ratifica a importância política em detrimento da estética na produção dessa literatura. Para Mott, o amor entre pessoas do mesmo sexo, sempre foi tema para inúmeras obras literárias:

[...] a partir do Século das Luzes, autores gays, lésbicas ou simpatizantes ousaram relatar em seus romances, as diversas facetas do homoerotismo, quebrando tabus e abrindo espaço para o surgimento, nos finais do Século XIX, do movimento de defesa dos direitos dos homossexuais. Oscar Wilde, Proust, Gide, Abel Botelho, Adolfo Caminha são alguns destes **precursores** que abriram caminho para uma geração mais engajada na defesa de temas e personagens homossexuais: Baldwin, Genet, Loti, Wolf, entre outros.<sup>167</sup>

Talvez seja Luiz Mott o leitor crítico que mais utiliza o recurso do anacronismo, para que este venha criar um sentido de sucessão, pois o movimento pela cidadania e defesa dos homossexuais é atribuído a “precursores” que, dificilmente, poderiam se encaixar no modelo de militância política do tempo presente. Essa leitura não pode ser compreendida por uma reflexão histórica que fique presa nesse passado, ainda que ele tenha aberto

<sup>164</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>165</sup> Disponível em: < <http://www.ig.com.br/home/igler/artigos/0,,1241107,00.html> >. Acessado em dezembro de 2003.

<sup>166</sup> Estas entrevistas com Luiz Mott foram concedidas a diferentes revistas e jornais nacionais e estrangeiros nas últimas duas décadas. Estão organizadas e publicada na home page do autor. Disponível em: < <http://geocities.yahoo.com.br/luizmottbr/entre.html> >. Acessado em novembro de 2003.

<sup>167</sup> Disponível em: < <http://geocities.yahoo.com.br/luizmottbr/entre.html> >. Acessado em novembro de 2003.

caminhos, pois o seu sentido histórico é produzido a partir de questões da contemporaneidade.

Colin Spencer, no seu livro *Homossexualidade: uma história*<sup>168</sup>, publicado pela Record, estabelece como marco do movimento gay moderno a criação, na Inglaterra, em 1970, da “Frente de Libertação Gay” (GLF), inspirada no movimento de libertação gay que despontara um ano antes nos Estados Unidos, depois do tumulto e da mobilização pública de homossexuais em Stonewall, demonstrando, também, que essas “organizações revolucionárias” se inspiraram no modelo do Poder Negro<sup>169</sup>, ou seja, essa seria uma realidade possível de ser imaginada, somente a partir da década de 60 do século XX, nas sociedades ocidentais.

Contudo, Luiz Mott deixa explícito qual o seu posicionamento frente à “fruição estética”: “Confesso, contudo, que a militância política continua sendo minha primeira opção, restando-me pouco tempo para a fruição literária – procurando-a sobretudo quando me auxilia a melhor entender e interpretar a realidade homossexual do passado ou contemporânea”. Desta forma, diz-se mais apto a avaliar a produção historiográfica e antropológica, conferindo a sua leitura de “homotextos” uma correspondência direta com a representação do real, mesmo que a sua percepção dessa realidade seja induzida pelo seu lugar de militante. Portanto, essa sua escolha do lugar político condiciona a forma como entende a história literária que envolve a reflexão da homossexualidade.

Já para Denílson Lopes e Ana Maria de Bulhões Carvalho, a história na homotextualidade brasileira ainda estaria por se fazer. Diferentemente de se percebida como um desdobramento quase natural dos tempos, Lopes e Bulhões vão demarcar uma problemática, que é, antes de tudo, atual: “[...] em que um olhar crítico homoerótico acrescenta à cultura brasileira e como a representação da homossexualidade se torna ou não estrutural a sua literatura”.<sup>170</sup>

Para esses leitores críticos, essa abordagem da homotextualidade se justificaria pela necessidade de construção de memórias alternativas na produção de um referencial político para a constituição de uma sociedade multicultural. Mas, para isso, seria necessário também

---

<sup>168</sup> SPENCER, Colin. *Homossexualidade – uma história*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

<sup>169</sup> Nomenclatura associada ao movimento negro nos Estados Unidos da América na década de 60 no século XX.

<sup>170</sup> Disponível em: < <http://acd.ufrj.br/pacc/exclusoes/brasil12.html> >. Acessado em dezembro de 2003.

“buscar construir o solo que possibilitou a emergência decisiva de uma homotextualidade de qualidade, para além de obras isoladas, momento que só se dá no interior da literatura contemporânea”.<sup>171</sup>

Localizada enquanto uma problemática política, porém atual, a produção da literatura gls é, de certa forma, não só uma história por se fazer, como também uma história em ruínas, residual e sufocada. Talvez isso explique o porquê da fabricação quando modelada enquanto gênero literário, pois, segundo Lopes e Bulhões, os discursos sobre a homossexualidade transitam entre diversos gêneros, ainda que algumas representações possam ser mais visíveis num gênero que em outro, a exemplo do imaginário pedófilo na lírica ou a troca de sexos na comédia dos costumes.

Sem essa percepção de uma história em ruínas, residual e sufocada, e da necessidade de um referencial político para a formação de uma sociedade multicultural, não seria possível estabelecer as razões da emergência de um olhar crítico no presente assim como as razões do silêncio no passado. Lopes e Bulhões, enquanto leitores críticos, rompem de certa forma com o discurso generalizado da militância política gay ao demarcar historicidades específicas para a formulação dos discursos sobre a homossexualidade, chamando atenção, inclusive, para os recortes gerais utilizados nesses estudos e as suas respectivas diferenças históricas, como a produção do naturalismo, da virada do século, do modernismo e da alta modernidade, do neo-naturalismo e da pós-modernidade.

Nahima Maciel já levanta uma outra problemática: essa segregação ou guetorização da produção literária gls ocorre porque a sociedade e a academia não os acolheriam enquanto uma “produção literária pura e simples”. Citando Mário Lugarinho, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), não haveria uma institucionalização dos estudos homoeróticos na academia e “enquanto a institucionalização não acontece, é preciso falar em literatura gls”.<sup>172</sup>

Mas ela não desconsidera as mudanças ocorridas nos últimos 30 anos, com a revolução sexual da década de 70, a organização do movimento negro no Ocidente e o reconhecimento das minorias. Esse contexto de eventos históricos teria contribuído para que, em meados da década de 80, na academia brasileira, tivesse se desenvolvido uma área

---

<sup>171</sup> Disponível em: < <http://acd.ufrj.br/pacc/exclusoes/brasil12.html> >. Acessado em dezembro de 2003.

<sup>172</sup> Disponível em: < [http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO\\_20020609/sup\\_pen\\_090602\\_41.htm](http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20020609/sup_pen_090602_41.htm) >. Acessado em dezembro de 2003.

de estudos sobre política das identidades. Citando também Tânia Swain, historiadora da Universidade Nacional de Brasília (UNB), Nahima Maciel não percebe como atraso os estudos gays e lésbicos no Brasil: “Cada país tem seu momento. No Brasil, o momento está acontecendo agora”.

Heloísa Buarque de Hollanda, em entrevista ao *Correio Brasiliense*<sup>173</sup>, enfatiza um outro aspecto importante nessa historicidade:

Vou ser cínica. Quem classifica literatura é o mercado, não é a academia, o cânone [...] A coisa gay está sendo reconhecida como um grande mercado emergente. E numa sociedade de consumo, essa segmentação é importante. Então acho que não vem bem de um movimento político essa classificação. É um segmento poderoso, que tem poder aquisitivo razoável. É um segmento, eu diria, apetitoso.

Passados apropriados, mercado, identidade, política, gênero literário, entre outros, são os elementos formulados pela leitura crítica disso que no presente se constituiu como literatura gls. No entanto, não podemos obliterar a perspectiva de que a criação da literatura gls pode, portanto, ser interpretada como um sinal literário das mudanças que estão ocorrendo nessa contemporaneidade brasileira, seja no campo da academia ou no campo da militância política, pois a ampliação desse debate tem uma circunscrição tanto geográfica, quanto temporal.

Nesse sentido, torna-se imprescindível mapear as condições de possibilidade históricas que viabilizaram a invenção dessa tradição literária. Para isso, é preciso historicizar essa relação entre política e texto, surgida a partir dos processos de mutação social no Brasil entre as décadas de 70 e 80 do século XX, estabelecendo os elos de ligação nessa trama entre movimento político e a produção de novos códigos culturais, tratando de compreender esta multiplicidade de elementos, tanto sincrônicos quanto diacrônicos, e se esforçar por refletir como eles se combinam na instituição de uma história do presente.

---

<sup>173</sup> Disponível em: < [http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO\\_20020609/sup\\_pen\\_090602\\_41.htm](http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20020609/sup_pen_090602_41.htm) >. Acessado em dezembro de 2003.

### CAPÍTULO III - POR UMA HISTÓRIA DE MANIFESTOS, CONFISSÕES E ALGUMAS ESCRITAS

Mas voltemos ao nosso leitor anônimo, apresentado como pretexto do capítulo anterior. Seu nome de “guerra”: Palimpsesto. Fã de *Guerra nas estrelas*<sup>174</sup>, acompanhou todos os episódios da luta entre o lado negro e a força, entre o império e a república, idealizados pelo cineasta George Lucas. Desde criança, seu sonho era o de ser ou de ter Luke Skywalker, esse belo e exímio andador dos céus. O céu era o seu campo de desejo, sua vontade de saber. Alguns até diziam: - “sua cabeça vive na lua”. Mas, qual lua? Endor (linda lua de bosques, onde viviam os Ewok<sup>175</sup>)? Vivia, pois, a fantasia desse futuro prometido, num presente tão mediado por máquinas, maquetes e suas engenhocas.

Abandonou, durante certo tempo, não precisado na sua memória, as livrarias que por tanto tempo percorrera e se escondera, e fez fila, filando fitas e mais fitas que tivessem em destaque, com letras garrafais, a classificação Ficção Científica. Dessa busca, sentiu a solidão dos replicantes da série Nexus do *Blade Runner* de Ridley Scott<sup>176</sup>; o surgimento da IA (Inteligência Artificial) no futuro de *2001- Uma odisséia no espaço*<sup>177</sup> (esse nosso passado) com a sua volta às origens, ao que alguns antropólogos garantem ser o nascimento da civilização na sua relação de alteridade com a natureza, quando, ao som de Strauss, os macacos se aproximam do monolito negro, farejando, tocando, esmurrando, e, nesse ínterim, se armam de ossos, de paus, de pedras, da própria natureza, transformando o uso das mãos, atacando uns aos outros, quase virando “gente”.

Esse nosso leitor - cujo nome inventamos agora, para lhe dar um pouco de sentido ou talvez maquiagem seu anonimato -, se apresentava incansável e um tanto quanto confuso, se rendendo aos programas semanais transmitidos pela emissora de TV hegemônica, vendo, espantado, diante de si, exposta em sua tela (ainda não plana e nem de plasma), um duplo reconhecimento: George Orwell e o Grande Irmão, *1984*<sup>178</sup>, escrito em 1949 e adaptado para o cinema quarenta anos depois; assim como reconheceu o projeto carcerário de Jeremy

<sup>174</sup> *Guerra nas estrelas*. Direção de George Lucas. Estados Unidos, 1977.

<sup>175</sup> Personagens híbridos de homem-urso que compõem uma comunidade, do filme *Guerra nas estrelas*.

<sup>176</sup> *Blade Runner, o caçador de andróides*. Direção de Ridley Scott. Estados Unidos, 1982.

<sup>177</sup> *2001, uma odisséia no espaço*. Direção de Stanley Kubrick. Estados Unidos, 1968.

<sup>178</sup> ORWELL, George. *1984*. 29 ed. São Paulo: Nacional, 2004.

Bentham<sup>179</sup>, jurista e filósofo inglês do século XVIII, que passara sua vida a urdir uma arquitetura moral da população.

O Grande Irmão que o nosso leitor passara a execrar, convencido por Orwell, e conhecido por poucos, era hoje modificado, se transformando em atração principal de uma rede nacional televisa. Ok. Click. Desliguem suas tvs. Mas esse leitor não tinha como se locomover, andando apenas pelos céus, seu devir-Skywalker. Ele movia-se também pelos coletivos públicos, aterrizando na terra. Como nem sempre era possível ele estar com sua cabeça na lua, interagia com seus vizinhos, com seus amigos, com sua família, com alguns transeuntes e outros tantos anônimos..., e lá estava nas prosas e nas tvs de todos, o Grande Irmão. Ok. Liguem suas tvs: e o grande vencedor do prêmio, da fantástica quantia de um milhão de reais, ofertado pelo programa BBB (Big Brother Brasil), foi o professor acadêmico, escritor, jornalista, baiano, Jean Wyllys: o primeiro intelectual a participar do último dos cinco *reality shows* produzidos. Melhor dizendo, se é que podemos reduzir a multiplicidade de sua identidade na surpresa e no assombro de nosso leitor: Jean? Gay? Intelectual? Vencedor?

Se me é dado, enquanto narradora, a licença de empregar uma pequena paráfrase de uma grande historiadora, Michelle Perrot<sup>180</sup>, que, ao interpretar os textos de J. Bentham, anuncia, num dos subtópicos de sua análise: “De Bentham a Orwell”... [no que acrescentamos] à TV Globo, ao Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual, entre outros.

Teríamos, ainda, um deslocamento que vai (não de forma linear) da economia do olho que tudo vê e tudo pune, com sua política do encarceramento; ao Grande Irmão e a crítica radical ao totalitarismo e a possibilidade de uma sociedade panóptica; ao espetáculo televisivo e sua teatralização, também panóptica, do privado; ao movimento gay e sua luta pela visibilidade, publicizando aquilo que havia sido obliterado.

Talvez essa narradora, também ela leitora, precise confessar que, igualmente, adoraria ser um *Skywalker* e tornar-se uma “caminhante dos céus” ao iniciar os percursos, entre nuvens e luas, desse terceiro capítulo, mesmo que, no seu término, se encontre em estado de *queda*, se encontre novamente com Camus.

---

<sup>179</sup> BENTHAM, Jeremy et al. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

<sup>180</sup> BENTHAM, Jeremy et al. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Que importa, no fim de contas? As mentiras não conduzem finalmente à via da verdade? E as minhas histórias, verdadeiras ou falsas, não tenderão todas para o mesmo fim, não terão o mesmo sentido? Que importa, então, que sejam verdadeiras ou falsas se, nos dois casos, são significativas do que fui e do que sou? (Albert Camus).

### 3.1 - “Ainda lembro”

“Orgulho gay – Vitória de um homossexual assumido no BBB reflete aceitação maior dos gays na sociedade brasileira” – manchete da Revista Época, em 04 de abril de 2005; “O embaixador gay – Com *looby* GLS a seu favor, o baiano torna-se campeão do Big Brother”, manchete da Revista Veja, em 06 de abril de 2005; “Ganhador do Big Brother Brasil de maior audiência, professor homossexual quer ser visto como intelectual, reportagem do jornal Folha de São Paulo em 31 de março de 2005. “Um intelectual no Big Brother – A imagem de Jean é complexa. Ele reúne três papéis que se combinam, mas poderiam ser separados: de homossexual discreto, de homem sensível e de pessoa culta ou intelectualizada” – artigo do filósofo Renato Janine Ribeiro no *site* AOL em 28 de março de 2005.

Essas são apenas algumas das manchetes que emergiram nos principais canais de mídia no Brasil, após 29 de março de 2005, quando o integrante do *reality show* Jean Wyllys tornou-se vencedor do prêmio máximo desse programa de TV, realizado pela emissora GLOBO. O BBB é a versão brasileira do programa criado em 1999, na Holanda, pela Endemol, umas das mais expressivas empresas de entretenimento da Europa, cujo formato consiste no confinamento de 12 pessoas numa casa onde são monitorados, com câmeras e microfones, durante as 24 horas do dia, num período de dois ou três meses, e exibido para milhões de telespectadores. Alijado de qualquer forma de comunicação com o mundo exterior, são submetidos a diversas tarefas e testes. A exclusão dos jogadores é feita por votação, via telefone e internet, em que uma pessoa é escolhida e eliminada pelo público.

Acompanhada por milhares de telespectadores, a vitória de Jean Wyllys provocou múltiplas reações na mídia. Seja enfatizando sua história biográfica ou utilizando-o como pretexto para uma discussão sobre a crescente visibilidade gay, as muitas reportagens

produzidas sobre esse evento ocuparam e mobilizaram os grandes canais nacionais de comunicação brasileira. Representado como o “Embaixador gay” pela Revista *Veja*<sup>181</sup>, o êxito de Jean Wyllys é justificado através do *looby* gay que, associado ao movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), o “adotou” como herói. Percebido como símbolo de duas minorias: gay e leitor, a reportagem inicia chamando a atenção para dois momentos diferentes, em que Jean confessa sua condição de gay. Um mês antes de sua entrada no programa, havia reunido seus familiares para comunicar “oficialmente” que iria fazer parte do BBB5 e que era gay. Uma confissão que se deu, primeiramente, no espaço privado do lar e, posteriormente, no espaço publicizado da tv: “Jean alardeou sua condição de homossexual para o país inteiro”. A reportagem, escrita pelo jornalista Ricardo Valladares, emprega uma tônica um tanto quanto desdenhosa sobre a atuação de Jean no programa – “Que, por sinal, também escreve”, cuja escrita seria “Uma coisa assim, dramática”.

“Se o Brasil inteiro vai saber, é preciso que minha mãe saiba antes” – Esse enunciado de Wyllys na Revista *Época*<sup>182</sup>, mais uma vez enfatiza essa vontade de falar de si a partir da confissão. Na primeira oportunidade de exclusão do programa, sintomaticamente, na primeira semana do jogo, Jean põe em exercício essa arte de se dizer, manifestando através da sua fala, a sua percepção de “perseguido”. Ao falar, Jean subverte o jogo, utilizando aquilo que lhe fragilizava, em meio aos outros participantes, no espaço circunscrito da casa, em força e capital simbólico para aqueles que, no lugar/função de telespectadores, de alguma maneira estabeleceram elos de identificação com ele. O dizer sobre si, portanto, possibilita trazer para esse campo de embate o controle sobre si mesmo e sobre seu lugar em relação aos outros. Nesse sentido, cria uma diferenciação, demarca sua singularidade.

O acesso ao vivo do programa é disponibilizado apenas para os assinantes de tv a cabo, restando aos telespectadores da tv aberta, apenas os “melhores momentos” que são transmitidos semanalmente, em edições de uma hora. Esses “melhores momentos” são significativos para a compreensão da dinâmica do programa, pois a edição é orientada no sentido de criar tipologias para os vários participantes. Cada participante é associado a uma

---

<sup>181</sup> Revista *Veja*. Ed. 1899. Ano 38. nº14. 6 de abril de 2005.

<sup>182</sup> Revista *Época*. nº 359. 4 de abril de 2005.

série de características, no sentido de traduzi-los para o grande público. Não raro, essas classificações estão eivadas de estereótipos sociais. Suas identidades são reescritas a partir de processos sinedóquicos, em que uma parte passa a ser o foco central de identificação dos integrantes. Assim, Jean Wyllys passa a ser o primeiro gay assumido/confesso e o primeiro intelectual a fazer parte do BBB, numa operação de síntese identitária. É a partir desse lugar que ele é entrevistado pela Revista Época: “Vitória do diferente. Vencedor do BBB, Jean quer ser símbolo das minorias oprimidas”.<sup>183</sup>

“O povo brasileiro é cordial, age com o coração. Acho que gostaram de mim pela situação de preconceito que sofri, de início, por ser diferente de todos” – responde Jean, quando inquirido sobre o significado de sua conquista. Dizendo sentir-se feliz por ser considerado um símbolo do movimento homossexual, alarga ainda mais suas possibilidades: “Quero ser o símbolo de qualquer minoria acuada e oprimida, vítima do preconceito”.

Mas a reportagem, assinada por Martha Mendonça e Elisa Martins, não se limita ao impacto da vitória de Jean no BBB, elaborando ainda uma breve história das muitas outras conquistas relativas aos homossexuais: “O movimento gay nunca foi tão forte. A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) reúne hoje 166 grupos militantes no país. As paradas gays levaram mais de 2 milhões às ruas ano passado”.

A vitória de Jean, nesse contexto, passa a ser significada como a vitória de um grupo, extrapolando o seu lugar de sujeito. “Eles venceram” – anuncia a manchete da Revista Istoé:

Nas últimas duas décadas, os gays começaram a sair do armário, assumiram sua sexualidade e detonaram um irreversível processo de amadurecimento na luta por seus direitos. A **visibilidade** dos homossexuais só aumenta e um dos indícios mais flagrantes foi a recente vitória do professor baiano Jean Willys no *Big Brother Brasil*, com 22 milhões de votos, 55% do total. O último programa alcançou 57 pontos no Ibope<sup>184</sup>.

Jean sinalizaria uma “tendência”, sentida no campo judiciário e no emergente mercado “cor de rosa”, com a maior aceitação dos homossexuais em espaços que antes lhe eram negados. Seria o corolário de uma luta que perdura há décadas, empreendida pelo

<sup>183</sup> Revista Época. n° 359. 4 de abril de 2005.

<sup>184</sup> Revista Istoé. N° 1851. 06 de abril de 2005.

movimento gay brasileiro. Uma luta que ainda não apaziguou seus representantes, apesar destes se regozijarem com essa vitória e a subsequente percepção de que algumas “barreiras estão sendo derrubadas”.

Para o filósofo Renato Janine Ribeiro, autor do livro *A sociedade contra o social* – o alto custo da vida pública no Brasil, a imagem de Jean, ao mesmo tempo, que suscita alguns avanços, explicita os limites postulados pelas barreiras, ainda de todo não derrubadas. Considerando a imagem pública do professor Jean Wyllys, e não “sua verdade íntima”, afirma que “Ela de fato revela bastante coisa. Mas não coisas dele. Revela potencialidades do público que a mídia, inesperadamente, suscita”.<sup>185</sup>

Essas potencialidades não são unânimes quando consideradas no conjunto de imagens (e tipologias) que foram associadas a *persona* de Jean.: “de homossexual discreto, de homem sensível e de pessoa culta ou intelectualizada”. A sua imagem de homem sensível - daquele que mesmo magoado, sabe ver as razões por que os outros o feriram – estaria diretamente relacionada à sua perspicácia: “o lado inteligente e sensível de Jean ajudou-o: ele apontou, para seus amigos e para o Brasil todo, o que os outros faziam.”. Por último, a imagem do homossexual discreto, daquele que revela e confessa sua sexualidade, mas não ameaça:

Mas o homossexual é aceito somente se abre mão de algo essencial nele, de algo que seria admitido no homem e na mulher hetero. É como se o homossexual fosse aceito somente se não fizesse o que exatamente o define: sexo com uma pessoa do mesmo sexo.<sup>186</sup>

A análise das imagens públicas de Jean Wyllys, o “Embaixador gay”, produzida por Renato J. Ribeiro, ainda indica um outro espaço imagético e de incômodo: o tratamento atribuído ao vencedor do BBB5 que, por ser um intelectual e um acadêmico, teria dessacralizado seu lugar ao se envolver com a mídia popular.

Não é engraçado? Que, ao mesmo tempo que pela primeira vez um personagem com características intelectualizadas se torna popular e mostra à população que o

---

<sup>185</sup> Disponível em: [http://noticias.aol.com.br/columnistas/renato\\_janine/2005/0014.adp](http://noticias.aol.com.br/columnistas/renato_janine/2005/0014.adp). Acessado em maio de 2005.

<sup>186</sup> Disponível em: [http://noticias.aol.com.br/columnistas/renato\\_janine/2005/0014.adp](http://noticias.aol.com.br/columnistas/renato_janine/2005/0014.adp). Acessado em maio de 2005.

conhecimento pode gerar pessoas melhores, as pessoas que vivem de se mostrar intelectuais neguem de pés juntos qualquer ligação com isso, insistindo que o papel de intelectual não pode se comprometer com a mídia popular? Só posso achar engraçado.<sup>187</sup>

Essas reportagens são alguns dos exemplos de muitos discursos que vão montando uma biografia pública de um dos personagens que mais se destacou na mídia no ano de 2005. Inscrito pela fala e pela escrita de outros, a reconstrução da experiência de Jean também passa por um processo de escrita de si: dois meses depois do final do programa BBB5, a Editora Globo publica seu livro “Ainda lembro”, misto de narrativa autobiográfica e de relatos ficcionais:

A divisão em partes busca mostrar a você, caro leitor, os dois rumos da (minha) escrita – um lado que ‘pesa, pondera’; outro que delira. Sendo assim, como pergunta o poeta Ferreira Gullar, ‘traduzir uma parte noutra parte – que é uma questão de vida ou morte – será arte?’<sup>188</sup>

Essa escrita de si é marcada pelo desejo de perpetuar e de constituir-se identitariamente. Escrita no “calor da fama”, esse exercício da escrita, reflexivamente organizado, é sintomático das formas como os sujeitos na modernidade (tardia) criam mecanismos de auto-configuração, de montagem do eu. Dizer a si numa narrativa autobiográfica é pôr, em funcionamento, essa vontade de integrar novas experiências e de se reordenar a partir de momentos de ruptura, como o vivenciado por Jean, ao experimentar a prática confessional pública no programa, reiterada nesse exercício de escrita de si:

A questão existencial da auto-identidade está mesclada com a natureza frágil da biografia que o indivíduo ‘fornece’ de si mesmo. A identidade de uma pessoa não se encontra no comportamento nem – por mais importante que seja – nas reações dos outros, mas na capacidade de manter em andamento uma narrativa particular.<sup>189</sup>

Essa experiência existencial, vivenciada no campo da escrita, de dizer a verdade de si, é significativo daquilo que o sociólogo Giddens chama a atenção para a natureza móvel da identidade: o eu é compreendido reflexivamente pelo sujeito, em termos de sua

<sup>187</sup> Disponível em: [http://noticias.aol.com.br/colunistas/renato\\_janine/2005/0014.adp](http://noticias.aol.com.br/colunistas/renato_janine/2005/0014.adp). Acessado em maio de 2005.

<sup>188</sup> WYLLYS, Jean. *Ainda lembro*. São Paulo: Globo, 2005, p. 11.

<sup>189</sup> Ver GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 56

biografia, pela sua condição plástica e de remontagem, pois as transições vivenciadas pelos indivíduos sempre demandam uma reorganização psíquica e, conseqüentemente, o “eu alterado” tem que ser explorado e reconstruído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social.

Parece óbvio e também oportunista que um escritor, ao fim de um confinamento de oitenta dias numa casa, com um grupo de pessoas que diminuía a cada semana, escreva um livro sobre essa experiência. Mas o que pode um escritor fazer de suas experiências a não ser transformá-las em palavras, e depois, em livro? Sim, sou um escritor, com livro publicado e tudo (em minha opinião, escritor é todo aquele que escreve, mesmo que seja para encher gavetas empoeiradas; se eu considerar a opinião daqueles para os quais escritor é apenas quem publicou, continuo sendo um escritor). E, como todo escritor – embora alguns finjam que não -, quero ser lido, circular, estar nas prateleiras das livrarias; quero ser Paulo Coelho. Como bem diz Antônio Torres, em *Um táxi para Viena d’Áustria*, o escritor é um artista, e artista é igual a puta do cais do porto: tem de estar na janela para aparecer.<sup>190</sup>

“Quero ser Paulo Coelho” – esse desejo de ser lido e lido por muitos, é uma constante na narrativa de Jean. Sua memória de si, demarcada pela sua vontade de ser lido, converte sua fala em registro. Ao mesmo tempo em que possibilita uma intensificação do presente, sua escrita adquire valor de testemunho. Sua narrativa confessional se inicia com seu pedido de leitura.

Para Verena Alberti, o objetivo da narrativa autobiográfica é o de fixar um sentido da vida e dela operar uma síntese, a busca de uma significação<sup>191</sup>. Nesse sentido, o eu autobiográfico consistiria tanto num “eu para si” como num “eu para o outro”. Um eu que se confessa, se justifica, que se postula a partir do signo do “ser sincero”.

Se falar ou escrever sobre si é um dispositivo crucial da modernidade - como postulado por Giddens, Calligaris, Tourraine, entre outros -, uma necessidade cultural, o ato biográfico faria parte do processo de reconstrução de si e do mundo, esvaziado pelo ocaso das sociedades tradicionais. O sujeito inventaria maneiras de narrar a si para repovoar um mundo abandonado pela voz da tradição e inaugura uma aventura pela qual o sujeito moderno aprende a si dizer, criando as condições de sua existência.

<sup>190</sup> WYLLYS, Jean. *Ainda lembro*. São Paulo: Globo, 2005, p. 15

<sup>191</sup> ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos históricos - Viagem e narrativa*, Rio de Janeiro, v.4, nº 7, p.66-81, 1991.

Mas qual seria a verdade de si postulada pela narrativa autobiográfica de Jean? Qual a marca de sua singularidade, de sua significação?

Pensei muito antes de aceitar o convite para escrever este livro, que mistura memórias do confinamento na casa e de minha vida em Alagoinhas e Salvador – uma certa reflexão sobre a existência e as voltas que o mundo dá [...] queria fazer um livro que não virasse papel para embrulhar peixe no dia seguinte; espero que tenha conseguido.<sup>192</sup>

Utilizando o recurso de citações, constante em todo o livro, para conferir legitimidade ao seu texto e para recompor a si mesmo, Wyllys faz uso de uma fala do cineasta Joaquim Pedro de Andrade, justificando a sua vontade de falar de si, seja para “chatear os imbecis”, “para viver à beira do abismo”, “para ver e mostrar o nunca visto”, entre outros. O seu livro “Ainda lembro” é um misto de remontagem de um texto que escreveu para um programa do apresentador Luciano Huck e da reciclagem de um livro que teria escrito antes, optando por republicar crônicas e ensaios anteriores. Portanto, essa escrita é marcada tanto por uma exploração do presente, como pela monumentalização de textos passados.

Ao narrar sua experiência de confinamento, Jean não nos brinda com uma reflexão sobre a confissão de sua orientação sexual. Reelabora os momentos de solidão, de angústia, de vitimização e de perplexidade frente à legitimidade que o público conferiu:

O tempo que passei na casa me transformou na relação comigo e com os outros. Não que não esperasse essa transformação. Só não esperava que ela fosse tão intensa: manifestação de carinhos de todas as partes do Brasil, cartas, notícias, gente famosa, fotos coloridas...

Especulando sobre essa “manifestação intensa” do público, Jean afirma ter como certo que muitos brasileiros têm o desejo de se comunicar com ele: homens e mulheres (gays ou não), crianças e adultos, ricos e pobres, intelectuais ou não – “Quem é esse povo, e por que me escreve, não sei ao certo, mas tenho alguns palpites”. Esse povo, seus leitores e suas missivas, seriam aqueles que, em algum momento, vivenciaram uma situação de injustiça e opressão, vítima de opressões históricas.

---

<sup>192</sup>WYLLYS, Jean. *Ainda lembro*. São Paulo: Globo, 2005, p. 16

Esse lugar de identificação, vítima de opressão, é constantemente capitalizado na sua narrativa de si. Esse compartilhar a opressão é significativo pela forma como vai-se instituindo enquanto sujeito, na narrativa:

Depois que saí da casa e assisti a algumas das imagens que registraram aquela viagem a vários mundos em oitenta dias, fiquei com a impressão de que eu desafiava o coro dos contentes: gay, baixinho, do interior da Bahia, de infância pobre, não bonito nem intelectual, eu entrara na casa para ser um coadjuvante e acabei me tornando o protagonista<sup>193</sup>.

São esses os elementos formadores do personagem Jean Wyllys. Elementos esses que foram reapropriados por aqueles que fazem parte do movimento gay no Brasil, na elaboração pública de sua figura social. Significado como herói por muitas narrativas da mídia, Jean é espetacularizado. O seu sucesso no programa BBB5 é sentido como sendo a vitória de todo aquele que sofreu uma situação de opressão e exclusão social, mas também, e principalmente, como o triunfo da “causa homossexual”.

As notícias pululam: “Grupo Arco-Íris faz nova corrente a favor da permanência de Jean”. Cláudio Nascimento, presidente do grupo, havia pronunciado:

Consideramos importante lutar pela permanência de Jean no BBB5, porque ele trouxe para um dos programas de maior audiência da TV brasileira uma referência muito positiva da homossexualidade. Acredito que, pela lição de vida, respeito ao próximo e cidadania que Jean passa todos os dias para os telespectadores, ele vem conquistando a simpatia de toda a sociedade e é um forte candidato ao prêmio de R\$ 1 milhão.<sup>194</sup>

Raimundo Pereira, presidente do Grupo Atobá, declara, no início de março, que Jean contribuiu para o posicionamento da sociedade em relação aos homossexuais:

No próximo mês de junho, o Grupo Gay Atobá, do Rio de Janeiro, comemora 20 anos e dentre as atividades de aniversário estão sendo programadas diversas palestras e um prêmio para homenagear personalidades que lutaram pela causa glbt, entre eles Jean.<sup>195</sup>

<sup>193</sup> WYLLYS, Jean. *Ainda lembro*. São Paulo: Globo, 2005, p. 45

<sup>194</sup> Disponível em: <http://mixbrasil.uol.com.br/extra!/tudosobrejean/tudosobrejean1.asp>. Acessado em junho de 2005.

<sup>195</sup> Disponível em: <http://mixbrasil.uol.com.br/extra!/tudosobrejean/tudosobrejean1.asp>. Acessado em junho de 2005.

Marcelo Cerqueira, presidente do Grupo Gay da Bahia, anuncia na imprensa:

A participação do Jean na Casa marca o nosso século em avanços simbólicos e espaços consideráveis. Pretendemos recebê-lo no aeroporto com champanhe, flores e um trio elétrico no Farol da Barra, para que ele seja recompensado, chore e se divirta com todos os amigos que gostam dele e se sentiram absolutamente representados por ele no programa.<sup>196</sup>

Klecio Borges, psicólogo e correspondente da Revista G Magazine, também pontua:

De acordo com essa perspectiva subjetiva e simbólica, a permanência dele no programa é uma questão de honra. Sua vitória (ou a fantasia da vitória) representa mais do que uma simples conquista pessoal. Representa uma espécie de redenção pública e coletiva de uma 'classe' que aparece quase sempre envergonhada e é normalmente muito maltratada pela mídia.<sup>197</sup>

O próprio “big brother” Jean Wyllys, em reportagem à Revista G Magazine, declara sobre seu lugar nessa trama:

Não tinha nenhuma noção. Vocês me passaram uma série de informações no que diz respeito à comunidade GLBT, me deram um *feedback* dessa importância, do que eu representei no imaginário do público, do que eu represento para a nossa luta. E se nós pensarmos que os gays fazem parte da imensa população que carrega o país nas costas, diríamos que foi uma catarse dos brasileiros, pois as pessoas estavam buscando uma referência ética, de comportamento.<sup>198</sup>

Essa dimensão pública e coletiva provocada pela vitória de Jean Wyllys, derivada de sua narrativa de si e da sua exposição enquanto um Big Brother, representa um novo contexto posicional referente à visibilidade que os homossexuais investem para si através das práticas de confissão e dos seus significados políticos.

A irrupção da presença desse homossexual, que confessa e assume uma orientação sexual específica, é uma inovação do final do século XX. Se antes essa figura era emudecida e o silêncio era seu postulado, nessa historicidade, ela é marcada por um burburinho crescente e pelo progressivo investimento da fala.

---

<sup>196</sup> Ibid.

<sup>197</sup> BORGES, Klecius. “Big Brother: uma catarse gay coletiva?”. In.: Revista G Magazine. Ano 7, mar. 2005, ed. 90, p. 75.

<sup>198</sup> Revista G Magazine. Ano 7, maio. 2005, ed. 92. p. 66.

Demarcada como a política da visibilidade, guardar as palavras já não é a tônica da vivência homossexual. A opacidade já não é mais a marca da cultura gay no Brasil contemporâneo. Ao contrário, proliferam as memórias sonoras dos grupos que se congregam a partir do lugar da identidade homossexual, dessa tomada do discurso que faz recuar o silêncio, criando uma nova demanda: o desejo de memória e a vontade de ser e estar na história, através do sistemático investimento de textos que representem essa política identitária.

Viveríamos, portanto, uma nova historicidade relativa ao presente dessa nova prática de visibilidade do universo homoerótico? Se pudermos afirmar positivamente esse questionamento, que novo é esse que surge com esse desejo de reconstruir todo o projeto identitário de um grupo que se afirma pela sua orientação sexual e que se articula, fundamentalmente, a partir da relação entre literatura e política?

Segundo Stuart Hall<sup>199</sup>, as identidades modernas estão sendo descentradas, deslocadas ou fragmentadas. As paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade estão se reconfigurando pelas mudanças estruturais no final do século XX. Essa descentralização dos indivíduos tanto do seu lugar social e cultural quanto de si mesmo constitui uma crise de identidade para os sujeitos. Aliado a essa leitura fragmentária das identidades, emergiu desde a década de 60, movimentos sociais que pleitearam reavaliações de seus lugares políticos, como a revolução sexual, o feminismo, a liberação gay e o movimento de direito civil. Essa nova composição histórica, acelerada nas décadas seguintes, propiciou a fabricação de uma vasta literatura sobre políticas identitárias, visando a reflexividade da emergência desses movimentos sociais. Essa literatura, em grande medida, fabricada na academia e nos fóruns de debates desses movimentos sociais, deu início a uma nova concepção de identidade, formulada como uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas culturais pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Essa concepção de identidade é, também, tributária de uma nova concepção de sujeito. O sujeito perde a sua definição ontológica e essencialista e passa a ser problematizado como uma produção cultural e histórica, resultado da forma como vivem os rituais cotidianos, as linguagens, as fantasias, as representações, os símbolos e as

---

<sup>199</sup> HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

convenções sociais, desmistificando a idéia de que todos vivem os seus corpos e as suas subjetividades, universalmente, da mesma maneira.

Desta forma, a identidade não é mais trabalhada como o lugar de coerência desse sujeito essencialista, mas como uma prática política que coloca em jogo várias relações de poder e as várias formas de instituir-se enquanto um sujeito ético – a possibilidade de escolha da variedade de posições-de-sujeito na contemporaneidade. Por isso, as figurações literárias, ordenadas no jogo das diferenças e inseridas num debate político, ganharam relevância para o entendimento das práticas culturais experimentadas no espaço público.

A literatura passa a ser um dos lugares onde mais se evidenciam as novas políticas identitárias, ao produzir incessantes representações culturais sobre os sujeitos, visto que seria por meio dos sistemas simbólicos que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Identidade e diferença seriam, portanto, o resultado de atos de criação lingüística, não sendo categorias (ou criaturas) do mundo natural ou transcendente, mas do mundo cultural e social, resultado de um processo de produção simbólica e discursiva.

A política da identidade envolve uma crítica orientada pela indeterminação, ambigüidade e instabilidade inerentes às práticas discursivas e aos sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. Neste sentido, o estudo do texto literário nos possibilita produzir um entendimento dos jogos políticos sociais da nossa cultura ao dimensionar quem tem o poder de definir e determinar a identidade.

Essa capacidade de produção das representações culturais já experimenta um maior movimento de democratização, resultado das novas políticas públicas visando atender às celebrações da singularidade dos grupos, caracterizadas pelo debate entre identidade, ética e cidadania. Em grande medida, os questionamentos das lealdades políticas tradicionais foram resultados dos movimentos sociais do feminismo, negro e gay, surgidos das tensões entre expectativas subjetivas e as normas sociais. Esse embate, protagonizado em múltiplos campos institucionais, visibilizou as formas pelos quais os grupos “subordinados” contestam a normalidade e a hegemonia das identidades tidas como normais.

Um dos grupos sociais que mais adquiriu visibilidade nesse debate, nas últimas décadas deste século, foi o movimento do Orgulho Gay:

Reforçando algumas das ideologias do feminismo, o movimento dos direitos gays, que ganhou força a partir de uma crescente subcultura urbana, também colocou em

questão as categorias ocidentais da masculinidade, da feminilidade e da sexualidade normativa, bem como a própria noção de corpo. Combinado com o feminismo, esse movimento gerou formas alternativas de perceber e incorporar a sexualidade, bem como a coesão e o desejo políticos necessários para alterar as normas e os valores ocidentais sobre sexualidade.<sup>200</sup>

A maior visibilidade do movimento gay e de suas expressões públicas como revistas, moda, bares, filmes, música, literatura, evidenciam a instabilidade e a fluidez das identidades sexuais, assim como as novas tecnologias reprodutivas, as articulações homem-máquina, possibilitando novas tecnologias do corpo e da transgressão de suas fronteiras<sup>201</sup>. Nesse sentido, tem-se questionado a definição de que a sexualidade seria algo dado pela natureza e, em contrapartida, enfatizado a dimensão política e cultural da sexualidade:

Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são sempre moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.<sup>202</sup>

Os significados que conferimos à sexualidade e ao corpo são socialmente organizados e culturalmente geridos, produzidos por uma variedade de linguagens que pretendem definir os padrões de comportamento e valores, tidos como certos e naturais, de uma dada sociedade. A emergência de movimentos socialmente organizados, que põe em debate o lugar naturalizado das práticas sexuais, tem uma implicação direta com políticas públicas de identidade, como também uma eficácia direta nas formas como uma sociedade se representa, incluindo tanto questões individuais (o que somos), quanto coletivas (qual o nosso lugar). Desta forma, a adoção de identidades baseadas na sexualidade se configura, também, por razões políticas:

---

<sup>200</sup> PARKER, Richard. “Cultura, economia política e construção social da sexualidade”. In.: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 140.

<sup>201</sup> LOURO, Guacira Lopes. “Introdução”. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

<sup>202</sup> LOURO, Guacira Lopes. “Introdução”. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 11.

A existência de um modo de vida gay dá oportunidades para as pessoas explorarem suas necessidades e desejos, sob formas que eram algumas vezes literalmente inimagináveis até bem pouco tempo. É por isso, obviamente, que a homossexualidade é vista, freqüentemente, como uma ameaça para aqueles ligados ao status quo moral, estejam eles situados à esquerda ou à direita do espectro político. A existência de identidades lésbicas e gays positivas simboliza a pluralização cada vez mais crescente da vida social e a expansão da escolha individual que essa oferece.<sup>203</sup>

Esse movimento social (e cultural) cada vez mais ocupa lugares na sociedade e espacializam suas práticas no universo literário. É preciso ler e escrever, um dos lemas do Orgulho Gay e do funcionamento de suas táticas de representação cultural. Não existe um enunciado individual, mas agenciamentos maquínicos produtores de enunciados e, por isso, as preocupações com a identidade e a sexualidade têm sido objeto dos mais diferentes investimentos discursivos.

Esse projeto e investimento discursivo são simultaneamente coletivo, intelectual e político. Dele fazem parte os militantes da “causa gay”; os intelectuais, artífices da tradição da literatura gls; os produtores culturais, investidores do mercado “cor de rosa”; assim como milhares de tantos sujeitos/leitores, anônimos, mas ainda assim presente nessa trama histórica.

Portanto, como se construiu historicamente essa trajetória que, ao postular uma política da visibilidade, produz uma relação indissociável entre política, texto e identidade? Ou, como se tornou historicamente possível que, nesse presente, o falar verdadeiro, se confessar gay, num programa televisivo popular, seja considerado um ato político e auto-afirmativo, uma das mais alardeadas conquistas do histórico movimento gay no Brasil?

De certa forma, fazer uma história da leitura no tempo presente, focalizando a literatura gls e sua relação com práticas políticas, é também fazer uma história das confissões, de como a história do movimento gay no Brasil está vinculada a uma tradição de escritura publicizada de si e de tomada da palavra, que denominaremos de culturas da confissão (demarcadas tanto pelas memórias de si, quanto pelo direito de ser e estar na história).

Essa cultura da confissão é emblemática para entender uma descontinuidade importante desse processo de produção identitária, de subjetivação coletiva, relativa ao

---

<sup>203</sup> WEERKS, Jeffrey. “O corpo e a sexualidade”. In.: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 70.

universo homoerótico, pois a enunciação da política da visibilidade provoca a irrupção de uma força inédita, o mapa de uma atualidade: do segredo à confissão, do privado ao público, do silêncio à proliferação dos discursos.

Nesse sentido, enquanto historiadora do presente, não me interessa ficar circunscrita a cartografar uma história secreta da homossexualidade, sinalizando aquilo que foi excluído dos anais da história e remontar as experiências homoeróticas vivenciadas no escondido das alcovas e de tantos outros espaços restritos ao privado, ou produzir uma genealogia do silêncio, mas entender como e em que condições emergiu, a partir da década de 70, no Brasil, uma ritualização da revelação, que tem como espaço privilegiado, o literário.

### 3.2 – Culturas da confissão

Historicamente, a confissão está associada a uma série de práticas religiosas, entre os séculos XVI e XVII, voltadas à devoção interior: o exame da consciência, sob a forma católica da confissão, ou a puritana, do diário íntimo. Confessar a um outro ou ao espaço da página, através da escrita íntima, são duas técnicas de si que vão instituindo uma cultura da intimidade individual, assinalando o triunfo de um individualismo dos costumes.<sup>204</sup>

A exigência de uma devoção mais interior, advindas com as Reformas religiosas, está também vinculada a uma cultura da escrita e leitura, em detrimento de uma cultura, baseada na fala e no gesto. Não raro, os textos literários eram modelos de devoção e de condutas de confissão: “Para aqueles que não têm, ou ainda não têm, acesso à experiência suprema da oração mental e do diálogo direto com Deus, o livro é uma ajuda necessária”.<sup>205</sup>

Em todo caso, vemos desenvolver-se, a partir desse momento, toda uma literatura que poderíamos chamar de literatura de partidas dobradas: literatura destinada aos confessores e literatura destinada aos penitentes. Mas a literatura destinada aos penitentes, esses pequenos manuais de confissão que lhes põem nas mãos, não passa no fundo do reverso da outra, a literatura para os confessores, os grandes tratados,

<sup>204</sup> ARIÈS, P. e CHARTIER, R. (orgs.). *História da vida privada – Da Renascença ao Século das Luzes*. 6.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>205</sup> ARIÈS, P. e CHARTIER, R. (orgs.). *História da vida privada – Da Renascença ao Século das Luzes*. 6.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 25

seja de casos de consciência, seja de confissão, que os padres devem possuir, devem conhecer, devem consultar, se necessário.<sup>206</sup>

Essa cultura da individualidade, que se vai gestando nesse período, mina as práticas de confissão comunitárias, usuais nos séculos XV e XVI na Europa Ocidental, pelo triunfo do exame e da direção de consciência, vivenciadas entre aquele que confessa e seu confessor. Este último, orientado pelos manuais de confissão – a exemplo do *Instructions aux confesseurs* -, tem a obrigação de formular perguntas que orientem o processo de examinar a consciência, lembrar a extensão das faltas cometidas e os castigos adequados a cada penitência.

A confissão, como ato sacramental, mesmo surgindo a partir de um processo comunitário e público da penitência pelos cristãos primitivos, vai adquirindo novos contornos com o advento das práticas de cultivo do eu. Essa obrigação piedosa de revelar a verdade de si, enfatizando suas faltas e seus deveres, no campo do religioso, passa cada vez mais a ser expandida para outros espaços da vida social, principalmente, àqueles relativos à sexualidade.

Foucault, discutindo a história da sexualidade, demonstra como a técnica do silêncio começa a ser sistematizada enquanto dispositivo de poder:

A sexualidade, no Ocidente, não é o que se cala, não é o que se é obrigada a calar, mas é o que se é obrigada a revelar. Se houve efetivamente, períodos durante os quais o silêncio sobre a sexualidade foi a regra, esse silêncio – que é sempre perfeitamente relativo, que nunca é total e absoluto – nunca passa de uma das funções do procedimento positivo da revelação. Foi sempre em correlação com esta ou aquela técnica da revelação obrigatória que foram impostas certas regiões de silêncio, certas condições e certas prescrições de silêncio. O que, a meu ver, é primeiro, o que é fundamental é esse procedimento de poder, que é a revelação forçada.<sup>207</sup>

A confissão sacramental, enquanto um procedimento altamente institucionalizado e codificado, era um dos lugares dessa revelação da sexualidade. Essa ritualização da revelação, renovada com o Concílio de Trento, confere um aumento formidável da pastoral, técnica que é proposta ao padre para o governo das almas. A confissão geral, o exame da consciência, tinha como princípio, representar diante de si toda sua vida.

---

<sup>206</sup> FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.224-5.

<sup>207</sup> FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 213

Essa dramatização de si, enquanto elemento instituidor de sua narrativa individual, compõe, juntamente com a prática de escritura do diário, muito fomentado pelos puritanos, procedimentos institucionalizados de representar sua verdade íntima. Essa obrigação da revelação passa por um processo de ressignificação no século XIX, com a inserção das práticas médicas e criminalísticas, através da confissão feita ao psicanalista e/ou sexólogo, e a confissão de um delito, capturado pelo sistema normativo da justiça.

No entanto, esses significados atribuídos historicamente à prática da confissão não explicam os procedimentos contemporâneos da cultura da confissão, pois ainda que existam linhas de continuidade, traços que permaneceram dessa prática relativa à religião, há também uma descontinuidade significativa, até mesmo uma inversão desse uso da confissão, pois, no presente, a confissão não tem mais o sentido de reconhecer uma falta e/ou delito, mas de afirmar/assumir uma presença.

Teríamos, portanto, duas historicidades específicas. A confissão, historicamente simbolizada no confessionário cristão, peça do mobiliário, difundida no decorrer do século XVI, com a posição central destinada ao padre, que sentado, escuta, através de postigos abertos, à falta do penitente, ajoelhado e contrito e a confissão, cujo confessionário é uma sala equipada de câmeras e microfones, em que um sujeito revela sua “alma” e afirma sua presença para milhões de telespectadores, à exemplo do programa Big Brother Brasil.

O confessionário do BBB é apenas um dos muitos lugares que simbolizam essa cultura contemporânea da confissão, também especializada na mídia jornalística, nos diários *on-line* (*blogs*), nas *homepages*, no cinema, na música, nas telenovelas, na literatura (especialmente no gênero biográfico e autobiográfico), entre outros.

O investimento nessa cultura da confissão, associada às práticas de visibilidade do universo homoerótico, não está circunscrita simplesmente ao projeto de auto-afirmação do indivíduo, mas a um projeto coletivo de formação identitária. E como tal, sistematicamente ordenada pelos grupos de militância gay.

“Confessar-se gay: eis a questão” – é um dos enunciados mais presentes e contundentes do atual movimento de afirmação e de visibilidade gay. O psicólogo João Pedrosa, corresponde do GLX - primeiro provedor glbt da internet gratuito da América Latina -, em dezembro de 2003, na coluna “Consciência Gay”, elabora uma reportagem que

tem a finalidade de responder à seguinte pergunta: “O gay invisível – por que se esconder da sociedade?”<sup>208</sup>.

Para João Pedrosa, o gay invisível seria aquele marginalizado e pretendido pelas religiões e conservadores de “plantão”. Utilizando a rebelião de Stonewall como marco histórico, momento de ruptura do gueto e da invisibilidade, chama atenção para a circulação de uma “perigosa idéia”:

É uma idéia muito perigosa para a **visibilidade** gay. O centro do raciocínio é que não é necessário “rotular” as pessoas de gays. Eles argumentam que; a sexualidade humana é muito ampla; as pessoas são pansexuais; todo mundo tem seu lado feminino e masculino, etc. [...] Por que não expor a homossexualidade claramente?<sup>209</sup>

Esse enunciado reforçaria a necessidade de investimento da visibilidade gay, pois seria através dessa força de visibilidade que se demarcaria a existência do homossexual e da necessidade de reconhecimento de seus direitos. Para o psicólogo Pedrosa, é necessário que os gays assumidos “sirvam de exemplo e apareça publicamente como uma pessoa que tem orgulho da sua orientação e não vergonha”.

Essa conduta exemplar é reforçada por outros enunciados discursivos: “Todas temos de assumir para educar o mundo”; “Todos os artistas e pessoas públicas que são homossexuais deveriam admiti-lo para dar exemplo e criar modelos para os jovens”; “Quanto mais visibilidade houver, tanto menor será o preconceito”.<sup>210</sup> Esse elenco de enunciados, ordenados por Laura Bacellar, editora da *Edições GLS*, vem compor alguns dos *slogans* dessa cultura da confissão, voltada para a promoção de uma política identitária da visibilidade. Para essa editora, o debate público sobre assumir ou não sua homossexualidade teria como ponto central: “Quando assumo minha homossexualidade, minha vida melhora em 200%”. Assumir para si mesma, para seus amigos, para os companheiros de trabalho, para a família, para todo o mundo:

Quando assumimos para nós mesmas, não perdemos mais tempo tentando mudar nossa natureza e podemos investir em encontrar um verdadeiro amor; quando

<sup>208</sup> Disponível em: <http://hosting.pop.com.br/glx/glx.php?artid=362>. Acessado em janeiro de 2005.

<sup>209</sup> Disponível em: <http://hosting.pop.com.br/glx/glx.php?artid=362>. Acessado em janeiro de 2005.

<sup>210</sup> Disponível em: <http://www.abgl.org.br/cultlazer/artigos/autoestimalesb.htm>. Acessado em março de 2002.

assumimos para os amigos, ficamos só com os que gostam de nós e nos aceitam, e podemos comentar nossa verdadeira vida com eles; quando assumimos no trabalho, passamos a ser reconhecidos pela nossa competência (ou gastamos energia encontrando um emprego onde isso seja verdade) e paramos de perder tempo tentando disfarçar; quando assumimos para a família, transformamos a convivência numa relação honesta de amor e tolerância; quando assumimos para todo mundo, fazemos com que as pessoas nos vejam como pessoas e não como estereótipos. Estamos ali, na frente delas. Ou nos aceitam ou não, mas são obrigadas a nos verem. Paramos de perder tempo e energia em bobagens e podemos nos concentrar no que é importante para nós.<sup>211</sup>

Yvone Lindren, em entrevista ao site Gls Planet, do portal Terra, em agosto de 2003, explicando sobre o evento do Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, comemorado no dia 29 de agosto, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Campinas, diz ser a favor de comemorar e evidenciar todas as datas referentes à visibilidade lésbica, ritualisticamente celebrada desde 1996. Diz ser a visibilidade e a divulgação da existência das lésbicas a mais importante vitória conquistada frente à discriminação. Militante há mais de duas décadas, para ela, o dia da visibilidade seria todo aquele “quando somos assumidas e estamos indo à luta”.<sup>212</sup>

O ator Sérgio Britto, em entrevista a esse mesmo portal da internet, no ano de 2000, assumiu o que “ele não disse no programa no Jô” (programa do apresentador Jô Soares):

A pergunta que ficou sem resposta na entrevista que Sérgio concedeu no *Programa do Jô*, durante o qual ele fez seu *coming out* em público. O apresentador perguntou o que Sergio gostava de fazer na cama. Sérgio conta que pediu a Jô Soares, gesticulando um “não” silenciosa e discretamente, que evitasse a pergunta. O ator explica que estaria colaborando com o preconceito se respondesse, por preferir apenas ser ativo numa relação sexual. Para ele, é preciso que o sexo seja experimentado na sua plenitude, sem papéis definidos.<sup>213</sup>

Para Sérgio Britto, assumir-se publicamente, após tantos anos de vida pública, teria sido uma coincidência, pois ao ser entrevistado por um jornalista, após vivenciar um personagem gay, numa peça teatral, teria sido inquirido sobre sua condição sexual, a qual teria dito, sem planejar, “sou gay sim, meu rapaz ...”

<sup>211</sup> Disponível em: <http://www.abglt.org.br/cultlazer/artigos/autoestimalesb.htm>. Acessado em março de 2002.

<sup>212</sup> Disponível em: <http://glsplanet.terra.com.br/entrevista/>. Acessado em dezembro de 2003.

<sup>213</sup> Disponível em: <http://glsplanet.terra.com.br/entrevista/britto.htm>. Acessado em dezembro de 2000.

A curiosidade em torno da verdade da sexualidade, principalmente relativa a figuras de representatividade pública, também é uma tônica constante dessa cultura contemporânea da confissão. Muitos são chamados a confessar/assumir um lugar sexual para si mesmo, e um dos palcos privilegiados dessa dramatização de si, são os programas televisivos de auditórios. Em março de 2002, o casal Valéria M. Busin, escritora, e Renata Junqueira, publicitária, resolveram aceitar o convite para participarem do Programa Superpop, apresentado por Luciana Gimenez, na Rede TV!. Consideradas um casal-modelo, era o “casal ideal para representar os direitos e anseios lésbicos”, inclusive, por já terem de tornado visíveis numa matéria da Revista *Elle*. Esperando encontrar outros casais que fizeram parte da matéria dessa revista, tiveram o primeiro estranhamento com essa ausência. O segundo, mais contundente, foi a presença do advogado Celso Vendramini, que havia sido convidado para falar contra o projeto de parceria civil da (então) deputada Martha Suplicy. Enquanto durava o debate, um rodapé anunciava na tela: “barraco: gays falam sobre adoção”. Tanto Valéria quanto Renata, ficaram surpresas e ofendidas com o prosseguir do programa, pois foram continuamente agredidas pelo advogado, que aos gritos a chamavam de “anormais, doentes, coisa que não presta”, sob a aquiescência da apresentadora.

“Eu fui ao programa acompanhar a Valéria. Achei que seria uma entrevista *light*, pois acho que o simples fato de um homossexual mostrar a cara em público já é *hard* o suficiente” – se posiciona Renata. No que Valéria acrescenta: “Temos orgulho de ser lésbicas. Temos orgulho de dizer que os homossexuais não precisam ser vítimas, podemos ser agentes de nossa própria história”.<sup>214</sup> Atualmente, Valéria M. Busin é militante e faz parte do grupo lésbico “Umas & Outras”, assim como publicou dois romances pela *Edições GLS*.

Miriam Martinho, militante lésbica, desde a década de 80, investe nessa estratégia de visibilidade gay, evidenciando a importância dos símbolos e da visibilidade associada ao processo de identificação das mulheres lésbicas com personagens positivas: mulheres comuns, artistas, personagens fictícias, que possibilitam condutas exemplares<sup>215</sup>.

---

<sup>214</sup> Disponível em: <http://glsplanet.terra.com.br/entrevista/difamacao.shtml> . Acessado em abril de 2002.

<sup>215</sup> Disponível em: <http://glsplanet.terra.com.br/entrevista/> Acessado em maio de 2003.

Maria Berenice Dias, desembargadora do Rio Grande do Sul, talvez seja uma das personagens mais exemplares dessa trama. Inscrita como partícipe e representante do grupo do “S” (“simpatizante da causa gay”), que compõe a sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), é também autora de livros voltados para essa temática, a exemplo de “União Homossexual – o Preconceito e a Justiça”. Enquanto uma voz autorizada pelo seu lugar institucional, Dias é sempre acionada pela mídia gls para demonstrar o perigo da intolerância e a necessidade de institucionalização dos direitos dos homossexuais.

Inscrita como vítima da discriminação pela Justiça, por ter sido a primeira mulher a ingressar na magistratura no seu Estado, dedicou-se a se tornar “uma ativista da causa das minorias tentando buscar a inserção de todos os excluídos no manto da juricidade e resguardo dos direitos humanos”.<sup>216</sup> Para a desembargadora, a mulher sempre esteve sob o “manto da invisibilidade”, não contando com melhor sorte, as mulheres lésbicas. Quebrar esse manto implicaria em “bater às portas do Judiciário para buscar os direitos” – tarefa difícil, pois “implica em assumir publicamente a própria orientação sexual, encontrar um advogado disposto a advogar sua causa, um juiz arejado para conceder o direito além de um Tribunal vanguardista para confirmar a decisão”.<sup>217</sup>

Confessar publicamente a própria orientação sexual – prerrogativa primeira para pleitear seus direitos de cidadania. Essa lição é constantemente veiculada pela mídia gls, quanto pelos grupos militantes, que transformaram Maria Berenice Dias, em “musa gls”.<sup>218</sup> Em artigo publicado no site JURID Publicações Eletrônicas, a desembargadora e também Vice-Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), provoca: “Pssss... Por favor, não fale, cale. Deixe o silêncio encobrir tudo, penetrar até a alma. Afinal, é mais fácil acreditar que aquilo que não se ouve, que não se vê, não existe”.<sup>219</sup>

Esse texto, cujo título é “A voz do silêncio”, evidencia a dificuldade existente no processo de ruptura do silêncio. O rompimento, dessa forma autoritária de exclusão, requereria uma coragem de verdade no empunhamento da bandeira da igualdade e da

---

<sup>216</sup> Disponível em: <http://glsplanet.terra.com.br/entrevista/mberenice.shtml> . Acessado em maio de 2004.

<sup>217</sup> Disponível em: <http://glsplanet.terra.com.br/entrevista/mberenice.shtml> . Acessado em maio de 2004.

<sup>218</sup> Ver a propósito a reportagem “Musa GLS na justiça gaúcha”. Jornal O Globo. Rio de Janeiro - RJ, 19 de janeiro de 2004, p. 8.

<sup>219</sup> Disponível em: < <https://secure.jurid.com.br/Jurid/jurid.exe/carregahtml?arq=detalhe.html&ID=1364> > . Acesso em: 22 jun. 2004.

liberdade: “Felizmente essa cruel realidade está começando a ceder. A laicização da sociedade e a universalização dos direitos humanos estão rompendo a barreira do silêncio.”

Bandeiras, discursos e milhares de pessoas comporiam uma das equações dessa problemática do silêncio ou do fim dele, visto que essa contemporaneidade é marcada muito mais pela proliferação das vozes e da vivência nos espaços públicos, do que propriamente pelo silêncio e pela privatização da existência dos homossexuais – seria a “Era da confissão” e não do segredo, materializada nas passeatas do Orgulho Gay em São Paulo, cuja proposta:

Seu objetivo primeiro é dar **visibilidade** às categorias sócio-sexuais e fomentar a criação de políticas públicas para homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. A principal estratégia é ocupar os espaços **públicos** para proporcionar uma troca efetiva entre todas as categorias sociais, elevar a auto-estima dos homossexuais e sensibilizar a sociedade para o convívio com as diferenças.<sup>220</sup>

Segundo dados da Comunidade Oficial da Associação do Orgulho GLBT de São Paulo, a presença do número de participantes cresceu de forma vertiginosa em menos de dez anos. A primeira delas, ocorrida em 1997, cujo lema era “Somos muitos e estamos em todas as profissões”, conseguiu congrega duas mil pessoas pelas ruas de São Paulo, enquanto que a última, ocorrida em 2005, levou às ruas dois milhões e quinhentas mil presentes na passeata “Parceria civil, já. Direitos iguais, nem mais nem menos.”<sup>221</sup> Atualmente, a passeata do Orgulho Gay é promovida em muitos outros centros urbanos, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Minas Gerais, Salvador, etc.

No entanto, essa estratégia de conferir visibilidade ao movimento gay e as suas prerrogativas, enquanto grupo socialmente organizado, não se restringe apenas a esses encontros e passeatas de comemoração no mês de junho, pois existe um investimento

<sup>220</sup> Disponível em: [http://www.comunidadeglbt.com.br/r\\_page.php?page=pg\\_39.php](http://www.comunidadeglbt.com.br/r_page.php?page=pg_39.php). Acessado em setembro de 2005. Grifo nosso.

<sup>221</sup> 1ª - 28/06/1997 - **Somos muitos, estamos em todas as profissões** - 2 mil pessoas; 2ª - 28/06/1998 - **Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos** - 7 mil pessoas; 3ª - 27/06/1999 - **Orgulho gay no Brasil, rumo ao ano 2000** - 35 mil pessoas; 4ª - 25/06/2000 - **Celebrando o Orgulho de Viver a Diversidade** - 120 mil pessoas; 5ª - 17/06/2001 - **Abraçando a Diversidade** - 250 mil pessoas; 6ª - 02/06/2002 - **Educando para a Diversidade** - 500 mil pessoas; 7ª - 22/06/2003 - **Construindo Políticas Homossexuais** - 1 milhão de pessoas; 8ª - 13/06/2004 - **Temos Família e Orgulho** - 1,8 milhão de pessoas; 9ª - 29/05/2005 - **Parceria civil, já. Direitos iguais! Nem mais nem menos** - 2,5 milhões de pessoas. Disponível em: [http://www.comunidadeglbt.com.br/r\\_page.php?page=pg\\_41.php](http://www.comunidadeglbt.com.br/r_page.php?page=pg_41.php) Acessado em: setembro de 2005.

sistemático em outras áreas de representação dessa política. Em dezembro de 2005, foram assinados os projetos de criação de Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDHS) de GLBT em todas as regiões do País ao longo de 2006, tendo como objetivo uma prática de assistencialismo jurídica e psicossocial, além da produção de cursos de qualificação política, educação em direitos humanos e mediação em conflitos para voluntários e funcionários do governo, através de parcerias entre o Governo Federal e ONGs voltadas para o movimento GLBT.

Na opinião de Yone, a criação do novo Centro vai ser importante para ampliar a **visibilidade** de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros. “As pessoas precisam conhecer e respeitar nossos direitos e limites”, acredita. Segundo a militante, ainda falta à comunidade gay do Rio maiores noções sobre seus direitos. “A maior parte da população, aquela que não está ligada a ONGs, desconhece seus direitos. Ela deve ter orgulho do que é”.<sup>222</sup>

Em artigo de Beto Sato e Ferdinando Martins, “Uni-Pró: 20 Universidades de todo o país já abrigam grupos gays”, temos outro indício dessa política da visibilidade, que passa a ser articulada entre instituições e iniciativas particulares, ainda sob o signo do assumir/confessar. A emergência de grupos organizados, dentro das universidades, voltados para a ampliação dos espaços de sociabilidade e de luta de direitos, constituiria, para os jornalistas, um espaço privilegiado para a formação de uma identidade gay: “Mais adultos e independentes, afastados do jugo familiar, os estudantes encontram momento propício para sair do armário”<sup>223</sup>.

O estudante do curso de Letras, Elias Lilikã, formou o grupo Caehusp, na USP (Universidade de São Paulo) ainda no início dos anos 90, quando esse discurso da visibilidade e da necessidade de assumir publicamente sua orientação sexual começa a ser mais sistematizado. Atualmente, já existem nas universidades brasileiras cerca de 20 grupos organizados, alguns vinculados aos centros acadêmicos e diretórios estudantis, promotores de diversos eventos:

---

<sup>222</sup> Disponível em: [http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/centro\\_rio/centro\\_rio.shtm](http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/centro_rio/centro_rio.shtm) Acessado em janeiro de 2006.

<sup>223</sup> Disponível em: [http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/militantes\\_universitario/militantes\\_pro.shtm](http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/militantes_universitario/militantes_pro.shtm). Acessado em janeiro de 2006.

As dimensões assumidas pelos grupos gays dentro das universidades têm adquirido uma grande proporção a ponto de já terem sido organizados três encontros. O Enuds, Encontro Nacional Universitário sobre a Diversidade Sexual, foi realizado em novembro na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, no Rio de Janeiro.<sup>224</sup>

No início de setembro de 2005, dois estudantes da UERJ, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, estavam sentados de mãos dadas, trocando um “selinho” (encostando os lábios) numa das cantinas do campus, quando foram abordados e repreendidos por um segurança terceirizado. Alguns dias depois, o Grupo Diversidade Niterói e alunos da UERJ, organizaram um ato público: um “beijação coletivo”: “Depois das falas a favor da diversidade, vários casais gays, lésbicos e heterossexuais se beijaram. Após o Beijação foi realizado um debate sobre "Diversidade na Formação de Professores", onde estiveram presentes mais de 50 alunos”.<sup>225</sup>

Um mês depois, em meio aos gritos de “USP sai do armário” e “queremos mais respeito”, foi organizado um outro “beijação público”, agora na Usp, no campus da zona leste. O evento foi motivado em protesto a represália de duas estudantes que foram repreendidas e levadas à delegacia por estarem se acariciando na cantina. O protesto, que saiu da cantina onde tinha ocorrido a represália, contou com um grupo de mais de 150 pessoas, entre estudantes, professores e funcionários, que se dirigiram para frente da faculdade, onde estava estacionada uma viatura da Polícia Militar. Um grupo de meninas batia latas, panelas, gritando: “Ei, Ei, Ei, a USP vai ser gay”. Outro grupo, com faixas e cartazes, encerrava o protesto.<sup>226</sup> Esse evento foi noticiado em vários canais nacionais, ganhando uma enquete no programa Fantástico, da TV GLOBO. Frente a esse burburinho, o diretor do campus reuniu a imprensa para uma coletiva, afirmando que o procedimento da polícia teria sido equivocado, tranquilizando a comunidade acadêmica.

No entanto, essa prática de publicização do beijo coletivo não está restrita aos centros universitários. Ocorrências como essas, já foram promovidas em praças públicas, shopping centers, restaurantes, entre outros. Em junho de 2005, o Grupo Gay Bahia,

---

<sup>224</sup> Disponível em: [http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/militantes\\_universitario/militantes\\_pro.shtm](http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/militantes_universitario/militantes_pro.shtm). Acessado em janeiro de 2006.

<sup>225</sup> Disponível em: [http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/uerj\\_protesto/uerj\\_protesto.shtm](http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/uerj_protesto/uerj_protesto.shtm) . Acessado em janeiro de 2006.

<sup>226</sup> Disponível em: [http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/usp\\_zl/usp\\_zl.shtm](http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/usp_zl/usp_zl.shtm). Acessado em janeiro de 2006.

organizou um beijaço na Praça da Piedade, no centro de Salvador. Protagonistas do sub-grupo “Se Ligue”, ala jovem do GGB, pleiteiam espaços para a demonstração pública do seu afeto:

Se no passado os gays criaram coragem para enfrentar a polícia e muitos deles foram para as ruas brigarem por espaço e respeito, chegou a nossa vez de nos alegrar por estarmos aqui e, sem medo da repressão, promover um beijaço. Unir lábios que promovam **visibilidade**, pois acredito que no futuro e aqui mesmo nesta Praça, estar de mãos dadas e namorar à vontade não há de chocar mais ninguém, mas para isso é preciso existir os bois de piranha, alguém tem que começar, ousar e dar o exemplo.<sup>227</sup>

Unir os lábios, ousar e dar o exemplo – são os novos dispositivos dessa prática de confissão pública. Talvez aqui seja o momento de pontuar melhor essa problemática da confissão. Confessar sua orientação sexual significaria, nesse contexto, todas as práticas de investimento nessa política da visibilidade. A idéia de revelação pública, que está na base dessa cultura da confissão, acompanhada de uma reflexão sobre o processo identitário, se materializa numa vontade de converter a fala em registro de si. A confissão adquire valor de depoimento, valor de testemunho.

Portanto, entendemos a confissão como um acontecimento político que, ao se espacializar no espaço público das mídias, serve de campo referencial para se pensar trajetórias individuais. Em edição da Revista *Época*, em setembro de 1999, cuja capa anunciava “Assumir faz a diferença”, argumenta que os gays brasileiros, ao romper com estigmas e preconceitos, descobrem que “sair do armário pode ser bem menos dramático do que imaginam”.<sup>228</sup>

Sair do armário é o termo utilizado para assinalar esse momento de ruptura: a saída de um estado de segredo para o de exposição, familiar ou pública. Utilizando como pretexto o personagem Uálber, um dos mais populares da novela global *Suave veneno*, a reportagem vai demarcando várias ocasiões de “revelação”, vivenciadas por telespectadores que utilizaram o personagem e a confissão que este faz à família, como um lugar de reflexão de si.

---

<sup>227</sup> Disponível em: [http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/beijos\\_salvador/salvador.asp](http://mixbrasil.uol.com.br/pride/pride2005/beijos_salvador/salvador.asp) Acessado em setembro de 2006.

<sup>228</sup> Revista *Época*. Ed. 70. 20 de setembro de 1999.

“Foi idêntico ao dia em que contei para minha mãe”, confessa à Revista *Época*, o jogador de vôlei Luiz Cláudio Silva. O paranaense Toni Reis, então com 66 anos, relembra o momento da revelação de sua homossexualidade para a mãe, que convencida que o filho, de 14 anos, tinha um problema no pênis, levou-o a um clínico geral, a um urologista, a um psicólogo, a um curandeiro e, finalmente, a uma igreja evangélica, já persuadida de que seu filho era um corpo tomado pelo demônio. Laura Bacellar, editora da *Edições GLS*, narra como a partir de 1994 envolveu-se em projetos culturais para gays e, numa dessas ocasiões, terminou por revelar na TV que gostava de mulheres, resultando numa “bela briga com a família [...] passado o choque, aceitaram”. Mário Soares, mórmon exemplar, vigilante paranaense, assumiu ser gay na sua comunidade e receia ser excomungado da sua igreja: “Não sei o que vou perder com isso. Sei o que vou ganhar: liberdade”.

Esses são alguns dos depoimentos que foram escolhidos para figurar nessa reportagem, que havia entrevistado 53 homens e mulheres, entre pobres e ricos, anônimos e famosos, militantes e avessos ao engajamento político, para demonstrar que a “hora da revelação vai se tornando menos traumática”:

Nunca se falou tanto de homossexualismo no Brasil. Adolescentes às voltas com dúvidas sexuais agora dispõem de outras saídas além de inquietar-se às escondidas. Só na Internet, há 50 *sites* brasileiros que tratam do assunto. Um deles oferece um manual de auto-ajuda para quem planeja revelar que é gay. Aos interessados, também está reservada uma profusão de livros, lançados por quatro editoras que têm selos específicos para o público - Rocco, Record, Siciliano e GLS. Proliferam publicações especializadas. Editada desde 1995, a revista *Sui Generis* mantém tiragens em torno de 20 mil exemplares somente com vendas em banca. Tem leitores a partir da faixa etária dos 15 anos e estampa na capa atores famosos - na maioria das vezes heterossexuais - ou casais gays. “Foi-se o tempo em que o homossexualismo era um tema clandestino, tratado nas sombras”, diz o editor da revista, Nelson Feitosa.<sup>229</sup>

Os repórteres Angélica Santa Cruz e João Luiz Vieira provocam ao inquirir a necessidade de revelação da vida privada vivenciada atualmente pelos homossexuais no espaço público, visto que assim como os heterossexuais, nada os obrigariam a discorrer sobre a própria vida sexual, pois teríamos como regra social básica e de etiqueta localizar a sexualidade como assunto privado. Levantam duas questões importantes: a fuga de uma vida dupla e o dizer-se gay enquanto ato político: “Frequentemente, o homossexual que

---

<sup>229</sup> Revista *Época*. Ed. 70. 20 de setembro de 1999.

assumia resvalava, em seguida, para a militância. Na ditadura militar, a saída do armário chegou a ser usada como recurso de contestação”. Ainda, considerando, que a “confissão provoca reações díspares, ajustadas com o passar do tempo”.

Cabe-nos indagar que ajustes foram esses que tornaram possíveis iniciativas como a do *site* Armário X, voltado exclusivamente para “dicas e informações de quem deseja sair do armário”.<sup>230</sup> Resultado de um projeto sem fins lucrativos, “Saindo do armário”, idealizado por Fabrício Viana, também planejador da “Campanha digital contra o preconceito”, objetiva, através da Internet, fornecer educação e informação que “facilitem a autoaceitação do indivíduo homossexual”.

Apesar de fornecer DICAS e INFORMAÇÕES para ajudar a “sair do armário”, a DECISÃO FINAL - e a responsabilidade que isso possa acarretar - é totalmente do indivíduo. O trabalho do **Armário X** consiste em mostrar a POSSIBILIDADE de uma vida inteiramente autêntica no que diz respeito à orientação sexual – afinal, é sabido que, para muitas pessoas, o fato de "se assumir" (para si e para o mundo) libera **muita energia** que antes era desperdiçada no ato de "se esconder", que, por sua vez, é prejudicial a qualquer indivíduo que não pode, no fundo, **ser quem ele realmente é**.<sup>231</sup>

Descobrir e publicizar a verdade de si seria o caminho para a auto-aceitação proclamada pelo Armário X. Nesse intuito, o site apresenta artigos, referências bibliográficas, entrevistas e depoimentos de personalidades da cena GLS, assim como de anônimos que se correspondem com os organizadores, contando suas experiências pessoais de “descoberta e revelação” da homossexualidade.

Entre fórmulas e exemplos de como “sair do armário” assim como a exposição de depoimentos de gays e familiares, o site cria um verdadeiro arquivo confessional: “como sair do armário em 10 passos”; “as neuroses de quem está no armário”; “conselhos para os jovens”; “conselhos para os pais”; “chefe, sou gay”; “depoimentos de filhos que se assumiram”, etc. Esse arquivo fornece um procedimento padrão para aqueles que desejam, mas que ainda não estão inseridos na política da visibilidade, fabricando um senso de comunidade e de identidade.

<sup>230</sup> Disponível em: <http://www.armariox.com.br/index.htm> . Acessado em outubro de 2003.

<sup>231</sup> Disponível em: <http://www.armariox.com.br/index.htm> . Acessado em outubro de 2003.

Nesse sentido, a saída do armário e a prática de confessar constituem um modo de referência a si para julgamento do outro. José da Silva, em depoimento, dimensiona o impacto do site na sua reelaboração:

Relataram a minha história, a nossa história, tantas vezes repetida, com uma riqueza de detalhes que me impressiona como alguém que nunca vi, que nunca me viu, conhecer tão bem a minha história. A história de um gay. A história de quem, aos 32 anos de idade, descobre 99% dos ‘porquês’ de sua vida, de sua história, de tudo que até então pedia respostas.<sup>232</sup>

A história que José da Silva reconhece como sendo sua é a história daqueles que, segundo sua própria narrativa, vivem encaixotados no “local escuro, solitário, vazio. Madeira atrás. Madeira abaixo. Madeira à direita. Madeira à esquerda. Tudo escuro. Tudo imóvel”. Esse espaço de confinamento de si, também reconhecido como confinamento de outros, seria um dos laços de pertencimento a essa comunidade que, nessa historicidade, investe nas narrativas de confissão.

Confessar seu espaço de circunscrição, mas confessar, sobretudo, a expansão desse lugar: “Nas últimas madrugadas, estou fazendo um curso intensivo sobre mim mesmo, passo horas plugado na net pesquisando sobre a homossexualidade, sobre como é, porque é e como é e quando sair do armário”.<sup>233</sup>

A política da visibilidade encontra na cultura eletrônica do ciberespaço um celeiro de possibilidades. Conectados a ela, muitos usuários - leitores e escritores de si - , vivenciam muitas experiências subjetivas, tendo a oportunidade de se reelaborem num espaço que, ao mesmo tempo que é privativo, posto que é o sujeito plugado a uma máquina, é também um espaço público de encontros vários. Encontros que são significados como momentos especiais de escritura subjetiva, como o feito, através da publicação de sua confissão, José da Silva, ao criar sua linha de fuga das madeiras que o oprimiam: “Após conhecer o Armário X, tenho encontrado razões para prosseguir, para me cuidar, tudo que não fazia sentido, agora passou a fazer. Acho que estou me apaixonando por mim mesmo”.

No entanto, José da Silva não está sozinho. Cauê Machado, também um depoente do Armário X, revela seu processo de reinvenção. Durante muito tempo, havia se

<sup>232</sup> Disponível em: <http://www.armariox.com.br/index.htm> . Acessado em outubro de 2003.

<sup>233</sup> Disponível em: <http://www.armariox.com.br/index.htm> . Acessado em outubro de 2003.

atormentado por não se assumir/confessar à família sua orientação sexual. Há alguns anos, diz ter tomado a consciência de que sua sexualidade apenas lhe dizia respeito, estando mais tranqüilo:

Percebi que o mais importante é assumir-se, do jeito que somos, o resto é o resto. Eu devo isso em grande parte ao pessoal da lista do Armário X, que me ajudou a me assumir, assim como tem feito com várias outras pessoas e ainda fará com outras tantas [...]<sup>234</sup>

Um outro depoimento, significativo das relações que vão sendo tecidas no ciberespaço e incorporada ao arquivo de confissões do Armário X, é o de Marcelo Dravio. Reconstruindo sua trajetória de vida desde os sete anos de idade, Dravio remonta os vários momentos de descoberta e de revelação pelos quais passou: a percepção de ser diferente dos outros garotos, a violência física e psíquica decorrente dessa diferença, os sentimentos confusos na adolescência, a relação com o pai, o primeiro lugar GLS que freqüentou, a primeira vez que revelou aos amigos seu desejo, o primeiro namorado, o primeiro beijo, “o primeiro tudo”, etc. Narrado seus marcos pessoais, Dravio invoca a sua iniciação e engajamento político: “sempre havia pensado em participar de algum grupo de militância gay! Foi lendo uma revista de jornal no domingo que descobri um grupo novo pelo qual me interessei. Era o Grupo Ação”.

Inserido nessa nova experiência de politizar sua sexualidade, Dravio participa dos encontros do Grupo Ação, debates, festivais de cinema gay, passeatas do orgulho gay, panfletagem, recolhimento de assinaturas para campanhas promovidas em nome da diversidade sexual, figura programa de auditório na TV, entre outros.

As muitas experiências relatadas no site Armário X divergem pela especificidade da história de vida de cada um dos sujeitos que nela deixaram seus relatos. Mas, apesar de toda a diversidade arquivada nesse site, um lugar em comum passa a ser construído: a descoberta de um campo identitário possível pela inclusão numa comunidade que se caracteriza por essa cultura da confissão.

Apesar da cultura da confissão ter encontrado no ciberespaço um campo fértil para a proliferação de suas práticas enunciativas, não está circunscrita a essa historicidade, pois

---

<sup>234</sup> Disponível em: <http://www.armariox.com.br/index.htm> . Acessado em outubro de 2003.

faz parte do próprio processo de constituição dos grupos gays voltados para a promoção de uma identidade coletiva. Pedro de Sousa, ao analisar as correspondências dirigidas ao Grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual -, primeiro grupo de militantes que atuou no Rio de Janeiro e em São Paulo, em fins da década de 70, delinea essa prática confessional como parte instituinte do processo de produção coletiva identitária.

Entendendo a confissão como uma prática que afirma a subjetividade sob uma forma comunitária de existência, Sousa evidencia como nos grupos de conscientização homossexual na década de 70 e 80 do século XX, a prática de relatos da experiência de si equivaleria ao reconhecimento de si como homossexual. Um indício seria o interesse que os indivíduos tinham em participar das reuniões dos subgrupos de identificação: as reuniões consistiam de relatos autobiográficos, relatos de episódios de suas vidas, dando ênfase à maneira como tinham sido afetados pela homossexualidade.<sup>235</sup>

O ritual de reconhecimento, identificação e conscientização se dariam, para Souza, nos moldes de uma confissão pública, em que o indivíduo, diante de um grupo de iguais, apresenta-se coletivamente na condição de homossexual. Esse exercício de reconhecimento ressaltaria a dimensão afirmativa, e também política, da prática confessional.

Porém, é importante atentar que essa cultura da confissão adquire novos contornos na contemporaneidade. A confissão não está mais restringida a um grupo de iguais, ela é de tal forma pública, que extrapolou os laços de segurança e de pertencimento construídas por esses grupos de reconhecimento homossexual. Estampadas nas manchetes dos principais canais de comunicação, as confissões pululam: “Sou BI e daí?” – declara a cantora campeã de vendas, Ana Carolina, em capa da Revista Veja em final de dezembro de 2005:

Aos 16 anos, ela tomou a decisão de contar para a mãe que se sentia diferente das amigas. “Fiz isso de supetão. Estávamos falando de um assunto qualquer e eu soltei a **confissão**, como se não fosse nada. ‘Mãe, eu gosto de homens e de mulheres. Dá para a senhora me passar aquele negócio ali, por favor?’<sup>236</sup>

A reportagem ainda mostra os dados de uma pesquisa realizada na Internet pelo DataGLS, mostrando que os homossexuais brasileiros hoje “se assumem mais e mais

<sup>235</sup> Ver SOUZA, Pedro de. *Confidências da carne*. O público e o privado na enunciação da sexualidade. Campinas: UNICAMP, 1997.

<sup>236</sup> Revista VEJA. Edição 1936. Ano 38, n. 51. 21 de dezembro de 2005. Grifo nosso.

cedo”. Para alguns militantes gays, a confissão pública de uma personalidade é uma prática importante para investir na política da visibilidade, pois promove a captação de novas confissões, a exemplo do coro de vozes femininas que acompanham Ana Carolina, quando canta sua versão bossa nova da canção “Eu gosto é de mulher”<sup>237</sup>, do grupo de rock Ultraje a Rigor. Dois meses antes de sua confissão pública, Ana Carolina, em show no Teatro Guararapes, na cidade de Recife, famosa por seu vozeirão, já antecipava:

Vou te contar o que me faz andar /  
 Se não é por mulher não saio nem do lugar /  
 Eu já não tento nem disfarçar /  
 Se tudo em que me meto é só pra impressionar /  
 Mulher de corpo inteiro /  
 Se não fosse por mulher eu não era roqueiro /  
 Mulher que se atrasa, mulher que vai na frente /  
 Mulher dona de casa, mulher pra presidente /  
 Mulher de qualquer jeito /  
 Ninguém sabe o que ela tem no peito /  
 Peito pra dar de mamar /  
 Peito só pra enfeitar /  
 Mulher faz bem pra vista /  
 Tanto faz se ela é machista ou se é feminista /  
 Cé pode até achar que é um pouco de exagero /  
 mas eu sei lá, eu sei que eu não sei, /  
 eu gosto é de mulher, eu gosto é de mulher /  
 Mulher eu já provei /  
 Eu sei que é bom demais, agora o resto eu não sei /  
 Sei que eu não vou mudar, /  
 (talvez) sei que não vou nem tentar /  
 Desculpe esse meu defeito /  
 Eu digo que não é nem preconceito /  
 Eu tenho amigo homem, eu tenho amigo gay /  
 Mas eu sei lá, eu sei que eu não sei, /  
 Eu gosto é de mulher, eu gosto é de mulher

No que complementa com trecho de uma música do cantor Chico César: “Eu sei como pisar num coração de uma mulher / Já fui mulher, eu sei”. Essa música do grupo Ultraje a Rigor, que antes era associada a uma conotação misógina, foi ressignificada na voz de Ana Carolina, ao ser transformada numa espécie de hino para as mulheres lésbicas.

---

<sup>237</sup> Ana Carolina gravou essa música, pela primeira vez, no show correspondente: “Estampado: um instante que não pára”. Direção de Monique Gardenberg. BMG Brasil LTDA, 2004.

No entanto, ainda que sacralizada pela sua legião de fãs, Ana Carolina não agradou a um dos mais antigos grupos de militância gay do Brasil, o GGB – Grupo Gay Bahia -, que divulgou nota na imprensa pedindo a retratação da cantora, por causa da seguinte declaração à Revista Veja: “Acho que passeatas e discursos estilo ‘nós, os homossexuais’ só alimentam uma visão estereotipada”.

Ana Carolina, ainda que tenha investido nessa cultura da confissão, ao tornar público a sua orientação (bi)sexual, quebra com o discurso da militância gay, quando não se inscreve dentro de uma subjetividade coletiva orientada para a promoção de uma identidade sócio-sexual. Diferentemente dos relatos presentes no Armário X, que servem de modelo de conduta para milhares de usuários do ciberespaço, a querela em torno da confissão de uma cantora, a quem lhe é exigido retratação, nos permite perceber outros indícios dessa problemática: a existência interna de um policiamento daquilo que é permitido confessar.

“Ana Carolina é ícone de uma geração que está deixando para trás o peso de um preconceito ancestral” – anuncia o repórter da Revista Veja, Sérgio Martins, utilizando no fechamento da sua escrita, a citação de Roberto Campos: “Agora que tornamos a homossexualidade aceitável, não precisamos dar o último passo e torná-la obrigatória”.<sup>238</sup>

Essa geração é requisitada continuamente a encapar esse projeto identitário, que tem como marco esse ritual de iniciação que se coletiviza através da prática da revelação, pois para os militantes gays, não basta “sair do armário”, confessando sua orientação sexual no espaço circunscrito da família e do lar, mas é preciso também “sair das gavetas”: assumir publicamente, nos vários espaços sociais, uma identidade gay.

Segundo Zygmunt Bauman, a identidade só nos seria revelada como algo a ser inventado, e não descoberto. Seria um esforço e/ou objetivo que precisaria ser construído a partir de um grau zero e posteriormente protegido a partir de lutas. Nascida da crise de pertencimento, com a dissolução dos laços tradicionais na sociedade moderna (líquida), a identidade precisaria de muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar numa realidade.<sup>239</sup>

---

<sup>238</sup> Revista VEJA. Edição 1936. Ano 38, n. 51. 21 de dezembro de 2005.

<sup>239</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

Nesse sentido, como se consolidou esse sentimento de comunidade, construído na contemporaneidade, que tornou possível postular uma identidade gay, a ser ritualisticamente confessada e policiada, nos espaços públicos?

Bauman, em diálogo com Benedetto Vecchi, aponta algumas pistas:

Quando a modernidade substituiu os estados pré-modernos (que determinavam a identidade pelo nascimento e assim proporcionavam poucas oportunidades para que surgisse a questão do “quem sou?”) pelas classes, as identidades se tornaram tarefas que os indivíduos tinham que desempenhar, como você corretamente apontou, por meio de suas biografias.<sup>240</sup>

Compor sua identidade individual é de certa forma rearranjar os elementos divergentes e/ou confluentes de sua biografia pessoal e adequá-las, em algumas circunstâncias, num todo coerente, que mesmo efêmero, lhe garanta um sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade. Talvez, aqui, tenhamos um outro desdobramento dessa cultura da confissão, pois no esforço individual ou coletivo de construção da identidade, não basta apenas enunciar/assumir uma escolha identitária, na qual o sujeito passa a se inscrever, mas, sobretudo, realizar todo um processo de fabricação que conceda legitimidade à própria confissão, ou seja, inventariar o passado estabelecendo uma continuidade com o presente.

Nesse sentido, as memórias de si ou narrativas do eu, são igualmente importantes nesse processo de produção coletiva de uma identidade sócio-sexual, pois investem numa tradição confessional, que torna possível a crescente e sistemática prática da revelação. Portanto, cabe indagar como se construiu historicamente essa tradição da revelação/confissão que está presente no movimento gay no Brasil, que se articula a partir do final da década de 70, do século XX – esse que se postulou como a “Era dos extremos”.<sup>241</sup>

Para tanto, não pretendemos fazer um histórico do movimento gay, com o intuito de estabelecer um contexto para uma história da homossexualidade, mas delinear alguns acontecimentos instituintes de uma tradição que está vinculada a uma prática de escrita

---

<sup>240</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p. 55

<sup>241</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

confessional, como a publicada pela *Edições GLS*. Por isso, a escrita será tratada enquanto acontecimento, enquanto materialidade instituidora do real.

### 3.3 - Memórias de si, memórias de um tempo.

Lena, ao voltar de sua experiência de exílio, depois de anunciada a anistia para os presos políticos, reencontra Honório, um “antigo companheiro”. Não eram exatamente amigos, mas tinham amigos em comum, o suficiente para entabularem uma conversa sobre o retorno à pátria. Passadas as festas de recepção aos exilados, “os primeiros papos só tecidos de alegria”, Honório e Lena jantam calmamente, num restaurante à beira-mar, rememorando e vivendo saudades. Honório, entre o entusiasmo e o incômodo, compartilha um “segredo”:

- Estou adorando ter voltado, rever os lugares, sentir os cheiros, os gostos, ouvir a língua, a música, tudo isso. Mas tem uma coisa que está me deixando meio deprimido. É que só consigo me entender bem com os filhos dos amigos ou o pessoal bem jovem. Dos amigos mesmo, gente da minha geração, acho que não chega a ter meia dúzia com que dê para conversar. Não tem assunto, sabe? São todos muito solenes, muito sisudos, sei lá. O ponto de vista sobre tudo é outro... Você é uma dessas raras pessoas com quem estou curtindo trocar idéias há um tempão, acho incrível. Você encarou tudo na maior naturalidade a maneira como estou vendo tudo, as roupas que eu estou vestindo, a comida que estou comendo. E antes de eu ir embora, nunca teria pensado que aquela mulher tão caretinha, tão vocação mãe de família, ia dar essa volta, virar uma pessoa rara, interessante, nova. É desse mistério que eu falo, tua trajetória. Você devia registrar isso, dar um depoimento...<sup>242</sup>

“– Esse negócio de depoimento é para preso,” descarta Lena. No entanto, Honório persiste para que Lena escreva um livro sobre sua história de vida, “dê seu testemunho”, revele a sua singularidade frente à memória de todos aqueles que resistiram à Ditadura de 64, demarcando as transformações decorrentes da experiência de luta, resistência e exílio.

- Não, nunca pensei nisso. Minha profissão é ser jornalista, não é escrever depoimentos pessoais. E não acredito nisso. Acho mais honesto assumir logo que essa história de depoimento pessoal é uma ficção, uma parte do gênero romanesco, se é que isso existe em literatura, assim, com esse nome. Quer dizer, uma maneira

---

<sup>242</sup> MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 30.

inventada de contar as coisas, fazendo de conta que elas aconteceram assim, mas não aconteceram.<sup>243</sup>

Honório insiste, Lena experimenta ceticismo, irritação, ironia e agressividade:

- É mais honesto reconhecer logo que não se vai contar a verdade e partir para uma narrativa de ficção, misturar personagens, fundir situações, inventar coisas novas, cortar o que não interessa. E aí já é outro caso. É muito capim pra minha égua, como dizia minha avó. Precisava ser artista, deixar a palavra emprenhar mesmo o tal depoimento, virar uma coisa mais fértil do que um testemunho de fatos, tentar um testemunho em outra esfera, sei lá...<sup>244</sup>

Honório não se convence. Acredita que “alguém” deva contar essa trajetória e que Lena seria a pessoa indicada:

Você pode fazer isso bem. Se não quiser apresentar como testemunho, ou depoimento, muito bem, não apresente. Mas não vai se livrar de nada. Vai dar no mesmo. Todos vão ficar achando que qualquer semelhança com pessoas reais, vivas ou mortas, não é mera coincidência. Você diz que é ficção e vai ficar todo mundo querendo descobrir a quem se referem os fatos, quem é o equivalente real de cada personagem. No fim, ainda vão te acusar de autobiográfica, confessional, sei lá, esses pecados de romancista. Ainda acho melhor você pode partir para ser jornalisticamente objetiva e contar o que você viu e viveu.<sup>245</sup>

Lena, jornalista, contemporaniza: “Eu podia fazer uma reportagem, isso eu podia. Uma coleção de testemunhos desse tempo. Um mapa de trajetórias diferentes. Ir anotando esses depoimentos, fazer um trabalho jornalístico de fôlego, em livro mesmo”.<sup>246</sup>

Esse diálogo de Lena e Honório, personagens da obra *Tropical Sol da Liberdade*, da escritora Ana Maria Machado, é emblemática para problematizar a produção dessa literatura testemunhal, que se elabora a partir da monumentalização da memória e do registro pessoal, em grande medida, devedores da geração pós-64. Anunciada como uma “radiografia da geração cujos projetos foram quebrados, dobrados, no final da década de 60”, essa obra é um misto de confissão, onde os elementos pessoais e históricos estão entrelaçados.

<sup>243</sup> MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988., p. 32

<sup>244</sup> MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 32.

<sup>245</sup> MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 33.

<sup>246</sup> MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 35.

Nessa narrativa, se monumentaliza uma memória que enfoca o reencontro dos exilados, a forma como eles processam a dor de estar longe, de estar alheio à própria luta, a alegria dos reencontros, os conflitos, as ressignificações das experiências passadas, assim como a revisão de suas crenças políticas e de suas práticas subjetivas.

Publicado em 1988, *Tropical Sol da Liberdade* é um dos muitos títulos que passam a fazer parte de um arquivo confessional e/ou testemunhal da literatura brasileira, que enfoca o período correspondente às décadas de 60 e 70. Entre reportagem, testemunho e ficção, esse arquivo testemunhal vai reelaborando as possibilidades de emprego entre o relato ficcional/literário e o relato historiográfico. Muito mais do que uma simples representação do real, essa textualidade vai instituindo realidades, novos regimes de verdade sobre o passado.

Encontro de escritas de si com escritas da história, a produção desse arquivo literário confessional inaugura novas tradições na cultura brasileira: a necessidade de narrar a experiência vivida a partir de um trabalho poético e reflexivo. Nesse sentido, pensar a literatura de testemunho ou essa cultura da confissão implica, também, em repensar a nossa noção de história e de memória, operando uma nova dinâmica: “lembrar de esquecer e não esquecer de lembrar”.<sup>247</sup> Para Seligmann-Silva, essa nova relação entre o apagamento e o esquecimento, no Brasil, passa a ser experienciada a partir das atrocidades cometidas durante a ditadura militar.

Renato Franco, analisando a “geração da repressão”, demonstra como a literatura de testemunho se configurou como uma das formas de resistência à brutalidade da história política do Brasil na década de 70. Composta por obras de ex-militantes revolucionários, que após a experiência do cárcere, da tortura e do exílio, produziram narrativas memorialistas, a narrativa testemunhal de acontecimentos excepcionais vai ser uma constante na produção literária pós-ditadura<sup>248</sup>.

E nesse sentido, Lena, personagem-narradora de Ana Maria Machado, simboliza todo um investimento reflexivo dessa produção literária. Lena, enquanto personagem, vivencia essa necessidade de elaborar para si um texto que confira significado a sua

---

<sup>247</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento”. In.: *História, memória, literatura – o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: UNICAMP, 2003.

<sup>248</sup> FRANCO, Renato. “Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70”. In. SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). In.: *História, memória, literatura – o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: UNICAMP, 2003.

trajetória de vida, Ana Maria Machado, enquanto autora, produz um personagem que, inserido na narrativa, personifica essa vontade de ter uma vida para ser lida. A relação entre Lena e Ana Maria Machado, entre personagem e autora, é uma relação de semelhança, compondo uma narrativa autobiográfica que fixa um sentido da vida e dela opera uma síntese, uma significação.

Talvez o empreendimento de Ana Maria Machado tenha sido o de justamente pôr em prática aquilo que Lena reage com ceticismo: a produção de uma narrativa de ficção, de “deixar a palavra emprenhar mesmo o tal depoimento, virar uma coisa mais fértil do que um testemunho de fatos”, fabricando um testemunho “em outra esfera”, tornando ambígua a separação entre o texto poético e o depoimento histórico.

Se o texto confessional, autobiográfico, consiste num pecado dos romancistas, como situa o personagem Lena, essa falta é responsável por uma prática literária que produz um hibridismo dos gêneros narrativos, de interesses de escritas, pois ao mesmo tempo em que a imaginação poética funciona no sentido de reelaborar uma memória marcada por sentimentos, essa não foge de um processo de verossimilhança, comum às narrativas historiográficas mais tradicionais.

Se por um lado, a narrativa memorialista de Ana Maria Machado se localiza nesse interregno entre a ficção e a narrativa confessional/biográfica, a produção de outros autores, que também compõem essa “geração de repressão”, enfatizam, de forma mais evidente, a dimensão autobiográfica de suas histórias de vida, como os escritores Fernando Gabeira, Alfredo Syrkis, Herbert Daniel, entre outros.

Gabeira, optando pelo depoimento direto, usando do teor testemunhal nas suas narrativas, estabelece como focus central a reconstrução de sua própria história, assim como a reconstrução de uma história que está marcada na memória social e histórica da nação: “Quem era eu para entender as coisas profundamente? Estava desarmado teoricamente, ressentido, e não havia outro caminho na nossa frente, exceto prosperar e esquecer o baque que o país estava sofrendo”.<sup>249</sup>

“Homem correndo da polícia”, Gabeira decide escrever um livro, “se escapo de mais essa”, contando o que viu e vivenciou de 1968 até o presente, tentando compreender como se meteu no “meio de Irarrazabal [Chile], se há apenas cinco anos estava correndo da

---

<sup>249</sup> GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 31.

Ouvidor para a Rio Branco”, numa demonstração contrária a ditadura militar que tomara o poder em 1964 no Brasil. Narrativa de sua vida dupla, de guerrilheiro, de clandestino em sua própria nação, *O que é isso companheiro?*, é um clássico do gênero testemunhal que emerge na geração pós-64. Ainda que o foco de sua narrativa seja centralizado na sua trajetória de resistência ao sistema político da época e no investimento coletivo de uma revolução social, vários trechos de sua narrativa produzem brechas para se pensar num tempo que viu nascer a “década do eu”: “eu tinha medo que, de um lado, ficassem aqueles que entendem de pessoas, e do outro aqueles que entendem de política partidária”<sup>250</sup>:

Tudo é política, tinham razão. Mas as verdadeiras dimensões da política do corpo não podiam captá-las. Assim como nossas tias achavam que a civilização ocidental e cristã cairia por terra se continuássemos mexendo nossas bundas e pernas ao som do rock-and-roll, muitos acreditavam, solenemente, que o edifício marxista-leninista iria ruir se, de repente, começássemos a esfregar os clítoris das mulheres.<sup>251</sup>

Gabeira vai remontando em sua narrativa a descoberta do potencial conservador da esquerda, que havia marcado tão profundamente sua militância. Leitores de Marcuse, Gabeira e companheiros discutiam o impacto de Maio de 68 na Europa e acreditavam que certas palavras de ordem eram muito anarquistas, para quem estavam se preparando para a luta armada e propondo um tipo de organização “mais rígida do que o PC”, como “Proibido proibir”, lema grafitado nos muros de Paris, em plena efervescência estudantil, e transformada numa canção por Caetano Veloso para concorrer num dos festivais de música promovidos pela TV Record.

Se em *O que é isso companheiro ?*, Gabeira narra a sua trajetória de guerrilheiro na ditadura brasileira, é em *O crepúsculo do macho*, autobiografia do seu exílio, que melhor elabora seu testemunho das mudanças culturais, relativas às experiências afetivas e sexuais de sua história de vida: “O mundo se transformava, as mulheres eram outras e o melhor era deixar que os incrédulos levassem um choque quando o olhar conseguisse enxergar um pouco além de seu estreito horizonte”.<sup>252</sup>

---

<sup>250</sup> GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?*São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 69.

<sup>251</sup> GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?*São Paulo: Abril Cultural, 1984, p 70.

<sup>252</sup> GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho*: depoimento. Rio de Janeiro: Codreci, 1980 (Coleção Edições do Pasquim), p. 60

Questionamentos afloram na sua narrativa de si: “Como é que se arranjam numa pessoa as idéias de esquerda e uma estrutura emocional de direita?”. Olhando assustado para o amigo, acredita que o compreendeu:

Há muito tempo que não acreditava em amor e talvez sequer tenha acreditado alguma vez em sua vida em amor entre duas pessoas. Sua única preocupação era a revolução e havia se casado simbolicamente com a Organização. Era de uma incrível coerência sua resposta. Restava saber para mim o que é que pode acontecer na vida de uma pessoa que a deixe tão fria e tão aberta a uma visão puramente administrativa da felicidade. Como é que uma pessoa se transforma num zumbi e inicia sua irresistível ascensão rumo ao cargo de secretário-geral?<sup>253</sup>

As experiências narradas por Gabeira, em suas autobiografias, sinalizam algumas das mudanças que estavam ocorrendo em relação aos novos processos de subjetivação de si e do corpo. Entendido agora como plano de consistência político, o corpo passa a ser sistematicamente tratado nessa literatura testemunhal.

Ela me recebia com os seios à mostra, com a maior naturalidade, e fazia xixi com a porta do banheiro aberta. Impossível esconder que achava isto muito bonito em 72 e que estabelecia uma relação bastante razoável entre a maneira como ela vivia o corpo e seu nível de liberdade sexual.<sup>254</sup>

Alfredo Syrkis também elabora sua autobiografia marcada pela experiência da guerrilha e do exílio, *Os carbonários*. Sua auto-narrativa começa a ser escrita, “já na época que ia pintar a anistia”, em Portugal:

A narrativa se refere a um período de 44 meses, entre outubro de 67 e maio de 71. Não tenho nostalgias daqueles tempos mas curto as vivências, os despertares, as aventuras e os ‘cacos de sonho que até hoje a gente se corta` como diz Alex numa poesia do seu *Inventário de Cicatrizes*.<sup>255</sup>

Filho de classe média, leitor de “O Globo” e do *Reader’s Digest*, ouvinte “daquele programa de rádio do IBAD”, troca, em 1968, o retrato do presidente americano Kennedy

<sup>253</sup> GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho*: depoimento. Rio de Janeiro: Codreci, 1980 (Coleção Edições do Pasquim), p. 84.

<sup>254</sup> GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho*: depoimento. Rio de Janeiro: Codreci, 1980 (Coleção Edições do Pasquim), p. 118.

<sup>255</sup> SYRKIS, Alfredo. “*Os carbonários*”. Memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global Editora, 1980, p. 04.

pelo do revolucionário Che Guevara, quando já era presidente do grêmio de sua escola. Aproximara-se da “turminha de esquerda” pela esterilidade de seu cotidiano: “consumismo barato de festinhas de iê-iê-iê, nos seus valores da malandragem ociosa, nas brigas de turma de “cocobois” da zona sul e nas curras das empregadinhas domésticas”.

Impactado por uma matéria que havia sido publicada na revista “Realidade” sobre a vida e morte de “Che”, ressignificou o seu ideal de coragem: “largar tudo para ir combater pela liberdade de outros povos”. Sempre vestido na sua calça Lee, camisa esporte e seu tênis alto de lona verde-oliva, levava em sua mochila, seus livros de esquerda. Estudante de línguas, tinha recebido da mãe a oportunidade de fazer um intercâmbio na Europa, no que foi interpelado pelos companheiros: “Eu tinha que optar. Escolher a luta ou a vida burguesa. Ir pra Paris, deixar-me levar pelos meus impulsos de classe ou optar pela revolução, de maneira clara, sem hesitações”.<sup>256</sup>

Aqueles que hesitavam, eram considerados “desbundados”: “Desbundar, naquela época, significava, no jargão da esquerda, abandonar a militância. Fulano? Fulano desbundou, dizíamos, com desprezo”.<sup>257</sup> A opção pela revolução ou pelo desbunde é uma constante na narrativa de Syrkis, que vai remontando sua trajetória individual a partir de dois processos de transição: de garotão classe média para guerrilheiro e clandestino e de revolucionário e seqüestrador para “desbundado”.

Essa escrita de si, preconizada por Gabeira e por Syrkis, permite ler esse contexto de 70 sob outro ângulo. Muito mais do que o sentido de realidade produzido nessas narrativas do eu, a partir da prática de testemunhar todo um período da história política da nação, essas produções permitem instrumentalizar um outro tipo de recorte historiográfico: delinear a composição de uma memória de si que, espacializada na cultura escrita, sinaliza o investimento de dotar o mundo de significados, relacionando suas vidas a um processo histórico mais amplo. A idéia subjacente a essa prática caracteriza os usos contemporâneos das narrativas autobiográficas, pois não se trata apenas de escrever sobre vidas, hábito

---

<sup>256</sup> SYRKIS, Alfredo. “*Os carbonários*”. Memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global Editora, 1980, p. 05.

<sup>257</sup> SYRKIS, Alfredo. “*Os carbonários*”. Memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global Editora, 1980, p. 132.

antigo na civilização ocidental, mas trata-se, sobretudo, da idéia de que a vida é uma história.<sup>258</sup>

A vida como história, como matéria da escrita, legitima uma importância até então desconhecida à vida individual, agora digna de ser narrada como uma história que pode sobreviver na memória de si e dos outros:

E esse indivíduo, que postula uma identidade para si e busca registrar sua vida, não é mais o “grande” homem [...] Na medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo indivíduo e que disponibilizou instrumentos que permitem o registro de sua identidade, como é o caso da difusão do saber ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem “anônimo”, do indivíduo “comum”, cuja vida é composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos fundamentais a partir da ótica de produção de si.<sup>259</sup>

Ainda que não seja o caso de Gabeira e de Syrakis, por esses não serem tidos como homens anônimos e/ou comuns, visto que foram protagonistas de eventos excepcionais, como os seqüestros de embaixadores estrangeiros no período da ditadura, ainda assim, suas escritas põem em circuito novos regimes de verdade que emergem dessa idéia de que a vida é uma história, pois nessa contextualidade, as experiências do foro íntimo e do privado, são igualmente importantes na construção das memórias de si. Nesse sentido, o regime de verdade, praticado nas narrativas de si, que monumentalizam memórias a partir de uma literatura testemunhal, incorporam vínculos diretos com a subjetividade e com a imaginação poética.

Falar de si, fazer de sua vida uma história a ser narrada, dar o testemunho de um tempo, são algumas das práticas culturais que se tornam visíveis a partir da literatura produzida pela geração pós-64. Ainda que não propriamente confessional, essa literatura testemunhal, produzida entre as décadas de 60, 70 e 80, vai criando as possibilidades históricas do que posteriormente vai configurar a cultura da confissão.

Quando topamos traçar um panorama da ficção brasileira naqueles anos, tínhamos em mente que não se tratava de bater na tecla da censura e do vazio cultural, mas sim de investir na estratégia de mostrar que não só havia vida cultural na década de 70 mas

---

<sup>258</sup> Ver a esse respeito, Levillain. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

<sup>259</sup> GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 13

também que ela tinha adquirido determinadas características, muitas delas moldadas pelas relações dos autores e das obras com o ambiente político.<sup>260</sup>

“Uma década inaugurada 13 meses depois do AI-5”, marcada por uma vida cultural intensa da música popular, do cinema e do teatro, ao ponto de o crítico Paulo Francis ter reservado para a literatura um “lugar um tanto apagado”: “defasada, empoeirada, velha, incapaz de problematizar as contradições presentes, de renovar-se num circuito mais amplo”. Esse prognóstico de Francis seria desmentido no entendimento de Heloisa Buarque de Hollanda e Marcos Augusto Gonçalves que, em 1979, publicou uma espécie de cartografia da produção literária da década de 70, ainda em meio ao turbilhão de acontecimentos culturais.

Para esses críticos, surge um número surpreendente de novos autores, ressurgem outros tantos, caracterizando um “boom” da produção ficcional. Tentando investigar como e quando a produção ficcional expressa, nas opções de linguagem, produção e mercado, sintomas significativos do debate vivo no campo cultural, questiona: “Como teria se comportado a literatura nesse quadro perigoso de repressão, coerção e sedutoras alianças com o Estado?”<sup>261</sup>

Em meio a uma “ansiosa busca de saídas” e a insatisfação com as alternativas oferecidas pelo sistema, assim como a revisão de alguns pressupostos da militância política, promovem “formas fragmentadas e minoritárias de radicalização da pequena-burguesia”: o desbunde e a luta armada: o privilégio da ação, a relativa descrença, frente aos discursos intelectuais e a valorização do corpo, como lugar político, seria os elementos gerais dessa ansiedade.

A literatura, percebida como “testemunho ocular da história”, repercute através da escrita de Antonio Callado e Érico Veríssimo, com as obras *Quarup* e *Incidente em Antares*, dos respectivos autores, demarcando a preeminência do romance político, que “vai estar reforçado e valorizado pelas circunstâncias políticas e culturais do país: contar a história, testemunhar, colar-se ao real imediato”.

---

<sup>260</sup> Comentário de Heloisa Buarque de Hollanda e Marcos Augusto Gonçalves. In.: *Anos 70: ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano: Editora Senac Rio, 2005, p. 96.

<sup>261</sup> HOLLANDA, H. B e GONÇALVES, M. A. “A ficção da realidade brasileira”. In. *Anos 70: ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano: Editora Senac Rio, 2005, p. 99.

Juntamente com o romance político, emerge outra forma ligada ao relato testemunhal, que fomenta a ficção da década de 70: a memória:

Seria precipitado atribuir de forma direta o sucesso do relato memorialista ao momento político coercitivo brasileiro. Entretanto, é inegável a constatação da emergência, nesta década, da primeira pessoa privilegiada, e até mesmo – principalmente na poesia – a emergência do que se poderia chamar de a escrita da paixão. A experiência vivida passa a ser valorizada em relação à racionalidade do romance de tese, e a penetração e o interesse suscitados por essas formas em segmentos de público bastante heterogêneos não podem ser minimizadas.<sup>262</sup>

O romance político e a produção das memórias, guerrilheiras ou alienadas, passa a ser um “excelente negócio”, explicado pelos críticos Hollanda e Guimarães, a partir de um “tráfico narrativo”, pois se com o aparelho coercitivo e de censura da ditadura, o jornal parece não poder mais informar, noticiar e pronunciar, cresce o “desejo aguçado do testemunho, do documento, da exposição da realidade brasileira”, fazendo que com o “dizer as-urgentes-verdades da história recente do país” seja uma saída para a literatura.

Teríamos então um contexto que fomentaria uma relação mais íntima entre o jornalismo e a literatura: “A literatura de olho no jornalismo, a reportagem de olho na literatura”. Nesse sentido, teríamos também a emergência de novas políticas editoriais, voltadas para a produção da “geração do sufoco”: autores que tiveram sua formação e informação no período pós-68: “Angústia, impotência, travestis, surfistas, a mulher, sexo e política. O universo que a geração do sufoco não reconhece como patologia. Marginais, malditos”.<sup>263</sup>

Temos, portanto, uma equação que vai delineando o campo de possibilidades da cultura da confissão no campo literário: literatura de testemunho, romance político e memórias que, acrescidos desse desconhecimento da marginalidade como patologia, cria um plano de imanência fértil às narrativas confessionais, que elaboram a partir de suas narrativas de si, esse lugar de enunciação política de uma identidade sócio-sexual.

Essa visibilidade dos marginais e dos malditos encontra um espaço singular de enunciação de si. Talvez a narrativa memorialista mais exemplar desse equacionamento

<sup>262</sup> HOLLANDA, H. B e GONÇALVES, M. A. “A ficção da realidade brasileira”. In. *Anos 70: ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano: Editora Senac Rio, 2005, p.104.

<sup>263</sup> HOLLANDA, H. B e GONÇALVES, M. A. “A ficção da realidade brasileira”. In. *Anos 70: ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano: Editora Senac Rio, 2005, p. 127.

seja o romance de testemunho, já confessional, de Herbert Daniel: “Meu corpo daria um romance”.

“Um romance que torna-se memória”, com “cheiro não autobiográfico; apenas biofragâncias ou bioflagrantes” – Daniel assim enuncia a escritura de seu corpo, a escritura de seu romance. Igualmente revolucionário, igualmente exilado, igualmente testemunha de um tempo marcado pelo signo do cárcere. Herbert Daniel, companheiro próximo de Syrakis, fez parte do aparelho responsável pelo seqüestro do embaixador suíço. Sua memória testemunha importantes capítulos da história política nacional, mas o seu romance inscreve uma outra textualidade: a politização do seu corpo, antes refreado, antes escondido, antes marginalizado naquilo que envolvia a sua vivência afetiva e sexual: “Fiz esforço de enrustir não sei o quê. Acuado, movi meu corpo como quem move uma abominação”.<sup>264</sup>

Entrei na adolescência descobrindo o modo de ser próprio da homossexualidade: uma marginalidade com regras impessoais e universalizantes. Agora já não me recordo bem como fui intuindo a facilidade de encontrar desconhecidos pelos muitos recantos do mundo fora de casa. Talvez por ser mundo masculino as relações marginais desse tipo são mais estimadas ou fáceis. E são relações pau a pau. O que facilita sua invisibilidade; e dificulta tanto o conhecimento da realidade da multiplicidade de vivências homossexuais.<sup>265</sup>

Daniel aprende, em silêncio, que era homossexual: “tornou-se intimamente, reconhecidamente ‘homossexual’, o que significa toda uma parafernália de coreografia do abismo”. Dançando sua coreografia íntima, Herbert Daniel, vulgo Marcelo, seu nome de guerrilheiro, viveu a sua homossexualidade, “enrustindo com maestria” e virtuosismo, mas ao apaixonar-se por um companheiro, que conhecera numa das primeiras reuniões de militância revolucionária, perdeu a maestria e o virtuosismo:

Daí em diante não pude mais suportar a pressão daquele desejo que me colonizava. Já não trepava – ou apenas ocasionalmente – pois não era papel de guerrilheiro sair oferecendo corpo a corpos de ruas, o que então comecei a analisar como forma de prostituição e decadência capitalista. Mas também não admitia que viéssemos a trepar: eu e o companheiro?! O que dois futuros guerrilheiros fariam numa cama? Então, comecei a me masturbar com uma regularidade terapêutica e matemática.<sup>266</sup>

<sup>264</sup> DANIEL, Herbert. *Meu corpo daria um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

<sup>265</sup> DANIEL, Herbert. *Meu corpo daria um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 121.

<sup>266</sup> DANIEL, Herbert. *Meu corpo daria um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 129.

Controlou o desejo do corpo, tribalizando-se na militância de esquerda, “fechando o corpo”. Militante desde 1967, em nome da ação, abdicou da “dúvida corporal”, adotando um “sexo futuro”: abstinência:

Abstinente passei toda a clandestinidade. Sete anos. (Não posso deixar de escrever o prometido elogio à punheta, senão dificilmente poderei fazer alguém compreender a minha clandestinidade. Porque creio que se tivesse apagado meu sexo nunca teria acreditado na militância. Um militante sem sexo é um totalitário perigoso. Um punheteiro é apenas um confuso ingênuo e esperançoso).<sup>267</sup>

E sua narrativa de si confessa universos antes inauditos e segregados: “macho, mulher, competente, viado, cornudo, tarado ejaculador precoce, frígida, séria, pau pequeno, honrada, pederasta, escultural, ninfomaníaca, onanista, devoradora, coprófilo, fetichista, zoófilo, feia, frio, freio[...]”, numa quase cacofania de figuras malditas, os ditos e desditos marginais.

Marilyn Aparecida, personagem-travesti de sua narrativa, serve como alter-ego:

- Ih, nem quero pensar. Se essas depauperadas soubessem da carreira de guerreiro da bicha aí, iam ficar até de pau duro, se é que ficam, né, bem? Iriam te considerar uma ídola guerrilheira, bicha. Uma superstar da luta armada, sua seqüestradora. Afinal você é daqueles da barra pesada, né, assaltante, comandante de os, seqüestrador de dois (dois, que horror, nem aprendeu com oprimeiro, hein, bicha?) embaixadores, guerrilheiro, rural, ru...ral, ouviram bem, ru...ral, no mato e não era pra catar gabiroba nem se sentar em manjuba, ouviram? Elas iam até fiar em posição de sentido pois você foi até comandante (coma...andante, dizia a donzela ao cavalheiro) de os, oh é um coisa heróica, um monumento vivo... Te belisca, bicha, pra ver se você ainda tá viva depois deste monte de besteiras que falei de teu passado que você conserva com tanto carinho. Te belisca, porque senão eu te mordo. Pra você manter a dignidade, mas não se levar a sério demais.<sup>268</sup>

Daniel, outrora abstinente, onanista, um guerreiro, confessa a si e todo um universo que outrora era guardado, embutido em seu corpo durante sua vida de clandestino político. Ao voltar do exílio, começa a trabalhar “um pequeno enredo sobre o usual do homossexual desviante que se esconde no confuso e incompleto macho brasileiro”. Noutro momento corporal de seu romance, Daniel participa de debates públicos sobre sexualidade, já participa do calendário comemorativo do dia da “luta homossexual”:

<sup>267</sup> DANIEL, Herbert. *Meu corpo daria um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 164.

<sup>268</sup> DANIEL, Herbert. *Meu corpo daria um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 182-3.

Resumi meus pontos de vista: há muitas coisas das quais quero me libertar: as culpas e marcas que formaram meu corpo, a indiferença – fora da inércia – que nos atrai para o apoliticismo ou para políticas de seita, a ortodoxia de uma esquerda autoritária, a homossexualidade ...

A Homossexualidade?

É. Não quero me livrar apenas do rótulo, mas inclusive do aprendizado de uma “identidade” que é só a forma da repressão que aparece às vezes como “liberação”. Não quero ser praticante ou defensor da ‘homossexualidade’. Quero compreender minha condição masculina, forma peculiar da condição humana.<sup>269</sup>

E sua escrita? Seu corpo romanceado a partir de suas lembranças?

É uma história. Talvez até vulgar. É só literatura – uma coisa inútil e de puro deleite vagabundo, tentando, naturalmente, dizer no novo ou um outro fato. Literatura? Não sei o que seja, a não ser que é aquilo escrito agora e que nunca foi dito assim antes. Seria pretensão demais dizer que eu vá conseguir, aqui, coisa semelhante. Porém intento, tento, sinto. E com muita garra de derrubar onde puder a gramática e a retórica dos poderes que nos esganam e calam. Sempre a mesma ginástica calistênica da garganta, treinamento de músculos para reflexos condicionados. Por isso desrespeito o dicionário e procuro desenvolver o ofício que me escolhi: o de praticar minha vocaçãoobular.<sup>270</sup>

Subverter a linguagem, subverter o próprio corpo e confessar sua “vocaçãoobular”. Nessa tradição de confessar e tornar visível os elementos de uma marginalidade ou contracultura, temos uma vasta produção, desde a autobiografia de Caetano Veloso, as biografias de Leila Diniz, as histórias da Tropicália, as memórias de Dercy Gonçalves, entre outras. A escolha por essas tessituras literárias foi metodologicamente orientada no sentido de mostrar tanto as ressonâncias de uma tradição testemunhal na literatura, voltada para uma narrativa de si que privilegia aspectos da história nacional, como também as discontinuidades que estão presentes na produção literária da cultura contemporânea da confissão. A vida como história, a vida como matéria da escrita, portanto, não é propriedade exclusiva da cultura da confissão, mas é um elemento imprescindível para entender esse investimento de uma verdade de si, que na nossa contemporaneidade, precisa ser revelada publicamente.

<sup>269</sup> DANIEL, Herbert. *Meu corpo daria um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 11.

<sup>270</sup> DANIEL, Herbert. *Meu corpo daria um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 390.

No entanto, nem só de autobiografias e de biografias se compõe esse arquivo de memórias de si. Existe uma vasta publicação sobre essa geração que se formou entre as décadas de 60 e 70, enfocando desde práticas culturais, das chamadas culturas da rebeldia, como narrativas que se direcionam para os “anos de chumbo, piração e amor”.

A jornalista Lucy Dias, no intuito de fazer um inventário histórico dos “anos loucos”, elencou uma série de depoimentos sobre a década de 70, englobando desde intelectuais, como Heloisa Buarque de Hollanda, como figuras anônimas, para remontar um tempo em que a sexualidade corria solta: “Acho que era meio básico para todo mundo na época: transar, transar, transar”.

Época em que a androginia, a guerrilha, o feminismo, os gays e, de quebra, as crises pessoais, a solidão e o desespero de uma parcela da juventude que assumiu uma postura de confronto, ou correu para as margens, armaram o cenário rebelde em que nos movíamos.<sup>271</sup>

Época também da imprensa nanica, do cinema novo, do teatro experimental, dos festivais de música, das telenovelas, entre outros. Heloisa Buarque, em depoimento, fala desse tempo, em que a cultura fez política, “todos muito alegres”, como no “aquele abraço” de Gilberto Gil, ainda que essa área mais festiva e menos partidária, fosse tida como alienada pela esquerda. Como diz Guilherme, depoente anônimo:

Era uma semimarginalidade, uma contracultura se formando, porque eu também achava esse pessoal das organizações políticas muito repressivo sexualmente, assim como também não aceitava o nacionalismo extremado que impregnava a maioria desses movimentos de esquerda.<sup>272</sup>

Lucy Dias, mesmo elaborando seu retrato dos anos loucos a partir do recurso de testemunhos de muitos sujeitos que viveram esse período, marcado por uma efervescência experimental, também situa sua própria significação, pois construiu sua narrativa a partir também da primeira pessoa, a partir de suas marcas subjetivas, como demonstra com a sua interpretação da imprensa nanica:

---

<sup>271</sup> DIAS, Lucy. *Anos 70 – Enquanto corria a barca*. Anos de chumbo, piração e amor. Uma reportagem subjetiva. São Paulo: Senac, 2003.

<sup>272</sup> DIAS, Lucy. *Anos 70 – Enquanto corria a barca*. Anos de chumbo, piração e amor. Uma reportagem subjetiva. São Paulo: Senac, 2003, p. 31

Era com alívio, sentindo-nos vingados, às vezes, e até com uma certa irritação que líamos semanalmente o nanico de maus modos tão à vontade em seu machismo, preconceituosíssimo com as mulheres e os homossexuais. Sobretudo, o jornaleco era totalmente fechado na patota de Ipanema, o que soava extremamente provinciano a quem não fosse da turma. Lançado em 1969, na sombra do AI-5, ateava fogo ao circo, rompendo com a caretice da imprensa, funcionando como válvula de escape para a profunda passividade e aflição em que nos encontrávamos.<sup>273</sup>

“Desbundar”, “piração” e “loucura” eram termos incorporados ao cotidiano, marcado por uma tensão: a disputa entre aqueles que acreditavam numa revolução social versus os que vivenciavam uma revolução comportamental: caminhos que se excluía, os de esquerda, não deveriam consumir drogas, significada como hábito de alienação, e para aqueles que se identificam com a contracultura, a política era um jogo sujo e desprezível.

Deixar rolar ou deixar sangrar? Para quem ficou no país, disposto a botar pra quebrar, só existiam duas possibilidades: curtir o barato da descoberta de si mesmo e fazer sua revolução comportamental, sem script prévio; ou roer o próprio fígado e não ver outra saída senão virar guerrilheiro, entrando de sola na contra-revolução armada, com previsível script final. Ambas mutuamente excludentes.<sup>274</sup>

Havia ainda as ressonâncias das experiências vivenciadas no exterior, particularmente, nos Estados Unidos e na Europa, vinculados aos movimentos sociais, como o movimento feminista, o movimento hippie, o movimento *black power*, assim como as manifestações presentes no emergente movimento gay americano:

Havia um clima politicamente incorreto a devassar os lares. A tal ponto que na passeata comemorativa dos dez anos do movimento gay, em junho de 1979, em Nova York, alguém carregava o seguinte cartaz: “Eu sou, meu tio é, acho que meu pai também”. Estava definitivamente arrombado o armário que a família cuidadosamente escondia no sótão, sob pilhas de censura e repressão, de onde escapou um espantoso número de homossexuais.<sup>275</sup>

---

<sup>273</sup> DIAS, Lucy. *Anos 70 – Enquanto corria a barca*. Anos de chumbo, piração e amor. Uma reportagem subjetiva. São Paulo: Senac, 2003, p. 40.

<sup>274</sup> DIAS, Lucy. *Anos 70 – Enquanto corria a barca*. Anos de chumbo, piração e amor. Uma reportagem subjetiva. São Paulo: Senac, 2003, p. 160.

<sup>275</sup> DIAS, Lucy. *Anos 70 – Enquanto corria a barca*. Anos de chumbo, piração e amor. Uma reportagem subjetiva. São Paulo: Senac, 2003, p. 228.

Celso Curi, jornalista e produtor, responsável pela primeira coluna gay na imprensa brasileira, a “Coluna do Meio” no Jornal A Última Hora, entre o período de 1976-1979, também presta um depoimento aos anos loucos e da postura crítica em torno da idéia de família nuclear:

Nos 70 todo mundo saiu do armário. Mas, quando eu falava, como ainda hoje falo, de assumir ou não assumir, de sair do armário ou não sair do armário, eu brigava com as pessoas porque eu dizia: ‘Não adianta lutar pelo movimento gay se você não se libertar das amarras que se seguram. Se você não se libertar da família e da Igreja, não tem como poder dizer ‘liberdade para as borboletas!!!’. Ou você realmente se liberta ou pára de carregar o grande peso de desejar andar de mãos dadas na rua, mas se a minha mãe descobrir que eu transo com homem, ela se mata!’. Não dá para ficar amarrado a essas coisas idiotas. E as pessoas ficavam putas comigo quando eu dizia: É você quem tem que resolver esse seu problema. Não vai ser o movimento gay que vai resolver esse seu problema. Não vai ser o movimento gay que vai resolver essa coisa íntima com sua mãe, isso é problema seu. É uma luta pessoal!.’<sup>276</sup>

No entanto, vivenciar a homossexualidade, seja no campo da surdina ou da visibilidade social, era considerada, acima de tudo, uma prática alienante, pois para os grupos que faziam parte da esquerda, se dizer gay era assumir a condição de “pecado pequeno-burguês”. Existia, inclusive, um discurso que veicula a existência de duas diferentes patrulhas: a patrulha ideológica, policiadora do desbunde, e a patrulha “odara”, que defendia a criação apolítica e a criatividade solta. O termo “odara” foi inspirado numa música de Caetano Veloso, tido por muitos como o grande ícone do desbunde, pois diferentemente do heroicizado Geraldo Vandré, famoso pelo seu “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”, Caetano professava: “Deixa eu dançar, pro meu corpo ficar odara, minha cara, minha cuca ficar odara”.

Depois de meses de acusações de patrulhagem ideológica e odara de parte a parte, a proposta de paz foi finalmente selada em Aracaju, durante um seminário de arte promovido pela Secretaria de Cultura do Estado, tendo de um lado o cartunista Henfil e Zivaldo, representando O Pasquim, e de outro o cantor Gilberto Gil. Fernando Gabeira, então de volta ao Brasil e presente ao evento, foi quem propôs a deposição de armas: “Tive a idéia de propor a paz, embora já pensasse sobre ela há algum tempo”. Desde, no mínimo, quando se encontrou pela primeira vez com Caetano, no concorrido pedaço de praia em frente ao Hotel Sol, em Ipanema. “Ali, vendo a semelhança de nossas tangas e refletindo sobre nossas posturas diante do mundo”,

---

<sup>276</sup> DIAS, Lucy. *Anos 70 – Enquanto corria a barca*. Anos de chumbo, piração e amor. Uma reportagem subjetiva. São Paulo: Senac, 2003, p. 303.

confessa Gabeira, “saquei que estávamos muito próximos e que essa briga era uma caretece”.<sup>277</sup>

Ainda que tenha existido essa proposta de paz, os conflitos entre os homossexuais e os revolucionários não se findam. Cláudio Roberto Silva nos possibilita acessar um outro arquivo de memórias relativas aos anos loucos, mais precisamente, o acesso a um arquivo eivado de narrativas de si produzidas pelos integrantes do *Lampião da Esquina*, jornal da imprensa alternativa, publicado em 1978-80, que enfatizava assuntos tidos como “não prioritários”, voltados quase que exclusivamente para o universo gay.<sup>278</sup>

Cláudio Roberto da Silva elabora em seu trabalho de pós-graduação um arquivo de história oral, entrevistando os principais articuladores, editores e correspondentes do jornal *Lampião da Esquina*, para muitos, marco da reflexão sobre o homossexualismo. Ainda que houvesse algumas iniciativas mais caseiras de informativos para os homossexuais, vai ser com a iniciativa do *Lampião* que se configura um primeiro momento mais sistemático de elaboração discursiva. O que o torna altamente significativo nesse contexto, é que todos os integrantes desse jornal, são figuras chaves da história cultural do Brasil, representantes do cinema, do teatro, da academia, da literatura, do jornalismo: João Silvério Trevisan, Aguinaldo Silva, Alceste Pinheiro, Peter Fry, Celso Cury, Edward MacRae, João Antônio Mascarenhas, Alexandri Ribondi, José Fernando Bastos, Roberto Piva, Glauco Mattoso, Luis Carlos Lacerda, James Green, Luiz Mott, Antônio Carlos Moreira, Dolores Rodrigues, João Carlos Rodrigues, entre outros que de alguma maneira participaram do projeto desse jornal.

Cláudio Roberto, questionando sobre o “caráter revolucionário” dos integrantes do *Lampião*, as suas propostas, as diferenças entre a militância da década de 70 e suas identidades e os possíveis desentendimentos no próprio grupo, permite obter vários sinais referentes à memória de si e sua articulação com a política e a produção textual, ainda que jornalística. Em anexo ao seu trabalho, Cláudio Roberto transcreveu todas as entrevistas, realizadas no ano de 1997, criando, em conjunto com os membros do *Lampião*, um

---

<sup>277</sup> DIAS, Lucy. *Anos 70 – Enquanto corria a barca*. Anos de chumbo, piração e amor. Uma reportagem subjetiva. São Paulo: Senac, 2003, p. 318.

<sup>278</sup> SILVA, Claudio Roberto. *Reinventando o sonho – história oral de vida política e homossexualidade*. Dissertação de Mestrado em História Social apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

verdadeiro celeiro de memórias, impressões, testemunhos e registros, dessa que foi uma das primeiras iniciativas de tornar visível, através da tomada de palavra, um universo até então recalçado.

É nesse armazém de memórias que emergiram algumas das problemáticas existentes desde a década de 70 até o presente, concernentes a uma discursividade direcionada ao universo gay e ao emergente movimento de emancipação política dos homossexuais, assim como as intrigas vivenciadas por aqueles que fizeram parte dessa trama histórica: arte revolucionária x arte do desbunde; movimento de revolução social x movimento de emancipação homossexual, entre outros. Tramas que estão discriminadas não apenas nas memórias de si, mas principalmente, na elaboração de todo um investimento historiográfico, que requisita o direito de ser e de estar na história.

### **3.4 – Direito de ser e de estar na história,**

A verdade, não mais unitária, mas sem prejuízo de solidez, passa a ser pensada em sentido plural, como são plurais as vidas individuais, como é plural e diferenciada a memória que registra os acontecimentos da vida.<sup>279</sup>

Michel Foucault, em crítica a uma concepção tradicional de história, afirma que os historiadores procuram, na medida do possível, apagar aquilo que, na sua escrita, pode revelar o incontrolável de sua paixão. Essa história, ainda muito marcada pelo signo da objetividade, mobilizada por uma leitura galileana do saber, teria como ordenamento a exclusão da subjetividade. Em contraposição a essa perspectiva historiográfica, postula que a história deve fazer aparecer todas as discontinuidades que nos atravessam.<sup>280</sup>

Confluindo com esse posicionamento epistemológico, muitos historiadores já postulam a subjetividade das suas operações historiográficas, demarcando a pluralidade e a historicidade de seus ofícios e de suas artes. Ainda que a escrita historiográfica não possa reivindicar um eu próprio da escrita, visto que o autor é ele mesmo composto de multiplicidades, ou como diria Michel de Certeau, um “nós autorizado”, assim mesmo, podemos entrever os estados de paixão que mobilizam os artesãos da memória histórica.

---

<sup>279</sup> GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 14.

<sup>280</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

Nesse sentido, a escrita historiográfica pode ser também problematizada enquanto uma escrita de si, enquanto um lugar onde se revela/confessa os incontroláveis da paixão, ainda que essa escrita nem recaia na “ilusão biográfica”, postulada e denunciada por Bourdier, que investe num eu coerente e contínuo. Haveria um duplo movimento na relação entre a escrita historiográfica e a escrita de si: o texto enquanto representação do seu autor (desejo de identidade) e o autor como invenção do próprio texto.

Esse duplo da escrita é uma das marcas da produção historiográfica que elegeu como temática a produção de uma memória sobre a experiência histórica dos homossexuais, pensado enquanto um sujeito coletivo. Apesar desse empreendimento historiográfico ser recente, contando com pouco mais de duas décadas, ele já é bem expressivo, concomitante à própria história política do movimento gay. Muitos são os títulos já publicados por diversas editoras, assim como as teses e dissertações de mestrados já inscritas nos bancos de dados dos sistemas nacionais de pesquisa.

Uma das justificativas dessa produção é a ausência de uma memória histórica que contemple a história de um grupo, demarcado por uma singularidade sócio-sexual, compreendendo, assim, a necessidade de preenchimento de um vazio simbólico e da necessidade da implosão de um silenciamento do discurso.

Essa dinâmica discursiva que investe sobre um vazio da linguagem e um silenciamento, acaba por questionar a soberania de uma história oficial que marginalizou a memória do movimento gay, assim como produz uma ausência de arquivo, despojado de história. É no sentido desse preenchimento arquivístico, que muitas das narrativas historiográficas postulam o direito de ser e de estar na história.

Não se trata, contudo, de tornar essas narrativas soberanas em detrimento de uma historiografia oficial e hetero-normativa, mas de entendê-las na sua própria historicidade, pois esse arquivo de memórias não está desvinculado de uma prática política engajada, que se articula em fins da década de 70, com a emergência de uma textualidade que se propõe a refletir e problematizar a vivência homossexual, a exemplo do jornal *O Lampião da Esquina*.

Mas essa produção da escrita não é mobilizada por uma reflexão teórica destituída de um sentido de vida ou de um incontrolável da paixão, pois essa prática do saber é, antes de tudo, auto-reflexiva, tornando visível o duplo da narrativa:

Garimpamos, nos veios deste desterrado de “jacarés de lobisomens”, atrás da preciosidade da sinceridade. Oh, não se exige coragem para expor a(s) própria(s) homossexualidade(s)! É preciso só um pouco de paciência e ironia (esperamos ter tido). Escrevemos sobre nossa vida e opções sexuais, escola e escolhas, com o mesmo orgulho que nos leva a contar encantos que nos dão prazer (escrever ou trepar, por exemplos). Coragem é preciso ter para escapar da facilidade da justificação e do apelo humilhante à vaga “compreensão” ou piedade. Ninguém precisa pedir desculpa pela própria sexualidade; precisa fundamentalmente livrar-se de uma culpabilidade imobilizadora. Coragem mesmo é preciso para amar a vida com todo o seu cortejo de disparidades.<sup>281</sup>

Ainda em 1983, temos a publicação, pela Editora Brasiliense, de um volume pertencente à Coleção Primeiros Passos, escrita por Peter Fry e Edward MacRae, ambos pesquisadores vinculados a instituições acadêmicas como a UNICAMP e a USP, respectivamente, discutindo “O que é a homossexualidade”. Essa produção postula um leitor que esteja interessado em pensar sobre a homossexualidade no que se refere às suas próprias vidas, sem deixar, contudo, de entrever o duplo das suas próprias escritas:

Além dessa postura relativizante, temos, é claro, as nossas próprias idéias a respeito da homossexualidade, que são as mais simples possíveis. Desejos homossexuais são socialmente produzidos como são produzidos desejos heterossexuais. Para nós, um, ou outro ou ambos têm o mesmíssimo valor e devem ser vistos com a mesma perplexidade normalmente reservada para a homossexualidade.<sup>282</sup>

Apesar desses dois registros estabelecerem uma escrita diferenciada, pois Herbert Daniel e Leila Míccolis marcam a sua presença no texto, se dizendo “Também somos”, se deslocando para o entremeio do seu próprio objeto de reflexão, se dizendo parte da própria materialidade discursiva a ser problematizada, por outro lado, Peter Fry e Edward MacRae utilizam um outro recurso estilístico, recorrendo a um sujeito indeterminado, próprio das análises acadêmicas do início da década de 80. No entanto, em meio a essa diferença estilística e metodológica, algo os une, para além da data de publicação de suas escritas: a constituição de um saber que intenciona problematizar as experiências e memórias sobre as práticas homossexuais para além dos discursos patologizantes e médicos. Como diz Fry e

---

<sup>281</sup> MÍCCOLIS, Leira & DANIEL, Herbert. *Jacarés e lobisomens*. Dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

<sup>282</sup> FRY, Peter e MaCRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MacRae: “queremos arrancar a homossexualidade do campo da psicologia e da medicina, que têm se apropriado do assunto crescentemente desde os meados do século XIX”, e deslocá-la para um campo de estudo centrado em problematizações de práticas políticas e culturais.

Teríamos, portanto, a emergência de um novo sujeito de saber, de uma nova subjetividade, relativa à memória dos homossexuais: o intelectual específico. Um intelectual que desenvolve, na sua própria escrita, um duplo de si mesmo, pois aquilo do qual fala, que pretende compreender, não é dissociado da própria compreensão que tem de si mesmo e de sua prática enquanto sujeito político. Teríamos aqui mais um indício dessa cultura da confissão, centrada no cultivo do eu e na elaboração de uma memória histórica do outro, que também é de si mesmo?

Michel Foucault, em crítica ao papel do intelectual “dito de esquerda”, demonstra como ele tomou a palavra e viu reconhecido o direito de falar enquanto dono da verdade e da justiça, enquanto um representante do universal: “Ser intelectual era um pouco ser a consciência de todos”.<sup>283</sup> Em contraposição a esse intelectual soberano, Foucault sinaliza a emergência de uma outra prática da escrita reflexiva: o intelectual que passa a atuar em setores determinados, relativo às suas condições de vida e às suas condições de trabalho:

Do momento em que a politização se realiza a partir da atividade específica de cada um, o limiar da escritura como marca sacralizante do intelectual desaparece, e então podem se produzir ligações transversais de saber para saber, de um ponto de politização para outro.<sup>284</sup>

Nesse sentido, o intelectual específico, que produz o duplo de sua escrita, politiza não apenas suas narrativas, como politiza a sua própria corporeidade, a exemplo da abertura postulada por Herbert Daniel e Leila Miccolis, no seu “Intróito ou Pro-Nomes Pessoais:

Somos, Leila e Daniel, dois em intersecção nas paralelas de nossas vidas e trabalho. Ambos somos baixinhos, teimosos, falantes, equilibristas de palavras, vaidosos e mútuo-admiradores (pra quem não desconfia, é fabuloso amar o camarada de ofício). Também somos. O que justifica nossos presentes ensaios; como tem justificado, pela vida, pseudônimos, adjetivos e epítetos que nunca chegaram a nos transmutar em jacaré ou lobisomen. Somos corpos e (como cada corpo) sexos diferentes, que nos

<sup>283</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 8.

<sup>284</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 9.

explicitamos a urgência de derrotar as maneiras usuais das corporificações do conformismo.<sup>285</sup>

Portanto, esse novo intelectual que se propõe a estabelecer, em escrita, o direito de ser e estar na história, põe em circuito uma nova dinâmica: a idéia de que a verdade não existe para além dos seus lugares de produção, não existe para além das relações de saber e das relações de forças produzidas em torno das experiências históricas. Nesse sentido, seria pensar/problematizar as práticas homossexuais no interior mesmo de suas práticas, pensando a escrita memorialista e/ou histórica vinculada a uma estética da existência: “É a vida, e não o pensamento, que é passada ao fio da navalha da verdade”.<sup>286</sup>

Por isso, não pretendemos esgotar as várias teses e os vários argumentos presentes em toda a produção historiográfica, que elege como temática de análise a história da homossexualidade, mas tratar de algumas textualidades que apresentam, de forma mais explícita ou não, essa intersecção entre a produção de uma escrita da história e de uma escrita de si: esse duplo político e identitário da escrita.

Nossa escolha recai, nesse sentido, para o agenciamento de alguns escritores, presentes também nessa narrativa como partícipes da comunidade de leitores gls, que apresentam algumas convergências, algumas singularidades: são contemporâneos, engajados politicamente, intelectuais, autores do Lampião da Esquina, que fizeram da sua escrita um lugar privilegiado de um foco particular de luta, enquanto escritores e militantes do movimento gay no Brasil. São eles: João Silvério Trevisan, Luiz Mott, James Green, além de Leila Miccolis e Herbert Daniel, já citados.

Todos esses escritores produziram uma irrupção inédita nas escritas sobre a memória da homossexualidade, ainda que o fizessem a partir de lugares de produção diferenciados. De todo modo, agrimensar essas escritas, nessa problematização, significa, também, demarcar alguns pontos de convergência, presentes desde a década de 80, com o projeto de tornar visível o vivido dos homossexuais, assim como tornar dizível a experiência de cada um deles nessa cultura da confissão, que passa a ser instituída no momento em que o dizer sobre si está implicado num dizer coletivo, num dizer histórico.

---

<sup>285</sup> MÍCCOLIS, Leira & DANIEL, Herbert. *Jacarés e lobisomens*. Dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983, p. 9.

<sup>286</sup> GROS, Frédéric (org.). *Foucault*. A coragem da verdade. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 158

“Literatura e vida não podem estar separadas” – anuncia João Silvério Trevisan em entrevista ao jornalista Conrado Falbo, na revista eletrônica “Rabisco”, que anuncia: “Pioneiro na luta pela visibilidade da causa homossexual no Brasil, Trevisan foi um dos fundadores do grupo SOMOS e do histórico jornal “lâmpião de esquina”, idealizado por e para homossexuais”.<sup>287</sup>

Inquirido sobre a forte presença de elementos biográficos em sua escrita, Trevisan responde que sempre teve o hábito de inserir elementos biográficos na sua escrita, para que a ficção e a biografia pudessem dialogar. E nesse sentido, acha importante trabalhar a sua poética fazendo uso de sua homossexualidade. Seria uma estratégia de tornar visível exatamente o que está visível e/ou vivenciado.

Tomar a palavra tem a ver com a enunciação da política da visibilidade, mas não só isso, pois associar a sua escrita da história a uma escrita de si, significa também marcar um campo de disputa em tornas das representações simbólicas sobre a homossexualidade. Trevisan, quando em 1986, publica a sua primeira edição de *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*, republicada em 2000, re-inaugura um acontecimento discursivo que reforça a ruptura com um discurso da “camuflagem”, quando não apagado, da vida cultural brasileira. “Respondendo” aos guardiões da moral nacional, Trevisan chama a atenção de sua obra para si mesmo:

Para aqueles que venenosamente costumam tachar de “militante” (o que quer dizer: tendenciosa e unilateral) qualquer abordagem não-risível do referido tema, adianto que deparei com o estigma já desde as minhas tentativas em buscar financiamento para as pesquisas, que acabei realizando (durante muitos anos) com a ajuda de amigos e por minha própria conta, depois de pelo menos duas entidades especializadas me responderem negativamente, uma sob alegação de financiar apenas pesquisas ligadas à mulher e a outra, pesquisas ligadas à universidade.<sup>288</sup>

Depois de ter sido recusado por muitas editoras, sob as mais diversas alegações - uma delas dizia “Não publico pornografia *depassé*” -, Trevisan diz ter pedido a conta de todas as recusas que recebera. Seu lugar de militante era constantemente lembrado em tom

<sup>287</sup> Disponível em: <http://www.rabisco.com.br/67/trevisan.htm> . Acessado em janeiro de 2006.

<sup>288</sup> TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 26.

de suspeita pelo mercado editorial, que dizia não estar interessado em “proselitismo homossexual”:

Não sei se o argumento está impregnado de má fé ou de conveniente ignorância, mas a verdade é que a abordagem sobre minha obra freqüentemente tem minimizado o aspecto literário para se concentrar em julgamento moral. Na mais sombria das hipóteses, o que eu faço é uma contrapropaganda defensiva, em busca de sobrevivência psicológica.<sup>289</sup>

Todas essas recusas, ocorridas em meio ao pânico desencadeado pela AIDS, então chamada de “peste gay”, era um sinal do que Trevisan nomeia de “neoconservadorismo brasileiro”, que foi uma constante durante a primeira metade da década de 90, capitalizada pela estratégia midiática de reforçar o casal heterossexual como chave da sociedade brasileira, numa articulação enredada e propagandeada em diversos tipos de mídia – indício, para ele, de uma sociedade paranóica.

Afirmando não ter a intenção de substituir heróis convencionais por gueis<sup>290</sup>, pois seria alérgico a processos de heroicização, seu livro sobre a história da homossexualidade pretende realizar um trabalho de desconstrução para “tentar mostrar que no Brasil a sardinha sempre foi puxada para a brasa daqueles que tentam construir padrões de sexualidade baseados na padronização dos gêneros masculinos e femininos (fenômenos culturais) vendidos como ‘naturais’”, no que arremata, “prefiro lembrar o velho Oscar Wilde, para quem o ‘natural é uma pose difícil de ser mantida’”.<sup>291</sup>

Um ano depois de republicado o seu livro, Trevisan é convidado a participar de um *chat* (bate papo em salas de provedores da internet) de um dos maiores *sites* nacionais, o Terra, para dialogar com seus leitores e/ou curiosos sobre o conjunto de sua obra:



Moderador 16:10:59 LU pergunta: **Como está a receptividade do livro após o relançamento?**

<sup>289</sup> TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 27.

<sup>290</sup> Trevisan utiliza a grafia “guei” para acentuar a diferença entre a vivência homoerótica brasileira em relação aos modelos estadunidenses da cultura gay. Nesse sentido, utilizaremos a forma como ele nomeia enquanto o problematizamos.

<sup>291</sup> TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 28



J.S.Trevisan  
16:11:41

Anne, não acho que o problema seja exclusivamente do nosso país. Todo ser humano se julga dono da verdade. Os mais velhos preferem passar seus valores sem mudar. A juventude sempre tem que brigar para se impor. Feliz e infelizmente.



Moderador 16:12:39 Tina pergunta: **Qual o seu objetivo com o livro "Devassos do Paraíso"?**



J.S.Trevisan  
16:12:53

Lu, a receptividade aos DEVASSOS NO PARAÍSO está bastante boa, sem falsa modéstia. A primeira tiragem, de 3 mil exemplares, esgotou 2 meses depois de publicada. Acho que é um bom pique, não?



J.S.Trevisan  
16:14:12

Tina, meu objetivo ao publicar DEVASSOS foi contar uma história do Brasil sistematicamente oculta. Eu quis revelar isso pra mim mesmo, enquanto homossexual, e para os/as tantos/as homossexuais do país a conhecerem melhor sua história.<sup>292</sup>

Questionado ainda sobre várias outras dimensões da vivência gay, extrapolando o seu campo de produção da escrita, Trevisan testemunha sobre a sua história de militante, sobre a homofobia brasileira, sobre o lugar social do escritor, sobre as “origens” da homossexualidade, entre outras. O debate acabou por formar um campo de discurso onde muitos dos usuários virtuais puderam se dizer e dizer de suas dificuldades em lidar com os seus desejos. Ao ver o seu tempo esgotado, Trevisan inverte o lugar do entrevistado, também questionando:



J.S.Trevisan  
17:02:21

Ah, moderador, o tempo passou rápido. A sala também não estava muito inspirada, né? Mas agradeço vocês terem aparecido aqui pra papear. Não falei demais porque estou com a garganta péssima. Vou sugerir um tipo de premiação com meu livro. Quem aqui na sala tem caso homossexual?



Moderador 17:03:05 Lara responde: **eu...**



Moderador 17:03:13 Edu-Blu-SC responde: **Eu!**



Moderador 17:03:17 jrpoa responde: **EUEUEUEUEUE**



Moderador 17:03:24 Mariana responde: **eu tenho**

<sup>292</sup> Disponível em: <http://chat.terra.com.br/chat/joaotrevisan.htm>. Acessado em dez.2004. (Esse chat ocorreu em janeiro de 2001, ficando disponível no arquivo do site Terra).



Moderador 17:03:28 Widney responde: **eu tenho**



Moderador 17:03:44 Cássio responde: **EU!!!**



Moderador 17:03:49 Rodrigo participa: **eu**



J.S.Trevisan 17:03:50 Lara: você nem fez pergunta. Tem caso há quanto tempo? Com quem?



Moderador 17:04:02 Dino diz: **Eu tenho caso homossexual, conforme perguntou o sr. Trevisan**



Moderador 17:04:12 katita diz: **Eu também**



Moderador 17:04:24 CLEIDSON diz: **EU.HÁNOVEANOS JUNTOS.NOSSA FAMÍLIAAPÓIA, ÉMUITOBOM.**



Moderador 17:04:32 Luis Carlos diz: **EU.**



J.S.Trevisan 17:04:36 OK, há quanto tempo vocês têm caso com o/a mesmo/a namorado/a?



Moderador 17:04:57 fox diz: **Não sou homo, mas respeito. Sou cercado deles.**



J.S.Trevisan 17:05:10 Ah, agora apareceu um monte de homossexual na sala, né, seus engraçadinhos:



Moderador 17:05:28 katita responde: **Um ano e um pouquinho...**



Moderador 17:05:36 paulo diz: **Eu estou casado há quatro anos...**



Moderador 17:05:51 Lara diz: **1 ano e 3 meses...com uma amiga... sou casada e tenho um filho de 8 anos...**



J.S.Trevisan 17:06:04 Claro que não vou pedir teste nenhum. Mas é só pra ver que quem pode interessar mais o meu livro. As perguntas, desculpem, achei bem mixurucas.



J.S.Trevisan  
17:07:15

OK, Lara, você foi a primeira a se apresentar. E acho um barato que esteja criando uma filha junto com sua namorada. O livro é para você. Faça bom proveito. Beijos a vocês.<sup>293</sup>

“O livro é para você” – De certa forma, Trevisan já postula um leitor hipotético, que talvez esteja situado na vivência mais aberta da própria sexualidade, ao contrário do refrão tornado popular pelo cantor Ney Matogrosso: “o que a gente faz é por debaixo do pano pra ninguém saber”. Citando esse refrão e o considerando quase como um hino nacional, Trevisan faz uma leitura irônica da cultura brasileira e, seu livro, nesse sentido, pode ser o descortinar desse pano, a exposição não apenas de um presente, mas de todo um passado, que pretende rememorar uma dimensão alegre e festiva da experiência histórica “guei” no Brasil.

Esse processo de descortinamento da experiência histórica da homossexualidade não está descolado de sua própria vivência enquanto sujeito histórico. Discutindo, em finais da década de 70 e início da década de 80, o nascente “poder guei”, Trevisan testemunha alguns dos acontecimentos-marcos da história política do movimento gay.

A “onda de liberacionismo homossexual”, para ele, chegou ao Brasil com, pelo menos, uma década de atraso. Era final da década de 70, quando se deu a “eclosão do Movimento de Liberação Homossexual no Brasil”, numa tentativa “vã” de se abrir para o mundo e para o tempo da modernidade. A volta dos anistiados, iniciada em 1979, possibilitou a convivência de outras formas de sociabilidade apreendidas na “forçada temporada longe do lar”. Eram muitas as inquietações: ecológicas, feministas, anti-racistas, entre outras.

Também fui embora, em exílio voluntário de três anos. De volta ao Brasil, em 1976, eu trouxe novidades do *mundo*. Por isso, sei que estou perfeitamente envolvido nos fatos a serem aqui narrados, e não alimento qualquer pretensão de ser “científico”, nessa narrativa. Ao contrário, pretendo dar uma espécie de depoimento, como protagonista que muitas vezes fui.<sup>294</sup>

<sup>293</sup> Disponível em: <http://chat.terra.com.br/chat/joatrevisan.htm>. Acessado em dez.2004. (Esse *chat* ocorreu em janeiro de 2001, ficando disponível no arquivo do site Terra).

<sup>294</sup> TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 336.

Nesse momento de sua narrativa histórica, Trevisan expõe o duplo de sua escrita, se colocando no incontrolável de sua paixão e, uma vez estabelecida a relação entre sua escrita histórica e sua escrita de si, incorpora uma materialidade mais visível. De certa forma, é o momento em que o próprio Trevisan vai se inscrever enquanto sujeito político nessa trama. Os acontecimentos históricos, referentes à esse “retardado começo” de mobilização dos homossexuais, passam a ser inscritos a partir de seu lugar de subjetividade. Nesse sentido, Trevisan, ao remontar essa história relacionando a sua própria vida, abre brechas na sua narrativa para mostrar as lutas e as querelas internas no moderno movimento gay pela liberação sexual, visto por muitos como homogêneo e pacífico.

Esse também é o momento em que esses autores da memória histórica, que investem no direito de ser e de estar na história, se distanciam em suas versões e em suas formas de significação desse passado. Dois acontecimentos-chaves são tratados por esses autores: a realização de um debate público, em fevereiro de 1979, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, e a criação e dissolução do grupo *Somos* – Grupo de Afirmação Homossexual, o primeiro grupo de homossexuais organizados, do qual Trevisan foi um dos fundadores.

Quando da sua volta em 1976, Trevisan tentou organizar um grupo de discussões sobre a homossexualidade, mas ele não vingou. Depois de alguns poucos encontros, os participantes se dissiparam. Mas em 1977, um outro acontecimento promoveu uma nova reunião em torno da questão homossexual no Brasil. Winston Leyland, editor de uma revista focalizada na cultura gay americana, veio ao Brasil e se reuniu na casa de Darcy Penteado, juntamente com outros intelectuais, para produzir uma antologia da literatura gay latino-americana. Esse grupo, organizado também por Luis Carlos Lacerda, se articulou em outras reuniões e decidiu fundar o já citado *Lampião da Esquina*. Concomitante a esse processo, um grupo de homossexuais se reuniu, interessados em organizar-se para discussões e atividades liberacionistas:

Queríamos propositalmente deixar de lado as históricas e estéreis discussões políticas onde se programava a revolução do outro, o que significava que, desde o início, estávamos preocupados em não mais separar as esferas pública e privada, o crescimento da consciência individual e a transformação social.<sup>295</sup>

---

<sup>295</sup> TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 340.

Apesar desses eventos históricos serem tratados em todas as narrativas históricas sobre a memória do movimento gay, confluindo para a formalização de um marco histórico importante, existem divergências quanto aos significados políticos e culturais advindos dos primeiros passos do movimento gay. Um deles se deu ainda em 1979, através de um debate público na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo: “Éramos um bando de solitários, atacados pela direita e abastados pela esquerda, tateando em busca de uma linguagem mais adequada às dimensões recém-descobertas do nosso desejo. Sentíamos o gosto da impotência e da frustração.”<sup>296</sup>

Nesse evento, eclodiu uma série de antagonismos presentes pelas diferentes leituras do movimento gay. Ainda atrelado a uma discussão sobre a revolução social, em detrimento de uma revolução do eu e/ou do corpo, o grupo pertencente a Trevisan foi agredido por “esquerdistas ortodoxos” que, em meio a gritos, acusavam os homossexuais de estarem desencaminhando o verdadeiro sentido da luta social, como a fala de um estudante: “Se não for para caminhar juntos, então eu quero que os homossexuais vão à puta-que-pariu”, acusando-os de estarem dividindo a luta do proletariado com “essa frescura do movimento homossexual”.

O clima estava fervilhando. Muitos gritavam suas palavras de ordem. No entanto, os participantes do debate saíram regozijados do evento, emocionados, trocando beijos de solidariedade, pois, pela primeira vez, tiveram um espaço público onde puderam anunciar as suas prerrogativas e as suas leituras políticas do mundo. Um ano depois, já havia a formação de outros grupos homossexuais, e os ativistas gueis se reuniram e organizaram o I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, na Faculdade de Medicina da USP.

Nesse evento, já estava visível um ambiente de disputa interno:

O clima parecia de congresso estudantil, em que cada corrente política lutava para colocar seus representantes na diretoria. No caso, não havia sequer diretoria a ser eleita – apesar de a ala trotskista, ansiosa por criar mais uma caixa de ressonância, reivindicar a criação de um organismo centralizado do movimento homossexual, de

---

<sup>296</sup> TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.341.

nível nacional – esquecendo-se de que então era muito discutível a nossa representatividade sobre uma comunidade que sequer se caracterizava como tal.<sup>297</sup>

Para Trevisan, esses ativistas gays eram “militantes de partido travestidos de viados”, cujo desejo era o de estabelecer um controle ideológico, “correia de transmissão partidária”, para que o partido pudesse ganhar poder político, em detrimento das questões mais específicas da vivência homossexual.

Essa disputa se acirra quando, no I Encontro Nacional, fizeram uma moção para que todos os grupos participassem da comemoração de Primeiro de Maio, Dia dos Trabalhadores, na cidade-operária de São Bernardo:

O grupo inspirado pelos trotskistas propunha uma participação compulsória e irrestrita. O grupo adversário ponderava que um número tão pequeno de homossexuais não tinha direito de representar o Movimento e, muito menos, a vaga comunidade homossexual brasileira em si; propunha, como contrapartida, que não houvesse participação obrigatória dos grupos e sim uma decisão particular ou individual.<sup>298</sup>

Esse grupo, dissidente e minoritário, chamado de “anarquistas, reacionários e surrealistas”, que não desejava o lugar de intelectual universal e/ou vanguarda autorizada, optou por uma “rebelião”, e enquanto os trotskistas marchavam junto e sob a benção do movimento operário, eles se reuniram, no Parque do Carmo, para um piquenique, comemorando, no dia do trabalho, o direito à preguiça e a desobediência.

Mas esse conflito não se finaliza com esse momento de rebeldia, pois, posteriormente, foi descoberto e publicizado um documento confidencial da Convergência Socialista, que tinha em seu programa todo um projeto de cooptação e de disciplinarização dos corpos no sentido de traficar os grupos gays das suas reivindicações particulares para servirem de “ponta-de-lança do proletariado dentro do Movimento Homossexual Brasileiro”.

---

<sup>297</sup> TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 353.

<sup>298</sup> TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 355.

Essas disputas em torno do direcionamento do movimento homossexual, eivado de um clima “conspiratório e paranóico”, contribuíram para o progressivo esfacelamento do próprio movimento, diminuindo a capacidade de mobilização dos gays ativistas:

Aliás, nos últimos meses em que participei do *Somos*, lembro como era grande a perplexidade compartilhada por vários de nós, ao descobrir que já não nos sobrava tempo para transar e usufruir alegremente os prazeres por cujos direitos lutávamos; na verdade, todo o nosso tempo estava tomado por reuniões e atividades de ‘liberação sexual’ burocratizante, o que nos parecia um desagradável paradoxo.<sup>299</sup>

Dessa forma, Trevisan vai recompondo alguns dos mais significativos eventos na formação do movimento brasileiro de homossexuais, sob o signo do paradoxo. Apesar de Trevisan não ser um historiador de ofício, mas um diletante à maneira de Ariès, sua perspectiva desse momento histórico é privilegiada, pois sua escrita põe em circuito uma nova concepção de verdade, própria da modernidade, pois seus registros de memória são demarcados pelo seu posicionamento subjetivo e pela forma como se inseriram nos embates de sua época.

Uma luta que não está descolada de uma compreensão histórica, também ela monumental:

Seria saudavelmente subversivo se eles [médicos e psiquiatras acadêmicos], enquanto homossexuais, vivessem essa história por dentro, de modo a se fazerem resolutamente sujeitos e não camuflados (porque pretensamente neutros) objetos de suas próprias análises. Com certeza, é essa pretensa “neutralidade” que tem mantido a homossexualidade trancafiada nos armários da universidade brasileira.<sup>300</sup>

Talvez, esse seja o momento de contrapor essa escrita da história, que não se pretende neutra, que não se pretende acadêmica, com uma outra, produzida pelo brasilianista James Green, autor de *Além do carnaval – a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Com prefácio de Peter Fry, assim como Green, estadunidense, o livro é introduzido remetendo aos anos 70. Um tempo histórico percebido como pouco simpaticamente aos amigos da esquerda “marxista”. Os movimentos de minorias, negros,

<sup>299</sup> TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 361

<sup>300</sup> TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 372.

feministas, índios e gays, eram desqualificados como uma “luta menor”: “James era um entre vários que tentavam construir pontes entre as duas posições” – enuncia Fry, deixando visível o posicionamento político de Green.

Fry, falando do seu medo de se tornar um “homossexual profissional”, apesar de ter participado ativamente do Lâmpião da Esquina, felicita Green por este ter uma trajetória militante associada a sua capacidade de narrar histórias, apresentando, ainda, o cuidado de evitar que a sua própria linguagem se imponha ao material pesquisado. Teríamos, aqui, dois lugares sendo sinalizados: o do gay militante e o do historiador objetivo.

*Além do carnaval*, publicado no Brasil em 2000, é o resultado da sua tese de doutoramento numa universidade estadunidense (UCLA). Mas a pesquisa inicial do livro teve início ainda na década de 80, quando da primeira visita de Green ao Brasil: “iniciei este livro por volta de vinte anos atrás, durante os seis anos em que vivi no Brasil, nos quais testemunhei a queda em câmera lenta do regime militar e, ao mesmo tempo, o nascimento de um movimento de gays e lésbicas”<sup>301</sup>

Apesar de privilegiar a primeira metade do século XX, na sua pesquisa histórica, Green também contempla a história mais contemporânea dos homossexuais, mas não sem uma certa “cautela”:

Este estudo teve como referência a minha própria participação nos acontecimentos em torno da fundação e das atividades do movimento de gays politizados nos anos 70. Na época em que vivi em São Paulo, de 1977 a 1981, meu papel como ativista e como líder da ala progressista do movimento, em seus controversos anos de formação, colocou-me no centro do furacão. A consciência da minha proximidade com o objeto de estudo e da minha participação na forma como essa história é escrita forçou-me a agir com cautela.<sup>302</sup>

Mais contido pelos procedimentos metódicos do ofício historiográfico, Green desenvolve um estilo narrativo que pretende obliterar a subjetividade do seu discurso, instituindo assim, uma escrita diferenciada da criada por Trevisan, prescrevendo uma certa maneira de leitura, pontuada pela figuração do cientista absoluto. Contudo, isso não o exonera de um combate em torno da verdade do movimento gay no Brasil, pois, como

---

<sup>301</sup> GREEN, James. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p. 17.

<sup>302</sup> GREEN, James. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p. 38.

sujeito atuante e reflexivo, Green ocupa uma posição específica ligada à função geral do dispositivo da verdade, a partir de suas singularidades: as suas condições de vida e de trabalho, as suas crenças políticas e ações efetivas, e o seu lugar social.

Como “líder da ala progressista do movimento”, Green vai demonstrando como as primeiras tentativas de agrupamento do movimento gay foram vivenciadas a partir de um impasse, de uma “importante fonte de tensão”: “enquanto uma facção era a favor de um movimento que se concentrasse apenas em assuntos dos gays, outra tendência defendia alianças entre os grupos de gays e os demais movimentos sociais, incluindo setores de esquerda”.<sup>303</sup>

Green não desconsidera a reserva de alguns participantes dos grupos gays em relação à esquerda, apesar dele mesmo ser um dos articuladores dessas alianças. Vai demonstrando, a partir do seu lugar de historiador, como o Partido Comunista Brasileiro, enquanto organização hegemônica de esquerda, defendia a posição tradicional stalinista que associava a homossexualidade à decadência burguesa, que havia produzido uma aversão ideológica à homossexualidade.

No entanto, defendia ainda as alianças e a necessidade de associar o ativismo político homossexual com outras práticas ativistas, voltadas para um projeto de mudança social maior. É nesse momento que as memórias de si e as formas de estar na história divergem entre Green e Trevisan. Pois, se para Trevisan, o Primeiro de Maio significou um processo de burocratização do movimento gay, para Green, foi um momento apoteótico da luta empreendida por gays e outras minorias:

Os corajosos ativistas gays e lésbicas marchavam sob uma faixa onde se lia: ‘Contra a discriminação ao (à) trabalhador(a) homossexual’. Um panfleto distribuído pelo grupo ligava a luta dos grevistas com a dos oprimidos (negros, mulheres e homossexuais), denunciava exemplos de discriminação no trabalho e conclamava à união da classe trabalhadora para dar um fim a essas práticas. Quando o governo adentrou o estádio de futebol para participar de uma assembléia no fim da passeata, foi aplaudido por milhares de pessoas.<sup>304</sup>

---

<sup>303</sup> GREEN, James. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p 428.

<sup>304</sup> GREEN, James. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p 434

A participação ou não na passeata do Primeiro de Maio foi, também para Green, um dos motivos da desarticulação do movimento gay no Brasil: “Uma minoria, que era contrária a qualquer colaboração com as forças de esquerda, deixou o Somos para formar um novo grupo, o Outra Coisa”. Dessa minoria, Trevisan fez parte, assim como de toda a crítica à utilização do movimento gay pelos partidos de esquerda.

De certa forma, fica latente como essas narrativas historiográficas, inscritas, em grande medida, por uma memória de si, são divergentes. Sinalizam, portanto, as disputas internas em torno dos encaminhamentos das primeiras práticas do movimento gay, que logo foi desarticulado, coincidentemente, no mesmo período em que Green retorna à sua pátria e dá início a seu processo de doutoramento, não sem “uma certa cautela”.

Green finaliza, assim, o seu livro *Além do carnaval*, chamando atenção para os corajosos que participaram da passeata do Primeiro de Maio, mas não finaliza as suas narrativas sobre esse momento histórico, pois publica, quase em seguida ao lançamento de *Além do carnaval*, um artigo, na Revista Cadernos Pagu<sup>305</sup>, intitulado: “Mais amor e mais tesão: a construção histórica de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis”.

Nesse artigo, vai reforçar alguns de seus posicionamentos já presentes em *Além do carnaval*, argumentando sobre a importância histórica do Lampião da Esquina, a influência de movimentos políticos e sociais nacionais, assim como a influência do movimento internacional de gays e lésbicas. Nesse artigo, faz um inventário dos vários “fatores” que contribuíram para o declínio do movimento gay: o número reduzido de membros pertencentes aos grupos, a falta de recursos financeiros e de infra-estrutura, a ausência de experiência militante, a inflação e o desemprego.

É em meio ao “desnorteamento” do movimento, alquebrado pelas lutas internas sobre a autonomia ou não do movimento frente a outras questões sociais, que Luiz Mott parece suceder a direção do movimento, através da criação do GGB, Grupo Gay Bahia, responsável por importantes conquistas no final dos anos 80: foi o primeiro grupo a obter reconhecimento jurídico e, juntamente com o apoio de outras organizações e várias Assembléias Legislativas, conseguiu, em fevereiro de 1985, revogar a homossexualidade da categoria de doença tratável.

---

<sup>305</sup> Cadernos Pagu. n° 15. Campinas: UNICAMP, 2000.

Alguns grupos se formam na segunda metade da década de 80, muitos deles em função da necessidade de articulação e de solidariedade frente ao problema da AIDS. Em 1985, representantes de mais de 30 organizações fundaram a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis que, quinze anos depois, conseguiu realizar o Primeiro Encontro Nacional de Lésbicas e Gays da CUT, “para reivindicar que o movimento sindical incorpore às questões levantadas pelo movimento”.

Green, nesse sentido, não minimiza uma leitura esquerdista do movimento gay, pois até mesmo o processo de politização dos gays é atribuído ao crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT), como organização que unificou os movimentos sociais e grupos de esquerda.

Tanto Trevisan quanto Green foram importantes no processo de formação do movimento gay no Brasil, mas sua importância transcende sua prática política, pois é a produção de suas escritas e da elaboração de uma memória do próprio movimento que monumentalizam as suas práticas políticas, pois o próprio texto é também um acontecimento político. Suas narrativas nos possibilitam problematizar como a elaboração de um saber histórico sobre o vivido das experiências é tratada a partir de lugares de subjetividades específicas, uma vez que as suas próprias experiências foram reelaboradas para a criação de uma memória coletiva e histórica – estratégia presente no atual movimento gay, que pleiteia o direito de se inscrever na história, tornando visível o que antes era obliterado.

Essas escritas da história, desdobradas no duplo da linguagem, nos permitem acessar a forma como eles compreenderam historicamente a emergência do movimento gay no Brasil, além de tornar visível, através das suas narrativas, na aparência mesma das linhas escritas, os seus lugares nesse passado agora historicizado.

No entanto, não podemos também deixar de considerar o investimento escriturístico de outro importante personagem dessa trama histórica: Luiz Mott. Talvez seja Mott o que mais personaliza a sua produção narrativa. No seu livro, *Crônicas de um gay assumido*<sup>306</sup>, publicado em 2003, Mott elabora toda uma memória de vida veiculada a sua trajetória de militante gay, se postulando como autoridade reguladora da memória política do

---

<sup>306</sup> MOTT, Luiz. *Crônicas de um gay assumido*. Rio de Janeiro: Record, 2003 [Coleção contra.luz].

movimento homossexual, como recurso para reivindicar e legitimar o seu lugar de “patrono”.

Não fui o primeiro gay do Brasil a levantar a bandeira dos direitos homossexuais, mas tenho o orgulho de ser o “decano” do movimento homossexual brasileiro, a pessoa que há mais tempo – por 20 anos seguidos – vem lutando sem trégua pela cidadania plena de travestis, lésbicas e gays. Tornei-me o homossexual mais visível no país neste final de século, o gay brasileiro mais conhecido dentro e fora de nossas fronteiras [...] Nestas duas últimas décadas fomos freqüentemente notícia em todos os jornais de norte a sul do país, fomos entrevistados nos principais programas de televisão, citados por presidentes da república, cardeais e acadêmicos.<sup>307</sup>

Logo em seguida, Mott, no seu texto, “desafia”:

Faça um teste sobre nossa popularidade: mande-nos uma carta escrevendo no envelope tão-somente “Grupo Gay da Bahia”, ou então “Luiz Mott”, Salvador, Bahia – e com certeza receberemos e responderemos a sua carta. Numa cidade com mais de dois milhões de habitantes, é uma proeza ser conhecido por todos os carteiros de Salvador.<sup>308</sup>

A sua narrativa escriturística inaugura uma sinonímia entre seu personagem, o Grupo Gay Bahia e o movimento homossexual brasileiro. A forma como Mott articula a convergência desses diferentes lugares é sintomática da maneira como se auto-percebe. Em grande medida, seu discurso oscila entre uma narrativa ofensiva, autocentrando o seu lugar de indivíduo em relação aos acontecimentos históricos dos quais foi sujeito, e uma narrativa defensiva, ao tornar visível seu perfil acadêmico (graduado da USP, mestrado da Sorbonne, doutor da UNICAMP), no sentido de instituir seu lugar de perito, de especialista e, portanto, da não superficialidade do seu discurso. Se diz “*avis rara* na Terra dos Papagaios”: “bicha jurássica” e acadêmico conceituado, além de dizer ter uma biblioteca pessoal sobre *gay and lesbian studies* mais completa do Brasil, assim como proprietário de uma escrita que reúne “mais de mil páginas que vão da subcultura gay luso-brasileira à época da Inquisição”.

Como nativo e membro desta população alvo – os homossexuais em suas mais diversas performances -, se de um lado falo espontaneamente na primeira pessoa, por

<sup>307</sup> MOTT, Luiz. *Crônicas de um gay assumido*. Rio de Janeiro: Record, 2003 [Coleção contra.luz], p. 10-11.

<sup>308</sup> MOTT, Luiz. *Crônicas de um gay assumido*. Rio de Janeiro: Record, 2003 [Coleção contra.luz], p. 11

outro lado minha formação acadêmica e reconhecida proficiência como etno-historiador com vários anos de garimpagem nos principais arquivos nacionais e internacionais, permitem-me classificar, interpretar e generalizar a respeito da homossexualidade como *expert* que, além de mais de 30 anos de prática, tem bom conhecimento científico dessa complexa e nefanda gramática.<sup>309</sup>

Seu desejo de reconhecimento, sua vontade de se dizer, sua prática de escrita de si, o inscreve dentro da cultura da confissão. Mott investe um capital simbólico muito forte no plano de aceitação de si em relação ao outro, estabelecendo um regime de verdade centrado na sua memória, que testemunha a sua histórica ação política e seu cabedal acadêmico. Segundo Calligaris, “vivemos em uma cultura onde a marca da subjetividade de quem fala ou escreve constitui um argumento e uma autoridade tão fortes quanto, se não mais fortes que, o apelo à tradição, ou a prova dos ‘fatos’”.<sup>310</sup>

Essa cultura, muito demarcada, pelo surgimento de novos mecanismos de auto-identidade, como trata Giddens, permite compreender como se processa o investimento discursivo da intimidade relacionada com sua exterioridade, com envolvimento sociais mais amplos. Por isso, a “política-vida”, que cuida da auto-realização ao nível do indivíduo e coletivamente, é reorganizada em função da idéia de verdade enquanto sinceridade. Nesse sentido, a fabricação dessas narrativas reforça uma reivindicação em relação ao passado, promovendo uma escrita confessional que se institui a partir de manipulações da memória em função de interesses próprios.

Quando Mott, em suas crônicas, subdivide o texto em recortes temáticos, privilegia dois momentos signos dessa reflexividade auto-identitária: o terceiro capítulo, “Confidências”, e o sexto capítulo, “Movimento gay”. Na temática referente às suas confidências, Mott vai arquitetando o seu registro na primeira pessoa, como parte de uma leitura política da escrita [de si]. Afirma ter hesitado em fazer uso dessa flexão do sujeito, de desejar deixar “em suspense” a autoria de suas memórias. Sempre remetendo seu texto ao diálogo com seus potenciais leitores, Mott pontua: “Alguns perguntariam: por que divulgar os devaneios e intimidade eróticas de um velho gay em sua puerícia?”

---

<sup>309</sup> MOTT, Luiz. *Crônicas de um gay assumido*. Rio de Janeiro: Record, 2003 [Coleção contra.luz], p 12.

<sup>310</sup> CALLIGARIS, Contardo. “Verdades de autobiografias e diários íntimos”. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/236.pdf>. Acessado em janeiro de 2006.

Exibicionismo, diagnosticarão os da turma da psique. Falta de ter o que fazer, completarão os pudibundos”.<sup>311</sup>

Para ele, adentrar na intimidade de um homossexual é, de certa forma, romper com um “orquestrado complô do silêncio que até nossos dias impede a divulgação desta variável amorosa [...] condenada às trevas”. Nesse sentido, faz toda uma cartografia dos seus desejos, das suas aventuras amorosas, das suas noites felinas. Os encontros fortuitos, a revelação familiar, os toques corporais, as agressões homofóbicas, as “pegações” em espaços circunscritos de corpos anônimos, de tudo aquilo que, para ele, represente também “o prazer, o tesão, a desobediência ao proibido e a afirmação de minha natureza essencial: a homossexualidade”.

Esse seu regime de escrita, demarcado por uma prática performática, que intenciona dar vazão a uma “natureza essencial”, não significa a inscrição de uma verdade de si para além da própria linguagem. Como diz Bruss, citada por Calligaris, “narrar-se não é diferente de inventar-se uma vida”. Nesse sentido, o ato biográfico é constitutivo do sujeito. Não seria o caso de indagar sobre a natureza essencial de Mott, mas problematizar a forma como ele cria, em discurso, uma hermenêutica de si, que não diz respeito apenas a sua intimidade, mas, principalmente, ao lugar que ele diz ocupar frente ao movimento gay e ao estabelecimento de uma memória histórica dos homossexuais, pois o escritor de uma memória de si é também editor de sua própria vida.

A necessidade de Mott, de inscrever na história da homossexualidade, o seu lugar de perito/autoridade é direcionado também para o olhar do outro, para o olhar do leitor, peça de uma equação que confere legitimidade ao seu lugar de “decano autorizado”. Uma legitimidade que se pretende exemplar: ao dar conta de todo seu *curriculum* de professor universitário, intelectual respeitado, bolsista do CNPq, sócio dos Institutos Históricos e Geográficos da Bahia, Sergipe e Goiás, membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde, entre outros. A exemplaridade de sua vida, remetida ao leitor, sugere:

Que este *curriculum* estimule outros gays e lésbicas a terem coragem de também se assumir, pois na maior parte das vezes, tais homossexuais mantêm-se enrustidos por pura burrice, pois não avaliaram quanto teriam a ganhar após declararem o que a

---

<sup>311</sup> MOTT, Luiz. *Crônicas de um gay assumido*. Rio de Janeiro: Record, 2003 [Coleção contra.luz], p. 112.

maior parte dos colegas e pessoas próximas já sabiam: que são praticantes do “amor que não ousava dizer o nome...”<sup>312</sup>

“Ousava” – o recurso ao pretérito é significativo de como a sua prática política está associada a essa cultura da confissão que, muitas vezes, se configura em forma de “Desabafos de um lutador”, como o título de uma de suas crônicas. Essa crônica, misto de autopromoção e de resposta aos seus críticos, justifica o porquê de estar sempre atento em responder a seus desafetos: pelo seu compromisso com a verdade e sua preocupação com a “História”. Dizendo-se historiador do presente e antropólogo do passado, Mott, para “facilitar o trabalho dos futuros historiadores”, faz seu “testamento público”:

Eu, Luiz Mott, RG. 2.537.001, SSP/BA, quero que, após minha morte, a quarta parte seja doada ao Grupo Gay da Bahia, como prova da minha confiança e homenagem aos muitos militantes que formei e que manterão acesa esta mesma chama que deu vida, luz e brilho a tantos homossexuais, e que às vezes por seu calor e intensidade, chamusca as pontinhas das asas e o bestunto das mariposas mais tresloucadas...<sup>313</sup>

Assim anuncia o decano do movimento gay – “o mais velho ou antigo de uma classe”, formador de militantes, cuja ação política é percebida enquanto uma paternidade/propriedade. Se Mott, por um lado, investe na capitalização de uma identidade gay e/ou uma “natureza essencial”, autorizada pelo seu registro de vida, para configurar a memória histórica dos homossexuais no Brasil, Herbert Daniel e Leila Míccolis se instituem enquanto sujeitos de desejo, propondo como possibilidade política a vontade de inventar novos espaços de liberdade, tornando-se livres até mesmo da identidade.

“Não queremos projetos, não apresentamos propostas partidárias”. Assim, esse corpo de escrita, elaborada em parceria, se diz múltiplo, se diz em trânsito. A recusa de uma identidade sexual passa por uma erotização do corpo e pela multiplicação dos prazeres: “Corpos e corpo. O meu é este. Como vai? Mal, obrigado. Com isto me arranjo e desarranjo. Aprendo e desaprendo. Evoluo nas avenidas possíveis, provocando meus ritmos”.<sup>314</sup>

<sup>312</sup> MOTT, Luiz. *Crônicas de um gay assumido*. Rio de Janeiro: Record, 2003 [Coleção contra.luz], p. 117.

<sup>313</sup> MOTT, Luiz. *Crônicas de um gay assumido*. Rio de Janeiro: Record, 2003 [Coleção contra.luz], p. 268.

<sup>314</sup> MÍCCOLIS, Leira & DANIEL, Herbert. *Jacarés e lobisomens*. Dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983, p. 22.

Para Daniel, é “preciso exercitar-se muito, para tornar a vivência uma escritura vital [...] Viver são revivências”. Fazendo do seu testemunho uma “similitude verdadeira”, “simples consciência atual do que ficou desse resto”, elabora uma memória de si muito demarcada por uma consciência histórica que associa vida e escrita, entendendo o passado como o não ser, mas como um “perfeito, perfazendo-se a cada instante”, pelos sentidos do “presentemente”.

Crítico dessa discursividade, tecida em torno do lugar da vítima ou do silenciamento dos homossexuais, que disputam paternidades e autoridades sobre o passado, Daniel propõe uma escrita auto-reflexiva dessa própria memória arquitetada em meio às relações de poder.

O discurso da Bicha é definitivo e absolutamente primordial – é a linha condutora de toda a trama. Discurso justificativo, sim, aparentemente contestador, mas na sua própria essência moralista e irresponsável. A dificuldade não é descobrir a ação de repressão do discurso do Respeitável Cidadão, mas a ação *formalizadora* do discurso da própria Bicha. Não é proveitoso analisar apenas o discurso oficial sobre as Bichas, mas criticar o discurso oficiante das próprias bichas, isto é, o que nesse discurso é transferência da ação do poder.<sup>315</sup>

Para ele, o desejo homossexual não é exterior ao indivíduo e à sua história pessoal, mas criado e desenvolvido num jogo de conflitos que inventam, postulam e estimulam esse desejo, campo e esfera da ação do poder. Por não se constituir enquanto ação linear, mas por rupturas, brechas e instantes, o sujeito está ele mesmo inserido na história, estabelecendo suas opções políticas: “Entre o desejo (campo de ações – repressivas, mas não só – do poder) e a vontade (campo de opções – conscientes, mas não só) há todo um mecanismo político que caracteriza o que se chamará de homossexualidade. UM PROBLEMA POLÍTICO”.<sup>316</sup>

A esse respeito, acrescenta uma outra dimensão: a do querer. Enquanto problema político, a homossexualidade seria uma forma de viver o desejo em geral. Portanto, essa vivência pode ser experimentada a partir de opções reacionárias e sob formas de rebeldias marginalizantes. Isso, posto diante dos projetos identitários, rompe com a idéia de uma

<sup>315</sup> MÍCCOLIS, Leira & DANIEL, Herbert. *Jacarés e lobisomens*. Dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983, p. 35.

<sup>316</sup> MÍCCOLIS, Leira & DANIEL, Herbert. *Jacarés e lobisomens*. Dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983, p. 51.

identidade essencial, pois seria apenas em função da linguagem que existira uma definição possível: “o homossexual é quem se define como tal”. Por isso, não haveria a possibilidade de explicação da própria homossexualidade: “Simplesmente não é possível explicá-la. É preciso vivê-la.”

Vivê-la, também enquanto narrativização de si e monumentalização do passado, sempre arbitrário e presentificado por interesses outros, enunciadas não por um sujeito universal, mas postuladas em nome próprio e em nome de lutas específicas, sejam elas relativas às práticas políticas no presente, sejam elas relativas ao controle e escritura do passado.

Míccolis, ao falar sobre a arte, pontua essa problemática da “primeira pessoa”, relacionando-a, também, a sua forma de significar a memória militante do movimento homossexual:

A meu ver, este também foi o grande avanço dos movimentos homossexuais: falar em primeira pessoa, jogar nas reuniões a vivência particular como um dado político, quando então boiavam claramente as formas de repressão, a partir da família. Substituindo as palavras de ordem e os velhos chavões, surgia o *eu*, que está em todos *nós*, o eu plural, nosso emocional exposto não como uma sessão terapêutica (quem falou em doentes ou cura?), mas política e patética. E poética. Não se falava de repressão como uma palavra vaga que passava ao longe, mas da nossa própria, a que dormia e acordava conosco, na nossa cama. Foram dias importantíssimos de descoberta, estávamos diante de uma revolução sem armas, e que no entanto era tão perigosa quanto as explosões nucleares, ou os arsenais de munições.<sup>317</sup>

Todas essas narrativas, que postulam o direito de ser e de estar na história, inseridas em campos de lutas específicas, em práticas militantes, em disputas subjetivas, testemunham mudanças culturais da subjetividade moderna. Dizer sobre a história do movimento gay é dizer, também, sobre si e sobre seus lugares de poder/saber no campo da história. Todos esses escritores, ainda que produzam narrativas diferenciadas, compõem um arquivo de memórias importantes para entender a interrelação que vai-se constituindo, a partir da década de 70, entre texto e política, entre subjetividade e sexualidade.

Essa inter(intíma)relação, historicamente produzida, entre textualidades e subjetividades, compõe não apenas o mapa das paisagens intelectuais daqueles que se envolveram no movimento político homossexual, como também as trajetórias individuais e

---

<sup>317</sup> MÍCCOLIS, Leira & DANIEL, Herbert. *Jacarés e lobisomens*. Dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983, p. 88.

os posicionamentos de uma escrita histórica relativa às suas próprias memórias. Nesse sentido, essa produção textual pode ser entendida enquanto acontecimento, uma vez que toda essa produção escriturística não é exterior aos eventos históricos, mas instituinte deles, pois os acontecimentos se constituem no âmbito dessa materialidade da escrita, estabelecendo diferentes tipos de relações: coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção e monumentalização da memória.

A emergência, portanto, desse campo de problematização, que articula a produção de escrita histórica, produzida a partir das memórias de si e as memórias de um tempo, conflui para esse investimento do que nomeamos de culturas da confissão. Essa cultura da confissão, percebida enquanto uma singularidade histórica, ainda que marcada por diversas rupturas, passa a ser uma tônica dos investimentos e das representações culturais presentes em fins da década de 90, com a criação das *Edições GLS* que, muito mais do que uma evidência, é demarcada por toda essa historicidade, que torna possível essa experiência singular na história da leitura no Brasil.

## **CAPÍTULO IV: *PERSONA DE SI MESMO: SUJEITOS EDITADOS, LIDOS E ESCRITOS***

De que é feito um texto? Fragmentos originais, montagens singulares, referências, acidentes, reminiscências, empréstimos voluntários. De que é feita uma pessoa? Migalhas de identificação, imagens incorporadas, traços de caráter assimilados, tudo (se é que se pode dizer assim) formando uma ficção que se chama o eu.

Michel Schneider

Eram “duas, quase iguais”. Uma loura, outra morena. Afora essas diferenças de superfície, outras afloravam aos olhos de quem as olhava, e aos olhos que se olhavam. Quase uma década de distância entre o abrir dos olhos. Nasceram, pois, em épocas diferentes, em espaços também diferenciados. Uma delas, na ressaca dos loucos anos setenta, crescida no tempo dos “amores sombrios”, assombrados por doença em sigla. A outra, graciosa, em tempo de políticas de visibilidade, já se deixava ver melhor, ainda que toda escondida.

Cresceram em famílias grandes, tradicionais, repletas “de pessoas na mesa de jantar”, ainda que não fossem as mesmas cantadas pelos Mutantes. Os acordes já eram outros. Eram muitos a interferir e a cobrar outras práticas. Conheceram-se, enfim. Talvez, ainda, se acreditassem, pelo destino. Conheceram-se, apenas, e muitos foram os encontros roubados. Afanavam, juntas e brincalhonas, o tempo do trabalho, do estudo, da família, do cotidiano. Nesse movimento, eram vigiadas. Eram ditas. Eram vistas. Eram percebidas. Afinal, eram quase “duas iguais”.

O olhar do outro, ainda que rancoroso, vinha ao encontro do desejo delas. Pois loucas estavam, para se confessarem, para que vissem os enlaces, os pequenos (ar)roubos.

Loucas pra se dizerem ditas, tais malditas. Eram apenas duas, quase iguais, ainda que fossem só diferenças.

Essa pequena história de “duas quase iguais” poderia estar num roteiro, numa tela, numa página. Poderia, também, ser a história de uma vizinha, de uma amiga ou de duas anônimas, de um testemunho oral capturado e (de)formado por uma escrita faminta. Os poetas dizem, ou até mesmo os críticos, que a arte imita a vida (ou é a vida que imita a arte?). Numa fronteira movediça? Mas, ainda que movediça, onde se localiza tal fronteira? Em que lugar se localiza o sentir? Ou o dizer sentir? Ou o sentir escrito?

Essa pequena prosa, anunciada superficialmente nesse texto, é um híbrido de uma ficção de uma escritora gaúcha, Cíntia Moscovich, posto que já transformado pelos movimentos da leitura, e de uma experiência vivenciada ao longe do espaço da página, ainda que nela venha se insinuar - “Me olhou, apoiada nas palmas das mãos, e pediu que eu me desse conta de que, naquela hora, éramos duas mulheres se amando e que nunca duas pessoas poderiam ser tão iguais”.<sup>318</sup>

Estranha relação essa que se estabelece entre o vivido e o lido, promovendo essas identificações múltiplas e simultâneas, em que a memória de si se dilui na memória do outro-lido. A leitura, no entanto, é muito mais do que um lugar de reencontro consigo, pois a página escrita e editada é povoada por muitos, instituindo uma comunhão de palavras que, nessa contemporaneidade, pleiteia a vontade do enegrecimento de páginas em branco, assim como pleiteia o direito dos anúncios das histórias vividas.

#### **4.1. 1998 – “Uma vontade antiga, com parceiros novos” – surge a *Edições GLS***

Finalmente, vejo o Brasil se preparar para colocar em prática noções que há muito norteiam os países desenvolvidos. E nessa mudança de ares encontro a brecha para executar uma vontade antiga com parceiros novos: uma editora de livros voltada para o nicho de gays, lésbicas e simpatizantes.<sup>319</sup>

Laura Bacellar, editora e livreira, anuncia no seu projeto “Edições GLS” algumas das motivações que a levaram a investir na produção de um selo editorial voltado para as

<sup>318</sup> MOSCOVICH, Cíntia. *Duas iguais*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 40.

<sup>319</sup> Documento-apresentação da *Edições GLS*. Disponibilizado por e-mail pela editora Laura Bacellar. Janeiro de 2001.

comunidades gls. Dizendo-se aborrecida com a “pobreza” dos produtos culturais com temática homossexual, que ofertavam “personagens marginais, infelizes, drogados, suicidas e solitários, que de hábito morriam no final da história”, propõe uma parceria com a Summus Editorial, no sentido de criar um “nicho editorial”, comportando a publicação de obras que “atendam uma necessidade por informações afirmativas da sexualidade das minorias”.

Associando a história da criação do selo com a sua própria trajetória de vida, Bacellar vai remontando uma postura em relação ao investimento nessa produção literária, que tem como marca o estabelecimento de uma comunidade de leitores. Havia trabalhado, na década de 80, na Editora Brasiliense e, dessa sua experiência, fala de “antiga” vontade dos leitores que procuravam títulos que portassem conteúdos homoeróticos, ao mesmo tempo em que sinaliza a falta de iniciativa, por parte das editoras, de investirem nesse público-alvo.

Uma década depois, Bacellar argumenta ter chegado o tempo desse investimento-risco de produzir, “sem subterfúgios ou preconceitos”, títulos que fossem aproximados àqueles publicados na Europa e nos Estados Unidos, que já apresentavam uma tradição editorial de textos ficcionais, ensaístas e acadêmicos, tratando do homoerotismo.

Meu projeto até que é simples. Homens e mulheres homossexuais perfazem entre 1 e 11% da população (a diferença se deve ao modo como as pesquisas são conduzidas). De 2 a 4 vezes esse número é a parcela de bissexuais na população. Se tomarmos a média das duas estatísticas, temos 7% de homossexuais e 21% de bissexuais, ou seja, a espantosa cifra de 58 milhões de brasileiros que não são heterossexuais. Se analisarmos a quantidade de artigos culturais voltados para este grupo, veremos que não atingem sequer 1% dos filmes e livros e revistas produzidos e vendidos no Brasil.  
320

Autorizada pelas cifras, Laura Bacellar, se dizendo “alinhada com o que acontece no mundo”, faz uma parceria com a Summus Editorial e, na 15ª Bienal do Livro de São Paulo, expõe os seus dois primeiros títulos: *Tornar-se gay: o caminho da auto-aceitação*, do psicanalista Richard Isay, e *Transexuais: perguntas e respostas*, do psicólogo Gerald Ramsey.

---

<sup>320</sup> Documento-apresentação da *Edições GLS*. Disponibilizado por e-mail pela editora Laura Bacellar. Janeiro de 2001.

No entanto, por mais que a construção de um selo editorial, voltado para um segmento de mercado para gays, lésbicas e simpatizantes, seja anunciado como um empreendimento pessoal, associado a uma vontade de fazer, de se ver representada em narrativas afirmativas, tais como as que se identificaram ao consumir as publicações norte-americanas e européias, a constituição desse espaço de produção cultural extrapola os limites de um esforço individual, pois “Ninguém é responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no seu interstício”.<sup>321</sup>

A emergência desse projeto editorial, em fins da década de 90, não está descolada de sua própria historicidade, de toda uma trama histórica que torna possível que grupos sociais específicos requisitem ações identitárias afirmativas associadas ao investimento de uma indústria cultural. Nesse sentido, a produção de artefatos culturais, voltadas para uma comunidade que se configura pela promoção de práticas identitárias, faz parte de um agenciamento social muito mais amplo. Diz respeito a todo um coletivo de enunciações que demarcam uma nova micropolítica do campo social: a afirmação de identidades comunitárias a partir do signo da diferença, circunscrita pela sexualidade.

De todo modo, a constituição desse espaço histórico, para a produção dessa textualidade, não pode ser descolado da própria problemática da confissão, dessa cultura que se reconstrói em fins da década de 70, a partir do investimento nas literaturas de testemunhos, nos romances políticos e nas memórias, entre outros. A formação de um selo editorial, como o da *Edições GLS*, institui uma nova prática, que pretende esse movimento de capitalização e de hibridismo entre a produção de textos literários e o investimento em políticas de afirmação identitária. Contudo, essa proposta, que se postula como nova, é possível por toda uma trajetória compreendida através de uma genealogia da cultura da confissão, e não, simplesmente, como um corolário direto das conquistas do atual movimento gay no Brasil, ainda que dele faça parte.

A tarefa, em que ora nos detemos, de compreender e cartografar a originalidade e a contemporaneidade desse empreendimento, justifica-se porque a *Edições GLS*, enquanto lugar emblemático, se individualiza, nessa historicidade, não como mero resultado do movimento gay, nem ao menos, como ponto de partida para se pensar num recrudescimento do próprio movimento, mas enquanto peça importante e instituinte desse processo, que

---

<sup>321</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Op. cit. p. 24

longe de ser a-histórico, é possível de ser demarcado em meio a essa tradição, que se inventariza a partir da confissão e da ligação indissociável entre produção literária e prática política. Nesse sentido, ela é uma diferença nessa contemporaneidade. É uma marca desse tempo que se monumentaliza pelo investimento do cultivo do eu, pois, como afirma Paul Veyne, o historiador não estuda o homem no tempo, mas materiais humanos, que contêm a temporalidade de sua fabricação.

Nesse sentido, as textualidades publicadas pela *Edições GLS*, na sua relação com as culturas da confissão, transformam o espaço privado da vivência sexualizada de alguns sujeitos, eles também autores, eles também leitores, em teatro da memória, em matéria da escrita. Registros que materializam a história dos indivíduos e dos grupos a quem dizem pertencer, validando um sentimento de comunidade.

No lançamento dos dois primeiros títulos do selo *Edições GLS*, *Tornar-se gay: o caminho da auto-aceitação*, de Richard Isay, e *Transexuais: perguntas e respostas*, de Gerald Ramsey, temos, em 1998, sintomaticamente, a publicação e a tradução de dois livros de autores americanos, que já estão inseridos no movimento internacional de gays e lésbicas. Em prefácio à edição brasileira, da obra do psicólogo Gerald Ramsey, Laura Bacellar torna ainda mais visível as estratégias editoriais adotadas para a implementação do selo da *Edições GLS*:

Quando encomendei a tradução desta obra, tentava tornar os primeiros títulos das Edições GLS o mais abrangente possível, incluindo entre seu público-alvo minorias sexuais mais incomuns que gays e lésbicas. Erroneamente imaginava, sem ter-me detido sobre o assunto maior atenção, que os transexuais fossem mais um grupo que necessitasse de consciência própria, impulso à auto-estima e informações para levar uma vida mais plena e feliz.<sup>322</sup>

O apelo ao público das minorias, o recurso às informações que levem a “uma vida mais plena e feliz”, são algumas das estratégias dessa produção editorial. Desta forma, os prefácios elaborados pela editora Laura Bacellar podem nos dar indícios sobre a própria produção dessa textualidade. Em *Torna-se gay: o caminho da auto-aceitação*, temos novamente o investimento nesse nicho editorial. Em abertura a esse livro, uma epígrafe de Paul Tillich: “A coragem de ser é a coragem de aceitar a si mesmo como aceito apesar de se

---

<sup>322</sup> RAMSEY, Gerald. *Transexuais: respostas e perguntas*. São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS], p. 13.

ser inaceitável”<sup>323</sup>. Esse livro, escrito pelo psicanalista Isay, propõe um espaço de reflexividade do eu incorporado a um projeto de aceitação identitária. Muito próximo daquilo que o sociólogo Anthony Giddens nomeia de “guias práticos de vida”, a obra de Isay “ensina”: “Para tornar-se gay é preciso ser capaz de se autodenominar ‘homossexual’ ou ‘gay’”.<sup>324</sup>

Esse “tornar-se” é percebido enquanto uma “odisséia pessoal”. Escrito, em grande medida, a partir de sua experiência enquanto psicanalista, na relação estabelecida com seus pacientes, Isay vai demarcar algumas problemáticas pertencentes a sua prática clínica. No entanto, a introdução do seu livro, é justificada pela sua própria trajetória de vida, que testemunhada, passa a servir também de auto-referência aos seus possíveis leitores:

*Tornar-se gay* fala sobre como meus pacientes aprenderam a ser gays, as experiências pelas quais passaram em diferentes estágios de suas vidas. Fala também sobre como eu mesmo me tornei gay e como, ao longo de minha vida pessoal e profissional, o desenvolvimento de uma condição revelada na infância tornou esta jornada dolorosa e por vezes arriscada.<sup>325</sup>

A publicação inicial desses dois títulos, que apresentam como suporte de linguagem “guias práticos de vida”, é apenas um dos sinais daquilo que vai se configurar como a política de escrita inaugurada por Laura Bacellar. Em entrevista a Revista Über, Bacellar, anunciada como uma pioneira lésbica assumida e orgulhosa, demarca a singularidade do seu empreendimento:

Não se pode dizer que eu tenha inaugurado nada, porque obras gays sempre existiram e muitas editoras as publicaram. Veja o sucesso de Caio Fernando Abreu, por exemplo. E a editora Transviatta, que publicou uma coletânea de contos gays. O que eu fiz de muito diferente foi dizer, em letras grandes e legíveis, que as obras eram de conteúdo homossexual. Isso chocou muita gente e ainda hoje há quem prefira mais discrição nos títulos. Mas os jovens que precisam de informação, as pessoas que estão tentando resolver problemas ou simplesmente identificar uma literatura não preconceituosa, preferem essa clareza.<sup>326</sup>

---

<sup>323</sup> ISAY, Richard. *Torna-se gay: o caminho da auto-aceitação*. São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS].

<sup>324</sup> ISAY, Richard. *Torna-se gay: o caminho da auto-aceitação*. São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS], p.

15

<sup>325</sup> ISAY, Richard. *Torna-se gay: o caminho da auto-aceitação*. São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS], p.

16.

<sup>326</sup> “As letras multicoloridas de Laura Bacellar”. In.: Revista Über, ano 1, n° 5, agosto de 2003. Ed. Xanadu.

Empreendedora e porta-voz do selo da *Edições GLS*, Bacellar vai tornando dizível a sua política da visibilidade. A diferença, não seria, portanto, a publicação de uma textualidade nova, mas uma nova forma de publicá-la, anunciando, em letras garrafais, a quem se destina essa literatura. Sintomático, pois, que quase todos os títulos publicados, tenham um sub-título especificando esse universo homoerótico. Assim, como também é sintomático, que as primeiras obras sejam direcionadas a um tornar-se gay, implicado num tornar-se leitor.

Essa postura do mercado editorial acaba por promover uma tribalização, ao investir nos leitores, como se esses fossem pertencentes a uma mesma comunidade de sentido, como partes de um mesmo campo de subjetividade. A idéia é a produção de uma reaquisição de conhecimentos e habilidades que estejam presentes tanto nas relações de intimidade da vida pessoal, quanto em envolvimento sociais mais amplos, concernentes a uma vivência homossocial.

Ainda em 1998, foram editados mais 12 títulos, comportando o ano em que houve o maior número de obras publicadas. No ano seguinte, apenas a metade dessa produção conseguiu sair do prelo. Em entrevista à Revista G Magazine, Bacellar indica como se deu o processo de implementação do seu projeto, em parceria com a Summus Editorial, quatro anos depois das primeiras publicações. Dizendo-se inspirada no já existente mercado europeu e estadunidense, Bacellar argumentou a necessidade de uma adaptação para o público leitor brasileiro:

Primeiro, resolvi não fazer nada a nível universitário, não ia decolar. A segunda coisa é que eu tinha a noção de que textos muito politizados não fazem o nosso gênero, o do brasileiro... Textos muito politizados em geral já não fazem sucesso, imagine na área de política de gênero. Alias, esse é um termo que nem existe no nosso vocabulário. Porque muitas das editoras internacionais são baseadas nessa idéia: versando sobre o masculino, feminino, a luta entre gêneros... Uma espécie de conscientização para se impor essas visões. Toda uma questão que não existe na cabeça das pessoas por aqui. [...]Fui para a média dos leitores, para que as pessoas pudessem entender tudo... E também sempre procurei a criação de modelos totalmente positivos... Isso também existe em muito nas editoras estrangeiras, mas o critério delas é mais político: eu escolhi por uma questão simplesmente de modelos mesmo..<sup>327</sup>

---

<sup>327</sup> Disponível em: [http://gmagazine.uol.com.br/entre\\_elas/entrevista/entrevista.asp?edicao=a01](http://gmagazine.uol.com.br/entre_elas/entrevista/entrevista.asp?edicao=a01). Acessado em outubro de 2003.

Portanto, é em função do “leitor médio” e na apresentação de “modelos positivos”, que temos a elaboração do projeto editorial das *Edições GLS*. Dizendo ter a maior implicância com personagens que morrem ou que tenham um desfecho “infeliz”, essa editora seleciona os textos a serem publicados que estejam dentro desse padrão de representação cultural: “As pessoas me criticam muito, de que meus livros são literariamente simples. Eu creio que existe sim um público aberto a romances mais elaborados e adoraria publicar um, mas sem ninguém morrer”.<sup>328</sup>

A morte é uma presença não aceitável nessa estratégia de publicação, assim como a existência de personagens que não estejam de acordo com uma prática higienizadora da vivência homoerótica, pois, como dito anteriormente, no projeto da *Edições GLS*, personagens marginais, infelizes, drogados, suicidas e solitários não teriam espaço nesse investimento cultural. Essa sua tentativa de padronização, a partir da promoção de personagens felizes e auto-afirmativos, estaria em consonância com as diretrizes dos movimentos de liberação gay internacionais, ainda que a singularidade da cultura brasileira também seja considerada como um importante elemento dessa produção cultural, pois, em grande medida, o perfil editorial também se reconfigura a partir da demanda dos leitores:

Eles pedem muito livros de auto-ajuda. É algo absolutamente prioritário, mas tem que ser auto-ajuda brasileira. Não adianta publicar um livro de auto-ajuda traduzido do inglês ou do americano, porque não tem a ver com a nossa realidade. Esse, por exemplo, foi um erro que a Record cometeu ao publicar um livro até bom, "Agora que Você já Sabe", mas que não funciona na prática. Para se ter uma idéia, diante de algum problema, ele mandava procurar o grupo de defesa de direitos mais próximo. Se não adaptar para nossa realidade, não adianta. Procurar o que? Que grupo? A pessoa no Brasil não sabe onde achar esse grupo. Existe uma grande necessidade de informação do público, mas essa necessidade nem sempre se reflete na compra de livros. Não podemos perder de vista que estamos numa cultura onde as pessoas não estão habituadas a procurarem respostas em livros. Buscam uma resposta mais rápida, fácil, através de revistas, da internet. Creio que a editora precisaria funcionar por mais tempo para as pessoas se habituarem em saber que ali se encontra respostas, já que não é um movimento natural. Nesse aspecto, também somos diferentes dos Estados Unidos, onde um adolescente de 16 anos sabe que tudo que ele precisar, qualquer coisa, ele encontra em livros. Por isso existe uma venda imensa de obras sobre assuntos muito específicos por lá.<sup>329</sup>

<sup>328</sup> Disponível em: [http://gmagazine.uol.com.br/entre\\_elas/entrevista/entrevista.asp?edicao=a01](http://gmagazine.uol.com.br/entre_elas/entrevista/entrevista.asp?edicao=a01). Acessado em outubro de 2003.

<sup>329</sup> Disponível em: [http://gmagazine.uol.com.br/entre\\_elas/entrevista/entrevista.asp?edicao=a01](http://gmagazine.uol.com.br/entre_elas/entrevista/entrevista.asp?edicao=a01). Acessado em outubro de 2003.

O que fazer? Quem ser? Como agir? Essas são algumas das questões que emergem com essa política editorial. Mas essas questões também não são particularidades apenas desse empreendimento editorial, pois, para Giddens, essas são as questões fundamentais para se pensar a vivência do indivíduo na modernidade tardia. Daí, por que, os manuais de auto-ajuda são fenômenos do mercado cultural, numa tentativa de resolução de problemáticas próprias do tempo moderno e/ou contemporâneo. A multiplicidade de estilos de vida e a sua subsequente escolha, no intuito de prover aos indivíduos uma sensação de continuidade da segurança ontológica, implica, também, na seleção, na criação e na visibilidade de modelos de conduta. Nesse sentido, a *Edições GLS* ocupa um espaço no mercado cultural que, ao tentar instituir práticas e condutas positivas, referentes ao universo homoerótico, acaba por formular planos de vida:

O planejamento da vida pressupõe um modo específico de organizar o tempo porque a construção reflexiva da auto-identidade depende tanto da preparação para o futuro quanto da interpretação do passado, embora “retrabalhar” os eventos passados certamente seja sempre importante nesse processo.<sup>330</sup>

É nesse sentido, que parte das 13 obras publicadas em 1998, constroem narrativas visibilizando histórias de vida de sujeitos comuns, que ao “tornarem-se” gays, fazem uso da sua memória e da sua experiência, para a elaboração de narrativas que constituem verdadeiros planos de vida. Por isso, a produção de histórias compartilhadas [e compartilháveis] passa a ser também uma tônica das *Edições GLS*.

Esse “tornar-se” gay acaba por compor um marcador psicológico nas narrativas produzidas. A menção a histórias que enfatizam a “primeira vez”, “quando me descobri”, “minha primeira confissão pública”, entre outras, passam a ser elementos narrativos recorrentes. Na obra *Meu primeiro amor: a paixão entre mulheres*, organizado e introduzido por Lindsey Elder, o recurso a esses marcadores psicológicos, a essa produção de um calendário de vida e/ou ritual de passagem entre uma vivência heterossexual para uma experiência homossexual, assim pode-se enunciar:

Algumas dessas mulheres são escritoras profissionais e falam de seu passado de maneira fluida, outras são amadoras que simplesmente queriam contar suas histórias,

<sup>330</sup> GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 83.

reviver memórias, analisar o que ficou para trás e assumir orgulhosamente a sua homossexualidade (duvido que vá encontrar outra obra com tantas vezes a palavra lésbica). No aclamado e maravilhoso livro de Jack Hart, *My first time*, (Minha primeira vez) ele escreve: “Tentei dar voz a cada um dos meus colaboradores. Não modifiquei o conteúdo, mesmo se eu ou outra pessoa discordasse de alguma coisa”. Comigo foi a mesma coisa. Às vezes eu me sentia como um *voyeur*, bisbilhotando confissões extremamente íntimas, abrindo cartas e diários, alguns agrídoces, outros deliciosamente divertidos, alguns incertos e tímidos, outras agressivos e autoconfiantes”.<sup>331</sup>

E assim, temos um outro elemento constitutivo dessa política da escrita. Composta, em sua maioria, por escritores não profissionais, eles mesmos leitores, o alvo da escrita passa a ser o próprio eu e seus marcadores psicológicos, postuladas na narrativa como um espaço para pensar a si e a sua experiência, assim como de compartilhamento, pois se inscrevem num projeto comum, coletivo, de expor dispositivos do eu e de novos mecanismos de auto-identidade. A própria ênfase num processo de transição, o meu primeiro encontro com o outro-desconhecido, com o outro-excretado, nunca pensado, sempre marginalizado, demonstra o quanto o devir está presente nesse processo de reelaboração de si através da escrita e da leitura do eu. Nesse sentido, pensar a identidade como um processo narrativo de elaboração de vários eus, de várias formas de confessar a si, é também desconstruir a percepção de que a identidade é algo fixa, imóvel e transcendente.

Tornar-se gay, ter o primeiro amor homoerótico, dizer-se enquanto sujeito inscrito no desejo e pelo desejo, é também investir em movimentos de desencaixe. Mesmo que essa literatura seja tida como uma sub-literatura pelos padrões canônicos da crítica literária, ela ainda assim surpreendente ao postular toda a fragmentação advinda dos movimentos prosaicos da vida. Nesse sentido, o sujeito comum, com as mazelas e os hábitos próprios do seu cotidiano, se espetaculariza nessa vontade de se dizer, nessa prática de se confessar. O leitor, *voyerizado* pela escrita do outro, acaba por encontrar em meio a linhas enegrecidas e repletas de memórias e histórias, lugares para se auto-refletirem e, por que não, espaços para se reinventarem.

A cultura da confissão, terreno fértil para essa política editorial, põe em circuito mecanismos de desencaixe, da negação da culpa e da vergonha, assim como da fuga dos padrões heteronormativos, próprio de um isolamento existencial ou literário, pois a

---

<sup>331</sup> EDLER, Lindsey (org.). *Meu primeiro amor: a paixão entre mulheres*. São Paulo: Summus, 2000. [Edições GLS], p. 7.

narrativização de suas experiências, além de promover o dismantelamento da culpa e da vergonha, postulam uma expressiva textualidade, que se configura, antes de tudo, como um investimento coletivo, como uma superação dos recursos morais panópticos da sexualização do corpo, pois a tentativa de publicizar suas experiências em texto é também a tentativa de alquebrar o isolamento existencial.

Portanto, a produção de textos confessionais e as potenciais práticas de leitura, são alguns dos movimentos estratégicos postulados pela *Edições GLS*. Na mesma linha narrativa de *Meu primeiro amor*, é lançado a obra *A primeira dança: histórias de amor entre mulheres*<sup>332</sup>, organizado por Bárbara Grier e Christine Cassidy – outra tradução da literatura estadunidense. Nos contos dispostos como uma “primeira dança”, as narrativas de várias autoras, histórias que apresentam um misto de ficção e auto-narrativa, temos uma série de crônicas e contos sobre a relação entre mulheres, dos mais diferentes grupos sociais, etnias, idades, estilos estéticos. Apesar de não se instituir como sendo histórias de vida, como momentos *a posteriores* de elaboração de si através da escrita, ainda assim, elas investem nesse lugar de possibilidade da vivência da diferença. Lugar este que se espacializa no sub-título, também em letras garrafais, do projeto editorial, que pontua serem estes contos, encontros de mulheres.

Essa dinâmica de tradução de obras referentes a outras especialidades e a outras vivências lingüísticas é justificada, pela editora, pela inexistência de autores que fossem condizentes com a política editorial adotada pelas *Edições GLS*:

Como não havia nenhuma editora do gênero, funcionando com essa filosofia, de publicar livros legíveis com modelos extremamente positivos de uma sexualidade, não havia autores também. Tive um trabalho de procurar, caçar mesmo. Para se ter uma idéia, o Cláudio Picazio (psicólogo com especialização em sexualidade humana) escreveu um livro quase que por encomenda no nosso primeiro ano, o "Diferentes Desejos". O que existia eram pessoas que pesquisavam homossexualidade dentro das universidades (e há um monte de teses sobre o assunto no país), mas estes não se preocupavam com legibilidade. E quem escrevia não se preocupava com modelos positivos. Resumindo, o que existia eram obras sobre homossexualidade, mas que traziam ou modelos muito negativos ou ilegíveis. Tive de fazer um processo quase de ensinar: quero que escreva desse jeito, busco livros legíveis, que dêem exemplos positivos, brasileiros... Claro que depois de apresentada a idéia, as pessoas

---

<sup>332</sup> CASSIDY, Bárbara e GRIER, Bárbara (orgs.). *A primeira dança: histórias de amor entre mulheres*. São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS].

concordaram. E quando os livros começaram a chegar às pessoas, autores começaram a me procurar.<sup>333</sup>

Desta forma, a ausência de escritores que adotassem o perfil de uma produção que se mobilizasse na produção de modelos positivos, exigiu da própria editora, um processo de ensinamento. Inicialmente, os livros editados, ainda em 1998, não eram apenas traduções, mas escolhas estratégicas para formular uma linha editorial que seguisse o modelo de produção de narrativas que positivassem a vivência homosocial. Por isso, a publicação inicial de traduções demarcam essa “escola” ou “ensinamento” anunciado por Bacellar.

Mas o que exatamente estas obras professavam? No que elas investiam? Qual a relação delas com a contextualidade do mercado editorial brasileiro?

Na dedicatória do livro *Adeus, maridos*: mulheres que escolheram mulheres, organizados por Deborah Abbot e Ellen Farmer, temos alguns indícios desse ensinamento:

Dedico a todas as mulheres e homens, moças e rapazes que nos apoiaram e a todos que aceitam o risco, rompem o silêncio e dizem a verdade. (E.F.)  
E para as mulheres atualmente casadas, para quem aquela “alguma coisa faltando” talvez seja revelada nesta leitura. (D.A.)<sup>334</sup>

Romper o silêncio e o entendimento daquilo que falta – são os ensinamentos da obra *Adeus, maridos*. No prefácio, as organizadoras explicitam alguns dos posicionamentos presentes na narrativa dos 24 contos, demarcando um lugar comum a todas as escritas/escriptoras: são mulheres que, no passado, vivenciaram uma relação marital e heterossexual, mas, que, posteriormente, se tornaram “mulheres que escolheram mulheres”. Suas trajetórias, portanto, ainda que demarcadas pela singularidade da experiência de cada uma, confluem para um empreendimento coletivo, que também tem um significado exemplar:

Garantimos que *Adeus, maridos* irá divertir, excitar, perturbar e surpreender você. Este é um livro cheio de emoções, que fala de mulheres que encontraram mulheres e que, ao fazê-lo, passaram a se respeitar plenamente; sobre mulheres alegres e espertas que resistiram ao ostracismo e lutaram contra a homofobia em suas inúmeras formas;

<sup>333</sup> Disponível em: [http://gmagazine.uol.com.br/entre\\_elas/entrevista/entrevista.asp?edicao=a01](http://gmagazine.uol.com.br/entre_elas/entrevista/entrevista.asp?edicao=a01). Acessado em outubro de 2003. Ibid.

<sup>334</sup> ABBOT, Deborah e FARMER, Ellen (orgs.). *Adeus, maridos*. Mulheres que escolheram mulheres. São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS].

e sobre mulheres comuns que, frente aos desafios externos e internos, tiveram sucesso e compartilham suas vidas extraordinárias e apaixonadas nestas páginas.<sup>335</sup>

Amar, respeitar, lutar, compartilhar – são alguns dos verbos que mais se presentificam nessas narrativas. A composição e a coletivização desses desafios de vida, de experimentar e de derrotar silêncios impostos por relações de poder heteronormativas, permitem entrever tanto um significado de oposição em relação ao estabelecido, quanto o de participação engajada nessa publicização do privado, confrontando-se na esfera pública das páginas editadas.

Essa prática de publicização do privado é investida também nos livros direcionados ao gênero masculino (no catálogo da editora existe uma separação entre livros para mulheres e livros para homens). Na obra *Tirando a farda: relatos de sexo entre militares*, editada nos Estados Unidos em 1993, e publicada no Brasil seis anos depois, temos, de forma mais contundente, essa exposição do privado, numa supervalorização das práticas sexuais entre homens: “Este livro contém relatos verdadeiros de encontros sexuais – altamente eróticos e explícitos – entre soldados, fuzileiros navais, marinheiros e aviadores. Best-seller americano, quentíssimo, sem cortes”.<sup>336</sup>

Apesar desses registros de vida apresentarem focos narrativos diferenciados dos títulos ofertados às mulheres, como posto no catálogo do selo, por utilizarem como recurso descrições de práticas sexuais, não tratando propriamente da dimensão afetiva, ainda assim, eles ratificam a política da editora, pois não deixam de investir na idéia de um relato real e verdadeiro. Esse lugar de verdade, estimulado e enfatizado por essa política de publicação, compõe uma singularidade, pois investe num tempo narrativo *voyeurizado*, que ao espetacularizar o privado, oferece ao leitor a possibilidade de uma escrita formulada no interior de um indivíduo que se diz enquanto sujeito sexualizado.

Segundo Heloisa Belloto<sup>337</sup>, uma das características de nossa historicidade seria o fascínio exercido pelos *personal papers* (registros pessoais), em que as marcas das escritas são delineadas por uma vontade de sinceridade. Nesse sentido, essa literatura gls

<sup>335</sup> ABBOT, Deborah e FARMER, Ellen (orgs.). *Adeus, maridos*. Mulheres que escolheram mulheres. São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS], p. 15

<sup>336</sup> CHATWICK, Stewart (org.). *Tirando a farda: relato de sexo entre militares*. São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS].

<sup>337</sup> BELLOTO, Heloísa. *Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional*. Debatendo Terry Cook. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/246.pdf>. Acessado em janeiro de 2006.

funcionaria como um grande arquivo de exposição do privado, que se mobiliza em torno dos registros de si, promovendo uma diferença: a confissão, a publicização e a proliferação dos discursos em torno do que antes era segregado, privado e silenciado.

Na mesma linha de publicação, temos também a tradução e publicação de um outro título significativo dessa implosão do inaudito: *As aventuras de um garoto de programa*, de Phil Andros, pseudônimo de Samuel Steward, PhD em Literatura Inglesa na Ohio State University. Anunciado, na introdução, por um dos seus leitores, Jonh Preston, esse livro trata das aventuras desse autor-personagem, cuja escrita marcou a memória de muitos leitores, a exemplo de Preston:

A primeira vez que li algo escrito por “Phil Andros” fiquei eletrizado. Eu estava estudando numa faculdade fora de Chicago. De repente, na minha frente, lá estava uma ficção que era real, que dizia respeito à minha própria existência. Os personagens não eram figuras exóticas perdidas de amor condenadas a mortes prematuras nem se debatiam tentando esconder sua sexualidade do mundo. Eles não eram estranhos sem nenhuma relação com a minha vida. Ao contrário, eles iam aos bares onde eu bebia, andavam pelas ruas que eu percorria e ansiavam pelo mesmo tipo de homem que eu. Reagi ao livro exatamente como o autor esperava que acontecesse.<sup>338</sup>

Essa relação de identificação entre autor e leitor provoca movimentos de subjetivação simbólica, pois esse reconhecer a si na escrita do outro, nas ruas percorridas e nos bares freqüentados, estabelece uma dimensão quase não ficcional à própria narrativa, possibilitando uma trajetória de leitura que investe no signo da veracidade, que diz “respeito à própria existência”. Preston, enquanto leitor, não apenas se vê nas linhas alheias, como também pretende o reconhecimento da intenção do autor, ele mesmo disfarçado no personagem Phil, pré-texto de seu registro de vida.

Esse lugar de cultivo do eu, taticamente montado a partir do recurso do pseudônimo, é também um lugar de exposição do outro, pois, segundo testemunho do autor, as aventuras desse garoto de programa é também o misto das aventuras de outros, expandidas para além do registro de si, escutadas enquanto praticava a arte da escrita sobre a pele: Samuel Steward era, também, um exímio tatuador, e muitas das histórias narradas no seu livro, eram capturadas por aquilo que escutava de marinheiros, garotos de rua e

---

<sup>338</sup> PRESTON, John. “Introdução”. In.: ANDROS, Phil. *As aventuras de um garoto de programa* São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS], p. 9.

outros clientes, que freqüentavam sua loja em Chicago. Nesse sentido, *As aventuras de um garoto de programa* extrapola o próprio lugar da autobiografia, pois sua escrita se constitui também enquanto prática arquivística e, assim como toda produção arquivística, esta não é isenta de intencionalidades. Insatisfeito, com a publicação *City of night*, de John Rechy, pela forma esquiva como aborda as práticas homossexuais, Stewart decide escrever e produzir sozinho uma obra que, ao explorar o universo gay, incluísse descrições explícitas de relações sexuais entre homens, muitas delas tomadas de empréstimos pela sua arte de ouvir.

A primeira edição de *Aventuras de um garoto de programa*, só chega às livrarias em 1969, anos depois de finalizado, não sem provocar balbúrdias no meio editorial americano. Amigo de escritores renomados da literatura de língua inglesa, a exemplo de Gertrude Stein e Alice B. Toklas, Stewart, a despeito de suas relações de amizade e de seu currículo acadêmico, diz ser sua escrita direcionada para “senhores solitários que viviam em quartos de hotel”. No entanto, como sugere Preston, “ele também estava alcançando muitas pessoas mais jovens, que, como eu mesmo, viriam a ser gays de hoje em dia, os filhos de Stonewall”.<sup>339</sup>

Phil Andros, como protagonista e narrador de suas aventuras, ocupa um espaço privilegiado, em início da década de 70:

Já tínhamos um desejo apaixonado por livros que descrevessem a vida gay de maneira aberta e honesta. Esse desejo era parcialmente saciado por editores tradicionais, há cerca de 10 anos, talvez até mais. Mas os livros de Phil Andros satisfaziam necessidades que não haviam sequer sido detectadas por nós mesmos. Nós lutamos pela legitimidade do prazer no sexo homossexual, pela possibilidade de saber mais a respeito de outros gays e de como eles estavam lidando com este novo mundo que nós estávamos descobrindo e das descobertas de quem já tinha percorrido esta trilha. Precisávamos sobretudo saber que não estávamos sozinhos.<sup>340</sup>

O descortinamento do novo e a consciência de não estar só, talvez seja a resposta a todo esse empreendimento de visibilizar a vivência homoerótica, pois, como problematiza Edward Said, a existência de indivíduos ou grupos em busca de justiça social e de liberdade

---

<sup>339</sup> PRESTON, John. “Introdução”. In.: ANDROS, Phil. *As aventuras de um garoto de programa* São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS], p. 12

<sup>340</sup> PRESTON, John. “Introdução”. In.: ANDROS, Phil. *As aventuras de um garoto de programa* São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS], p. 12

de expressão deve incluir o direito a uma larga gama de escolhas, o que leva a um desejo de articulação e não de silêncio.<sup>341</sup>

Essa articulação em torno do escrutinamento e do saber sobre o outro, sobre as trilhas percorridas, torna o próprio escritor uma memória alternativa de itinerários possíveis. Assim como também torna a escrita um espaço privilegiado para discernir possibilidades de intervenção ativa, não simplesmente no plano individual, mas na compreensão de um reconhecimento coletivo: “que não estávamos sozinhos”.

Essa conexão, inaugurada com essa nova ética da partilha, compõe para Samuel Stewart, vulgo Phil Andros, a inclusão dos enlaces afetados e “místicos” entre autores e leitores. John Preston, em excursão a Berkeley, o visita e nos oferta uma reveladora e curiosa passagem sobre sua trajetória, demarcando uma relação carnal entre escritores e seus leitores:

Quando ele ainda era estudante e sonhava alcançar o sucesso através da literatura, Stewart foi a Londres com o propósito expresso de seduzir lorde Alfred Douglas e assim estabelecer uma conexão mística com Oscar Wilde, um de seus heróis. Ele teve sucesso na empreitada. Agora, décadas mais tarde, um belo jovem atravessa a Bay Bridge de São Francisco de bicicleta para estabelecer a sua ligação simbólica com Gertrude Stein ao dormir com Sam de vez em quando. A combinação dos dois procedimentos tirava-me o fôlego. Eu perguntei o que ele achava de todas estas inter-relações. – Bem – ele sorriu e disse, exatamente como Phil Andros faria – eu sempre gostei de ficar no meio de um sanduíche.<sup>342</sup>

Ainda em 1998, temos o investimento editorial numa obra, que vai marcar um hiato para as publicações voltadas para o público feminino, inaugurando uma outra corporeidade, que vai explorar a dimensão sexualizada das relações entre mulheres. Anunciada como uma “obra escandalosa”, *Sexo entre mulheres*: um guia irreverente, escrito por Susie Bright, em grande medida, é uma coletânea de artigos publicados na primeira revista erótica voltada para a comunidade lésbica norte-americana. A autora, que assinava a coluna *Toys for Us*, traduzido na edição brasileira como “Nossos brinquedos”, trabalhou por cinco anos na primeira loja de artigos eróticos para mulheres e dessa sua experiência, significada como um “confessionário explosivo”, ouvia a experiência de milhares de usuárias: “Todos os

<sup>341</sup> Ver. SAID, Edward. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

<sup>342</sup> PRESTON, John. “Introdução”. In.: ANDROS, Phil. *As aventuras de um garoto de programa* São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS], p. 14.

dias, com o pretexto de vender vibradores, pênis de silicones, livros eróticos e lubrificantes, eu conversava com as mulheres detalhadamente sobre suas vidas sexuais”.<sup>343</sup>

Dizendo-se “irritada com a maior mentira” de que as lésbicas não fazem sexo, Bright se propõe a evidenciar novos lugares discursivos, que tratam da exposição, principalmente em escrita, das experiências sexuais femininas. A abertura desse espaço de escrita, que postula uma outra verdade sobre a sexualidade lésbica, é justificada, por essa autora, como o resultado de um processo histórico, demarcado por duas gerações de ativistas femininas. A primeira delas, teria sido responsável pelo questionamento de três idéias básicas: “Meninas não sabem muito sobre sexo, e nem precisam saber”, “Garotas precisam de amor, não de sexo” e “Não tenha esperança de ter orgasmo”. Para Bright, essa primeira geração de mulheres ativistas, teriam jogado essas idéias no “lixo” e iniciado um processo de exposição sexual sem precedentes. Contudo, tais rupturas e a irrupção desse desejo de falar de si própria teriam sido tímidas e excessivamente discretas.

Por sua vez, a segunda geração de mulheres, que emergiram publicamente, no início dos anos 80, teriam se mobilizado em torno de um novo “mantra”: “a verdade liberta”:

A satisfação de mostrar as mulheres pela primeira vez palavras que descrevem nossas vidas sexuais, imagens de nossos corpos e desejos, abrir espaço para que as mulheres contassem suas experiências sexuais comuns e bizarras – foi um caminho sem volta. Sexualmente, não há nada de novo sol o sol. Todavia, ainda existem muitas sombras, e somente a fala e a escrita podem colocá-las às claras.<sup>344</sup>

É em torno desse novo “mantra” que se institui a produção de uma “literatura engajada” no intuito de reafirmar processos de produção identitária. Em *Julieta e Julieta*, da escritora brasileira Fátima Mesquita, tem-se um exemplar desse modo de operacionalizar a escrita, enquanto um espaço de produção simbólica do desejo e das práticas lésbicas. Diferentemente das outras obras publicadas em 1998, os contos de Mesquita não são introduzidos e/ou explicados, eles aparecem nomeados apenas por seus títulos, sem que esses contenham nenhuma referência direta ao universo homoerótico. O único indício desse *focus* narrativo é o último conto, que intitula sua obra. *Julieta e Julieta* ressignifica um

---

<sup>343</sup> BRIGHT, Susie. *Sexo entre mulheres: um guia irreverente*. São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS], p. 13-4.

<sup>344</sup> BRIGHT, Susie. *Sexo entre mulheres: um guia irreverente*. São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS], p. 15.

texto clássico de Shakespeare, *Romeu e Julieta*, compondo um campo intertextual que promove uma prática da paródia. Trata-se, portanto, de uma produção do deslocamento de significados literários anteriores, com o intuito de proliferar uma crítica das categorias de gênero a partir da recontextualização performática das relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Esse deslocamento é de tal forma posto em prática, que a relação de intertextualidade com a obra *Romeu e Julieta*, postula não uma relação de identificação com a primeira das tragédias de Shakespeare, mas a irrupção de um mundo diferente, em que o amor não figura como morte e/ou interdição, mas como um universo de possibilidades. No conto “A viúva”, em que temos a presença da morte de forma mais explícita, Fátima Mesquita constrói uma narrativa em que a personagem central recebe do seu médico, o aviso de morte de sua amante Teresa. Imersa em dor, a personagem significa a sua perda:

Achei sempre, a minha vida inteira, que quando a perdesse eu me descabelaria. Ia dar escândalo, vexame, perder as estribeiras. Ou talvez ficar sem falar um ano. Acho mesmo que tenho todos esses direitos, mas não sinto nada. Estou murcha, vazia, oca. Não sinto tristeza, nem alegria. Tento só reconstruir na minha cabeça a nossa história de amor tão particular. Mas sei que isso não passa de engodo. As histórias de amor são sempre histórias de amor. E mesmo quando os sexos coincidem – em todos os sentidos –, ainda assim não passa mesmo de mais uma dentre todas as tolas histórias de amor.<sup>345</sup>

“As histórias de amor são sempre histórias de amor”, contudo, o amor também tem uma história, ele também é passível de ser historicizado. Nesse sentido, a relação de sinonímia entre amor e morte é desconstruída pela própria forma com que a viúva vai significando sua história de amor: “E amores, afinal de contas, não são coisas mensuráveis. Não há balança, fita métrica, nada assim que valha. Era tudo em mim. E eu o perdi. E com a perda, esse viés imenso, o amor cresce”. Marcado por uma perda (res)sentida, o amor entre a personagem e Teresa, não tem o signo da tragédia, da impossibilidade, ainda que seja narrado a partir da anunciação da morte, mas apenas da transitoriedade das relações, da fluidez das histórias, cujas aventuras demarcam o encantamento dos encontros, dos enlaces,

---

<sup>345</sup> MESQUITA, Fátima. *Julieta e Julieta*. São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS], p. 75.

das dificuldades presentes em “todas as histórias de amor”, bem como a finitude de suas expressões: “Amanhã, de novo, é maio. Finito”.

Se, como afirma o crítico Harold Bloom, Shakespeare foi o escritor que “instruiu o Ocidente sobre as catástrofes da sexualidade e inventou a fórmula de que o sexual se torna erótico ao ser invadido pela sombra da morte”<sup>346</sup>, nessa historicidade, relativa à produção escriturística da *Edições GLS*, temos a celebração de uma eroticidade que desconsidera a morte como interdição, mas como prenúncio de possibilidades, pois a morte se torna trabalho de memória, trabalho de si sobre si, como signo de uma perda e da presença de novos ganhos.

Ainda que os contos não disponham de uma linearidade, posto que são histórias díspares, no conto subsequente à “A viúva”, temos a narrativa, não de uma despedida, mas de um encontro, anunciado, “Na chuva”. A chuva, como símbolo do renascimento e da fertilidade, é o lugar em que os amores florescem. A personagem do conto “Na chuva”, fala de seu amor à Berta, entre a hesitação e a euforia:

Disse o que disse e fiquei esperando uma bomba explodir na minha cara, mas a Berta retornou dois passos, grudou em meu corpo outro beijo e depois me encarou sólida e disse que sim, que se dependesse dela a gente estaria agora ali começando uma história de amor das mais bonitas. E eu quis apenas abraçar aquela mulher que vinha molhar meu pomar, minhas frutas, minhas rosas.<sup>347</sup>

Contudo, é no conto-título do livro, que essa marca histórica, da segunda geração de mulheres, anunciadas por Brighth, que entoam o mantra “a verdade revela”, que temos a inversão, em escrita, dessa interdição do discurso amoroso, pois se historicamente os amores entre mulheres, ou entre homens, era representado pelo “amor que não ousa dizer seu nome” - frase do tramaturgo irlandês Oscar Wilde -, nessa contemporaneidade, o dizer é condição de sua existência, signo de seu postulado. Assim, *Julieta e Julieta*, finaliza: “Ju... tenho que repetir meu mantra, te amo, te amo, te amo.”

---

<sup>346</sup> BLOOM, Harold. *Shakespeare – a invenção do humano*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000, p. 126.

<sup>347</sup> MESQUITA, Fátima. *Julieta e Julieta*. São Paulo: Summus, 1998. [Edições GLS], p. 88.

## 4.2. Discursos amorosos: trajetórias e subjetividades modulares/moleculares

Dis-cursus é, originariamente, a acção de correr para aqui e para ali, são as idas e vindas, as “tarefas”, as “intrigas”. O apaixonado não deixa, na verdade, de correr dentro da sua cabeça, de empreender novas tarefas e de fazer intrigas contra si próprio. O seu discurso existe apenas em rajadas de linguagem, que lhe brotam graças a circunstâncias íntimas, aleatórias. (Roland Barthes).

Em *Fragmentos de um discurso amoroso*<sup>348</sup>, o semiótico francês Roland Barthes vai argumentar como o discurso amoroso gira como um “calendário perpétuo”, como uma “enciclopédia da cultura afetiva”. Nesse sentido, problematizar o discurso amoroso a partir de práticas enciclopedistas pressupõe também a arte de colecionar histórias. Portanto, ainda que a *Edições GLS* tenha publicado diversas obras, desde seu marco inaugural em 1998 até o atual presente, não temos a intenção de esgotar toda a sua produção escriturística, mas colecionar, e nesse sentido, estabelecer recortes, em algumas narrativas que são sinais desse investimento narrativo de aproximação entre política e sexualidade, próprias dessa cultura afetiva [da confissão]. Isso posto, demarcamos, nessa narrativa, uma arte de peneirar e de colecionar essas trajetórias amorosas a partir de uma problemática específica: que as histórias e os discursos amorosos aqui postulados, tratem de narrativas que invistam nesse artifício da confissão, produzidas a partir de uma textualidade brasileira e, que sejam, indícios dessa historicidade do presente.

A historiadora Mary Del Priore, no seu livro *História do amor no Brasil*<sup>349</sup>, problematiza como as formas de amar são específicas de cada cultura, que a representa a partir de seus sistemas simbólicos. Mas, assim como o amor muda no espaço, ele também se modifica no tempo. Nesse sentido, Del Priore estabelece uma cronologia própria para a história do amor, inclusive, em relação aos afetos homoeróticos: na década de 60, surge uma outra figura representativa dessas maneiras de amar, a “entendida”, ao mesmo tempo em que há um processo de obliteração de uma outra, a “enrustida”, que vivia um “amor nas sombras”.

Esse lugar das sombras, também perceptível pela ausência de publicações voltadas para a representação dessas maneiras de amar, passa a ser preenchido/investido com a

<sup>348</sup> BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Lisboa; Edições 70, 1987.

<sup>349</sup> DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

emergência dessa nova figuração subjetiva: a “entendida” e, subseqüentemente, a “simpatizante”. Portanto, algumas décadas depois, esse enrustimento discursivo passa a ser reinventado por um investimento no discurso amoroso, em que as experiências homoeróticas tornam-se visíveis e saem das sombras. Se, assim como as figurações de amor, as figurações do homoerotismo apresentam uma cronologia específica, um calendário amoroso, como essas figurações se individualizam nessa cultura afetiva contemporânea? Quais as tramas e os personagens que surgem dessas sombras, diluindo as brumas desse tempo do presente? Que nova ética amorosa emerge desse encontro entre a vontade de dizer e a vontade de prazer?

Fazer uso da estratégia barthesiana, de montar uma enciclopédia dessa cultura afetiva [da confissão], significa exumar algumas artes de fazer, a exemplo também de Michel de Certeau, para compor um quadro expressivo da cartografia subjetiva da produção escriturística da *Edições GLS*. Portanto, se uma das marcas dessa produção cultural é a de estabelecer modelos positivos de estilos de vida e de modelagens de conduta, em consonância com o atual movimento ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros), se faz necessário optar por uma metodologia de arranjos, no sentido de deixar aparecer os processos de subjetividade que, outrora, eram cortinados por sombras e, que, agora são expostos a partir de focos de luz, de matérias da escrita.

Essa textualidade, portanto, é uma produção de subjetividade tanto modular, quanto molecular, pois a medida que a estratégia editorial opta por proteger determinadas memórias, determinadas narrativas e/ou confissões, as relações de poder e de saber implicadas nas táticas de leitura, implodem com qualquer engessamento normatizador, posto que os leitores apreendem o escrito a partir de seu vivido, desmantelando, através de sua lógica operatória, esse trabalho sobre a representação e o comportamento.

Desta forma, o texto enquanto acontecimento subjetivo é parte instituinte de um con(m)texto semioticamente produzido, de um espaço de urdidura dos tecidos das histórias, inaugurando um *locus* singular: “A coragem da verdade como grade de leitura da obra e da vida enquanto indissociáveis, enquanto aquilo que, simultaneamente, fundamenta a escrita de livros e a ação política”.<sup>350</sup>

---

<sup>350</sup> GROS, Frédéric (org.). *Foucault*. A coragem da verdade. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p.11-2.

Alexandre Ribondi, autor da obra *Na companhia dos homens*: romance gay em cinco estações, escreve cinco contos relativos aos quatro elementos: terra, fogo, ar, água, complementando com a neve. Suas pequenas novelas narram a história de cinco encontros entre homens, norteados por esses elementos. Em “A memória da terra”, a personagem narradora, que se diz única, “sem imitação”, chamada guria, nascida e batizada Jair, conta a um estranho, que tinha ido a sua pequena cidade, a história de uma casa, a ser alugada. A casa, preenchida de histórias, é também personagem importante dessa trama, “sua”, “geme”, “povoada de muito amor”, tornada “templo”. Ao descrever essa história de amor entre o Dr. Félix, engenheiro que outrora morara em cidade grande, e Carlos Donizete, filho de pastor evangélico e filho da terra, a narradora vai remontando os componentes dramáticos do encontro, do encantamento e da despedida, ela também encantada com a intensidade desse encontro amoroso.

Até eu senti tudo, fiquei parada, estatelada. Porque, olha, se a gente vê uma novela na televisão e tem aquela gente toda vivendo a vida, passando por dificuldades, lutando, a gente que está vendo aprende, não aprende? Então, ver a felicidade dos outros, dos amigos, a gente aprende também. Muda tudo na vida da gente.<sup>351</sup>

Carlos e Félix viviam para se amar. Mas esse foi um amor descuidado: “Olha, santa, vou te dizer. Eles podiam ter tomado mais cuidado. Também não é assim. Eu sei que quando a gente está feliz a gente pensa que o mundo está na mesma felicidade e que ninguém vai complicar”. Essa dissonância entre o estar feliz e a percepção do estranhamento do outro tem um desfecho contundente, quando Divina, mãe de Carlos, os vê na cama, enlaçados, e convoca o seu marido, que armado de um cinto, agride seu filho. Contudo, ainda não é o momento da despedida, pois Carlos e Félix continuam a se encontrar, as escondidas, no riacho onde fizeram amor pela primeira vez.

Carlos Donizete resolve ir morar na cidade grande, “viver sem o pai dizendo pra fazer assim e assim”. Mas Félix queria continuar na terra, plantando árvores, ficando raízes. Entre choros e despedidas amorosas, os personagens seguem rumos diferentes: Carlos vai morar na cidade grande, Félix compra terras e se recolhe em meio a suas plantações. A

---

<sup>351</sup> RIBONDI, Alexandre. *Na companhia dos homens*: romance gay em cinco estações. São Paulo: Summus, 1999 [Edições GLS].

narradora, testemunha desse amor, guarda a memória dessa trama, assim como subjetiva a sua própria condição de vida – nascido Jair, tornada mulher.

Tenho a minha devoção. Santa Bárbara, Santo Antônio, que é padroeiro nosso aqui e que também é santo casamenteiro e que se for santo mesmo, se tiver bondade no coração que eu acho que todo santo tem que ter, não vai se incomodar do casamento ser de homem com homem porque o santo quer é amor, não quer saber como é a cara e o que é que tem no meio das pernas de quem está ali fazendo amor. Isso é carne, minha filha, e santo quer saber é do espírito. É assim que eu penso e, olha, vai ver estou certa.<sup>352</sup>

O desejo pelo amor e a certeza dessa premissa permite a essa personagem-narradora significar a história da qual ela é guarda-memória. O impasse criado pela intervenção do outro, da família e do seu estranhamento, é o elemento narrativo utilizado para dizer sobre a dispersão e a interdição, motivos da impossibilidade de reconciliação dos personagens. Contudo, não mobiliza um sentir triste, pois foi a partir da vivência desse amor, que Carlos e Félix criam novas trajetórias de vida.

No conto “O derretimento da neve”, Ribondi significa a neve como um quinto elemento. Elemento híbrido, misto de terra, posto que a paisagem da trama tem como chão o branco do gelo, misto de ar, neve gasfeita, amores também, misto de água, suor escorrendo, diluindo corpos e, por fim, misto de fogo, paixão e calor amoroso. O conto trata da história de um viajante e de seu instrutor de esqui, Günther Kuss, de um tempo passado, entre dois meses, em uma paisagem que cria ilusões de ótica, pois vista pela janela é manhã, pela porta é noite, dentro da casa, é tarde. Novamente, a presença de uma casa, testemunha desse encontro de ar, terra, fogo e água:

Foram sessenta e quatro dias. Foram sessenta e quatro posições de amor. Como o tabuleiro de xadrez. A casa de madeira de Günther Kuss não tem fim. Ela grita às montanhas. Ela vira o rosto para a noite, para a manhã e para a tarde. Ela conversa com as montanhas. Nós somos as palavras delas. Nós somos o que ela conta às montanhas.<sup>353</sup>

---

<sup>352</sup> RIBONDI, Alexandre. *Na companhia dos homens*: romance gay em cinco estações. São Paulo: Summus, 1999 [Edições GLS], p. 23.

<sup>353</sup> RIBONDI, Alexandre. *Na companhia dos homens*: romance gay em cinco estações. São Paulo: Summus, 1999 [Edições GLS], p. 92.

Devir-palavra, devir-montanha - os amantes são também aquilo que os rodeia. Como um invólucro em constante mutação, gelo e gás. O viajante se despede de sua própria viagem, se despede de seu amante: “A despedida foi feliz. Ou quase feliz. Um pouco feliz. Houve traços de felicidade”. O amor, nas linhas escritas por Ribondi, é sempre trajetória, constante movimento, encontro e despedida. Pequenos interregnos de deleite, promessas hedonistas, repleta de corpos enlaçados, refeitos e desfeitos por suas tramas.

Jornalista, ator, diretor e autor de peças teatrais, Alexandre Ribondi tem um passado de militância no movimento gay. Foi um dos muitos colaboradores do jornal *Lampião da Esquina*. Viajante contumaz, suas narrativas estão repletas de outras territorialidades, assim como estão repletas de despedidas. Em entrevista concedida a Cláudio Roberto da Silva, Ribondi rememora seus anos de militância na década de 70, assim como faz uma avaliação dos anos 80. Em meio a esse balanço de memória em fins da década de 90, Ribondi chama a atenção para o fato de que o homossexual tolerado, politicamente tolerado, é aquele que esquece sua vida pessoal para não causar constrangimento nos espaços públicos:

Nesse sentido, o bom homossexual é aquele que não tem vida íntima, não tem vida privada, não tem sentimento, não tem emoção, não tem preocupações com a própria pessoal. Ele é todo dedicado aos outros! Do ponto de vista político, isso não me interessa!! Creio que a esquerda pressupõe que o homossexual vai esquecer sua vida pessoal para não criar constrangimentos, nem afastar votos do eleitor, pois o eleitor não vai suportar detalhes, assim como a esquerda também não vai suportar detalhes porque eles são horrorosos!!<sup>354</sup>

Talvez por essa sua leitura crítica da política partidária e da exumação da vida privada dos homossexuais, Ribondi crie uma narrativa tão repleta de cheiros, sabores, gostos, carnes, fluidos, sexo, entre outros. Suas histórias são sempre histórias que acontecem na vida privada e afetiva dos seus personagens e, nesse sentido, a sua relação com a escrita é carnal, como carnal é a produção identitária de seus personagens, pois ela se constitui sempre no encontro e na troca do corpo do outro, como lugar de descarte da mediocridade.

---

<sup>354</sup> SILVA, Claudio Roberto. *Reinventando o sonho* – história oral de vida política e homossexualidade. Dissertação de Mestrado em História Social apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

Tenho certeza, daqui a cinco anos tudo começará a ser genial porque é impossível ser medíocre por muito tempo!!! A década de oitenta foi uma mediocridade insuportável!!! A década de noventa está com um pé no medíocre, mas geralmente as décadas começam a partir da metade. Nós estamos em 1995.<sup>355</sup>

Quatro anos depois dessa entrevista, Alexandre Ribondi publica seu romance em “cinco estações”, quase a anteceder a irrupção dessa política da visibilidade, que se radicaliza a partir de 2000, inaugurando novas trajetórias, novas viagens e novos discursos amorosos.

Uma dessas trajetórias singulares é o da escritora Valéria Melki Busin. Autora de dois livros publicados pela *Edições GLS* e, juntamente com a editora Laura Bacellar, criadora do Sarau Umas & Outras<sup>356</sup>, Busin se faz presente em grande parte dos eventos que mobilizam a produção de políticas afirmativas voltadas para a comunidade GLBT.

Busin fez da sua escrita uma maquinaria produtora de signos que intenciona positivar vivências homoeróticas. Se dizendo “colecionadora de histórias”, escreve duas narrativas que enfocam diferentes experiências entre mulheres. A primeira delas, *O último dia do outono*: quando o amor acontece entre garotas, narra a história de Fernanda e Marisa, duas adolescentes, pré-vestibulandas, filhas da classe média paulistana que, ao se conhecerem, estabelecem uma relação de amizade eivada de afetos outros, mobilizada por um encantamento mútuo. A trama, focada na percepção de Fernanda, estabelece uma trajetória que trata, inicialmente, de um sentimento de solidão, de estranheza, de desejo, que vai se desdobrando num processo de auto-conhecimento e de completude. De uma “tristeza surda” e de uma “solidão voraz”, a autopercepção de Fernanda vai se processando e se ressignificando à medida que vai assumindo o seu desejo por Marisa, assim como vai tomando conhecimento de desejos semelhantes aos seus a partir do encontro com outros personagens dessa narrativa.

---

<sup>355</sup> SILVA, Claudio Roberto. *Reinventando o sonho* – história oral de vida política e homossexualidade. Dissertação de Mestrado em História Social apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

<sup>356</sup> O “Sarau Umas & Outras” foi criado em 2001 com o intuito de promover tardes de leituras apenas para mulheres. Inicialmente, funcionava na Livraria Futuro Infinito, em São Paulo, primeira livraria especializada em literatura e textos homoeróticos. Fechado esse espaço comercial, os encontros passaram a ocorrer no Bar Alegro, na Rua da Consolação. Atualmente, esse grupo de mulheres também organizam outros eventos, esportivos e culturais.

“ – Eu... eu sou gay!” – Diz Dinho, amigo da escola, a Fernanda. Feita a revelação, Fernanda escuta as confidências, as inseguranças e os medos do seu colega de escola. O ato de falar de si, se dizendo gay, é uma constante nessa narrativa. Não só as personagens Fernanda e Marisa, mas outros personagens secundários da trama investem nesse acontecimento discursivo. Essas práticas demarcam um ritual de passagem para os personagens, pois o ato de se dizer é configurado como uma prática de libertação, como uma ruptura-signo que representa um novo posicionamento em relação a sua própria historicidade de vida. Não raro, os personagens ressignificam seu passado a partir da revelação, lembrando outros momentos de vida, como a estabelecer uma continuidade com esse presente recém-descoberto, recém- revelado.

Fernanda vai remontando sua trajetória de vida: suas preferências por brincadeiras tidas como masculinas e sua rejeição de alguns códigos associados a feminilidade. Ao se descobrir apaixonada por Marisa, Fernanda atordoada, passa por diferentes etapas - “a primeira delas foi a de saborear a paixão” - , até o momento em que se sente rejeitada pela amiga que, muito religiosa, dizia ter preconceito com gays. Nesse momento da narrativa, Fernanda se recolhe da companhia desejada, procura outros espaços sociais de interação, começa a trabalhar numa escola de línguas, dirigida por duas lésbicas, e, ao entrar, na universidade, começa a namorar com Lupe. Contudo, reencontra com Fernanda e, pela primeira vez, trocam carícias e carinhos, seguidos de rejeição.

Resolvida a conhecer mais do universo gay, Fernanda confessa ao seu amigo Dinho seu desejo por Marisa e o seu sentimento de rejeição, que a convence a conhecer outras mulheres. Nesse momento narrativo, os personagens se lançam no cenário noturno da cidade de São Paulo, seus bares, suas baladas, suas possibilidades de sociabilidade. Vista por Lupe, aos beijos com uma anônima, Fernanda vive uma situação limite: Lupe, se sentindo traído, revela aos seus pais sua “condição” de lésbica. Intimada por eles, Fernanda resolve sair de casa, sendo acolhida por suas ex-patroas, que entre conselhos e acolhidas, oferecem referências literárias sobre os amores entre mulheres.

Nessa temporalidade narrativa, a autora oferece aos leitores referências bibliográficas e cinemáticas que tratam dos amores entre mulheres, a exemplo de *Carol*, de Patrícia Highsmith, e de *O poço da solidão*, de Radclyff Hall, assim como a lista de todos os romances até então publicados pela *Edições GLS*. Esse procedimento de auto-citação é

exemplar desse investimento de estabelecer representações culturais positivas sobre o universo homoerótico. A personagem Clara, ao citar *O poço da solidão*, romance do início do século XX, que aborda a trajetória de uma “invertida”, como nomeada por Hall, diz ser esse um “clássico, bem antigo”, mas com “final fraco”. A fragilidade da obra de Hall é significada pelo seu desfecho, pois as duas personagens da trama não ficam juntas no final, que termina com o desmanche da relação. Ao contrário da forma como é significado o romance *Carol*: “o primeiro no mundo com final feliz!”

Fernanda, “armada” de todos esses títulos, se reelabora reflexivamente:

Mesmo estando resolvida, ainda levei algumas semanas para tomar uma atitude mais concreta. Nesse meio tempo, li os livros que Clara me emprestara. Adorei todos, mas o que realmente me tocou fundo foi o de depoimentos verdadeiros, *Adeus maridos*. O que mais me encantava nele é que as mulheres eram muito diferentes, algumas passaram por problemas seríssimos, outras nem tanto, mas todas, sem exceção, jamais se arrependeram de ter abandonado maridos e lares constituídos para viver o amor por outras mulheres. Viraram minhas heroínas.<sup>357</sup>

Parceiras de empreendimentos culturais, a escritora Valéria Busin e a editora Laura Bacellar, coincidem na utilização estratégica da produção de heroínas para a simbologia gls. Depois de todos os percalços das personagens Fernanda e Marisa, o encontro, o desencontro, a paixão, a vergonha, a negação, a revelação, a confissão, elas marcam um encontro e se reconciliam em relação ao desejo mútuo, assim como se reconciliam em relação as suas crenças e as suas famílias. O final, exemplar, consiste na maior das celebrações do movimento GLBT: a Parada Gay de São Paulo:

A tarde estava ensolarada e o azul do céu brilhava intensamente. Aquela multidão colorida, as fantasias, mulheres se beijando, homens de mãos dadas dançando em plena rua – uma alegria inundou meu peito a ponto de quase transbordar. Quando começou a descida da Rua da Consolação, Marisa apertou minha mão, emocionada: os moradores dos prédios ao redor saíam à janela aplaudindo, jogando papeizinhos, mostrando bandeiras coloridas. Um arripio forte percorreu todo meu corpo. Parei, puxei-a para junto de mim. Beije Marisa: paixão, serenidade e fúria.<sup>358</sup>

<sup>357</sup> BUSIN, Valéria Melki. *O último dia do outono*. Quando o amor acontece entre mulheres. São Paulo: Summus, 2001 [Edições GLS], p. 114.

<sup>358</sup> BUSIN, Valéria Melki. *O último dia do outono*. Quando o amor acontece entre mulheres. São Paulo: Summus, 2001 [Edições GLS], p. 163

Com formação em psicologia, Valéria Busin produz uma narrativa com intenções pedagógicas. Ao focar o universo juvenil de personagens gays, reelabora as dúvidas e as angústias decorrentes da “descoberta” e da “experimentação” de uma sociabilidade própria da vida urbana num grande centro. Culminando com a celebração da passeata pelas avenidas de São Paulo, o final redentor de sua narrativa se constitui de referencial exemplar para os possíveis leitores que, de alguma forma, compartilham desse universo cultural.

A história de Fernanda e de Marisa tem uma ressonância muito grande na cultura eletrônica. Fernanda e Marisa, nos *sites* dedicados a cultura gls, adquirem um outro estatuto, se transformando, elas mesmas, em “heroínas”. Celebrada como uma narrativa deliciosa, o *website* Armário X, indica: “Sabe aquela vontade de ler sem parar para saber logo o final e ao mesmo tempo não querer chegar ao fim para que não acabe? Pois é, esse livro é assim! Não pode faltar de modo algum na estante das meninas”.<sup>359</sup>

Uma leitora, na sessão de “Opinião de clientes” do *site* de vendas virtual das Lojas Americanas, opina: “Muito bom! Este livro é muito bonitinho, relata o amor de duas adolescentes. A autora mostra o amor das garotas com muito carinho. Simplesmente divino.”<sup>360</sup>

Dois anos depois da publicação do seu romance *O último dia do outono*, Busin, mais uma vez, figura nos *sites* que especializam a cultura gls, ao lançar uma outra narrativa, dessa vez direcionada para um público mais adulto: *Lua de prata*: quando a paixão acontece entre mulheres. Dedicado a “todas as pessoas que, ao seu modo, lutam para construir uma sociedade mais justa e menos preconceituosa. E também a todas as mulheres do grupo Umas & Outras”, o romance *Lua de prata* vai problematizar o universo de duas balzaquianas, Mirella, recém separada de um marido violento, e Ana Maria, recém traída pela companheira com quem viveu anos.

Companheiras de trabalho numa escola acabam por se aproximar em meio ao fim dos seus respectivos relacionamentos e estabelecem uma amizade. Ana Maria, muito afeita aos relacionamentos homoafetivos, se encanta por Mirella, que, com ela, vive sua primeira relação lésbica. O drama da narrativa se configura no processo de confissão pública de Ana

---

<sup>359</sup> Disponível em: <http://www.armariox.com.br/hm/guiacultural/literatura.htm> . Acessado em julho de 2006.

<sup>360</sup> Disponível em: <http://www.americanas.com.br/prod/132859/BookStore?i=1> . Acessado em dezembro de 2006.

Maria, que até então vivia escondendo sua opção sexual, e na descoberta da possibilidade de uma paixão homoerótica vivida por Mirella, mãe e ex-esposa de um homem violento.

Apresentando o mesmo teor pedagógico, a autora “ensina” como lidar com situações semelhantes. Como assumir no trabalho, como assumir na família, como assumir... Assumir a si e ao seu desejo pelo outro, a despeito das conveniências sociais que interditam esse tipo de relacionamento.

Se *O último dia do outono* trata do universo juvenil e das interdições próprias dessa geração, *Lua de prata* seria o contraponto para referenciar um universo que já compartilha do mundo do trabalho. Como afirma Luiz Mott, em uma de suas crônicas, “não adianta sair dos armários, é preciso sair das gavetas” do espaço público. Essas duas narrativas juntas correspondem a uma das máximas do atual movimento gay brasileiro: assumir uma condição homossexual no espaço privado do lar e no espaço público do mundo do trabalho.

Em grande medida, essas práticas são condizentes com a própria postura pública da autora, assim como condizem também com a linha editorial da *Edições GLS*: a produção de uma narrativa que naturaliza as relações homoeróticas a partir da estratégia de normatizar e positivar essas experiências. Se, em termos de políticas públicas, o Movimento GLBT se mobiliza em torno da naturalização das relações homoeróticas, com a regulamentação jurídica de suas práticas, a exemplo da luta pela adoção e pelo reconhecimento civil de suas uniões, esse tipo de investimento simbólico, através da promoção de representações literárias, simboliza uma outra frente de disputa: a produção de técnicas de si, com a prescrição de condutas e práticas capazes de permitir ao indivíduo uma capacitação positiva de seus desejos, pois a vida do outro, ainda que ficcional, significa um lugar para repensar a si, a partir de um modelo ético: o ideal de uma vida que não se envergonha de si mesma.

Contudo, como toda proposição ética-modular, essa não deixa de ser excludente, assim como é excludente essa estratégia política editorial de veicular publicações literárias com políticas voltadas a movimentos sociais que pleiteiam o instituinte de suas possibilidades. Nesse sentido, essa produção escriturística, por mais que se institua como uma tradição que remontaria ao século XIX, ela se singulariza por essa produção identitária, tão contemporânea.

De certa forma, o investimento em representações identitárias positivas para o universo gls não deixa de circunscrever um grupo específico de consumidores, um público

alvo. As questões que mobilizam a produção escriturística da *Edições GLS*, as representações culturais veiculadas por essa linha editorial, no intuito de produzir referenciais positivos, se engessam em alguns lugares subjetivos que longe de transgredirem o normativo do social, acabam por reivindicar espaços de semelhança, espaços de aceitabilidade. O ser aceito, nesse sentido, não se faz apenas pela sua opção sexual, mas, sobretudo, pelo tipo de conduta social exemplar.

Sintomático dessa proposição, temos a publicação de dois outros títulos da *Edições GLS*: *Retrato em branco e preto: manual prático para pais solteiros*<sup>361</sup>, de Ângelo Pereira, e *Uma vida de sucesso: como uma homossexual brasileira se deu bem na Microsoft*<sup>362</sup>, de Soraya Bittencourt. Esses dois títulos, que compartilham do registro autobiográfico, exemplificam narrativas tidas como edificantes: a conquista do direito de adoção por um homossexual assumido, e a história pessoal de uma engenheira, que “sempre nadou contra a corrente”, mas que conseguiu se estabelecer numa das maiores empresas dos Estados Unidos.

Tanto uma como a outra trajetória são edificantes, quase num sentido hagiográfico, pois são exploradas as dificuldades presentes em todos esses empreendimentos, os percalços, os investimentos e as conquistas. Grávido de exemplaridade, esses relatos, além de compartilharem experiências singulares, capitalizam o fato de serem relatos verdadeiros, e, portanto, possíveis.

Ter uma “vida de sucesso” ou realizar uma “vida em branco e preto” demonstra como vidas tidas como “não convencionais” podem ser socialmente aceitas e exemplares, para além dos códigos sexuais transgredidos. O teor, pois, dessa produção escriturística, não é demarcar os traços de uma vivência social transgressora, não é tornar visível a diferença que a singulariza, mas a promoção de uma representação que, de certa forma, oblitera a singularidade.

Talvez a produção textual que mais se distancie desse empreendimento normatizador, seja o de Vange Leonel, cantora e escritora. Responsável pela “Coluna GLS” da Revista da Folha, no encarte dominical do jornal Folha de São Paulo, pela Coluna

---

<sup>361</sup> PEREIRA, Ângelo B. *Retrato em branco e preto*. Manual prático para pais solteiros. São Paulo: Edições GLS, 2002.

<sup>362</sup> BITTENCOURT, Soraya. *Uma vida de sucesso*. Como uma homossexual brasileira se deu bem na Microsoft. São Paulo: Edições GLS, 2003.

“Bolacha Ilustrada”, do site Mix Brasil, assim como autora da última página da Revista G Magazine, Vange Leonel tem um histórico singular no tangente a sua prática ativista e a sua prática de escritora.

Convidada por Nelson Feitosa, editor da Revista *Sui Generis*, para escrever uma coluna mensal para as leitoras lésbicas, Vange, desde 1996, se ocupa das mais variadas problemáticas do universo cultural homoerótico. Se propondo a uma escrita anti-sexista, Leonel desenvolve um campo de reflexividade que extrapola interesses tido como apenas femininos. Sua “verve”, exposta na coluna “Grrrls”, compõe um trânsito rizomático entre a sua forma de perceber o universo gay e a demanda identitária formulada pelo movimento GLBT.

Eu, uma das poucas artistas brasileiras saídas do armário, já havia sido motivo de uma matéria na *Sui* onde expus alguns pontos de vista sobre a questão gay. O Nelson gostou da minha verve e me contratou. Poderia parecer estranho uma cantora de pop-rock de repente começar a escrever para uma revista gay, mas o fato é que, desde a adolescência e muito antes de seguir carreira profissional de cantora, eu sempre estive muito perto do movimento gay (entrei para o grupo LF – Lésbico-Feminista – quando tinha dezessete anos). Na verdade, quando comecei a escrever para a revista não eram muitas as pessoas públicas que topavam veicular suas imagens à questão gay.<sup>363</sup>

Adotando a máxima do movimento punk, “toque-um-instrumento-mesmo-sem-saber-tocar”, Leonel se inspira no movimento *Riot Grrrls*, movimento pós-punk e pós-feminista, criado por roqueiras americanas, para construir uma “atitude mais irreverente ao escrever”. Seu livro, *Grrrls: garotas iradas*, publicado em 2001 pela *Edições GLS*, é a republicação de alguns de seus textos publicados na Revista *Sui Generis*, assim como a publicação de textos inéditos. Demarcado pela variedade de temas abordados, *Grrrls*, intenciona valorizar as “garotas que são fortes, agressivas e que têm atitude”.

Nesse seu intuito, Vange, como é mais conhecida pela mídia, acaba por abrir brechas nesse modelo identitário postulado pela política de publicação da *Edições GLS*, pois permite, a partir de seus ensaios, a visibilidade e a dizibilidade de novas formas de vivência do universo simbólico gls, sempre abrindo possibilidades de experimentação de novos devires: “Pobre da mulher que não tem pinto e do homem sem buceta. Perdoai-os Pai, eles não sabem – ainda – o que podem vir a ser”, pontua alegoricamente Vange.

---

<sup>363</sup> LEONEL, Vange. *Grrrls: garotas iradas*. São Paulo: Summus, 2001 [Edições GLS], p. 11

Ao criticar a forma discriminatória como alguns homens afeminados e algumas mulheres masculinizadas são tratados por homossexuais, Vange vai se posicionando frente aos postulados dessa política de posituação identitária:

A fantasia é direito inexpugnável de cada um. Mesmo não sendo *lady*, nem sapatao, nem *drag king*, nem *lesbian chic*, é direito de uma mulher ser o tipo que ela quiser, vestir a roupa que preferir e até mesmo ser tudo isso junto ou de um jeito diferente a cada dia da semana. Ruim é ter que se comportar segundo uma cartilha politicamente correta, mesmo sendo ela ditada por um ativismo gay politicamente consensual, mas na verdade careta e estreito. A liberdade e a visibilidade são para as borboletas, para os laçinhos cor de rosa e também para os sapatões.<sup>364</sup>

Contudo, Vange não desconsidera a importância da confissão pública da homossexualidade, principalmente em figuras que são da cena cultural, alvos de especulação da mídia. Entendendo que o público gay é carente de “ídolos homossexuais”, associa a confissão a um ato de coragem e de “exibição”. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se coloca criticamente em relação a uma estratégia identitária de normatização pretendida pelo movimento gay, considera necessário, por “compensação”, “povoar nosso imaginário com personagens que possam se dar bem apesar de serem *guache* na vida”:

Não compactuo com a histeria politicamente correta que acha necessário retratar gays e lésbica sempre de cor de rosa, mas por uma questão de equilíbrio estão faltando finais felizes ou apenas histórias comuns. [...] Gays e lésbicas querem novos heróis.<sup>365</sup>

Dois anos depois da publicação de *Grrrls*, a *Edições GLS* publica um romance de Vange Leonel, que apresenta um misto de “história comum”, ao tratar da cena noturna da cidade de São Paulo e as sociabilidades existentes entre as frequentadoras dos *clubbers* noturnos, centradas nas personagens Lelê e Belezinha, e um misto de realismo fantástico, com a presença de outra personagem, Wendy, mulher em seu devir-fantasma. Utilizado como intertexto as histórias de Peter Pan e sua Neverland (Terra do Nunca), Leonel compõe uma narrativa que vai representar muitas das experiências presentes nas sociabilidades entre meninas-mulheres. Diferentemente da narrativa de Valéria Meskin, que

<sup>364</sup> LEONEL, Vange. *Grrrls*: garotas iradas. São Paulo: Summus, 2001 [Edições GLS], p.22.

<sup>365</sup> LEONEL, Vange. *Grrrls*: garotas iradas. São Paulo: Summus, 2001 [Edições GLS], p. 28.

aborda o amor de uma menina por outra, baseada numa relação de busca de fidelidade, em *Balada para as meninas perdidas*, os amores são fluidos, fluxos, rizomas: troca de parceiras, utilização de brinquedos eróticos (bilbos e outros), drogas, música eletrônica, tatuagem, *piercings*, assim como outras marcas simbólicas da chamada cultura gay urbana.

Nessa narrativa, não aparecem os problemas de aceitação, de descoberta, dos relacionamentos conflitantes com as famílias, da confissão do desejo, tão abordados nos debates promovidos pelo movimento GLBT e investidos pela *Edições GLS*, pois as “meninas perdidas” não problematizam a normatização ou a segregação do seu desejo, mas as várias formas possíveis de se conectarem em outros corpos, também motivados pelo hedonismo.

São encontros sexuais em banheiros de clubes noturnos, em escadas, nas ruas da cidade, em carros, em elevadores, entre outros. O universo cultural das meninas perdidas não está preocupado com questões de ordem jurídico-legal, mas com a expressão e experimentação dos prazeres, estes vivenciados sem culpa, sem vergonha. A procura de sexo e de aventuras amorosas nas baladas lésbicas da cidade é ornamentada ao som de ídolos da cena cluber internacional. Nessa narrativa, o devir, a troca, a sofreguidão, o orgasmo, os encontros e os desencontros são próprios de uma juventude que já não mais compartilha dos ideais políticos e/ou policialescos de práticas ativistas mais voltadas para a legitimação e o reconhecimento de direitos civis. Curiosamente, esse é um dos poucos títulos da *Edições GLS* que não postula um sentido moral no fim da narrativa, ou até mesmo, a apresentação de condutas exemplares. As meninas perdidas são tantas e tão diferentes, que a elas escapam qualquer processo de singularização, enquanto tipo social ou enquanto identidade cultural, pois o que caracteriza o sentido da “perda” é o constante vir a ser, o devir transmutado em arte da existência. A história dessa trama finaliza como finalizam as baladas clubers: há sempre uma próxima, há sempre novos devires a serem investidos.

Domesticar toda essa experimentação, seria o mesmo que tentar domar as videiras, disciplinando-as, pois, como diz Michael Cunningham<sup>366</sup>, estas têm uma vida secreta própria, que tornam inviáveis o serviço de podagem.

---

<sup>366</sup> CUNNINGHAM, Michel. *Laços de sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

### 4.3. Entre videiras e links: comunidades de leitores, comunidades do Orkut

Constantine imaginou esse cordão grosseiro, forte e pardacento, de pêlos eriçados, envolvendo o mundo num embrulho desajeitado que não se manteria atado, como as videiras que continuavam a se soltar e brotar em ângulos extasiados em direção ao céu. Uma de suas obrigações era disciplinar videiras, que ele passara a detestar e a respeitar por sua teimosia selvagem. As videiras tinham uma vida secreta, emaranhada, uma vontade adormecida, mas era ele, Constantine, quem sofreria se elas não se conservassem estaqueadas e em ordem.<sup>367</sup>

O mundo dos leitores parece-nos um mundo enevoado e cheio de promessas. Tal como as videiras, o mundo da leitura também tem uma vida secreta e emaranhada. Capaz de capacitar os leitores a evadir-se de si, a leitura é aquela [prática] em que as potencialidades do cotidiano se expandem. Outras vidas, outros mundos, outras experiências, ao alcance das mãos, ao alcance dos olhos.

Sugestiva, impositiva, questionadora, sedutora, inquietante – muitos poderiam ser os movimentos de adjetivação dessa prática quase imemorial. A leitura, enquanto movimento maquínico, mobiliza o corpo, faz dele a extensão poética de outros corpos. Contudo, a história da leitura nem sempre foi inscrita apenas a partir desses campos de desejo.

Historicamente, a leitura também foi tida como permissiva, como aliciadora, como perigosa, tornando-se objeto de estratégias panópticas de controle. Do moleiro Menocchio, queimado em meio a fochos de lenha, aos leitores de Cassandra Rios, tida como nociva à saúde mental das moçoilas, ávidas por suas tramas, a leitura se constitui como um lugar de incômodo, pelas suas potencialidades nômade.

Percorrer a página escrita, ou outros tipos de escrituras, é vagabundear em terras alheias, em que damos nossas paradas subjetivas e ali ocupamos espaço, remontando territorialidades. Enlace amoroso, a leitura, é também o contato com o delineamento de outras formas corporais, trazendo a página enegrecida pelo outro, transmutando-a em evidência de si mesmo.

Numa sociedade que supervaloriza a linguagem, a leitura se configura, nessa contemporaneidade, em capital simbólico. Enquanto prática desviacionista, pois o cofre

---

<sup>367</sup> CUNNINGHAM, Michel. *Laços de sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.12.

forte do sentido já está em aberto pelos movimentos de interpretação, pode ser entendida enquanto uma “antidisciplina”, como problematiza Michel de Certeau.

Enquanto prática cultural, os movimentos de leitura apresentam também processos maquínicos singulares. É no seu devir-videira, a desdenhar das disciplinas normativas de uma sociedade escriturística, que temos a emergência de outras ilhas de sentido, produzidas pelas artimanhas dos leitores. Estes, antes marginalizados por uma lógica do consumo que privilegiava apenas as estratégias dos produtores culturais, se espacializam nos mais variados espaços. Aliados dos lugares de peritos, de críticos institucionalizados por um saber autorizado (acadêmico e institucional), ficam à deriva dos enunciados formadores de discursividade.

Contudo, essa equação vai sendo reinventada nesse presente que coabita com novas culturas do escrito e novas formas de leituras. A leitura, em seus diferentes devires, é multiplicada por uma nanotecnologia dos afetos. Essa prática atomista, ela mesma dispersa, descentrada, astuciosa, habita, simultaneamente, com economias produtivistas que, tendo como sistemática a elaboração de estratégias normativas, fabricam artefatos culturais que têm pretensão pedagógica, no desejo de equipar os leitores de identidades disciplinares. Caberia, pois, ao leitor, “deixar-se imprimir pelo texto”.<sup>368</sup>

Se a estratégia política editorial da *Edições GLS* consiste na promoção e na padronização de estilos de vida, ao publicar narrativas que positivem a vivência homoerótica, com suas intenções pedagógicas, seus leitores, à maneira dos ciborgues e dos mutantes, cujos elementos exteriores ao seu corpo, modulam novas corporeidades, burlam essa trilha de vida elaborando e traçando novas, pois o livro, enquanto uma máquina literária, se conecta a outras maquinarias, de amor, de guerra, de repúdio, de alento, de apaziguamento<sup>369</sup>. Nesse sentido, o que demarcaria a prática da leitura não seria a homogeneização pretendida por essa política ativista e editorial, mas a heterogeneidade possível por essas bifurcações e digressões das maneiras de ler.

Ainda que, em grande medida, as textualidades publicadas pela *Edições GLS* utilizem de histórias de vida, testemunhos de “experiências reais”, exemplares e dignificantes, tornando visível o ordinário de vidas que enfrentaram o “pecado nefando” e a

---

<sup>368</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>369</sup> DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

“marginalidade amorosa”, ironizando e parodiando a moral hetero-normativa, ainda assim, esse projeto editorial produz simulacros de vida que, em nome de uma política da visibilidade afirmativa, exclui outras maneiras de expressão, criando uma identidade que homogeneiza, produzindo uma armadura.

Para Guattari, a identidade cultural seria, portanto, reacionária, pois, em nome de um projeto identitário, teríamos um procedimento de reificação de alguns elementos identitários em detrimento da composição múltipla de outras expressões simbólicas:

Singularidades femininas, poéticas, homossexuais, negras, etc., podem entrar em ruptura com as estratificações dominantes. Para mim, esta é a mola-mestra da problemática das minorias: é uma problemática da multiplicidade e da pluralidade, e não uma questão de identidade cultural, de retorno ao idêntico, de retorno ao arcaico.<sup>370</sup>

Nesse sentido, essa linha editorial, ao se conectar a essa economia escriturística, produz uma disciplina dos corpos, uma identidade cultural, ao estabelecer aquilo que deve ser visível, aquilo que deve ser dito. A invenção dessa identidade cultural, naquilo que ela apresenta de instituído, enquanto espaço de referência, de circunscrição da realidade, “faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável”.<sup>371</sup> Ela legitima, portanto, esse “retorno ao idêntico” e ao “arcaico”, do qual fala Guattari.

Frente ao estabelecimento do “mesmo”, ainda assim as maneiras de ler constituem práticas fronteiriças que, mesmo dialogando com os modelos identitários postulados, não se resumem a elas. Portanto, que procedimentos subjetivos, ou maneiras de ler, jogam com os mecanismos identitários, vivenciando a heterogeneidade?

Michel de Certeau, ao problematizar a atividade leitora, demonstra os traços de uma produção silenciosa. A leitura, enquanto tática, seria o “não-lugar”, aquele não habitado pela produção escriturística e, por isso mesmo, seria plástica, dispersa, fugidia. No entanto, com a emergência da cultura eletrônica e das comunidades virtuais que a compõem, são produzidos novos territórios que tornam visíveis os movimentos poéticos dos leitores.

---

<sup>370</sup> GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 74.

<sup>371</sup> GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 69

Esses territórios, ocupados pelos mais diferentes sujeitos, tanto capitalizam, quanto desconstroem as fronteiras identitárias, produzindo novas textualidades. A leitura, portanto, torna-se, ela mesma, em matéria de escrita.

Tornada visível através das comunidades do orkut<sup>372</sup>, as artes de ler, transformadas em textos, possibilitam dimensionar como essa prática astuciosa, esse saber nômade, se monumentaliza em territorialidades do universo virtual.

Assim como as videiras, as redes de sociabilidade, estabelecidas na cibercultura, apresentam um crescimento exponencial. São milhares de comunidades, coexistindo nesse território, de “infinitas” possibilidades. A heterogeneidade é a marca desse novo suporte de linguagem. Em meio a esse universo, quase infinito, temos a criação de algumas comunidades voltadas para o intercâmbio de diferentes tipos de leitura. Nesse agrupamento virtual, comunidades são formadas, são delineadas, mas seus delineamentos são efêmeros, posto que plásticos.

Essa textualidade, agrupada nas comunidades do orkut, que torna matéria as maneiras de ler um texto, ao se articular em torno de um novo suporte de linguagem, de um novo equipamento discursivo, possibilita a tessitura de novos sentidos para o texto, ao estabelecer uma íntima relação com as culturas de si:

Aqui não é mais a unidade do texto que está em jogo, mas a construção de si, construção sempre a refazer, inacabada. Não é mais o sentido do texto que nos ocupa, mas a direção e a elaboração de nosso pensamento, a precisão de nossa imagem do mundo, a culminação de nossos projetos, o despertar de nossos prazeres, o fio de nossos sonhos. Desta vez o texto não é mais amarrotado, dobrado feito uma bola sobre si mesmo, mas recortado, pulverizado, distribuído, avaliado segundo critérios de uma subjetividade que produz a si mesma.<sup>373</sup>

Nessa abordagem, o texto é considerado como um território existencial, que aborda práticas concretas de subjetivação, dependendo de uma série de processos maquínicos e de equipamentos coletivos de subjetivação. Do pensamento que faz do mundo uma imagem

---

<sup>372</sup> O orkut é uma comunidade virtual afiliada ao Google, site de busca da internet, criada em 22 de Janeiro de 2004, com o objetivo de ajudar seus membros a criar novas amizades e manter relacionamentos. Seu nome é originado no projetista chefe, Orkut Büyükkökten, engenheiro do Google. Sistemas como o adotado pelo projetista, também são chamados de rede social.

Disponível em: [http://www.google.com/search?hl=pt-BR&rls=com.microsoft:en-US&defl=pt&q=define:Orkut&sa=X&oi=glossary\\_definition&ct=title](http://www.google.com/search?hl=pt-BR&rls=com.microsoft:en-US&defl=pt&q=define:Orkut&sa=X&oi=glossary_definition&ct=title). Acessado em dezembro de 2006.

<sup>373</sup> LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. p. 36.

analogizável (representação), ou faz do mundo uma imagem que é pura alteridade (presentificação), uma multiplicidade de sistemas maquínicos incidem sobre a produção de enunciados, imagens, pensamentos e afetos.<sup>374</sup>

Os regimes sócio-imagéticos, as hibridações homem-máquina e o nomadismo identitário, característicos de nossa contemporaneidade, repercutem sobre as noções de representação e sobre os seus processos de produção. Assim, o texto passa a funcionar como uma máquina agenciadora de sentidos, que dependem de uma pragmática: as circunstâncias, os acontecimentos, os atos e os usos do texto.

A pragmática própria dos “orkuteiros”, como são nomeados os seus usuários, instituem tipos de operações específicas, “modalidades da ação”, pois, ao se alocarem nesse universo virtual e se inscreverem no programa de comunidades do orkut, os usuários são convocados a preencherem um perfil pessoal, cuja intenção é constituir um espaço de si para o(s) outro(s). Os usuários dizem de si, de seus afetos, de seus gostos, de seus desejos, criando um espaço fértil que capitaliza a cultura da confissão.

À medida que eles ritualizam essa prática confessional, a partir do estabelecimento de um arquipélago de auto-narrativas, os orkuteiros elaboram também novas práticas de subjetivação coletiva, pois, ao estabelecerem uma rede de contatos, extrapolam o lugar do eu. O espaço do orkut, pois, viabiliza uma urdidura dos afetamentos, cujos enlaçamentos são promovidos a partir de duas formas de agrupamento: as redes que são construídas pelo convite aos amigos e as redes que são produzidas a partir de interesses comuns, com o estabelecimento de comunidades específicas.

É em torno dessa segunda forma de agrupamento, das materialidades discursivas nela presentes, que problematizaremos algumas maneiras de ler a literatura gls, para dimensionar como a leitura, nessa contemporaneidade, não estabelece o silêncio como postulado, possibilitando, ao contrário, o acesso aos ruídos de uma fabricação. A escolha, portanto, recaí sobre a Comunidade Literatura GLS<sup>375</sup>, criada em março de 2005, por Marcio Cwb (*nickname*), cuja descrição delimita:

---

<sup>374</sup> PARENTE, André. *Imagem-máquina* – a era das tecnologias do virtual. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

<sup>375</sup> Disponível em: <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=1670358>. Acessado em dezembro de 2006.

Para você que gosta de ler, que tem interesse obras nesta temática ou de autores gays, lésbicas e transsexuais. Este grupo tem a finalidade de discutir estas obras, fazer indicações de livros, indicar autores, enfim discutir tudo relacionado ao tema, sem preconceito e respeitando sempre os diversos pontos de vista.<sup>376</sup>

Composta por 2.100 membros, essa comunidade de leitura não é a única a tratar dessas maneiras de ler. Associada a essa comunidade, temos muitas outras que apresentam intenções semelhantes, a exemplo das comunidades: Literatura Gay, Literatura Homoerótica, ou comunidades que são formadas para discutir uma obra em específico, assim como aquelas que objetivam debater alguns autores. Contudo, a especificidade da Comunidade Literatura GLS é a que mais se relaciona com a produção desse conceito de gays, lésbicas e simpatizantes, promovidos pela *Edições GLS*.

O estabelecimento desse elo em comum, dessa rede que congrega uma prática cultural que inventariza novos espaços de institucionalização da leitura, põe em circuito uma das tensões próprias de nossa historicidade: o embate entre os afetamentos de fazer parte de uma comunidade e a demarcação de traços de uma individualidade.

Zigmunt Bauman, no seu livro *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, vai tratar de alguns dos delineamentos dessa tensão, que congrega o desejo por uma identidade coletiva:

Uma vida dedicada à procura da identidade é cheia de som e de fúria. “Identidade” significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singularizar – e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar. E no entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos.<sup>377</sup>

Discutindo Hobsbawm, Bauman vai demonstrando como essa intenção de fazer parte de uma comunidade é uma prática indiscriminada na nossa contemporaneidade, marcada pela mobilidade e pelo deslocamento. A tentativa de frear esses movimentos e o desejo de exorcizar coletivamente a ansiedade e o medo pelo colapso das identidades, seria

<sup>376</sup> Disponível em: <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=1670358>. Acessado em dezembro de 2006.

<sup>377</sup> BAUMAN, M. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 21

responsável, paradoxalmente, pela invenção da própria identidade. Como diz Jock Young, citada por Bauman, “precisamente quando a comunidade entra em colapso, a identidade é inventada”.<sup>378</sup> Portanto, é na formação dessas comunidades-cabides, que podemos perceber como as identidades culturais são inventadas em meio a essa tensão entre o desejo de pertencimento e as brechas advindas dos processos de singularização coletiva.

Esse mundo da leitura, formada pelos fóruns de debate da Comunidade Literatura GLS, institui uma superfície de inscrição que permite tornar visível o enunciável de uma época. Muito mais do que formatar identidades, os debates possibilitam perceber a heterogeneidade presente nessas práticas de individuação, em que atua uma pluralidade de signos.

Um dos tópicos mais investidos na Comunidade Literatura GLS é o “Quem são as pessoas dessa comunidade”. À medida que os orkuteiros vão se auto-identificando, demarcam, também, novas formas de significar a literatura gls.

Leo: eu tenho 22 anos,moro na bahia,feira de santana,sou especialista em literatura brasileira,indo pra o mestrado tb em lit. brasileira,professor,consumidor ávido de livros. tb escrevo muito,poesia e prosa e "proesia" de(pode-se dizer tb) temática gay. olha,amo tudo q chega a minha mao.o unico livro gls q eu odiei ate hj foi o famigerado "terceiro travessiro" que eu achei um horror:pre-freudiano,rasteiro,conto-de-fadas p gays mentalmente retardados. peço perdao aqueles q idolatram o livros,varios amigos meus inclusive,mas... é a minha opiniao.alias, o bom da diversidade eh isso né?bjo a todos(as).<sup>379</sup>

Escritos numa linguagem que subverte as regras gramaticais, essa linguagem dos cibernautas, instauram também uma arte da sublevação. “Opinioso”, o discurso de Leo, ao mesmo tempo em que se coloca como um consumidor ávido de livros, se faz também de crítico feroz de uma das obras mais vendidas sob o epíteto de uma literatura gls: *O terceiro travesseiro*<sup>380</sup>, da autoria de Nelson Luiz de Carvalho, já está em sua nona edição. Percebido como um “contos de fadas para gays mentalmente retardados”, a narrativa de

<sup>378</sup> BAUMAN, M. *Comunidade*. A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 20

<sup>379</sup> Disponível em: <http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=1670358&tid=12541629&na=3&nst=11&nid=1670358-12541629-126159025>. Acessado em dezembro de 2006.

<sup>380</sup> CARVALHO, Nelson Luiz de. *O terceiro travesseiro*. 9.ed. São Paulo: Arx, 2005.

Carvalho também suscita outras significações. Na sessão de opinião do leitor do *site* de vendas da Livraria Cultura, um leitor anônimo conceitua:

Simplesmente fabuloso. O terceiro travesseiro é uma verdadeira obra de arte. A história me prendeu do começo ao fim. Não pude deixar de comparar a história com minha vida, pois alguns momentos são extremamente semelhantes. É sem dúvida um dos melhores livros que já lí.<sup>381</sup>

Um outro orkuteiro, Jandiro Adriano, ao se apresentar, não se coloca no contraponto a um texto publicado, mas aos lugares tidos como “clichês” próprios das textualidades de si:

Eu  
 Meu nome é esse mesmo e minha foto (apesar de infeliz) é essa mesmo. Vivo num universo meio andrógino, não me travisto a ponto de usar saias, mas também não sou de bombachas. Enfim, acho (enchendo a minha bola) que tenho estilo próprio. Tenho um relacionamento há sete anos (com um homem casado, clichê), mas ultimamente venho pensando em me dar novas chances.  
 Sou funcionário público. Tenho verdadeira fixação por literatura, quando é relacionada ao tema da homossexualidade, melhor ainda...  
 Minha cidade (Estrela-RS) é pequena, cheia de preconceitos (outro clichê), mas optei por escancarar minha vida. Tive momentos complicados, mas hoje tudo está ok!  
 Abraço a todos!<sup>382</sup>

Esses lugares inaugurados para a composição dos movimentos da leitura gls, são também formadores de composições de si. “Fixação por literatura”, fixações naquilo que se lê. Essas comunidades acabam por agregar os mais heterogêneos sujeitos: são estudantes de letras, balconistas, enfermeiras, médicas, professoras, psicólogos, secundaristas, escritores, modelos, esportistas, advogados, engenheiros, empresários, enfim, uma miscelânea de lugares sociais reconhecidos, além de outros nem tão “comuns”:

Sou a Louise, uma Crossdresser(\*) de Porto Alegre, passei dos 30 anos e perdi a conta, gosto de literatura e cinema, especialmente dos clássicos e de obras com tema GLBT. Estou lendo alguns livros sobre transexualidade e dei de presente de Natal para minha mãe

<sup>381</sup> Disponível em:

<http://www.livrariacultura.com.br/scripts/cultura/resenha/resenha.asp?nitem=110390&sid=17915221581112449421891146&k5=697916C&uid>. Acessado em novembro de 2006.

<sup>382</sup> Disponível em:

<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=1670358&tid=12541629&na=3&nst=11&nid=1670358-12541629-126159025>. Acessado em novembro de 2006.

o livro "O Preço de Ser Diferente", para ir preparando o espírito dela, afinal um dia vou ter que dizer o que realmente sou.<sup>383</sup>

A leitura é apresentada como estratégia para dizer a si. Mas essa não é a única postagem da orkuteira Louise. Dois dias depois dessa sua inscrição, Louise novamente se configura, se “atualizando”:

Atualizando

Eu me apresentei na condição de Crossdresser, mas já que estão me "acusando", discriminando e segregando em outros lugares na condição de transexual, eu assumo. (vejam tópico específico)

Sou mulher transexual, com muito orgulho.<sup>384</sup>

Uma vez postado um recado nos fóruns de debate das comunidades, qualquer usuário pode acessar o perfil pessoal, clicando no link correspondente ao do *nickname* e, assim, estabelecer um novo processo de comunicação. Talvez, a resposta de Louise tenha sido motivada por críticas deixadas na sua página pessoal. De certa forma, essa dinâmica de “dizer quem é”, de se apresentar e “justificar” a entrada numa determinada comunidade, configure uma das ambigüidades dessa prática confessional, pois cada usuário pode produzir para si personagens que teatralizem ou parodiem a própria vida, assim como se pode inventar qualquer *persona* para si mesmo, outro sexo, outra idade, outra cidade, etc. Não é rara a produção de *fakes*, perfis “falsos” de orkuts, em que o usuário se reveste de todo uma fantasmagoria para evitar qualquer tipo de reconhecimento.

Portanto, os orkuteiros são envolvidos pela possibilidade do anonimato, ao mesmo tempo em que são impelidos a produzirem discursos de verdade acerca de si mesmos e acerca de suas práticas de leitura. Contudo, outros investem na incidência de um “discurso autoral”:

Me incomoda a classificação GLS

Literatura deve ser sempre literatura. Este rótulo só tem a serventia de criar mais um

---

<sup>383</sup> Disponível em:

<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=1670358&tid=12541629&na=3&nst=21&nid=1670358-12541629-2422804310240781362>. Acessado em novembro de 2006.

<sup>384</sup> Disponível em:

<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=1670358&tid=12541629&na=3&nst=31&nid=1670358-12541629-2451626160724076011>. Acessado em novembro de 2006.

gueto para a comunidade gay.  
 Sou Emerson Ricardo, aspirante a escritor, disposto ao qualquer escândalo para ser publicado por uma editora grande.  
 Paulistano, leio e escrevo como ocupação e distração.<sup>385</sup>

Emerson Ricardo e sua vontade intempestiva de “escândalo”, visibiliza como a leitura pode está investida num desejo de escrita. Como ele, são muitos os orkuteiros que ao se dizerem, se dizem no seu desejo de serem lidos. Muitos deles, escritores que vivem à margem do mercado editorial, tidos como “não-profissionais”, disponibilizam *links*, endereços eletrônicos, para que outros possam ter acesso a suas escritas, ainda a espera de serem publicadas.

Outros membros da Comunidade GLS, em sua grande maioria, participam dos fóruns de debates para tomar conhecimento de algumas das referências literárias do universo gls.

Sou do Rio de Janeiro  
 Chamo Eduardo, 45 anos, viciado em cinema e literatura. Quanto à temática sou extremamente eclético, mas gosto de procurar livros e filmes gay pois, como vivo num mundo dominado por um padrão que não é o meu, sinto falta de referencias ao meu universo. Sou um cara comum sem stress, sem ansiedade, gosto muito de programas voltados pra atividades culturais, mas não dispenso também simplesmente sair pra jogar conversa fora. Moro sozinho. Amo viajar mas é uma coisa que não tenho feito muito ultimamente. Tal como um amigo aí de cima, também sou bastante curioso. Acho que isso é que move as pessoas. Quero ser curioso eternamente, sempre afim de conhecer pessoas, idéias, locais, coisas.  
 Livro de temática gay que mais me impressionou: Giovanni, de James Baldwin.<sup>386</sup>

Essa curiosidade, também, é significada por outros usuários, como a busca de si mesmo:

tenho 21 anos, moro no interior de goiás, curso de Administração com Habilitação em Gestão Sistema de Informação, 6º Período, e trabalho na Assistência Social da minha cidade. adoro ficar na frente do meu pc, navegando pela net, pq é só aqui que me sinto eu msm, me sinto que sou eu msm, no momento que não estou no meu

---

<sup>385</sup> Disponível em:

<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=1670358&tid=12541629&na=3&nst=41&nid=1670358-12541629-2454495072193974405>. Acessado em novembro de 2006.

<sup>386</sup> Disponível em:

<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=1670358&tid=12541629&na=4&nst=61&nid=1670358-12541629-2459800602346946436>. Acessado em novembro de 2006.

quarto com meu pc, sinto que não sou eu msm, sou outro pessoas totalmente diferente de me e ouvi a radio pela net, livros: Ja li o livro virando a propria mesa, casas bahia,só coloquei os que gostei de ler por enquanto, e tb estou lendo o 3º travesseiro que esta sendo bom, é melhor se a pergunta fosse por ano, acho que por ano leio no maximo quatro. Tenho vontade de ler todas as obras literarias que fala sobre gls, pq são apenas esses livros que me interessa pq com eles quero me encontrar eu, mas só vou ler os livros que achar na net, pq assim é melhor devido que ninguem sabe de me.<sup>387</sup>

Essa confissão, feita por um usuário anônimo, pode nos dar alguns indícios do porquê a cultura eletrônica ser um celeiro tão fértil para as práticas culturais da comunidade gls, que mesmo se configurando por uma política da visibilidade, ainda assim é permeada de “enrustimentos”. Estar a procura de um eu a ser descoberto subjetivamente, mas a estar escondido do olhar do outro – ainda é um dos impasses dessa política de confissão pública. Esse usuário da net, instalado confortavelmente na “frente do seu pc”, nem ao menos visita as bibliotecas ou livrarias da sua cidade. Camuflado pelo seu anonimato, esse internauta se conecta a outras possibilidades de vida, ainda que elas sejam tão distantes da sua própria existência (e tão próximas do seu olhar, na tela ofuscante), pois muitos outros investem nesse dispositivo da exposição.

Nesse sentido, teríamos duas postagens emblemáticas dessa política da visibilidade veiculada a produção de uma textualidade gls:

Olá . Sou de São Paulo. Escrevo livros com temática lesbiana . Na minha página vocês podem ver a capa dos meus livros.<sup>388</sup>

[...]

Olá.

Foi um prazer encontrar esta comunidade. Dou uma dica para todos, mas especialmente para as meninas, há uma comunidade chamada Literatura Lésbica. Muito interessante. Bem, sou carioca, doutoranda em Literatura Comparada na UERJ e escrevi dissertação de mestrado sobre Literatura Lésbica. Foi escrita em formato epistolar e mistura ficção com teoria. Foi publicada pelas edições GLS com o título As heroínas saem do armário: literatura lésbica

<sup>387</sup> Disponível em:

<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=1670358&tid=12541629&na=3&nst=91&nid=1670358-12541629-2472658016450037304>. Acessado em novembro de 2006.

<sup>388</sup> Disponível em:

<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=1670358&tid=12541629&na=4&nst=61&nid=1670358-12541629-2459800602346946436>. Acessado em novembro de 2006.

contemporânea.

Mês que vem a mesma editora publicará meu novo livro de contos chamado Lado B. Bem, é isso.

Espero poder trocar dicas, experiências e sugestões neste espaço. Abraços a todos.<sup>389</sup>

Diferentemente do revestimento fantasmagórico do anonimato, esses dois enunciados significam o desejo de serem vistos, de se verem publicizados: são duas escritoras reconhecidas da chamada literatura gls e/ou literatura lésbica. O primeiro enunciado, da escritora Bertha Solares, marca uma diferenciação em torno do debate sobre a literatura gls: dizendo fazer literatura com temática lesbiana, ela se desloca do campo argumentativo veiculado a capitalizar esse conceito gls. Os dois livros publicados por Bertha Solares<sup>390</sup>, na Coleção Aletheia, da Editora Brasiliense, não tem uma relação direta com um projeto político de afirmação homoerótica. Contudo, os seus leitores a inscrevem como uma escritora de livros lésbicos nos *websites* que indicam uma bibliografia gls, relocando-a para esse fim: a promoção da idéia de uma literatura gls.

O segundo enunciado, da escritora Lúcia Facco, já apresenta um “contrato” mais íntimo com a proposta de uma literatura gls. Seus dois livros, publicados pela *Edições GLS*, encontra nas comunidades do orkut um espaço providencial para a divulgação de suas obras, pois muitos dos membros dessas comunidades temáticas se inscrevem no desejo de caçarem referências literárias a serem consumidas. O primeiro dos livros de Facco, muito reconhecida como crítica de literatura homoerótica pela mídia, é a publicação de sua dissertação de mestrado, sob orientação de Ítalo Moriconi, intelectual engajado nos debates sobre políticas e textualidades “gueis”.

A dissertação de Lúcia Facco pode ser entendida como o corolário dessa problemática que nomeamos de cultura da confissão. No prefácio da obra publicada, seu orientador Moriconi, indicia sua escrita: “vinculada à sua própria experiência revolucionária (ou revolucionada) de vida”.<sup>391</sup> Escrita em formato epistolar, suas cartas tem

---

<sup>389</sup> Disponível em:

<http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=1670358&tid=12541629&na=4&nst=21&nid=1670358-12541629-2451797259352106192>. Acessado em novembro de 2006.

<sup>390</sup> Ver SOLARES, Bertha. *Um ano, dois verões*. São Paulo: Brasiliense, 2001. [Col. Aletheia]. SOLARES, Bertha. *Dores, amores e pincéis*. São Paulo: Brasiliense, 2002. [Col. Aletheia].

<sup>391</sup> FACCO, Lucia. *As heroínas saem do armário*. Literatura lésbica contemporânea. São Paulo: Edições GLS, 2004.

diferentes interlocutores: sua amante, seu orientador, seus amigos e os críticos com quem dialoga, assim como algumas autoras e editoras. A primeira de suas missivas, escrita em outubro de 1999 para a amiga Tânia, é o momento confessional da descoberta do seu desejo:

Eu estava ali, numa noite quente, em plena rua, no volante do carro malparado, na meia carona que dei àquela moça que trabalhou comigo quase um ano, na redação, olhando para as pernas lindas, queimadas pelo sol, com uma penugem dourada e sentindo aquilo. Um enorme desejo de passar as mãos. Mas elas estavam apertadas no volante, o cérebro gritando para elas: “Fiquem aí! Vocês estão loucas?”. Foi aí que levei um susto com um fluxo repentino entre as pernas. Caramba! Há quanto tempo não ficava assim. E a culpa. Naquele momento, na minha cabeça, todas as teorias que eu havia lido a respeito do assunto se desfizeram, diluíram num único pensamento: não posso estar sentindo isso! Sou hetero!<sup>392</sup>

Repleto de intertextos literários, Facco desenvolve uma reflexividade sobre as condições de existência da literatura lésbica contemporânea, assim como sua própria existência lésbica. Confessional, seu texto pleteia o subjetivo de sua obra, de suas análises. Nos diálogos estabelecidos, Facco vai remontando a interrelação entre obra e vida e os questionamentos presentes na descoberta do novo: de uma nova forma de sexualização, de uma nova forma de tessitura de um texto acadêmico.

Escrita, intencionalmente, com uma linguagem menos acadêmica, sua dissertação não tem o leitor autorizado como possibilidade de interlocução. Pretensamente cotidiana, sua escrita suscita como leitor potencial todo aquele que é também consumidor das narrativas que analisa, leitor este que é o público-alvo da política editorial da *Edições GLS*.

Em anexo a sua dissertação, Facco publica também algumas das entrevistas, via e-mail, realizadas com as autoras e as editoras com quem se correspondeu: Danda Prado e Laura Bacellar (editoras) e as autoras Valéria Meski Busin, Vange Leonel, Fátima Mesquita e Stella Ferraz (a única delas que não tem nenhum título publicado pelas *Edições GLS*).

As entrevistas são sintomáticas dessas intenções políticas injetadas nas narrativas literárias. Montadas em forma de debate, as entrevistadas se posicionam sobre a necessidade (histórica) de produção de uma literatura lésbica, similar ao debate sobre a existência ou não de uma literatura gls. Questionando as autoras, sobre “O que é para você

---

<sup>392</sup> FACCO, Lucia. *As heroínas saem do armário*. Literatura lésbica contemporânea. São Paulo: Edições GLS, 2004, p. 17.

literatura lésbica? Isso existe?”, Facco confere visibilidade as diferentes argumentações sobre a demarcação de um gênero literário, criando uma cartografia dos discursos presentes nessa arte de escrita veiculada a uma configuração identitária.

Seu texto, portanto, é também um espaço onde a política editorial da *Edições GLS* se anuncia: “A literatura gay é um gênero, é besteira pensar que não. Tudo certo que a literatura geral pode incluir temas homoeróticos, mas, quando o principal assunto é o ser gay ou lésbica, claro que o leitor mais interessado será homossexual”.<sup>393</sup>

“Besteira” ou não, nem todas concordam com essa significação de Laura Bacellar, até então ainda editora do selo *Edições GLS*. Fátima Mesquita, que teve sua obra publicado por Bacellar, discorda: “Puxa, se existe literatura lésbica eu bem não sei. Mas preferia que não existisse. E não queria ficar presa a nada, por nada deste mundo”.

A editora Danda Prado, criadora da Coleção Aletheia, por sua vez, contemporiza: “Vamos viver essa etapa e em breve ingressar na outra, quando todas vão coexistir. É meu sonho”.<sup>394</sup>

Enquanto tal sonho não se realiza, grande parte dos discursos presentes nas entrevistas publicadas legitimam essa necessidade histórica de instituir um gênero literário que tenha como princípio articulador a elaboração de uma textualidade e de uma comunidade de leitores que venham a se servir da literatura como equipamento identitário, como um espaço simbólico de circunscrição de si. Dessa forma, Facco legitima a sua própria escritura, tornando visível as condições históricas discursivas que tornaram possível uma escritura em que “as heroínas saem do armário”, assim como legitima a política editorial de Laura Bacellar:

Meu propósito nas Edições GLS não foi montar uma editora de literatura de vanguarda, porém de literatura útil, prazerosa, positiva para homossexuais. Quis oferecer o que encontrei na Inglaterra. E ao analisar as vendas, as opiniões dos leitores, os e-mails e comentários feitos em livrarias, o que percebi foi que a maioria das pessoas não quer pensar sobre a fluidez de identidade, porém afirmar a sua própria.<sup>395</sup>

---

<sup>393</sup> FACCO, Lucia. *As heroínas saem do armário*. Literatura lésbica contemporânea. São Paulo: Edições GLS, 2004, p. 159

<sup>394</sup> FACCO, Lucia. *As heroínas saem do armário*. Literatura lésbica contemporânea. São Paulo: Edições GLS, 2004, p. 157

<sup>395</sup> FACCO, Lucia. *As heroínas saem do armário*. Literatura lésbica contemporânea. São Paulo: Edições GLS, 2004, p. 167.

Esse recorte discursivo, dos muitos que ilustram essa problemática da necessidade de uma literatura identitária, pode ser entendido como um emblema desse investimento editorial. Como também pode ser entendido como um emblema desse tempo presente, que mesmo sendo anunciado como uma composição líquida (Bauman), fragmentada (Hall), heterogênea (Deleuze, Guattari), fluida (Giddens), entre outras conceitualizações, daquilo que o presente mostra de descontínuo com o passado, torna visível também esse espaço desejado do homogêneo, da identidade, da comunidade, do pertencimento circunscrito a um *locus* significativa. Nesse sentido, teríamos a convivência simultânea de diferentes formas de percepção de uma consciência histórica do presente.

Contudo, essa percepção da fluidez heterogênea do presente não é propriedade exclusiva dos teóricos que refletem sobre nossa contemporaneidade, ela também faz parte dos leitores da Comunidade Literatura GLS. Ainda que esses não tenham sido percebidos por Laura Bacellar, eles marcam sua existência, se posicionando frente a esse debate, promovendo ruídos, ao “pensarem” e problematizarem a fluidez de suas subjetivações:

Mais uma colher nesta sopa...Vc pode ser ambíguo sem ser andrógino ou gay! Aparência, comportamento, gênero, tudo isso compõe um amplo espectro cada vez mais segmentado, acho até que por falta de uma definição mais clara do que seja realmente "literatura gay". Só para se ter uma idéia da dificuldade de definição do que seja "literatura gay" (eu não gosto de usar GLS), vejam o que a Amazon escreve a respeito: "...Using a broad but readily applicable definition of gay literature that includes works by openly gay men, works in which homosexual activity occurs, and works that manifest a gay "sensitivity," e depois "...It would be impossible to compile a complete survey of gay male literature; the very looseness of the definition of "gay" (not to mention the wealth of possible material)...", os dois comentários a respeito de uma coletânea sobre literatura gay. O que seria uma "gay sensibility"? (mais um tópico...carai...). É difícil mesmo, por que vc ainda tem de incluir aquela literatura de "estimulação" (bom o eufemismo, não é não?), contos eróticos, para ser mais claro. Como alguém sugeriu na comunidade cinéfilos GLS (que terminou!), estamos optando por nos classificar como diferentes, com uma sensibilidade à parte, seríamos anomalias genéticas? A discussão, inapelavelmente, se abre para gênero, ethos (etiologia) etc. Na área, recomendo Anne Fausto Sterling, mas preparem-se... Mas o foco da discussão aqui não é esse, acho que a pergunta é clara: a literatura classificada como GLS será sempre erótica?

Claro que não, claro que sim, afinal, o que define a pessoa como gay é seu comportamento (não só físico) sexual.Ou não?<sup>396</sup>

“Ou não?” - Voltemos, pois, aos campos das videiras, que elas se façam e se refaçam no secreto de suas existências, no visível de suas ramagens.

---

<sup>396</sup> Disponível: <http://www.orkut.com/CommMsgs.aspx?cmm=1670358&tid=2495610843532104538>.  
Acessado em dezembro de 2006.

## À GUISA DE CONCLUSÃO ?!

Como poderia eu, depois de tantas “curvas e links”, encerrar tal texto? Afinal, não nos cabe, enquanto historiadores do presente, o privilégio do *a priori*, nem tampouco a mística dos adivinhos. Talvez, e esse tem um efeito bem enfático, pudéssemos abrir um espaço para outros que, nesta contemporaneidade, criam através de suas várias artes, sítios de possibilidade para o futuro, mesmo que esse exercício seja propriedade do nosso presente, tão evasivo e, por que não dizer, resvaladiço.

Passado algum tempo, os livros, outrora encobertos por sedas negras, já se espacializam nas estantes de várias livrarias e de vários *sites* especializados em vendas pela internet, e, por que não arriscar, na estante de vários leitores, das mais diferentes comunidades e dos mais diversos estilos, pois o nosso leitor, hipotético ou não, é demarcado pelo signo da multiplicidade.

No entanto, há de se convir que esse tempo não é o de uma longa duração, talvez um tempo estreito, afinal, estamos demarcando pouco mais de uma década. Contudo, essa estreiteza temporal não minimiza a inquietante e explosiva expansão dessa produção cultural.

Essa historiadora experimentou esse tempo, como leitora e como pesquisadora, e se viu, ela mesma, presa ao debate sobre a existência ou não de uma literatura gls. Desavisada, precisou conectar-se a essa questão quando, ao apresentar, num Colóquio de Sexualidade, a problemática da cultura da confissão e dos modelos identitários e higienizadores propostos pela *Edições GLS*, se viu interpelada por outro pesquisador que, contrafeito a essa literatura gls, a inquiriu: “O que é a literatura gls? É uma literatura escrita por gays ou para gays? Ela existe ou isso é uma criação de mercado?”

Como anunciada na introdução e reiterada nesse espaço, essa não é a problemática que me mobilizou enquanto pesquisadora. Lidar com a invenção de uma tradição, aqui relativa a uma produção literária, não implica, necessariamente, em criar atestados de sua realidade, mas perceber que ela é resultado de um processo histórico demarcado por conflitos, disputas simbólicas e questionamentos incessantes. É o processo (qüiproquó) de embate que institui a própria tradição e, nesse sentido, a literatura gls existe e não existe, é

uma literatura escrita por gays ou para gays e não é, é uma criação de mercado e não o é, ao mesmo tempo.

A resposta conveniente ao pesquisador, que insiste na existência ontológica, que insiste em voltar à essência do mundo, das letras, das textualidades, dos leitores, seria considerar um ponto de mutação próprio do nosso tempo, pois já não cabe, dramaticamente, o postulado de um dos personagens de Shakespeare, quando ele, angustiado, questiona: “Ser ou não ser?”. Pois esse ponto de mutação utiliza uma nova forma subjetiva-gramatical: Ser e não ser. Como diz Deleuze, somos uma matilha, uma legião, um agrupamentos de locações de subjetividades, somos, portanto, tudo isso e não o somos.

Sendo assim, não posso assegurar, nesta conclusão, que nada aqui escrito esteja acabado, autorizado por uma certeza, seja ela pautada pela ciência, seja ela resultado de uma ética, significada por algum gosto. Posso apenas lembrar de algumas inquietações que me mobilizaram nessa empreitada e dela propor algumas poucas marcas-signos de uma aventura, de uma produção historiográfica, ela mesma mais uma peça desse debate ainda localizado nesse tempo presente. E, nesse sentido, desautorizo o anonimato do meu leitor, personagem dessa escrita, me inserindo também enquanto sujeito implicada nessa cultura da confissão, pois esse leitor que, por muito tempo, se escondeu sobre o CSO deleuziano, é ele mesmo autor e editor, de uma flexão apaixonada pela história.

Desse afetamento, compreendeu que a narrativa fluía na própria surpresa de seus fluxos. Já não fazia parte do enredo, ela era algo vivido na memória, diluída por tantas reminiscências. E a historiadora, pega pelo seu desejo de compreensão, apenas à deriva de todos os eventos, ansiava por um devir. Nem conseguia se localizar no passado, prenhe de *flashes*, grávido de som, muito menos se aquietava pelos delineamentos do que se avizinhava. Ela mesma presa às suas chaves elucidativas, presa a um enredo que lhe soava estranho, pois, nessa historicidade, não era mais a artesã da escrita, era personagem de si mesma, atriz canastrona de uma história que teimava em lhe fugir.

Diluída no seu devir-água, escoava por entre canaletas, por entre tubulações. Turbulação! Sua escrita de si, agora tão molhada, tão revolvida, já não compreendia questões demarcadas pela existência ou não de uma literatura gls, pois sua compreensão histórica insistia não em buscar as origens de um gênero literário, mas entender que os debates e os leitores criaram um campo de problematização tão líquido e tão fértil que

ultrapassava essas antigas questões ontológicas. Debate-quiiproquó que, líquido, desafia qualquer possibilidade de uma definição absolutizante e definidora. Eis, que surge, uma historiadora do presente.

Diziam os pares, acusando-a, porém: reagrupe-se. Objective-se. Se distancie. Palavras pesadas de ética. Palavras carregadas de ranço. Mas, ouvidas por essa historiadora, ela mesmo atriz do seu evento, acionava Kundera, segurava-se naquela tal insustentável leveza do ser. Devir-pena. Devir-peso. Flanando pesado por entre as ondas, não tinha o *a posteriori* como garantia, como segurança. O enredo não lhe era conhecido, nem mesmo era aquele que o detinha por entre os dedos.

Sim! Os dedos que, ora agitados, tornam-se frios, produzem uma escrita fria, daquelas geladas, daquelas frias linhas encontradas em gélidos arquivos. Não à frieza, devir-calor. Ainda que ele venha de um roçar, de uma troca por trás de bancos, ainda que ele se esconda por entre os bolsos das calças. Ainda que distantes, os dedos que não mais escrevem, desgovernados pela ausência de sua caneta, tracem linhas de despudor. Subjetive-se, dilua-se, se aproxime. Eis a historiadora, agora, ela mesma, presente nessa cultura contemporânea da confissão, se dizendo no seu devir, leitora-autora-editora de si mesma e de sua escrita.

## FONTES UTILIZADAS E BIBLIOGRAFIA

### 1 - *Corpus de Análise: títulos da Edições GLS:*

ABBOT, Deborah e FARMER, Ellen. *Adeus maridos* – mulheres que escolheram mulheres. São Paulo: Edições GLS, 1998

ALMEIDA, Pedro. *Descladestinidade*. Um homossexual religioso conta sua história. São Paulo: Edições GLS, 2001

ANDROS, Phil. *As aventuras de um garoto de programa*. São Paulo: Edições GLS, 1998

ANGRIMANI, Danilo. *Nicola* – um romance transgênero. São Paulo: Edições GLS, 1999.

BARALDI, Marcio. *Todas as cores do humor*. Coletânea de cartuns gls. São Paulo: Edições GLS, 2002.

BITTENCOURT, Soraya. *Uma vida de sucesso*. Como uma homossexual brasileira se deu bem na Microsoft. São Paulo: Edições GLS, 2003.

BRIGHT, Susie. *Sexo entre mulheres* – um guia irreverente. São Paulo: Edições GLS, 1998.

BUSIN, Valéria Melki. *Lua de prata*. Quando a paixão acontece entre mulheres. São Paulo: Edições GLS, 2003.

BUSIN, Valéria Melki. *O último dia de outono*. Quando o amor acontece entre garotas. São Paulo: Edições GLS, 2001.

CASSIDY, Christine e GRIER, Bárbara. *A primeira dança* – histórias de amor entre mulheres. São Paulo: Edições GLS, 1998

CHATWICK, Stewart. *Tirando a farda* – relatos de sexo entre militares. São Paulo: Edições GLS, 1998.

ELDER, Lindsey (org.) *Meu primeiro amor* – a paixão entre mulheres. São Paulo: Edições GLS, 2000.

EL-JAICK, Marcio. *Era uma vez...* Contos gays da carochinha. São Paulo: Edições GLS, 2001

FACCO, Lucia. *As heroínas saem do armário*. Literatura lésbica contemporânea. São Paulo: Edições GLS, 2004.

- HARDIN, Kimeron. *Auto - estima para homossexuais* – um guia para o equilíbrio emocional. São Paulo: Edições GLS, 2000
- HELMINAK, Daniel. A. *O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade*. São Paulo: Edições GLS, 1998.
- ISAY, Richard. A. *Tornar-se gay* – o caminho da auto-aceitação. São Paulo: Edições GLS, 1998.
- LEKISTCH, Stevan. *Guia gay da internet* – todos os sites brasileiros. São Paulo: Edições GLS, 1998.
- LEONEL, Vange. *GRRRRLS – Garotas Iradas*. Vange Leonel. São Paulo: Edições GLS, 2001
- LEONEL, Vangel. *Balada para as meninas perdidas*. São Paulo: Edições GLS, 2003
- LOBO, Estela Rotta. *Astrologia para gays e lésbicas* – um guia divertido. São Paulo: Edições GLS, 1999
- MESQUITA, Fátima. *Julieta e Julieta*. Fátima Mesquita. São Paulo: Edições GLS, 1998
- PEREIRA, Ângelo B. *Retrato em branco e preto*. Manual prático para pais solteiros. São Paulo: Edições GLS, 2002.
- PICAZIO, Cláudio. *Diferentes desejos* – adolescentes homo, bi e heterossexuais. São Paulo: Edições GLS, 1998
- PICAZIO, Cláudio. *Sexo secreto* – temas polêmicos sobre da sexualidade. São Paulo: Edições GLS, 1999
- PRINCE, Patrick. *Como agarrar um marido*. Versão gay. São Paulo: Edições GLS, 2001
- RAMSEY, Gerald. *Transsexuais* – perguntas e respostas. São Paulo: Edições GLS, 1998.
- REINAUDO, Franco. *Guia gay Brasil*. São Paulo: Edições GLS, 1998.
- RIBONDI, Alexandre. *Na companhia dos homens* – romance gay em cinco estações. São Paulo: Edições GLS, 1999.
- ROTELLO, Gabriel. *Comportamento sexual e aids – a cultura gay em transformação*. São Paulo: Edições GLS, 1998
- SCHIMEL, Lawrence. *Assustando os unicórnios* – o amor entre homens. São Paulo: Edições GLS, 1999.
- SIMMONDS, Diana. *Postal de Alice Springs* – um romance entre mulheres. São Paulo: Edições GLS, 1999.

TORRÃO FILHO, Amílcar. *Tríbadas galantes, fanchonos militantes*. Homossexuais que fizeram história. São Paulo: Edições GLS, 2000.

VON MANN, Alex. *No calor de Zanzibar – sexo gay na África*. São Paulo: Edições GLS, 2000.

## 2 - Sites pesquisados:

<http://www.umoutroolhar.com.br/>

<http://www.gruposummus.com.br/edgls/>

<http://www.cacp.org.br/homoorgulhogay.htm>

<http://mixbrasil.uol.com.br/>

<http://glsplanet.terra.com.br/>

<http://www.abglt.org.br/>

<http://cepcos.sites.uol.com.br/index.htm>

<http://www.aigualdade.org.br/novo/default.asp>

<http://www.adriananunan.com/>

<http://amorygual.sites.uol.com.br/index.htm>

<http://www.aglt.cjb.net/>

<http://www.paradasp.org.br/>

<http://www.fervo.com.br/>

[http://www.comunidadeglbt.com.br/pg\\_1.php](http://www.comunidadeglbt.com.br/pg_1.php)

<http://www.gay.com/index.html>

<http://www.gaybrasil.com.br/>

<http://go.to/gaymidia>

<http://www.glsex.com.br/>

<http://www.glssite.net/>

<http://www.desobedeca.com.br/>

<http://www.arco-iris.org.br/>

<http://www.ggb.org.br/>

<http://www.ggal.al.org.br/>

<http://www.guiagaybrasil.com.br/>

<http://homofobia.com.sapo.pt/>  
<http://www.mgm.org.br/>  
<http://www.nuances.com.br/>  
<http://www.ouzar.com/>  
<http://www.portaldasexualidade.com.br/adPortalv3/default.aspx>  
<http://www.labris.org/>  
<http://gonline.uol.com.br/home/home.shtml>  
<http://www.amoresiguais.com/>  
<http://www.culturapopgls.hpg.ig.com.br/>  
<http://www.farofadigital.com.br/>  
<http://www.glbtq.com/>  
<http://www.armariox.com.br>  
<http://www.estoufelizassim.hpg.ig.com.br/>  
<http://www.lambdabrasil.com/>  
<http://www.casaisgays.com.br/>  
<http://www.cookies.hpg.ig.com.br/cookies.htm>  
<http://www.thelwordbr.com.br/>  
<http://hosting.pop.com.br/glx/>  
<http://www.cpdoc.fgv.br/>

### **3 – Periódicos:**

Revista Über, Ano 1, nº 5, agosto de 2003.

Revista CULT. São Paulo: Editora 17, Ano VI, n. 66, fev. 2003

Revista Veja. Ed. 1899. Ano 38. nº14. 6 de abril de 2005

Revista Época. nº 359. 4 de abril de 2005.

Revista Istoé. Nº 1851. 06 de abril de 2005.

Revista G Magazine. Ano 7, Ed. 90, mar. 2005.

Revista Época – Ed. 70. 20 de setembro de 1999.

#### 4 – Referências cinematográficas:

- Guerra nas estrelas*. Direção de George Lucas. Estados Unidos, 1977.
- Blade Runner, o caçador de andróides*. Direção de Ridley Scott. Estados Unidos, 1982.
- 2001, uma odisséia no espaço*. Direção de Stanley Kubrick. Estados Unidos, 1968.

#### 5 – Referências bibliográficas:

- ABREU, Caio Fernando. *Caio 3D*. O essencial da década de 1970. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- ABREU, Caio Fernando. *Morangos mofados*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- ALPERT, Rebecca. *Como pão no prato sagrado*. Uma leitura lésbico-feminista das sagradas escrituras e da tradição judaica. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 2000.
- ALVES, Flavio e BARCELLOS, Sergio. *Toque de silêncio*. Uma história de homossexualidade na Marinha do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 1997.
- AMARAL, Maria Adelaide. *Dercy de cabo a rabo*. São Paulo: Globo, 1994.
- ANTUNES, Pedro. *Papai, sou gay!* São Paulo: Scortecci, 2003.
- ARENAS, Reinando. *Antes que anoiteça*. Rio de Janeiro: Record, 2001. [Col. Contra.luz].
- ARIÈS, P. e CHARTIER, R. (orgs.). *História da vida privada – Da Renascença ao Século das Luzes*. 6.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ARIÈS, Philippe. *Um historiador diletante*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética – a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BARNES, Djuna. *No bosque da noite*. São Paulo: Códex, 2004.
- BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Lisboa; Edições 70, 1987.
- BATAILLE, Georges. *O erotismo*. São Paulo: Arx, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BENTHAM, Jeremy et all. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BLOOM, Harold. *Shakespeare – a invenção do humano*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000.
- BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, s.d.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüística*. São Paulo: Ed. Edusp, 1998.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos. Cantos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1998.
- BREMMER, Jan.(org.). *De Safo a Sade. Momentos na história da sexualidade*. Campinas: Papirus, 1995.
- BROWN, Betti. *Pecados safados*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALADO, Carlos. *A divina comédia dos Mutantes*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- CALADO, Carlos. *Tropicália: a história de uma revolução musical*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- CALVINO, Ítalo. *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CALVINO, Ítalo. *Se um viajante numa noite de inverno*. São Paulo: Planeta De Agostini, 2003. p. 13-14.
- CAPRIO, Frank S. Caprio. *Homossexualidade feminina. Estudo psicodinâmico do lesbianismo*. 4.ed. São Paulo: Ibrasa, 1978.
- CARVALHO, Nelson Luiz de. *O 3º travesseiro*. São Paulo: Mandarin, 1998.
- CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico. A vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CESAR, Ana Cristina. *A teus pés*. São Paulo: Ática, 1999.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand; Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.
- CHAUVENAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para uma história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude, nem favor*. Estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- COSTA, Ronaldo Pamplona da. *Os 11 sexos*. As múltiplas faces da sexualidade humana. 3.ed. São Paulo: Ed. Gente, 1994.
- CUNNINGHAM, Michael. *As horas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CUNNINGHAM, Michael. *Laços de sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DANIEL, Herbert. *A fêmea sintética*. Rio de Janeiro: Codreci, 1983.
- DANIEL, Herbert. *Meu corpo daria um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette – mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DIAS, Lucy. *Anos 70 – Enquanto corria a barca*. Anos de chumbo, piração e amor. Uma reportagem subjetiva. São Paulo: Senac, 2003.
- DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- DUBY, Georges e LARDREAU, Guy. *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa: Anais, s. d.
- ECO, Umberto. *Leitura do texto literário – Lector in Fabula*. Lisboa: Ed. Presença, 1983.
- ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

- ECO, Umberto. *Obra aberta – forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. Uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FAIRCHILD, Betty e HAYWARD, Nancy. *Agora que você já sabe*. O que todo pai e toda mãe deveriam saber sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- FERRAZ, Stella C. *Preciso te ver*. São Paulo: Brasiliense, 1999. [Col. Aletheia].
- FERRAZ, Stella. C. *A vila das meninas*. São Paulo: Brasiliense, 2000. [Col. Aletheia].
- FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- FISHER, Erica. *Aimée e Jaguar*. Uma história de amor, Berlim 1943. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *O que é o autor?* Lisboa: Vega, s.d.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. V.1. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. V.3. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. V.2. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FRANÇA, Anna. *Outros hábitos*. A história do amor proibido entre duas freiras. São Paulo: Códex, 2004.
- FRY, Peter e MacRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho: depoimento*. Rio de Janeiro: Codreco, 1980. (Coleção Edições do Pasquim).
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo: Abril Cultural, 1984.

- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- GALVÃO, Patrícia. *Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- GARBER, Marjorie. *Vice-versa. Bissexualidade e o erotismo na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GENET, Jean. *O milagre da rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes – o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOLDENBERG, Miriam. *Toda mulher é meio Leila Diniz*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- GOLIN, Célio e WEILER, Luis Gustavo (orgs.). *Homossexualidade, cultura e política*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GORDON, Richard. *A assustadora história do sexo*. São Paulo: Ediouro, 2002.
- GREEN, James N. e TRINDADE, Ronaldo (orgs.) *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2005.
- GREEN, James. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.
- GROS, Frédéric (org.). *Foucault. A coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- GUATTARI, Felix e ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GUALBERTO, Jandira e DERIVO, Monique. *O vôo de um equilibrista*. São Paulo: Brasiliense, 2002. [Col. Contra.luz].
- GUERIN, Daniel. *Um ensaio sobre a revolução sexual. Após Reich e Kinsey*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2004.

- HALL, Radclyffe. *O poço da solidão*. Rio de Janeiro: Record, 1998. [Col. Contra.luz].
- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- HEE, Carlos. *Trem fantasma*. São Paulo: Mandarin, 2002.
- HIGHSMITH, Patricia. *Carol*. 3.ed. São Paulo: Siciliano, 1995.
- HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de e GONÇALVES, M. A. *Anos 70: ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano: Senac Rio, 2005.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JORAS, Gisele. *Abra e entre*. São Paulo: Landscape, 2003.
- LACERDA, Luis Carlos. *Leila para sempre Diniz*. Rio de Janeiro: 1987.
- LE GOFF, J. e NORA, P. (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.
- LEDUC, Violette. *Teresa e Isabel. Uma paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1999. [Col. Contra.luz].
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- LINS, Regina Navarro. *Conversas na varanda*. Um debate leve e provocante sobre a sexualidade brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- Livro de Cabeceira da Mulher. Nova fase. Volume 2. Publicação Bimestral da Civilização Brasileira.
- LOPES, Denílson. *O entre olhar das homoafetividades*. In.: Ipotesis – Revista de Estudos Literários. V. 5, n. 1, jan./jul., 2001.
- LOPES, Denilson. *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MACHADO, Ana Maria. *Tropical sol da liberdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário – leitura e crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MALTA, Maria Helena. *Brasil, um sonho intenso*. Um retrato da geração-68, vinte anos depois. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- MANTEGA, Guido (org.). *Sexo e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MANGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. Leitura e crítica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MARTIN, Henry-Martin e FEBVRE, Lucien. *O aparecimento do livro*. São Paulo: UNESP: HUCITEC, 1992.
- MÍCCOLIS, Leira & DANIEL, Herbert. *Jacarés e lobisomens*. Dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio (orgs.). *Conversando com historiadores brasileiros*. São Paulo: 34, 2002.
- MOSCOVICH, Cíntia. *Dois iguais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MOTT, Luiz. *Crônicas de um gay assumido*. Rio de Janeiro: Record, 2003 [Coleção contra.luz].
- MOTT, Luiz. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- MOTT, Luiz. *O sexo proibido*. Virgens, gays e escravos nas garras da inquisição. São Paulo: Papirus, 1988.
- MOURA, Diógenes. *Como atormentar um homem*. Versão gay. São Paulo: Geração Editorial, 1994.
- MÜLLER, Wunibald. *Pessoas homossexuais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- NOVAES, Adauto (org.). *Anos 70: ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano: Ed. Senac Rio, 2005.
- NOVAES, Adauto (org.) *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- OLIVEIRA, Carmen L. *Flores raras e banalíssimas*. A história de Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. [Col. Contra.luz].

- ORWELL, George. *1984*. 29 ed. São Paulo: Nacional, 2004.
- PAGLIA, Camille. *Personas sexuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PAGLIA, Camille. *Sexo, arte e cultura americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PARKER, Richard. *Corpos, prazeres e paixões*. A cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. Best Sellers, 1991.
- PARKER, Richard. *Embaixo do Equador*. Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- PESAVENTO, Sandra e LEENHARDT, Jacques (orgs.) *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.
- PIVA, Roberto. *Coxas*. São Paulo: Feira de Poesia, 1979.
- PORTINARI, Denise. *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1999.
- RÉMOND, R. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 35.
- RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1997.
- RIOS, Cassandra. *A serpente e a flor*. São Paulo: Record, 1972.
- RIOS, Cassandra. *As traças*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- RIOS, Cassandra. *Copacabana posto 6*. São Paulo: Edições MM, 1972.
- RIOS, Cassandra. *Crime de honra*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- RIOS, Cassandra. *Georgette*. S.e. Rio de Janeiro: 1961.
- RIOS, Cassandra. *O prazer de pecar*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1979.
- RIOS, Cassandra. *Uma mulher diferente*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- RODRIGUES, Humberto. *O amor entre iguais*. São Paulo: Ed. Mythos, 2004.
- RODRIGUES, Nelson. *A cabra vadia*. Novas confissões. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAID, Edward. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* São Paulo: Ática, 1989.

- SCHIFFER, Daniel Salvatore. *Umberto Eco: o labirinto do mundo – uma biografia intelectual*. São Paulo: Globo, 2000.
- SCHULMAN, Sarah. *Boêmia dos ratos*. Rio de Janeiro: Record, 1997. [Col. Contra.luz].
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura – o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: UNICAMP, 2003.
- SILVA, Claudio Roberto. *Reinventando o sonho – história oral de vida política e homossexualidade*. Dissertação de Mestrado em História Social apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- SOLARES, Bertha. *Um ano, dois verões*. São Paulo: Brasiliense, 2001. [Col. Aletheia].
- SOLARES, Bertha. *Dores, amores e pincéis*. São Paulo: Brasiliense, 2002. [Col. Aletheia].
- SOUZA, Pedro de. *Confidências da carne*. O público e o privado na enunciação da sexualidade. Campinas: UNICAMP, 1997.
- SPENCER, Colin. *Homossexualidade*. Uma história. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SYRKIS, Alfredo. “*Os carbonários*”. Memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global Editora, 1980.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- TREVISAN, João Silvério. *Pedaço de mim*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- TREVISAN, João Silvério. *Seis balas num buraco só*. A crise do masculino. Rio de Janeiro: Record, 1998. [Col. Contra.luz].
- TREVISAN, João Silvério. *Troços e destroços*. Contos. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- VAZ, Denise Pires. *Ney Mato Grosso*. Um cara meio estranho. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VENTURA, Zuenir. *1968 – o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- WHITE, Hayden. *Meta-história – a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- WINTERSON, Jeanette. *Arte & mentiras*. Composição para três vozes e uma cafetina. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- WYLLYS, Jean. *Ainda lembro*. São Paulo: Globo, 2005.